



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Faculdade de Psicologia - FAPSI
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

RAQUEL FLORIANO CORREIA AZEVEDO

**ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: OLHARES
PARA A FAMÍLIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia - FAPSI da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Rosimeire de Carvalho Martins

Manaus

2011

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

994a	<p style="text-align: center;">Azevedo, Raquel Floriano Correia</p> <p style="text-align: center;">Adolescentes vítimas de violência sexual: olhares para a família / Raquel Floriano Correia Azevedo. – Manaus, AM: UFAM, 2011.</p> <p style="text-align: center;">170 f.;</p> <p style="text-align: center;">Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, 2011.</p> <p style="text-align: center;">Orientadora: Prof^a Dr^a Rosimeire de Carvalho Martins</p> <p style="text-align: center;">1. Adolescentes maltratadas sexualmente 2. Crime sexual - Adolescentes (Meninas) 3. Adolescentes (Meninas) - Relações com a família I. Martins, Rosimeire de Carvalho (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU (1987) 343.541-053.6(043.3)</p>
------	---

FOLHA DE APROVAÇÃO**RAQUEL FLORIANO CORREIA AZEVEDO****ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: OLHARES
PARA A FAMÍLIA**

Dissertação de Mestrado em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Rosimeire de Carvalho Martins

Prof. Dr. Lídio de Souza

Prof^a. Dr^a. Iolet da Silva

Conceito: _____

Manaus, Amazonas, 25 de março de 2011.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos atores sociais
que lutam contra a violência sexual no mundo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por todas as conquistas que me permite na vida.

Às minhas famílias que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

Ao meu amor, meu querido Eurico, sem o qual nada disso seria possível.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram e perdoaram minha ausência quando não pude estar fisicamente presente.

À minha orientadora Dra. Rosimeire Martins (Rose) pelo apoio nestes últimos 2 anos de mestrado, bem como aos demais professores e meus colegas de luta nesta pós-graduação.

À equipe do SAVVIS da Maternidade Dr. Moura Tapajóz, que com seu olhar humanizado tanto contribui no combate à violência sexual em nosso município.

RESUMO

O presente trabalho aborda as significações sobre família a partir do olhar de adolescentes vítimas de violência sexual. A pesquisa teve como sujeitos dez adolescentes, sendo cinco vítimas de violência sexual intrafamiliar e cinco extrafamiliar, que foram atendidas em um serviço de saúde especializado em Manaus, Amazonas. Objetivou investigar os significados dados à família, bem como o papel, as relações e conflitos e a hierarquia familiar, além da relação da família com a violência sexual, a partir da visão dos sujeitos investigados. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa com embasamentos da psicologia sócio-histórica, cuja análise se deu a partir de núcleos de significação dos sentidos. Teve como instrumentos para coleta de dados, o prontuário multiprofissional das adolescentes no serviço de saúde e entrevista semi-estruturada. Observou-se que as adolescentes significaram a família a partir de valores construídos socialmente, que referimos enquanto uma visão idealizada de família, visto que na maioria das vezes não correspondia com a realidade relatada pelas adolescentes. As pessoas significadas pelas adolescentes como família foram as que tinham maior proximidade afetiva em relação a estas, incluindo seus parceiros afetivos, sendo a família configurada de forma fluida, além dos domínios do lar. Os papéis familiares foram aludidos em consonância aos valores indicados à família, com função de cuidados e afetos, tendo sido considerados também de forma idealizada em alguns casos. As significações dadas aos papéis se encontravam dentro do pensamento da cultura patriarcal, com divisão assimétrica de poderes, que coloca a mulher em um lugar inferior. O papel da mãe teve maior referência, onde esta concentrou todos os papéis estabelecidos à família em geral, além da visão estereotipada construída historicamente que coloca a mulher/mãe como a responsável pelo domínio do lar, do mundo privado. Nas inter-relações, cinco das adolescentes referiram suas famílias como mais conflitivas que harmoniosas, e outras cinco significaram os inter-relacionamentos também com conflitos, porém com presença de diálogo, cumplicidade e afeto, que amenizavam as tensões. Os conflitos se davam por motivos diversos, tendo chamado atenção o grande número de relatos de brigas familiares por questões financeiras. A mãe e a avó foram referidas como os vínculos mais significativos para as adolescentes. No estudo das hierarquias familiares, as adolescentes elegeram mulheres como pessoas de referência familiar. Na relação da família com as vitimizações ocorridas, observamos a partir da fala das adolescentes que de alguma forma esta família estava envolvida, e a relação entre a vítima e o autor da violência foi marcada pelo medo e segredo. Ficou claro ainda que, as adolescentes que tiveram a família ao seu lado no momento e após a revelação da vitimização sexual, auxiliaram para que estas se recuperassem mais rápido, e houvesse ainda uma melhora nos relacionamentos familiares. Acreditamos ser inegável a importância e influência da família para as adolescentes vítimas de violência sexual, sendo assim necessário mais pesquisas sobre a temática dentro de um viés psicossocial sobre a família, especialmente a partir dos sujeitos que sofreram a violência, para maior viabilização de ações práticas de suporte familiar e prevenção da violência.

Palavras-chave: Adolescentes, violência-sexual, família

ABSTRACT

This paper issue intended to address about family significations through the point of view of adolescents who experienced sexual violence. The research had as subjects, ten adolescents, which five were victims of intrafamilial sexual violence and five extra familial, who were treated in a specialized health service in Manaus, Amazonas. It aimed to investigate the meanings given to the family, the family roles, relationships and conflicts, family hierarchy and the relation between family and sexual violence, from a perspective of the subjects investigated. This was a qualitative research approach, based on the Social-historical psychology, whose analysis was from the nucleus of the meaning of senses. Multiprofessional records with adolescents in the health service and semi-structured interview were used as instruments for data collection. It was observed that adolescents meant the family as socially constructed values, that we referred as an idealized vision of family, because in most cases does not correspond with the reality reported by the adolescents. Another meaning given was that people considered by them as a family, were those which had emotional bonding for them, including their affective partners, beyond the realms of home. The family roles were alluded to in line with the values given to the family, with the function of care and affection, and was also in an idealized way in some cases. Many meanings for the family roles were still thinking within a patriarchal culture, in a asymmetric division of powers, which places women in an inferior place. The mother's role was the more referenced person, that concentrated all the roles established to family in general, beyond the historically constructed stereotypical view that puts the woman / mother as the responsible for the domain of the home, the private world. In the inter-relationships, five adolescents reported their families as more conflictual than harmonious, and five other meant the interrelationships also with conflicts, but with the presence of dialogue, complicity and affection, that tempered tensions. The conflicts occurred for several reasons, having called attention the large number of reports of family fights for financial reasons. The mother and grandmother were reported as the most significant relationship for adolescents. In the study of family hierarchies, adolescents have elected women as the persons of familiar reference. At the relations of family and the victimization occurring, we observe from the speech of adolescent that somehow the family was involved, and the relationship between victim and perpetrator of the violence was marked by fear and secrecy. It was also clear that girls who had family at their side at the moment and after the revelation of sexual victimization, helped to recover more quickly, and there was an improvement in family relationships. We believe that the importance and influence of the family for adolescents victims of sexual violence is undeniable, and more researches are needed on the issue of sexual violence within a psychosocial view on the family, especially from individuals who have suffered violence for greater feasibility of practical actions of family support and violence prevention.

Keywords: adolescents - sexual violence - family

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A ADOLESCÊNCIA SOB UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO	18
CAPÍTULO II – A VIOLÊNCIA	27
2.1. A VIOLÊNCIA ENQUANTO UM FENÔMENO SOCIAL	27
2.2. A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	32
2.3. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	37
CAPÍTULO III – REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA	43
3.1. PERCURSO HISTÓRICO DA FAMÍLIA OCIDENTAL	46
3.2. A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA	52
3.3. FAMÍLIA E VIOLÊNCIA SEXUAL	54
CAPÍTULO IV - PERCURSO METODOLÓGICO	62
4.1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	62
4.2. LOCAL DA PESQUISA.....	69
4.3. SUJEITOS DA PESQUISA	70
4.4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	70
4.4.1. Instrumentos para coleta de dados.....	70
4.4.2. Análise dos dados	73
4.4.5. Procedimentos éticos para coleta de dados e realização da pesquisa	76
CAPÍTULO V – RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	79
5.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ADOLESCENTES SUJEITOS DA PESQUISA	79
5.2. NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO DOS SENTIDOS	81
5.2.1. Significados de família	81
5.2.1.1. Visão de família enquanto valores	81
5.2.1.2. Família real diferente da família idealizada	83
5.2.1.3. “O resto é parente” - Significado de família enquanto núcleo afetivo	85
5.2.2. Papéis familiares	88
5.2.2.1. Papel do grupo familiar	88
5.2.2.2. Papéis dos membros familiares	90
5.2.2.3. Papéis exercidos diferentes dos idealizados	100
5.2.3. Relacionamentos intrafamiliares	102
5.2.3.1. Relacionamento do grupo familiar	103
5.2.3.2. Relacionamento com os membros familiares	109
5.2.3.3. A questão econômica enquanto motivo de conflitos	122
5.2.4. Hierarquia familiar	124
5.2.4.1. Presença feminina nas lideranças/chefias familiares	125
5.2.4.2. Poderes iguais entre o casal parental na hierarquia familiar	129
5.2.5. Família e violência sexual	130
5.2.5.1. Relação da família com a ocorrência da violência sexual	130
5.2.5.2. O medo e o segredo na dinâmica do abuso sexual	135
5.2.5.3. A revelação da violência sexual	142
5.2.5.4. Sentimentos em relação ao ocorrido e apoio familiar	147

5.2.5.5. “Agora a gente pode ser feliz” – A melhora dos relacionamentos familiares após a revelação do abuso sexual	151
CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS	161
ANEXOS	172
ANEXO 1 – Ficha SAVVIS	
ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista	
ANEXO 3 – Parecer CEP	
ANEXO 4 - TCLE	

INTRODUÇÃO

Trabalhar com a temática da violência sexual se configura em um desafio de ordem teórico-metodológica e também pessoal. É um tema delicado e ao mesmo tempo espinhoso, visto sua complexidade e pluricausalidade. A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da evolução humana, e é considerada um grave problema de saúde pública e de violação de direitos humanos.

A violência está presente nas mais diferentes culturas, e se apresenta de diversas formas, sendo considerada um problema universal e multifatorial, cujas consequências negativas, imediatas ou tardias, atingem não só as vítimas, mas toda uma família e sociedade. Desta forma, vem gradativamente passando do silêncio para uma maior visibilidade na atualidade, especialmente no que concerne às suas relações e implicações familiares, chamando cada vez mais atenção da sociedade em geral, e sendo abordada sob diferentes perspectivas na busca de sua compreensão.

É importante compreender que violência não é vista como um fenômeno natural ao homem, mas sim enquanto produto de um sistema complexo, decorrente de fatores e relações historicamente construídas, “estando ainda implicada no entrecruzamento do social, cultural e político” (GONÇALVES, 2003, p. 45), e desta forma, passível de ser combatida.

Apesar de ser um fenômeno antigo, não faz muito tempo que a violência contra crianças e adolescentes passou a ser reconhecida. Segundo Ariès (2009), em estudo sobre famílias européias, crianças e adolescentes somente passam a serem vistas como tal e a ter um papel de relevância social, a partir do final do século XVII. Os relatos clínicos de maus-tratos infantis datam desde o fim do século XIX, mas somente na década de 60 do século XX tal violência é reconhecida como um problema de saúde pública. A violência voltada a crianças e adolescentes geralmente se dá no âmbito doméstico, podendo se entendida como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (BRASIL, 2001, p. 15).

De todas as formas de violência, a violência sexual é considerada uma das formas mais perversas de violência contra crianças e adolescentes, podendo acometer ambos os sexos, e não costuma obedecer nenhum nível social, econômico, religioso ou cultural específico. É uma violência cruel em que a criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder e submissão.

Assim, tal dinâmica se expressa na medida em que é produto de relações sociais desiguais, onde a interação dos atores envolvidos se estabelece numa dinâmica em que o(a) autor(a) da agressão tem alguma condição de vantagem, seja física, emocional, econômica ou social sobre a vítima. Esta fere a integridade sexual de pessoas que, por sua condição peculiar e particular de seu desenvolvimento físico, emocional, afetivo e sexual, não estão preparadas para intercursos sexuais e trocas afetivo-sexuais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Para Faleiros (apud CFP, 2009), é ainda uma violência que ultrapassa limites de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer. É também violação aos direitos sexuais e humanos, pois é uma relação estabelecida com base na vontade e no desejo do adulto sobre a criança ou o adolescente.

Desta forma, falar de violência sexual contra crianças e adolescentes é falar de toda uma família envolvida em uma complexa teia relacional, independente de esta ter ocorrido dentro (intrafamiliar) ou fora (extrafamiliar) dos domínios do lar.

É impossível falar do tema da violência sexual sem nos referirmos à família, cuja configuração vem sofrendo mudanças rápidas no mundo contemporâneo, inserida que está no contexto e no processo histórico, ou seja, nas complexas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, incluindo as de etnia, raça e gênero (FALEIROS, 2005, p. 107).

A família que conhecemos hoje, resultado de diversos agenciamentos sociais, culturais e históricos, é considerada a principal responsável pela socialização dos indivíduos e aprendizagem dos papéis sociais. Na sociedade ocidental, é vista ainda como lugar sagrado de proteção, cuidado, permeada por valores de amor, união e felicidade. Porém, a família nem sempre se configura como o lugar de refugio e proteção, tão difundido na sociedade, mas sim como palco de violências e crueldades.

A família ocidental, especialmente a brasileira, é marcada por uma cultura patriarcal onde as mulheres, desde meninas, são educadas para responderem às necessidades dos homens da família e não às suas, como se essa relação hierárquica desigual, assimétrica e injusta de poder fosse natural, validando a violência contra o gênero feminino (KOLLER E NARVAZ, 2009; MARTINS 2010; SAFFIOTI, 1999).

Segundo Gabel (1997, P. 10), a questão do poderio seria portanto central em tal violência: “abuso de poder ou de astúcia, abuso de confiança, ou seja, noções em que a intenção e a premeditação estão presentes”. Por este viés, pelos preconceitos contra o gênero

feminino existentes em nossa sociedade, a violência contra a adolescente muitas vezes é subestimada, onde essa menina adolescente, por já ter seus atributos físicos desenvolvidos, é acusada de seduzir o abusador, e de ser culpada caso sofra uma violência, evocando menos ingenuidade e inocência que as crianças, onde “muitas vezes lhe são emprestadas intenções ou uma maturidade que não possuem [...]” (ALVIN, 1997, p. 72).

Entretanto, este tipo de violência é extremamente prejudicial às adolescentes, tendo muitas vezes grande impacto em sua saúde e desenvolvimento, visto que

[...] grande parte das adolescentes vítimas são incapazes de protegerem-se sozinhas, muitas vezes por serem pequenas e não conseguirem se expressar adequadamente, mesmo porque não entendem a situação que estão vivendo, ou então, por estarem dentro de uma família na qual o silêncio faz parte de uma regra estabelecida, e podem estar sendo ameaçadas e seduzidas pelos familiares para reforçar a trama silenciosa (MARTINS, 2010, p. 148).

A violência sexual sofrida pela adolescente tem ainda um grande impacto na construção de sua identidade, e na imagem que faz de si e dos outros. Pesquisa realizada com adolescentes no Rio de Janeiro mostra que aqueles que já sofreram violência dentro de casa, apresentam maior presença de atributos negativos sobre si mesmos que aqueles que não sofreram (ASSIS *ET AL.*, 2004).

Diversas outras pesquisas têm sido realizadas com adolescentes vítimas de violência sexual no que se refere à família. De Antoni e Koller (2000), pesquisando a visão de família em adolescentes que sofreram violência sexual intrafamiliar no Rio Grande do Sul (Brasil), demonstraram que estas vêem a família de modo idealizado, mas que suas inter-relações eram marcadas pela violência, o que fazia com que estas adolescentes almejassem a construção de uma família no futuro com papéis diferentes de suas famílias atuais. Pelisoli *et al.* (2007), em um estudo de caso sobre a percepção de família de vítimas de abuso sexual também intrafamiliar, no mesmo estado, mostra que estas percebem a família com uma baixa coesão, alta hierarquia com alto poder dos abusadores, baixa autocongruência, identificação com o agressor, e percebem ainda a mãe como modelo a ser seguido.

Habigzang *et al.* (2005), em pesquisa com famílias no judiciário, identificou nos casos analisados a presença de outras formas de violência no contexto familiar, além da sexual, como negligência e abusos psicológicos e físicos contra as crianças, bem como violência física conjugal. Demonstrou ainda que a revelação do abuso sexual modificou a configuração familiar, com o rompimento das relações conjugais ou o afastamento da criança do convívio com os familiares.

Assim, independente de tal violência ocorrer dentro (intrafamiliar) ou fora (extrafamiliar) do contexto familiar, a família sempre vai estar presente e ter importância para a ocorrência ou barramento da violência, bem como na recuperação dos possíveis agravos na saúde do sujeito violentado, visto a importância desta para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito aos “cuidados e proteção dos afetos, construindo identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida de seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem” (CARVALHO apud GUTIERREZ, 2009).

Em relação aos principais marcos legais sobre a temática, identificamos a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, firmado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, que elege a família e a comunidade como locus de exercício de direitos, e o Estado enquanto retaguarda destas instituições. Em 1989, a ONU realiza a conhecida Convenção de 89 sobre os Direitos da Criança, onde tratados internacionais consolidam a proteção contra o abuso e exploração sexual (WHO, 1999).

No Brasil, apesar da distância de mais de um século das primeiras publicações científicas comprovando a existência de maus tratos infanto-juvenis, apenas na década de 80 é que efetivamente começa a chamar atenção enquanto um problema de saúde e violação de direitos humanos. O grande marco foi a Constituição Federal do Brasil de 1988, que postula em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Acompanhando o movimento da luta pelos direitos das mulheres, inicia-se a criação de diversos organismos de defesa e proteção a crianças e adolescentes, como o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) em 1988, despontando a participação em organizações intergovernamentais, internacionais (ONU, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, Organização Mundial da Saúde - OMS, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, entre outros) e ONGs nacionais. Na década de 90 é criado o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, maior marco no sistema de proteção e garantia de direitos a crianças e adolescentes. Em junho de 2000, é criado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, definindo diretrizes para políticas, programas e serviços de enfrentamento à violência sexual a este

público. Na área da saúde, são lançadas diversas políticas e publicações com orientações específicas para atenção integral a pessoas vítimas de violência sexual, especialmente a partir de Conferências nacionais e internacionais de saúde (MINAYO, 2006).

Apesar de todos estes avanços, observamos que ainda é grande a subnotificação da violência sexual, visto o grande tabu que envolve a mesma, transformando esta em uma violência silenciosa, especialmente quando se dá no âmbito familiar, não se tendo dados fideis de sua ocorrência. Segundo Drezzet (2000), nos EUA, calcula-se que apenas 16% dos estupros são comunicados às autoridades, e no caso de incesto, estes percentuais não chegam aos 5%. Calcula ainda que ocorra uma agressão sexual a cada 6,4 minutos e que uma em cada quatro mulheres experimentou um contato sexual não consentido durante a infância ou adolescência. No início da década de 80, estimava-se que entre 60 e 100 mil crianças americanas eram abusadas sexualmente a cada ano. Em pouco mais de uma década, estes números alcançaram 200 mil casos anuais (*ibid*).

Segundo relatórios do Laboratório de Estudos da Criança - LACRI (2008), no Brasil, a agressão sexual afeta 15% dos 65 milhões de menores de 18 anos. Dois terços das agressões são contra meninas. Cerca de 300 mil meninas são vítimas de incesto pai-filha todos os anos. Mais de 100 mil delas tentam o suicídio em decorrência desse ato, não se sabendo ao certo, o número de crianças e adolescentes que podem estar à margem do princípio da proteção integral, essencial para a interrupção do ciclo de violência.

A partir destas demandas, surgem diversos serviços de atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no país, como, em 2006, o Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS na cidade Manaus, Estado do Amazonas, onde foi realizada a presente pesquisa, que tem justamente crianças e adolescentes como sua maior demanda.

O SAVVIS é um serviço especializado, composto por uma equipe multidisciplinar que, atuando em rede, objetiva prevenir e tratar agravos na saúde resultantes da violência sexual em crianças, adolescentes e adultos em geral. Em seus cinco primeiros anos de funcionamento (entre janeiro de 2006 e dezembro de 2010), foram atendidas 1574 vítimas de violência sexual, sendo 1340 (85%) crianças e adolescentes, constituindo a maior demanda do Serviço (Relatório anual –SAVVIS).

Assim, o interesse na presente pesquisa surge ao trabalhar como psicóloga do SAVVIS e, no contato direto com as adolescentes que foram vítimas de violência sexual, observar o grande sofrimento e impacto da violência na saúde dessas meninas, e o quanto a família influenciava para tal.

O interesse surge ainda pela necessidade de uma reflexão crítica sobre a atuação profissional junto ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente em seus aspectos sócio-familiares. Costa *et al.* (2007), a partir de pesquisas realizadas em Brasília, pontuam que profissionais e instituições que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência, ainda percebem a resolubilidade dos casos de violência sexual restrita apenas à responsabilização do agressor, sem indicar uma visão integral da questão que englobe aspectos familiares, sociais, culturais e históricos.

Observa-se desta forma que há uma carência muito grande de uma assistência efetiva por parte do próprio Estado, que contemple a problemática da violência em uma forma global, considerando suas implicações históricas, sociais, jurídicas, culturais e psicológicas, além do cuidado com a saúde e com a prevenção, não existindo, por exemplo, em Manaus, nenhum serviço que contemple todas as demandas dos sujeitos, incluindo a família.

Desta forma, para que se comece a mudar tal realidade, acreditamos ser importante mais pesquisas locais sobre a temática, a partir da visão desta que foi submetida ao abuso, sobre sua própria família. A investigação científica que dá voz a estas meninas, permite a obtenção de conhecimentos legítimos sobre a temática, e permite auxiliar profissionais em tal questão para que possam ajudar a adolescente vitimada e sua família, pois, segundo Lisboa e Koller (2002), à medida em que o adulto pesquisador se aproxima e entende a perspectiva dos jovens, pode compreender estes enquanto atores do processo de comunicação, e capazes de mudar o curso de seu desenvolvimento, fazendo-se cada vez mais necessário pesquisas sob tal perspectiva.

Deste modo, compreender os casos de abuso sexual de meninas adolescentes, especialmente a partir de um olhar para a família, pode auxiliar para uma melhor intervenção profissional e até mesmo uma detecção precoce dos aspectos sócio-familiares que possam estar influenciando o funcionamento do lar, e as relações entre pais e filhos que desencadeiam situações de alto-risco para os abusos e maus-tratos.

Assim, o presente trabalho objetivou compreender a família a partir do olhar de meninas adolescentes vitimizadas sexualmente, buscando os significados que estas dão à família, bem como, a partir do momento em que se trabalha com tal temática, investigar como se configuram as relações, os papéis, os conflitos e as relações de hierarquia dos indivíduos dentro da família, a partir do discurso destas. Fez-se importante ainda compreender os aspectos presentes na relação com o abusador, na manutenção da situação do abuso, como também do possível segredo sobre o mesmo, assim como identificar como a adolescente percebe a influência da família para ocorrência ou interrupção do evento violento.

Para se alcançar tais conhecimentos, buscamos realizar uma investigação a partir de um olhar crítico sobre o fenômeno, reconhecendo suas nuances socioculturais de subversão e dominação da criança/adolescente e da família, que foram construídos historicamente.

Conquanto haja um cabedal de investigações, notamos que muitas dessas pesquisas sobre violência sexual tem se apresentado como objeto de estudo e de análise onde predominam abordagens parciais que não se referem às implicações psicossociais, principalmente quando se trata de pesquisas da área médica, caracterizadas como estudos epidemiológicos (MARTINS, 2010, p. 24).

Desta forma, olhando as diferentes formas de subjetivação do indivíduo, e o psicólogo pesquisador enquanto promotor de práticas emancipatórias e comprometidas com a transformação da realidade, buscamos uma investigação científica dentro de uma abordagem qualitativa, a partir do olhar da psicologia sócio-histórica, enquanto um olhar comprometido da psicologia para os aspectos psicossociais da adolescência, da família e da violência. Dentro de um enfoque interdisciplinar, utilizamos de autores de diversas áreas das ciências sociais que partissem deste viés social, histórico, e cultural no entendimento do fenômeno que pretendemos estudar.

A presente pesquisa teve como sujeitos participantes dez adolescentes vítimas de violência sexual, sendo cinco vítimas de abuso sexual intrafamiliar, e cinco, vítimas de abuso sexual extrafamiliar. O material de análise que configurou os núcleos de significação do sentido foi obtido através das entrevistas individuais e registro de atendimento em prontuário multiprofissional específico do SAVVIS, mediante autorização das adolescentes e de seus responsáveis, após autorização de uma comissão e um comitê de ética.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho aborda a visão de adolescência segundo os preceitos da psicologia sócio-histórica, fazendo uma crítica à visão naturalizada desta adolescência que algumas abordagens psicológicas construíram nas últimas décadas, e como esta foi se constituindo como a conhecemos hoje. No segundo capítulo abordamos a violência enquanto um produto construído socialmente. Pontuamos ainda em tal capítulo a violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como as possíveis consequências de tal vitimização, dentro do que é abordado na literatura.

O terceiro capítulo contempla a questão da família, também vista como uma construção social que varia com a história da sociedade, bem como sua importância, suas funções, contradições, e como esta foi se configurando para chegar às características que conhecemos hoje na chamada família contemporânea. Por fim, abordaremos as questões referentes à família e violência sexual.

O quarto capítulo explicita o percurso metodológico do presente trabalho, com o referencial teórico sobre a pesquisa qualitativa nas ciências sociais e a abordagem sócio-histórica como linha de pensamento para a investigação. Serão apresentados ainda o local em que foi realizada a coleta de dados para a pesquisa, bem como os sujeitos utilizados para tal. Por fim apresentamos os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, como os instrumentos utilizados para a coleta de dados (prontuários e entrevistas individuais), a análise de dados que se deu a partir dos núcleos de significação dos sentidos, conforme postulado pela teoria sócio-histórica, e os procedimentos éticos que foram necessários para a realização da pesquisa.

No quinto e último capítulo, serão apresentados os resultados e a análise dos dados da pesquisa, de acordo com os objetivos propostos na pesquisa. Inicialmente, faremos uma caracterização das adolescentes investigadas, apresentando os principais dados sócio-familiares, bem como da violência, e após, os núcleos de significação dos sentidos que resultaram das entrevistas com as adolescentes, que respondem aos objetivos propostos pela pesquisa. O primeiro núcleo trata dos significados de família referidos pelas adolescentes e o segundo os papéis familiares, tanto os significados ao grupo familiar, quanto o significado para cada membro da família. O terceiro núcleo de significação do mesmo capítulo faz referência às relações intrafamiliares a partir do olhar das adolescentes, tanto do grupo familiar, quando destas com cada membro da família, apontando seus vínculos e principais conflitos. O quarto núcleo aborda as relações hierárquicas dentro da família apresentada por estas, que mostrou a forte presença feminina nas lideranças familiares.

Por fim, o quinto núcleo de significação dos sentidos trata das questões familiares voltadas diretamente para a violência ocorrida, como a influência ou participação dos membros familiares na ocorrência dos abusos, a relação mantida com o abusador, a forma que se deu a revelação dos abusos bem como a reação e participação familiar em tal. Abordamos ainda os sentimentos referentes à vitimização sexual e a importância da família para esta recuperação ou não, e enfim, a melhora dos relacionamentos familiares significados pelas adolescentes.

CAPÍTULO I - A ADOLESCÊNCIA SOB UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO

A adolescência tem sido objeto de estudo de diversas ciências e diversas abordagens, dentre elas a psicologia. Esta tem sido configurada na literatura existente como uma fase bem demarcada do desenvolvimento, com características específicas, e como algo universal e homogêneo. Uma forma naturalizada de se ver esta que foi construída historicamente, em um processo marcado pelas mudanças socioculturais, visto a adolescência postulada no dia de hoje, assim como as noções de infância e família, são constructos relativamente recentes.

Para Coimbra *et al.* (2005, p.4), há um uso generalizado, indiscriminado e naturalizado do conceito de adolescência, corroborado por discursos a-históricos, e vinculado a uma lógica desenvolvimentista, ou seja, como se fosse uma etapa em que todos os seres humanos atravessariam, obrigatória e similarmente, e passando pelas mesmas características psicologizantes e biologizantes que constituiriam a “identidade adolescente, como: “rebeldia, desinteresse, crise, instabilidade afetiva, descontentamento, melancolia, agressividade, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção [...]”.

Seria, ainda segundo Coimbra *et al.* (2005), um pensamento do tipo “cartesiano”, voltado para a primazia da razão, onde se acredita que tal “fase” definiria o sujeito para o resto de sua vida, em uma visão homogeneizante e limitada, negando-se a multiplicidade, a diferença e as capacidades dos indivíduos.

Bock (2007) pontua que os estudos sobre a adolescência na psicologia se iniciaram no início do século XX, com Stanley Hall, que já a concebida como uma fase da vida identificada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade. Porém, segundo a autora (*ibid*), foi Erickson que em 1976, institucionalizou a chamada adolescência, designando-a como uma fase do desenvolvimento com confusão de papéis e dificuldade no estabelecimento da personalidade, um modo de vida entre a infância e a vida adulta

Piaget também trabalhou a partir de uma lógica desenvolvimentista, postulando que a adolescência, “situa-se no quarto estágio do desenvolvimento, o estágio das operações formais que se situa entre os 11 anos até cerca dos 15/16 anos” (PIAGET, 1977, p. 33).

Ainda nesta linha de pensamento, Wallon caracterizava esta como um “estágio” afetivo, permeado por conflitos na busca pela auto-afirmação e no desenvolvimento da sexualidade, acreditando que “a partir dos onze, doze anos, a criança começa a passar pelas transformações físicas e psicológicas da adolescência” (WALLON, 1995, p.32).

Na América Latina, Arminda Aberastury e Mauricio Knobel são apontados como dois dos maiores expoentes da psicanálise a estudar a adolescência, introduzindo a noção de "síndrome normal da adolescência", na obra de 1989 "Adolescência normal", onde concebiam esta como uma etapa natural do desenvolvimento, que como um passe de mágica acontece em sua vida.

O crescimento e as modificações do seu corpo ao chegar à puberdade impõem ao adolescente uma mudança de papel frente ao mundo exterior, e o mundo externo exige-lhe se ele não o assume. Esta exigência do mundo exterior é vivida como uma invasão a sua própria personalidade. Ainda que não queira – sobretudo o adolescente que muda de repente – é exigido como se fosse um adulto, e essa exigência do mundo exterior geralmente o conduz – como defesa – a manter-se nas suas atitudes infantis (ABERASTURY E KNOBEL, 1989).

Assim, a adolescência seria um momento de crise, onde além dos “lutos” vivenciados (pelo corpo, pelos pais, e pela identidade infantil), a “síndrome normal da adolescência” seria caracterizada, ainda segundo Aberastury e Knobel (1989, p. 29), por uma série de sintomatologias, incluindo:

- 1) busca de si mesmo e da identidade;
- 2) tendência grupal;
- 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar;
- 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso;
- 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário;
- 6) evolução sexual manifesta, que vai do auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta;
- 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversa intensidade;
- 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida;
- 9) uma separação progressiva dos pais; e
- 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo.

Bock (2007) aponta o psicanalista David Levinsky como outro autor a conceituar a adolescência como sendo uma fase do desenvolvimento evolutivo, considerando que a criança gradualmente passa para a vida adulta de acordo com as condições ambientais e de história pessoal. Porém, apesar de pontuar tais condições, este ainda vincula a adolescência à puberdade e ao desenvolvimento cognitivo, e refere-se às crises universais na adolescência ligadas ao tabu do incesto.

Por fim Bock cita Outeiral, também autor brasileiro, que considera a adolescência como uma fase do crescimento humano que se caracteriza pela definição da identidade, iniciando-se com as transformações do corpo (puberdade), e se estendendo até que a maturidade e a responsabilidade social sejam adquiridas pelo indivíduo.

Freire (2008, p. 25), a partir de um olhar fenomenológico, e também crítico aos modos naturalizantes de conceber a adolescência, refere que esta se dá quando este jovem passa a ter a noção de seu futuro, onde experimentará a liberdade: “O adolescente é aquele que foi expulso do eterno presente da infância, tendo com isso, ganho um passado, um futuro, enfim, uma nova condição que terá de ser cuidado por ele mesmo”.

Para Freire, é esta consciência do futuro que trariam as expansões de sua vida, como sair com amigos, amar, escolher, e as demais características descritas por outros autores sobre a adolescência, além da maior confiança de seus pais que o acreditam capaz de se cuidar. O preço a ser pago por esta liberdade que o futuro traz é a angústia da consciência da finitude da vida, que culminará nas crises e exposição a riscos.

Bock (2007) vai postular então que a adolescência só passa a ser uma fase de transição permeada pelas crises e conflitos, a partir do momento em que faltam modelos para o desempenho de papéis, provocando dificuldades de identificação da criança, contribuindo para produzir conflitos. Ela vai ser então particular em cada indivíduo, em cada família e sociedade.

Desta forma, ao se descrever a adolescência, deve-se contextualizar de que adolescência se está falando, de que contexto sócio-cultural. Coimbra *et al.* (2005), referem que este modelo de adolescente tão naturalizado pela literatura “especializada” e pelas mídias, voltadas especialmente para o consumo, não é comum a todas as culturas.

Na contemporaneidade, a figura do adolescente costuma remeter a uma tendência ditada pelos *teens* estadunidenses - modelo de todo um estilo de vida a ser consumido pelo restante do mundo -, tendência essa presente em anúncios, conversas e notícias. Isto instaura uma determinada forma de ser adolescente como a única reconhecida, a qual conta com o apoio de algumas práticas da própria psicologia - ainda hoje hegemônicas - na propagação e fortalecimento de tal modelo (COIMBRA ET AL., 2005, p. 4).

O perigo de tal visão hegemônica e naturalizante por parte da psicologia enquanto ciência, segundo Bock (2007, p. 66), é que deixamos de ter uma leitura mais crítica da sociedade, e desta forma, prejudica-se a construção de políticas adequadas para os jovens, “responsabilizando, com sua leitura, o próprio adolescente e seus pais pelas questões sociais que envolvem jovens, como a violência e a drogadição”.

Analisando o pensamento de Leontiev, Bock (2004) afirma que não existem aptidões e características inerentemente humanas, transmitidas por hereditariedade biológica. Para a autora (*ibid*), estas são adquiridas ao longo da vida, pela apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes, em um processo ativo e contínuo de transformações do mundo ao redor,

possibilitando ainda que o homem esteja em permanente movimento e transformação. O homem seria então um candidato a essa humanidade presente no mundo material, nos objetos, nas palavras e nos fenômenos humanos.

Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico pela sociedade humana. (LEONTIEV apud BOCK, 2007, p. 30).

A perspectiva sócio-histórica, dentro de uma abordagem crítica da psicologia, vê o homem a partir desse olhar, onde o homem se constitui a partir de uma relação dialética com seu meio social, com sua cultura e sua história, numa relação de mediação em que um constitui o outro. “Esse homem, constituído na e pela atividade, ao produzir sua forma humana de existência, revela – em todas as suas expressões – a historicidade social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção vigente” (OZELLA e AGUIAR, 2008, p. 98).

Vygotsky (1988, p. 42) corrobora tal pensamento ao postular que não se pode compreender a adolescência “fora de suas relações com a sociedade na qual está vivendo e desvinculada de suas interações com os sujeitos e com a cultura do grupo social no qual está inserida”. Para Bock (2007), o fenômeno psicológico seria uma construção individual a partir de um mundo simbólico social.

O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem. A linguagem é mediação para a internalização da objetividade, permitindo a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade. O mundo psicológico é um mundo em relação dialética com o mundo social. Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/coletivo; um fenômeno que se constitui em um processo de conversão do social em individual; de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo (BOCK, 2007, p. 67).

Desta forma, a adolescência na perspectiva sócio-histórica é vista como uma construção social, vinculando o desenvolvimento do homem à sociedade, “despatologizando” este homem, porque é histórico, e não natural, tendo repercussões na subjetividade e no desenvolvimento deste homem moderno, que passa a fazer parte da cultura enquanto significado (AGUIAR *ET AL.*, 2009). A adolescência seria portanto uma “possibilidade”.

A indústria cultural se apropria dos valores e atributos próprios desta fase da vida e contribui para criar uma cultura adolescente. Desse modo, as mudanças

econômicas, familiares e culturais transformam a experiência de crescimento e a adolescência tornou-se um importante estágio na biografia individual e, mais do que isso, em um conjunto etário nas sociedades modernas ocidentais (SANTOS apud BOCK, 2007, p. 69).

Assim, não se nega que existe uma adolescência ocidental com muitas das características relatadas pela literatura especializada, o que se nega, é sua universalidade e homogeneidade, acreditando que ela é um fato social e psicológico, criado na cultura, nas relações sociais, através da história, e tais definições, seriam tentativas de significar esta construção sócio-histórica e cultural. A adolescência é uma produção social, e este jovem deve ser visto como um importante ator social. Tal perspectiva não exclui ainda a associação com as marcas do desenvolvimento do corpo (puberdade), porém, até mesmo estas marcas se constituem enquanto fenômeno social, e não um fato natural, pois são significadas socialmente, interpretadas nas relações.

[...] as marcas corporais são significadas socialmente, não sendo tomadas no conceito de adolescência em si, como características do corpo e, portanto, naturais. Exemplo disso são os seios na menina e a força muscular nos meninos. Sabemos que os seios e o desenvolvimento da massa muscular acontecem na mesma fase da adolescência, mas a menina que tem seus seios se desenvolvendo não os vê, sente e significa como possibilidade de amamentar seus filhos no futuro, o que seria vê-los como naturais. Com certeza, em algum tempo ou cultura, isso já foi assim. Hoje, os seios tornam as meninas sedutoras e sensuais. Esse é o significado atribuído em nosso tempo. A força muscular dos meninos já foi significada como possibilidade de trabalhar, guerrear e caçar. Hoje é beleza, sensualidade e masculinidade. (BOCK, 2004, p. 40).

A própria construção da identidade do adolescente se dá a partir da conversão do social em individual, significadas historicamente, sendo importante desta forma compreender a sua gênese. Assim, se esta adolescência que conhecemos adquire diversos significados nas distintas épocas históricas e culturais, devemos, portanto, situá-los no contexto em que se encontram.

A partir de um percurso histórico sobre como foi se constituindo a adolescência, vemos por Grossman (1998) que, na idade média, no mundo feudal, não existia o conceito de adolescência que vigora hoje, mas existia um jovem mais voltado para a comunidade e solidariedade. Segundo a autora (*ibid*), foi nesta época também que, sob influência de Aristóteles, começam a se divulgar “enciclopédias” que postulavam as “idades da vida”, começando pela infância (do nascimento aos 7 anos), a pueritia, (7 aos 14 anos), uma terceira idade conhecida como adolescência, enquanto aquela em que o indivíduo já podia procriar

(podendo ser estendida até os 21 anos, e em alguns casos, até os 35 anos), a juventude, que seria a da plenitude das forças (até os 50 anos), e por fim a velhice, com a perda dos sentidos.

Lembramos que nesta sociedade medieval, até os séculos XVII e XVIII, a idéia de infância e adolescência, ou mesmo da família nuclear que entendemos hoje, não existia, pois, segundo Ariès (2009), enquanto eram totalmente dependentes de cuidados, as crianças estavam ligadas às amas e, após esta fase (por volta dos 7 anos), já se encontravam misturadas aos adultos, em todas as atividades sociais, sem distinções.

As mudanças começam a ocorrer na transição da idade média para a idade moderna, quando o estado passa a ter maior poder na sociedade, determinando modos de agir e pensar, juntamente ao maior desenvolvimento da educação formal, que passa a distanciar os indivíduos jovens da comunidade, e também a religião, que passa a influenciar na moralidade da sociedade. É nesta época que começam a se formular as futuras noções de infância, adolescência e família, com novos papéis para homens e mulheres, especialmente a partir da separação entre o público e o privado, mudando atitudes dos indivíduos, famílias e sociedade.

Neste contexto, Grossman (1998) enfatiza ainda a importância do movimento cultural conhecido como Iluminismo, que passa a mudar o pensamento da época. As escolas, por exemplo, funcionavam como uma supervisão moral, que enfatizava a “prudência e controle dos instintos”, e os estudantes, além da qualificação, deveriam aprender a “ser um homem” (CASEY, 1992).

É no século XIX, segundo Grossman (1998), que vemos consolidadas estas transformações: diminuição do sentido de comunidade, onde as pessoas não mais se conheciam todas, estabelecendo um maior anonimato, o fortalecimento dos Estados Nacionais, e a maior redefinição dos papéis sociais de homens, mulheres e crianças, junto ao processo de industrialização. A família do século XIX é a chamada nuclear burguesa patriarcal, com papéis rígidos e assimétricos entre os gêneros e gerações.

Clímaco (apud AGUIAR *ET AL.*, 2009), concorda que a sociedade moderna, com suas revoluções industriais, gerou grandes modificações nas formas de vida, e assim de ver a adolescência. Com as revoluções industriais, o trabalho se sofisticou do ponto de vista tecnológico, e passou a exigir um tempo prolongado de formação, adquirida na escola, reunindo em um mesmo espaço os jovens e afastando-os do trabalho por algum tempo. Além disso, o desemprego crônico/estrutural da sociedade capitalista trouxe a exigência de retardar o ingresso dos jovens no mercado e aumentar os requisitos para este ingresso, o que era respondido pelo aumento do tempo na escola.

O prolongamento da vida proporcionado pela ciência também trouxe desafios para a sociedade em termos de mercado de trabalho e formas de sobrevivência. Manter os jovens na escola foi a solução para este novo grupo social como padrão coletivo de comportamento. Os filhos passam então a ter maior investimento dos pais, significando o futuro da família, da nação, sendo agora objetos de amor, identificando assim a criança e o adolescente enquanto pessoas, mas também subordinados aos rígidos padrões educacionais e reverenciais dos pais (especialmente da figura paterna), enquanto reflexo da sociedade (GROSSMAN, 1998).

Assim, a adolescência não seria um “período necessário ao desenvolvimento”, mas sim, uma “latência social”, que o mundo adulto, a sociedade capitalista, considerou necessário para se prepararem melhor tecnicamente para o mundo do trabalho atual (AGUIAR *ET AL.*, 2009; BOCK, 2004).

Para Grossman (1998), é exatamente neste momento que a chamada adolescência vai sendo delineada e delimitada: para o menino aproximadamente a partir da primeira comunhão (rito religioso católico realizado por volta dos 12 anos) ao bacharelado, e para a menina da comunhão ao casamento. A adolescência começa então a ser tema de especialistas, especialmente médicos e educadores, visto começar a ser reconhecida como momento crítico para o indivíduo e sociedade. Os colégios e liceus, onde ficavam estes jovens, começam a ser questionados pelas famílias burguesas, pelos novos hábitos adquiridos no internato, e as famílias de classes sociais mais populares começam a se interessar por também inserir seus filhos nos estudos.

Estes adolescentes, segundo Grossman (1998), pela necessidade de mais privacidade, pois agora eles recebiam uma atenção que antes não tinham, começam a escrever diários e estabelecer maiores vínculos de amizade com seus pares, onde podiam fazer suas confidências.

Ao mesmo tempo, essa “adolescência” não era vivenciada da mesma forma em todas as culturas no século XIX.

Na Rússia e na França tradicionalistas, a juventude representava um estágio no ciclo das responsabilidades do indivíduo para com a comunidade, uma fase gloriosa de licença e desregramento. Os jovens podiam assumir riscos porque ainda não lhes pesava a responsabilidade da família; na Grécia, eram os jovens que disputavam o peso de qualquer disputa. A juventude terminava não com o passar dos anos, mas com as novas responsabilidades de chefe de família assumidas perante a comunidade (CASEY, 1992, p. 174).

Assim, para Casey (1992), no velho mundo, uma das características marcantes da juventude era a de representar um estágio “separado” da vida, não a preparação para o que

deveria seguir, como era vista na América. Este surgimento da adolescência como um período de preparação, em vez de uma fase autônoma do ciclo vital, que seria espalhado logo em seguida também para o restante da Europa, era algo novo.

Ao mesmo tempo, este adolescente, apesar de possuir condições cognitivas, afetivas e fisiológicas para participar do mundo adulto, estava desautorizado a isso, mantendo um vínculo de dependência, e foram estas contradições vividas pelos jovens, as responsáveis pelo desenvolvimento de uma série de características (crises de identidade e busca de si mesmo; tendência grupal; necessidade de intelectualizar e fantasiar; atitude rebelde; onipotência e outras) que refletem a nova condição social na qual se encontram, não como algo naturalmente herdado, mas constituídas no processo histórico e social (AGUIAR *ET AL.*, 2009; BOCK, 2007).

Grossman (1998, p. 72) vê a influência das guerras no século XX enquanto crucial para as marcas geradas nos jovens da época. A autora vê nos anos 60, “um novo estilo de mobilização e contestação social, bastante diferente da prática política da esquerda tradicional”. Os movimentos da época, por paz e amor, ou com armas e violência, “transformariam a juventude em um grupo, em um novo foco de contestação radical” (*ibid*, p. 73). Começa a ser divulgada a conhecida “contracultura”, com uma nova forma de vestir, pensar, relacionar e agir, influenciada pelos acontecimentos da época. Uma espécie de movimento libertário que atingiu especialmente a camada média urbana ocidental. Um espírito libertário e questionador que segundo a autora (*ibid*), teria começado já nos anos 50 nos Estados Unidos com a chamada “juventude transviada” ou “bebeldes sem causa”.

Bock (2007) concorda postulando que, esta adolescência, hoje praticamente universal, surgiu na civilização do século XX, nos anos 50, nascendo nos Estados Unidos e depois se espalhando rapidamente pelo mundo ocidental, países do leste europeu e centros urbanos do Terceiro Mundo. Explica seu surgimento ainda a partir do declínio da família como unidade de produção e mudança do padrão de vida agrário para o urbano. É neste século ainda, para a autora (*ibid*), que vimos naturalizado o adolescente moderno típico, com características e atributos psicológicos tão demarcados pela literatura.

Ozella e Aguiar (2008, p. 100) vêm fazer uma crítica a essas “visões típicas da década de 60 que apontavam o jovem como crítico, generoso, criativo, quanto com as visões preponderantes que, especialmente desde os anos 90, associam o jovem à violência, às drogas, ao individualismo”, pois não deixam de naturalizar e universalizar o adolescente.

Para Grossman, (1998, p. 73), hoje vivemos “tempos de ‘comodidades’ tecnológicas, de produção em massa, de mundo fragmentado e mecanizado, enfim, de sociedade de massa

[...]. Momento de separação de saberes, de hiperespecialização e da ‘linha de montagem’”. Rocha (2002, p. 25) vê ainda

(...) a instantaneidade temporal provocada pela velocidade tecnológica, que acarreta uma certa superficialidade na aquisição de conhecimentos, a cultura do consumo, geradora de múltiplas necessidades rapidamente descartáveis, o quadro recessivo, que amplia a exclusão social, associado à pulverização das relações coletivas, levando à individualização e ao desinteresse na esfera pública e política.

Neste sentido, Guerra (2001) postula a importância da visão econômica para nos referirmos a crianças e adolescentes em nossa sociedade, pois estas podem ser vistas enquanto fora dos circuitos de produção, enquanto um ser não produtivo que deve ser vestido, alimentado e cuidado. Outras vezes, podem se configurar enquanto uma explorada mão-de-obra para o sustento de sua família.

As famílias de acordo com a classe social vêem o aspecto econômico da criança de forma diferente. Para a classe burguesa, a criança adquire um sentido de investimento a médio e longo prazos. Educá-la tendo em vista sua atividade futura significa um investimento para o capital familiar. Para a classe operária, a criança representa mais um boca a alimentar hoje e a incerteza dos benefícios que trará amanhã, que poderão significar ganhos ou perdas para a família (GUERRA, 2001, p. 92).

Desta forma, Bock (2004, p. 39), vem postular que a psicologia não pode mais se vincular a uma visão naturalizante da adolescência, mas devemos sim buscar a construção de políticas sociais mais adequadas aos jovens, bem como projetos educacionais que os mantenham na escola, junto ao debate sobre a juventude. Acredita pois que esta visão naturalizante vigente da adolescência “é mais que uma visão a qual acoberta as determinações sociais; é uma visão que impede a construção de uma política social adequada para que os jovens possam inserir-se na sociedade como parceiros sociais fortes, criativos, cheios de projetos de futuro”.

Por fim, concordamos com Coimbra *et al.* (2005) ao postularem que os sujeitos, e aqui os “adolescentes”, não possuem identidades fixas, estanques e impermeáveis ao meio, mas que estão sempre sendo construídas por uma multiplicidade de forças sociais, culturais e pessoais, que os subjetivam incessantemente, não se reduzindo a normas e modelos, mas através de um processo de permanente devir. Este olhar crítico deve ser voltado também ao fenômeno da violência, assim como a violência sexual contra crianças e adolescentes, junto às suas complexidades e particularidades sócio-históricas, a ser abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – A VIOLÊNCIA

2.1. A violência enquanto um fenômeno social.

A violência é considerada um objeto difícil de ser teorizado, visto a complexidade de sua natureza. Devido à pluralidade de sua realidade, Minayo e Souza (1997) pontuam que só se pode então falar de “violências”, pois sua definição vai estar ainda imbricada no entrecruzamento entre o social, o cultural, histórico, político, familiar e pessoal (GONÇALVES 2003; MARTINS, 2010; MINAYO E SOUZA, 1997).

Para Gonçalves (2003, p. 11), a violência de alguma forma faz parte da vida de todas as pessoas, visto estar presente em todos os setores da vida contemporânea, onde

[...] não há como ignorá-la nem como fugir dela, a violência se faz presente a qualquer hora e em toda parte, seja nos espaços públicos ou privados, podendo-se mesmo arriscar dizer que já se encontra infiltrada nas mais recônditas frestas da subjetividade do homem contemporâneo.

Não há dúvidas que a violência faz parte da história da experiência humana. Para Souza (2004, p. 57), é do homem “transformar radicalmente a natureza, humanizando-a, transformando-a para realizar projetos [...], só o homem pode ser violento”. Um exemplo seria a própria obra de arte, que é decorrente de uma forma de violência contra a natureza.

A partir deste pensamento, dentre tantas possibilidades do *homo sapiens* (que sabe, tem consciência, razão, inteligência) como o *homo rationale*, *laborans*, *ludens*, *politocus*, *religiosus*, *economcus*, *estheticus*, *hierarchicus*, *aequalis*, Dadoun (1998, p. 8) apresenta o *homo violens*, visto acreditar ser o homem definido e estruturado, intrínseca e fundamentalmente pela violência.

Souza (2004) disserta que a violência faz parte da sociedade, visto que esta se constitui de diferenças que geram interesses divergentes, tensões e conflitos. Destes, resultam as próprias transformações do mundo, das quais a violência também é elemento fundador.

A violência, porém, não deve ser entendida como inerente biologicamente ao ser humano, mas sim,

socialmente produzida e sujeita a nuances históricas e culturais e, por isso, é passível de ser reduzida e controlada por normas construídas a partir das lutas políticas originadas nas próprias relações sociais. [...] se caracteriza por ser polissêmico, variável no tempo e no espaço, exigindo a explicitação do seu alcance dos seus limites (*ibid*, p. 58).

A violência, para o Souza (2004, p. 57), teria portanto um caráter anti-humano, visto que “se opõe à natureza livre e criadora que os homens e mulheres objetivam alcançar”, sendo esta própria natureza livre uma criação social. Seria uma “violência de segunda ordem”, no plano das relações sociais, contra o existir social do outro,

onde uns são submetidos a um processo de assujeitamento e coisificação por parte de outros, onde uns tem as oportunidades de realização restringidas por outros, onde uns são exterminados por outros. [...] expressão da intolerância e exclusão política e social, como um mecanismo para manutenção de privilégios sociais. (*ibid*, p.58).

Pensando uma definição etimológica, violência vem do latim *vis* - violência, mas significando também força, vigor, potência, e mais precisamente, emprego da força, vias de fato, forças das armas (DADOUN, 1998; MICHAUD, 2001). Dadoun (1998) apresenta, em sua definição, dentro de uma perspectiva histórica, os extremos da violência, como a violência do Gênesis na origem do universo, do extermínio (incluindo os massacres – justificados por uma crença ou um projeto, sobre seu semelhantes percebidos como diferentes para matá-los, e os genocídios – a destruição deliberada da totalidade de uma coletividade, programada e conduzida de forma sistemática), e o extremo do terrorismo (que ultrapassa objetivos políticos ou religiosos, por proclamações ideológicas e combinações práticas ou estratégicas, desnudando a violência, e tendo o terror, como constante companheiro).

Segundo Michaud (1991, p. 10),

há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Assim, a noção de violência vai além da força física, e a identificação ou a classificação de atos violentos exigem que sejam contextualizados. Michaud (1991) refere portanto que não pode haver um discurso ou saber universal sobre a violência, que irá depender de diversos critérios e pontos de vista, como institucionais, jurídicos, sociais, culturais e pessoais.

No ponto de vista de Chauí (apud SOUZA, 2004, p. 60), “violência é um processo em que um indivíduo é transformado de sujeito em coisa. [...] que pode prescindir do uso da força física [...], que se realiza em silêncio no âmbito das relações sociais, minando a cidadania”. Seria então um excesso de poder que produz dano social, atuando em

[...] um diagrama espaço-temporal, a qual se instaura com uma justificativa racional, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. Esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que

são atingidos pelo agente da violência (SANTOS *ET AL.* apud ZALUAR & LEAL, 2001, p. 148).

Souza (2004, p. 60) parte então da visão de uma violência fundadora, onde as formas de exclusão são decorrentes principalmente da hierarquia e cultura herdadas de uma sociedade escravocrata, que resultaria em um “sequestro da cidadania”: formas de exclusão social, privação, afastamento. Para o autor (*ibid*, p. 60), seriam “restrições invisíveis, mediadas ideologicamente, naturalizadas e materializadas nos costumes”, onde a violência e a exclusão social, construídos historicamente, seriam voltados contra grupos específicos, e portanto, da natureza das relações sociais.

Adorno (apud GUERRA 2001, p. 31) refere que de fato a violência possui uma relação social e histórica, atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência, que muitas vezes reduz a plenitude e liberdade da vida pela “coisificação” dos indivíduos.

Sob esta ótica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamentos vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. [...] Ao mesmo tempo em que ela expressa relações entre classes sociais, expressa também relações interpessoais [...]. Ela tem referência à vida, porém à vida reduzida, esquadrihada, alienada; não a vida em toda sua plenitude, em sua manifestação prenhe de liberdade. A violência é uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, à supressão, à anulação.

Os entendimentos e definições de violência são assim inúmeros, sendo difícil uma definição precisa da sua natureza e de suas causas. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), em um olhar mais voltado à saúde pública, fatores biológicos e individuais explicam a predisposição para a agressão, interagindo com fatores familiares, comunitários, culturais ou outros fatores externos, criando situações em que a violência pode ocorrer (DAHLBERG E KRUG, 2006, p. 1164). A OMS define então a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (*ibid*, p.1665).

Para Dahlberg e Krug, o termo "uso de força física ou poder", passa a incluir negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos auto-infligidos, pois a violência que não produza necessariamente sofrimento ou

morte, mas que, apesar disso, impõe um peso substancial em indivíduos, famílias, comunidades e sistemas de saúde em todo o mundo.

A OMS define portanto a violência na medida em que esta diz respeito à saúde ou ao bem-estar dos indivíduos. Inclui todos os atos de violência, quer sejam públicos ou privados, reativos, ou antecipatórios ou mesmo criminosos ou não. A tipologia proposta pela OMS divide a violência em três amplas categorias, segundo as características daqueles que cometem o ato violento: a) violência autodirigida (comportamento suicida e agressão auto-infligida); b) violência interpessoal (violência de família e de parceiros íntimos, e violência na comunidade); e a c) violência coletiva (social, política e econômica). E com relação à natureza dos atos violentos, pode ser: 1) física; 2) sexual; 3) psicológica; 4) relacionada à privação ou ao abandono (DAHLBERG E KRUG, 2006, p.1665).

Não se pode negar o cruel impacto da violência. Segundo Dahlberg e Krug (2006), a cada ano, mais de um milhão de pessoas perdem a vida, e muitas mais sofrem ferimentos não fatais resultantes de auto-agressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva (p.1164). Só no ano 2000, estima-se que cerca de 1,6 milhão de pessoas em todo o mundo morreram de violência auto-infligida, interpessoal ou coletiva, em uma taxa geral relacionada à idade de 28.8 anos para uma população de 100.000 (*ibid*, p.1170).

Porém, as mortes são apenas a “ponta do iceberg”. Um número maior de atos violentos ocorre sem ser visto, como a sexual, pois suas vítimas são forçadas a guardar silêncio sobre suas experiências, cujas causas estão “enraizadas no tecido social, cultural e econômico da vida humana” (DAHLBERG E KRUG, 2006, p.1164). Em muitos países, por exemplo, há uma forte pressão cultural para manter a violência escondida, ou simplesmente para aceitá-la como “natural”. As vítimas podem se recusar a discutir experiências violentas não somente por vergonha ou tabu, mas por medo.

Reconhecer ter participado de certas ações violentas, como o estupro, pode resultar em morte em certos países. Em certas culturas, a preservação da honra familiar é um motivo tradicional para matar as mulheres que tenham sido estupradas, assim chamada “morte de honra” (DAHLBERG E KRUG, 2006, p.1171).

Assim, apesar de a violência custar bilhões de dólares em despesas anuais com cuidados, o custo humano de dor e sofrimento, é inestimável, se convertendo em uma verdadeira epidemia, o que a caracteriza como um problema de saúde pública. A evidência existente indica que as vítimas de violência doméstica e sexual têm mais problemas de saúde, custos significativamente mais altos de tratamento de saúde, e consultas mais frequentes aos

atendimentos de emergência durante toda a sua vida do que os que não sofreram tais abusos. O mesmo sucede com vítimas de abuso e abandono infantil (DAHLBERG e KRUG, 2006).

Estas violências silenciosas, que atingem as famílias e mancham a história de mulheres, crianças e adolescentes, é o resultado da complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais, que devem ser vistos sempre em uma forma global, integrada e contextualizada.

Quando falamos de tais violências, estão implicados aí questões de gênero e poder, enquanto categorias interdependentes. Para Saffioti (2001), a violência de gênero é um conceito amplo, que abrange a vitimização de mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos (sendo mais comumente voltada pcontra o sexo feminino). Ela se dá no contexto de exercício da função patriarcal, onde “os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (*ibid*, p.115).

Perelberg e Miller (1994, p. 76) postulam que

as mulheres são produto de pelo menos dois mil anos de cultura patriarcal, que tem se manifestado quase universalmente, sem levar em conta todas as distinções aparentes que nos pedem que consideremos importantes: marxismo, capitalismo, tribalismo, monarquia, democracia – em todos esses sistemas os homens tem sido considerados o temas e as mulheres o outro, o objeto.

Gonçalves (2003, p. 182) afirma ainda que a violência na sociedade brasileira é funcional, ressaltando que, realmente, dados da história recente do país mostram que “a base patriarcal da cultura foi incorporada pelos sistemas legais, contribuindo para reforçar a idéia de que a autoridade pode sustentar-se legitimamente na desigualdade e na tutela do mais fraco pelo mais forte”.

Para Saffioti (1997, p. 154), em nossa sociedade, nascer mulher já é estar em desvantagem, pois além de ser mais fraca (fisicamente) que o homem, mesmo quando revida para se defender de agressões, acaba sendo mal vista pela sociedade, pois esta só legitima a violência praticada por homens, acreditando que “obedecer ao macho faz parte do destino de mulher”.

Saffioti postula ainda que, embora o adulto desfrute de uma autoridade frente à criança e ao adolescente, este poder aumenta quando o adulto é um homem e a criança ou adolescente é mulher. Além disso, nestes casos, especialmente quando se dá dentro do ambiente doméstico, apresenta grandes chances de cronificação. De fato, Adorno e Horkheimer, com a teoria crítica da sociedade, referem que “a família desenvolve em seu

interior as relações autoritárias que se articulam dialeticamente com o autoritarismo social, além de ser reprodutora do consenso acrítico” (CANEVACCI, 1981, p. 211).

Segundo Martins (2010), esta legitimação da violência contra mulheres no interior das famílias se dá pelas estruturas hierárquicas e patriarcais sustentadas pela cultura, que coloca o homem em lugar de destaque e privilégio na sociedade e na família, inviabilizando a mulher a sair da relação violenta. De fato, para Saffioti (1999, p.83),

[...] a inserção da mulher na sociedade é marcada por um papel de subordinação que não explicita necessariamente as desigualdades entre homens e mulheres, pois a desigualdade é vista como natural, visto que é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais.

Desta forma, a violência contra o gênero feminino, especialmente quando envolvido a sexualidade, constitui, segundo Martins (2010, p. 46), um verdadeiro “aviltamento dos direitos humanos e liberdades essenciais, atingindo a cidadania das mulheres, impedindo-as de tomar decisões de maneira autônoma e livre, de ir e vir, e de expor opiniões e desejos, direitos considerados inalienáveis de todo ser humano”. Esta violência se torna mais cruel ainda quando se trata da violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.2. A violência sexual contra crianças e adolescentes

A violência contra crianças e adolescentes não é fenômeno recente, visto relatos de sua existência, de diversas formas, desde a antiguidade. Estas nunca foram vistas enquanto sujeitos de direitos merecedores de cuidado e atenção, e por muitos séculos nem mesmo eram vistas como pessoas. O conceito de infância sempre esteve vinculado a uma idéia de “subordinação, de dependência e que no transcurso do século XVII os castigos contra as crianças se tornaram ainda mais bárbaros” (GUERRA, 2001, p. 52).

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente (DEMAUSE apud GUERRA, 2001).

A própria noção de infância como conhecemos hoje é fenômeno relativamente novo. Somente a partir do século XVIII a criança passa a ser vista como alguém que precisa ser cuidada, educada e preparada para a vida futura. Esta noção de infância surge então enquanto uma construção social, a partir da nova organização da sociedade e mentalidade da época (ARIÈS, 2009).

Desta forma, os maus-tratos vividos por crianças e adolescentes têm raízes históricas plantadas profundamente na cultura e na sociedade. Para Araújo (2005, p. 2), o consenso brasileiro que mais se aproxima do conceito de violência contra crianças e adolescentes é:

[...] todo ato ou omissão cometidos pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como abuso e maus-tratos contra crianças e adolescentes o tratamento doentio físico ou emocional, o abuso sexual, a negligência ou outro tipo de exploração que resultem em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (WHO, 1999).

Em linhas gerais, este tipo de violência pode ser dividido em extrafamiliar e intrafamiliar. Chama-se extrafamiliar quando o autor da violência não possui laços familiares ou de responsabilidade com o vitimizado, e embora este agressor possa ser um desconhecido, na maioria das vezes, é alguém que a criança ou o adolescente conhece e em quem confia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009). Tal violência não costuma ser muito pesquisada, porém seus números são significativos em se tratando de adolescentes, especialmente a violência sexual extrafamiliar. Já a intrafamiliar, mais frequente e mais pesquisada, sendo também um grande problema social, ocorre no contexto privado da família, sendo também chamada de violência doméstica. Pode ser entendida como:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2001, p.15).

Desse modo, podemos dizer que a violência contra uma criança ou um adolescente, normalmente perpetrada no âmbito familiar, expressa sempre dinâmicas de poder e afeto, nas quais as relações intergeracionais evidenciam uma assimetria. São relações de subordinação-dominação historicamente construídas, onde os indivíduos estão em lugares opostos e desiguais, cujos membros costumam desempenhar papéis rígidos e possuem uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar.

Compreende-se 4 formas de violência voltadas contra crianças e adolescentes: negligência, física, psicológica e sexual. Negligência seria quando as necessidades básicas da criança ou adolescentes (física, educacional ou emocional) não são atendidas. Aqui se devem levar em consideração as condições sócio-econômicas da família para o provimento das necessidades. A violência psicológica seriam atos ou omissões por pais ou responsáveis que causem danos cognitivos, emocionais ou mentais. A violência física a produção de danos físicos ou morte (com atos de socar, bater, chutar, morder, queimar, sacudir ou outras formas de ferir a criança/adolescente) de forma não acidental, podendo se dar a partir de excessos disciplinares ou punição física pelo uso do poder (GONÇALVES, 2003).

Por fim a violência sexual, objeto maior do presente estudo dentre as violências. Observamos que na literatura nacional e estrangeira, não há uma definição clara entre violência e abuso sexual, dependendo, por exemplo, da cultura e contexto em que os termos são compreendidos, e desta forma, estes termos (abuso sexual e violência sexual) serão utilizados como sinônimos no presente trabalho. Assim, esta se configura como:

[...] todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO E GUERRA, 2000, p.42).

De maneira geral, é considerada uma violência em que uma criança ou adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto, ou mesmo de um adolescente mais velho. Baseado em uma relação de poder que pode se expressar de diversas formas, pode se configurar com ou sem contato físico, e incluir o *voyeurismo*, assédio sexual, abuso sexual verbal, pornografia e exibicionismo, carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus (atentado violento ao pudor), mutilação, tortura e escravidão sexual, o ato sexual com penetração, corrupção ou sedução. Podem ser acompanhados ou não de violência física ou psicológica, além de incluir a exploração comercial na prostituição ou através da produção de material pornográfico.

É ainda uma violência que acomete ambos os sexos e não costuma obedecer nenhum nível social, econômico, religioso ou cultural específico. Azevedo (2001) considera que na violência sexual, a sexualidade está a serviço de necessidades não sexuais: o outro é forçado a ser objeto de um jogo perverso. Para a autora (*ibid*), a etiologia e os fatores que determinam o abuso sexual contra a criança e o adolescente envolvem questões culturais, como o incesto, e de relacionamento, como a dependência social e afetiva entre os membros da família, o que dificulta a notificação e perpetuam o silêncio e o segredo que costuma permear tal tipo de

violência. Questões da sexualidade tanto dos abusadores como das vítimas, também vão estar presentes na etiologia da violência sexual.

Em nível legal, o abuso sexual da criança é definido por afirmações normativas implícitas ou explícitas no contexto dos específicos sistemas cultural, social e legal. As definições normativas relacionam-se a práticas aceitáveis ou inaceitáveis de educação da criança e à posição das crianças em diferentes sociedades. Elas descrevem as normas, limites e fronteiras do comportamento apropriado e aceitável dos adultos em relação às crianças (FURNISS, 1993, p. 12).

De fato, Gonçalves (2003, p. 116) afirma que, ao longo dos estudos psicológicos, concordou-se que a questão da violência contra crianças e adolescentes não é simplesmente produto de personalidades doentias, mas perpassa pelas “condições gerais de vida da família, à dinâmica das relações intra e extrafamiliares e às concepções globais da sociedade sobre infância e práticas de educação e criação infantil”. Para a autora (*ibid*), seria a tolerância que existe na sociedade para os altos níveis de violência que pavimentaria o terreno para a ocorrência da violência familiar.

Outra questão importante relativa à vitimização sexual em crianças e adolescentes é apontada por Gabel (1997, p. 60), que acredita que o ponto central do abuso sexual contra crianças e adolescentes é a questão do poderio: “abuso de poder ou de astúcia, abuso de confiança, ou seja, noções em que a intenção e a premeditação estão presentes”.

Este uso do poder, que em nossa sociedade é hierárquico e assimétrico em relação a homens e mulheres, estando esta última e posição de desvantagem, pode explicar o envolvimento de homens muitos mais velhos com meninas adolescentes jovens, especialmente abaixo de 14 anos, considerado crime em nosso país (estupro de vulnerável), mesmo com o suporte “consentimento” destas. Este homem adulto, independente de apresentar uma psicopatologia, está em uma relação desigual com esta criança/adolescente, ocupa o lugar de dominador e busca estas meninas que, em um lugar submisso e muitas vezes vulnerável psicológica e socialmente, não apresentam resistência ao papel de submisso.

De fato, Santos e Dell’Aglia (2008) pontuam que, apesar das definições de abuso sexual enquanto envolvendo força ou imposição, por ameaça ou força física, nem sempre a violência se dá desta forma. As autoras (*ibid*) acreditam que há na relação um processo de dominação psicológica, onde a criança ou adolescente são envolvidos em atividades sexuais que muitas vezes não compreende em sua totalidade e, conseqüentemente, não está apta a concordar, ou apresenta poucas condições de reagir, não podendo desta forma ser responsabilizada pelos seus atos. A vítima está sob o domínio de alguém em posição de poder e dominação, sendo usado muitas vezes por parte do vitimizador a sedução, iniciando-se

sutilmente, e com a confiança da vítima, os contatos sexuais vão ficando mais íntimos, onde esta muitas vezes nem mesmo percebe sua posição de vítima de violência.

A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes pode configurar-se ainda como relação incestuosa, mas não seria sinônimo de incesto.

Abuso sexual e incesto às vezes costumam ser confundidos, mas não são a mesma coisa. Abuso sexual (ou vitimização sexual) geralmente designa relações sexuais entre um adulto e uma criança. Incesto refere-se a relações sexuais entre dois membros de uma mesma família, cujo casamento seria proibido por lei ou por costume... Muita vitimização sexual é incestuosa e muito incesto é vitimização sexual tal como a definimos: mas eles não são idênticos. Em particular, o contato sexual entre familiares da mesma idade é uma espécie de incesto que não é vitimização e o contato sexual entre um adulto estranho à família e a criança é vitimização que não é incesto (FINKELHOR apud AZEVEDO e GUERRA, 1988, p. 38).

O abuso sexual incestuoso é uma problemática complexa. Palavra derivada do latim *incestus* (significando impuro, manchado, não casto), o incesto, segundo a definição da ABRAPIA (2002, p. 16), é

qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda entre adolescentes, quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade.

Para Mess (apud Martins, 2010), incesto seria o tabu que pesa nas relações sexuais entre pais e filhos e entre irmãos, mas também se estendendo a outras pessoas com grau de parentesco ou afinidade, até mesmo imaginário, não estando, portanto, ligado diretamente à questão do sangue.

O incesto costuma ser mantido em sigilo pela família pelo alto grau de reprovação social, embora ocorra entre diferentes grupos sócio-econômicos, raciais e religiosos. Condenado entre os tabus primordiais de nossa sociedade, recai sobre a vítima uma forte carga de culpabilização. Tal tabu é ainda uma das leis mais primitivas do ser humano, presente de alguma forma em todas as sociedades.

Os estudos antropológicos de Levi-Strauss (2008) são de extrema importância para se entender não só o incesto, mas toda a formação da sociedade e das famílias como entendemos hoje. Assim, a proibição do incesto estaria presente de alguma forma em todas as culturas, e teria a função de garantir a existência do grupo, ou seja, seria a norma estruturante da cultura, a passagem do registro biológico ao social, constituindo “o passo fundamental graças ao qual, pelo qual, mas sobretudo no qual se realiza a passagem da natureza a cultura” (*ibid*, p. 62).

Freud, em *Totem e Tabu* (1976), também elucida as origens das organizações sociais, com suas regras de convívio e crenças religiosas. Com o mito da orda primitiva, refere que ao ser proibido as relações sexuais dentro do clã, mas devendo estas serem buscada fora destas relações intrafamiliares, se permitiu a organização da civilização.

A proibição do incesto permitiria então a diferenciação dentro da família, possibilitando o desenvolvimento do indivíduo e da família. Ou seja, a interdição do incesto é a lei primordial que permite a individualização do ser humano e sua inserção na cultura, delimitando funções, papéis, e sendo assim fator organizador e demarcador de limites. A proibição do incesto teria importância não só para a estruturação do indivíduo, mas para toda a sociedade. Extrapolar este limite, violar esta lei, é desrespeitar o humano e seu direito a uma vida familiar saudável e protetiva, e violação ainda da própria vida em sociedade, deixando muitas vezes sequelas na saúde difíceis de serem sanadas.

2.3. Consequências da violência sexual para crianças e adolescentes

Os autores que pesquisam o abuso sexual (BUTLER, 1979; FURNISS, 2003; KOLLER, 2001; MARTINS, 2010; SANDERSON, 2005), em sua grande maioria, entendem que esse tipo de experiência nunca é ignorada. Necessariamente será significada de alguma forma, por envolver a complexa relação de vínculos familiares, proibição e excitação sexual, embora, para alguns autores, o abuso começa a ganhar sua significação apenas em um tempo posterior à sua realização.

Sobre a gravidade do abuso sexual incestuoso para o desenvolvimento humano, Anna Freud (1971, p. 34) refere que “o incesto e outras formas de abuso sexual praticados por uma figura de autoridade estão em posição mais elevada que o abandono, a negligencia, o maltrato físico ou outras formas de abuso”.

Assim, visto a violência sexual vir permeada por vinculações relacionais doentias, diversos sintomas são apresentados pelas vítimas de violência sexual. Com relação ao abuso incestuoso, Cohen (1997, p. 78) pontua que:

[...] a vítima do ato incestuoso poderá sofrer consequências muito diferentes, que podem variar segundo sua personalidade, a sua idade (física e mental), o grau de violência na consumação do ato, o grau de estruturação da família, ou ainda, segundo sua capacidade de adaptação fora de casa.

Para Furniss (2003), as consequências da violência para crianças e adolescentes podem variar ainda segundo critérios como, a idade em que iniciaram os abusos e a duração destes, o

grau de violência ou ameaças sofridas, a diferença de idade entre vítima e abusador, bem como o grau do vínculo entre estes. Contam ainda a presença ou ausência de figuras parentais protetoras e o grau do segredo mantido. Martins (2010) acredita que tal impacto vai depender também dos recursos individuais e sociais presentes na vida da pessoa que sofreu a violência.

Dentre as consequências possíveis, Furniss refere ser comum crianças e adolescentes apresentarem ansiedade, distúrbios alimentares e de sono, transtornos de estresse pós-traumático, dificuldades escolares e de aprendizado, medo, fobias, distúrbios neuróticos, rituais compulsivos, agressão, hiperatividade e comportamento regressivo. A depressão, isolamento, comportamento suicida, auto-agressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, abuso de substâncias e comportamentos sexuais inadequado são especialmente comuns nos adolescentes.

Dentre as consequências a longo prazo, podemos citar a prostituição, distúrbios psicológicos e psicossomáticos, frigidez, dispareunia, homossexualismo, promiscuidade, impotência, dificuldade de confiar nas pessoas, retraimento, pedofilia e pederastia, dificuldades sexuais no casamento, abuso de drogas, delinquência juvenil, baixa auto-estima, depressão, sintomas conversivos e dissociativos, auto-mutilação, múltiplas tentativas de suicídio (FURNISS, 1993).

Segundo Azevedo e Guerra *et al.* (1997) as consequências de tal abuso são classificadas em orgânicas ou psicológicas (dificuldades de adaptação interpessoal, sexual e afetiva). As alterações físicas (ou orgânicas) não são vistas com frequência nas vítimas de violência, mas em certos casos, quando é acompanhado de violência física, além de lesões decorrentes dos contatos sexuais, pode haver traumas por tentativas de estrangulamento e outros ferimentos em geral. As doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez são também indicadores físicos encontrados entre as vítimas.

Dentre as consequências psicológicas, o sentimento de culpa é uma das manifestações mais comuns apresentadas pelas vítimas de violência sexual. Assim, falar de culpa, de acordo com Lamour (apud GABEL 1997), é referir-se a uma instância moral sobre o que é bem ou mal. Tal instância é primeiramente externa ao sujeito, ou seja, são os valores morais dos pais e da sociedade, para depois serem internalizados, definido por Freud como a instância chamada superego.

Furniss (1993) faz uma interessante colocação sobre a culpa, que teria um aspecto legal e um psicológico. No aspecto legal, a culpa se dá quando uma responsabilidade é violada e devidamente julgada pela justiça, ou seja, o adulto será o culpado. Já o aspecto psicológico, o “sentir-se culpado”, está relacionado ao aspecto relacional entre os envolvidos,

a interação, podendo ambos, abusador e criança sentirem-se culpados. Quando esta criança sente-se culpada, de forma equivocada vale dizer, esta culpa se dá pela sua participação no abuso, reforçada pelas ameaças de responsabilização das consequências caso revele o segredo.

Sanderson (2005) aponta a vergonha como o efeito emocional recorrente em crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Esta seria causada pelo conhecimento por parte das vítimas da ilegalidade das atividades sexuais praticadas por adultos, que não deveriam estar acontecendo com elas de acordo com as normas morais existentes, ainda que o adulto abusador seja de sua confiança e tente convencê-la do contrário. Além disso, muitas vezes o abuso sexual pode proporcionar prazer físico, sendo assim fator ansiogênico e de vergonha para a vítima, tornando mais difícil a exteriorização do sofrimento (GABEL, 1997).

A falta de confiança em terceiros também é uma manifestação comum nas vítimas de violência sexual, a partir do momento em que, sendo abusadas dentro de suas próprias casas, por alguém no qual depositavam amor e confiança, torna-se difícil saberem em quem confiar. Desordens de aprendizagem e baixo desempenho escolar pode ser outro efeito do abuso sexual. Sanderson (2005) refere tal problemática como consequência da falta de concentração, devido preocupação com o próximo abuso sexual a ocorrer, sendo os estudos vistos com pouca prioridade. Butler (1979) relaciona tal dificuldade de concentração à energia despendida para a manutenção do segredo.

Outra característica importante apresentada pelas vítimas é o comportamento sexualizado. Este se caracteriza por um precoce interesse por temas sexuais, apresentando comportamentos de sedução sexualizada e carícias inadequadas para a idade. É um fator que merece cuidado pois, o comportamento sexualizado e o comportamento de vítima, tornam a criança mais vulnerável a novos abusos e a estupros por desconhecidos. É um comportamento que provoca estigmatização social e rejeição, podendo transformar a criança ou adolescente num pária em seu ambiente social mais amplo, desencadeando ainda novos abusos nos lares adotivos e nos lares para crianças. (FURNISS, 2003, p.277).

Este comportamento é um efeito lógico da relação que foi estabelecida entre algoz e vítima, levando esta a identificar o sexo como única forma de vínculo e atenção possíveis. Butler (1979) pontua ainda que, especialmente em adolescentes, a fuga do lar abusivo não apaga a demanda de carinho e contato físico, inclusive o sexual, pois esse acaba por ser a única expressão de amor que compreendem, tornando o sexo um instrumento de sobrevivência, de alcance das necessidades.

A depressão é uma consequência mais grave e a longo prazo dos abusos crônicos. Sanderson (2005) refere tal patologia como consequência da introjeção da culpa, pelo adulto

que lhe acusa constantemente, fazendo com que se sinta cada vez menos valorizada, isolando-se do mundo, e muitas vezes chegando à tentativa de suicídio,

Outras consequências graves a longo prazo seriam os processos psicóticos de cisão, clivagem e negação da realidade. Estes ocorreriam, segundo Sanderson (2005), devido à incapacidade de controlar acontecimentos adversos, acompanhada pelo medo e pela ansiedade. Para Furniss (2003), o fenômeno se deve aos mecanismos anuladores da realidade que a vítima desenvolve dentro da chamada síndrome de segredo, chegando muitas vítimas a desenvolverem personalidades múltiplas, como forma de evitar integrar a realidade do abuso ao todo de sua realidade existencial. Para Rouyer (1997), muitas dessas descompensações aparecem no momento da revelação, pois a criança/adolescente precisaria se adaptar a mudança de situação, onde antes, a coesão era mantida pela dominação do parceiro abusivo.

É possível ainda perceber nos indivíduos que sofreram violência sexual uma alteração da imagem corporal, facilmente observável pelos desenhos que produzem em processos de análise, como mãos e pernas ausentes, ênfase exagerada nos órgãos genitais, com histórias de medo, angústia e perseguição. É comum, nos desenhos, a presença de olhos persecutórios e mãos soltas no espaço, que evocariam a figura do agressor sexual, remetendo à angústia vivenciada.

A experiência sexual precoce, quando geradora de gravidez no caso do abuso sexual incestuoso, poderá deixar marcas nos planos da sexualidade, da afetividade e relacional. Haveria aí uma desorganização do processo maturativo desenvolvimental em curso, e as suas consequências manifestam-se, a curto e a longo prazo, como ansiedade generalizada, medo, culpabilidade, depressão, dificuldades relacionais, dificuldade ao nível do comportamento sexual, e escolar (GIL e LUCAS, 2008).

Outros sintomas que podem ser manifestados pelas vítimas são as fobias, terror noturno com insônia e pesadelos, rituais obsessivos, automutilações e outros mecanismos de autopunição, ligados à ansiedade gerada pelo abuso. Os transtornos alimentares, como a anorexia e a bulimia, são apontados por Sanderson (2005) como uma tentativa da criança de controlar um mundo caótico, ao rejeitar a comida.

As vítimas de abuso podem ainda manifestar mecanismos de adaptação para lidar com o sofrimento, na tentativa de diminuir a expressão dos sintomas, conviver com a situação incestuosa e abusiva, e manter o segredo. Para Summit (apud FURNISS, 1993), um desses mecanismos de adaptação seria a *clivagem*, ou seja, seria como se a criança “fingisse” que não é ela que está sofrendo o abuso, ou “fingir” que determinadas partes do seu corpo não existem, ou tentar entrar em estados alterados de consciência, “como se” estivesse dormindo.

Pode utilizar ainda a conversão da experiência abusiva em seu oposto, ou seja, transforma o ruim em bom. A esperança seria que, posteriormente, a experiência do abuso poderia ser em boa parte apagada de sua vida mental.

Por fim, existe um outro grave dano que pode ser causado às vítimas de violência sexual, um dano secundário decorrente da má ou ausência de intervenção profissional (FURNISS, 2003). Este pode se dar na forma de estigmatização da vítima e familiares por parte dos profissionais, em uma traumatização secundária no processo interdisciplinar, nos conflitos institucionais da rede, bem como no processo família-profissional, quando se dá numa dinâmica punitiva. O dano secundário no processo familiar se dá pela falta de credibilidade na criança e negação de seu abuso, e por fim, o dano no processo individual, pelo próprio comportamento da criança que induz a novos tipos de vitimização.

Desta forma, o autor (*ibid*, p. 23) postula que, no caso de violência sexual contra crianças (e acreditamos que de qualquer vítima de violência sexual), “qualquer intervenção profissional deve, conseqüentemente, ter como objetivo principal evitar o dano secundário pela intervenção, antes de se dedicar à tarefa terapêutica primária de tratar o trauma decorrente do próprio abuso sexual”.

Assim, concordamos com Martins (2010, p. 33) ao impetrar que as sequelas da vitimização sexual “[...] são indelévels, e não sendo essas sequelas suavizadas pela ajuda da família, amigos e profissionais, podem trazer diversos prejuízos à saúde não só na época do ocorrido, pois seu impacto persegue as vítimas, às vezes, por toda a vida”. Por isso, todo o entendimento das manifestações psíquicas, e sintomatologias apresentadas em adolescentes vítimas de violência sexual devem vir contextualizadas com um todo, nunca isoladamente. Estes acarretam sofrimentos reais e palpáveis com conseqüências muitas vezes difíceis de serem mensuradas, mas que não são irreversíveis.

É importante ressaltar que não devemos generalizar os efeitos do abuso sexual para todas as crianças e adolescentes vitimados, pois a gravidade e a quantidade das conseqüências dependem da singularidade da experiência de cada vítima e de como cada uma delas reage ao impacto desse evento em sua vida, bem como, se podem ou não contar com o apoio de amigos, familiares e de profissionais ou serviços que podem ajudar na compreensão e superação das dificuldades originadas pelo abuso sexual sofrido (MARTINS, 2010, p. 172).

Desta forma, quando estas meninas têm a oportunidade de revelar o que lhe aconteceu, recebendo confiabilidade em sua palavra e ajuda, as manifestações mais notórias podem desaparecer, pois ela reencontra razões de viver, embora a angústia possa ainda permanecer sob forma dos diversos sintomas, que merecem atenção e tratamento. Tal

momento de revelação é particularmente cercado de graves descompensações, e até piora de alguns sintomas, devido a todas as medidas instituídas e reações familiares que decorrem desse ato.

É, assim, um momento no qual é fundamental o apoio de familiares e da equipe que presta atendimento ao caso. E é a partir disso que se faz importante compreender de que família estamos falando, o contexto sócio-histórico e cultural em que esta família foi construída, a importância desta para uma determinada sociedade, as relações que são mantidas entre seus membros e a implicação desta com a violência sofrida pelas crianças e adolescentes, a ser explanado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA

Nos estudos sobre a família, diversas teorias vão sendo construídas e questionadas, refutadas ou corroboradas, pelas mais diversas áreas do conhecimento humano. Entretanto, a importância da família, independente da forma que se apresente, é sempre inquestionável, sendo creditada a esta a responsabilidade pela saúde física e emocional não só de indivíduos, mas de toda uma sociedade.

Ao mesmo tempo em que é considerada “manancial protetor, formador, socializador e mesmo empreendedor” (CARVALHO, 2002, p. 7), é também vista como a “matriz dos mecanismos de internalização, de submissão, funcionando como ‘agência psicológica’ da sociedade” (GUERRA, 2001, p. 90).

A família é uma construção social que varia segundo as épocas, se formando a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar. Esse universo do mundo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade nas interações com o meio social em que vivem.

Assim, o modelo de família que conhecemos, a família ocidental, é fruto de diversos agenciamentos culturais (pessoais, sociais, profissionais, de mídia, científicos, entre outros), sendo um fenômeno compreendido através de vários elementos, como conexões entre consanguinidade e afinidade (sistema de parentesco), um sistema de moradia, uma corporatividade, um sistema de atitudes, entre outras características (BRAGA E AMAZONAS, 2005).

Mas apesar de não ser entendida como fenômeno natural, Hériter (1989, p. 85) postula que a família pode ser considerada universal, à medida que não existe nenhuma sociedade desprovida de uma instituição que desempenhe em toda a parte as mesmas funções referidas a esta, como

unidade econômica de produção e consumo, lugar privilegiado do exercício da sexualidade entre parceiros autorizados, lugar de reprodução biológica, da criação e da socialização dos filhos. Neste âmbito, ela obedece sempre as mesmas leis: existência de um estatuto matrimonial legal que autoriza o exercício da sexualidade entre pelo menos dois membros da família [...], proibição do incesto [...], divisão do trabalho segundo os sexos. No entanto, mesmo que o modo conjugal monogâmico, com residência comum dos cônjuges, seja o mais difundido, a extrema variedade das regras que atribuem para o estabelecimento a família, para a sua composição e para a sua sobrevivência, demonstra que esta não é – nas suas modalidades

particulares – um facto natural, mas, bem pelo contrário, um fenómeno altamente artificial, construído, um fenómeno cultural portanto.

A antropologia deu grande contribuição aos estudos da família ao expor a não naturalidade desta, mas que esta tem sim sua construção na cultura. Levi-Strauss (1976) foi um grande expoente a afirmar que os laços de parentesco são um fato social, não natural, fundamentado na aliança entre grupos, a partir da troca e reciprocidade entre os membros.

Szymanski (2002) afirma que de fato a família se relaciona com o parentesco, mas não se confunde com ele, à medida que vai se concretizando na forma de viver os fatos da vida.

O parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consanguineidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento; esta é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. A família é o grupo social concreto através do qual se realizam estes vínculos (*ibid*, p. 40).

A função socializadora é bastante abordada na literatura sobre a família, sendo considerada o primeiro grupo social de um indivíduo, que mediará a transição para outros grupos sociais e culturais da qual faz parte, e como contexto privilegiado de reprodução ideológica, é onde se desenvolvem os primeiros aprendizados relativos aos papéis sociais (BIALOLLI-ALVES, 2000; SZYMANSKI, 2002; VITALE, 2002).

A família como expressão máxima da vida privada é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. É percebida como nicho afetivo e de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações incluídas na própria vida em sociedade. É um campo de mediação imprescindível (COSTA E VITALE, 2003, p. 271).

Petrini (2003, p. 78) postula que a função socializadora da família funciona como recurso individual, uma realidade simbólica que “proporciona experiências no nível psicológico e social, bem como orientações éticas e culturais”. Seria ainda recurso para a sociedade, à medida em que “facilita respostas a problemas e necessidades cotidianos de seus membros”, e sem a qual esta “entraria em colapso” (*ibid*).

Esta função socializadora da família seria tão importante, que Petrini (2003, p. 81) afirma que se esta apresentar dificuldades em cumprir com essa tarefa básica de socialização e amparo aos seus membros, a família se apresentará enquanto um fator de vulnerabilidade, que

junto a outros fatores de risco social, “poderão desembocar em situações de emergência com o incremento da marginalização social”.

Biasoli-Alves (2000), acredita que estes valores socio-culturais, socializadores, são passados à criança especialmente pelos pais, pelos adultos mais significativos. Estes se dão ainda pela convivência de gerações (tios, avós, etc.), onde há “um movimento permanente de oposição entre valores e regras da herança familiar, e valores e regras da herança do tempo presente” (BENINCÁ e GOMES, 1998, p. 178). Assim, acreditando que os indivíduos não são seres passivos, entre o velho e o novo estes reconstróem o que foi socialmente construído, sendo produto e produtor do mundo ao seu redor.

Mas a família não é apenas um objeto social e ser compartilhado entre os membros numa totalidade homogênea. Ela é um universo de relações onde cada família tem sua forma de socialização que é “pessoal e intransferível no seu conteúdo subjetivo, é construída por cada indivíduo, parte como fantasia, parte como relações interiorizadas e posteriormente projetadas no que se poderia denominar *família real*” (SZYMANSKI, 2002, p.59).

É o que Passos (2005, p. 12) afirma ao postular que a compreensão dos processos internos da família “passa inevitavelmente pelas noções de intra-subjetividade, intersubjetividade e transubjetividade como referências que permitem o discernimento daquilo que é próprio ao sujeito, ao outro e ao campo social”. Ou seja, conceber este sujeito familiar “em seu contexto histórico e cultural, o grupo como sujeito coletivo e a sociedade como contorno para ambos: sujeito e grupo” (*ibid*, p. 12).

Salem (1980), ao falar sobre os papéis familiares, afirma que toda sociedade possui uma forma de ver o mundo, e que os grupos, a partir de um conhecimento prévio, atribuem papéis com objetivo de conferir sentido à realidade que os cerca, que precisam constantemente ser vivificados, caso contrario, vão sendo substituídos ou redefinidos, visto o homem e o mundo (produto e produtor) atuarem em uma relação dialética, sendo importante desta forma, centrar-se no contexto do processo interativo. No caso familiar, deve-se considerar ainda a questão geracional e a sexual e de gênero.

Desta forma, Passos (2005) afirma que para se entender as funções da família, e os efeitos da parentalidade na constituição de seus sujeitos, há de se olhar os diferentes laços, as diferentes relações entre os sujeitos, e entre os sujeitos e o todo, bem como a relação destes com a rede social que se encontram, com todos os seus desdobramentos, que nunca se dão de forma linear. Para o autor (*ibid*), todos estes laços dependem do nível de investimentos que são feitos reciprocamente entre os membros, e do reconhecimento que cada um faz do outro no interior do grupo, sendo fundamental que cada sujeito se reconheça em um determinado

lugar, ao mesmo tempo que legitima o lugar do outro, em arranjos que se encontram em constante movimento, particular em cada família.

É preciso olhar a família em seu movimento, e esse movimento de organização-reorganização torna visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Evitando a naturalização da família, precisamos compreendê-la como grupo social cujos movimentos de organização-desorganização-reorganização tem estreita relação com o contexto sociocultural (CARVALHO, 2002, p. 15).

A família portanto “não paira no céu na sua imutabilidade, vive um cenário marcado pelo seu passado, pelos ciclos econômicos e sociais e não está desvinculada de todo um processo histórico” (CARVALHO FILHO, 2000, p. 15). Enfatizando que sua formação não se deu de forma linear, mas coexistindo com outras configurações através das épocas, lugares, e culturas, devemos situar historicamente e culturalmente a família, especialmente a ocidental moderna para compreendermos as famílias de hoje.

3.1. Percurso Histórico da Família Ocidental

Engels (1995) apresenta a partir de Morgan uma evolução histórica da família, que passa por sucessivos estágios de desenvolvimento através dos tempos (passando ainda pelo estados selvagem, barbárie e civilização). Este se refere a *família consaguínea*, caracterizada pelo casamento entre irmãos e irmãs, carnais e colaterais, no seio de um grupo; a *punuluana*, onde agora excluem-se as relações sexuais entre irmãos e irmãs carnais, tendo constituído a partir daí uma espécie de matrimônio por grupos nas comunidades comunistas presentes na fase selvagem, sendo instituídas e formuladas as “gens”; família *sindiástica*, caracterizada pelo matrimônio por pares, com a poligamia e infidelidade vistas como direito apenas dos homens; a *patriarcal*, onde a mulher, os filhos e certo número de escravos submetem-se ao poder paterno de seu chefe, que detinha o direito de vida e morte sob todos, assinalando a passagem do matrimônio sindiástico à monogamia; e por fim a *monogamia* fundada a partir de casamentos mais sólidos, e baseando-se no predomínio do homem, cuja finalidade seria a de procriar filhos com paternidade indiscutível, surgida ainda pelas condições econômicas, e não naturais.

Há ainda a hipótese antropológica, especialmente nos estudos do início do século XX sobre a família na sociedade burguesa moderna, de a família e a organização patriarcal terem

sido precedidas por uma etapa matriarcal. Contudo, segundo Carvalho Filho (2000), estas foram postas a prova e não são mais tão aceitas no meio acadêmico.

Sabe-se hoje, é claro, que esta evolução esquemática e sistemática postulada, é cientificamente infundada (CANEVACCI, 1981, p. 34), porém não deixa de ter sua importância nos estudos da família, especialmente para a questão da monogamia, para a “transformação hereditária dos bens e, portanto, para a ‘invenção’ da família monogâmica patrilinear”, modelo de família estabelecido no ocidente até os dias atuais.

[...] a monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo inaugurou – ao lado da escravidão e da propriedade privada – esta época que se prolonga até os nossos dias, na qual cada progresso é ao mesmo tempo um relativo regresso, onde a felicidade e o desenvolvimento de uns se realizam às custas da infelicidade e da opressão dos outros (CANEVACCI, 1981, p. 78).

O modelo de família conhecido hoje como nuclear, e o mito do amor materno enquanto natural, ou instintual, divulgado especialmente na cultura ocidental, é relativamente recente, e teria sido construído a partir do século XVIII, dentro de um discurso médico e político (ARIÈS, 2009; BADINTER, 1985; POSTER, 1979).

Para Poster (1979), a “família” medieval preocupava-se apenas com a transmissão dos bens e do nome, sendo o casamento, especialmente o aristocrático, um ato político. O próprio Engels (1995, p. 85) afirma que tal união era baseada apenas na conveniência, não por sentimentos sinceros, sendo tal matrimônio apenas “um contrato firmado pelas partes interessadas”.

As mudanças para a visão atual de família na cultura ocidental, bem como para o estabelecimento de um “sentimento” de infância, segundo Ariès (2009), surge entre os séculos XVI e XVIII, a partir das transformações sociais, políticas e econômicas na família medieval. O autor (*ibid*) pontua que, na Idade Média, não havia maior distinção entre criança e adulto, e as crianças pouco ficavam com sua família, onde até os 7 (ou até 10) anos, estas ficavam com “amas de leite”, pois segundo Badinter (1985, p. 77), a tarefa de amamentar não era considerada nobre para uma dama da época: “como a sociedade que valoriza o homem, e portanto o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre os do bebê”.

De fato, durante a Idade Média e na Antiguidade, a maternagem não era valorizada, e a mulher-mãe estava totalmente submissa à autoridade do homem, à autoridade marital e paterna, visto o homem ser considerado “naturalmente” superior à mulher (e aos filhos), ocupando posição central na família: “Fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também o seu centro: tudo deve girar em torno dele” (BADINTER, 1985, p. 76).

As crianças eram ainda entregues a governantas e preceptores para receberem instrução (não formais, como conhecemos na atualidade) enquanto aprendizes (geralmente de tarefas domésticas cotidianas e em atividades sociais), em condição não muito diferente de um adulto. Estas participavam dos jogos e dos trabalhos dos adultos, e seus trajes eram como dos homens e mulheres adultos de sua hierarquia social. Ou seja, a criança era como um “adulto em miniatura”.

Em tal período portanto, segundo Badinter (1985, p. 76), a criança tinha pouca ou nenhuma importância, representando um “nada insignificante ou o quase nada” dentro da sociedade. E como a sobrevivência de crianças na época era reconhecidamente pequena, (alegada a sua fragilidade física nas condições da época), tal fato era usado como justificativa para a indiferença dos pais e da mãe em particular, pois acreditavam que “valia mais a pena não se apegar para não sofrer depois” (*ibid*, p. 83).

Badinter (1985, p. 86) questiona porém se não seria o contrário, se não seria a falta de apego das mulheres a seus filhos que estaria relacionada a alta mortalidade das crianças: “[...] não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número”. Tal apanhado histórico deixa cair por terra o mito do “instinto materno”.

Gonçalves (2003, p. 21) corrobora afirmando que

[...] o contexto de pobreza e escassez de alimentos da sociedade feudal, bem como o ambiente belicoso e a exploração do povo pela nobreza e pelo clero, contribuíram fortemente para que o povo, em geral, considerasse sua própria prole como uma desgraça, um ônus difícil de suportar.

Ariès (2009) afirma que modificações de tais relações, ocorridas especialmente no século XVIII, acompanham as mudanças políticas e sociais da época, quando a sobrevivência das crianças passa a ser importante para a produção de riqueza ao Estado. Além desta justificativa econômica-demográfica, uma nova filosofia propagava ideais de igualdade, liberdade e felicidade, e toda uma força-tarefa se pôs a campo, utilizando até de ameaças, para persuadir as mães a “retornar” aos sentimentos e responsabilidades da maternidade, estando aí, a amamentação e o próprio cuidado da prole. “A verdade é que a criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica” (BADINTER, 1985, p. 153.).

[...] a criança deixa de ser valorizada pela qualidade de sua alma e passa a ser valorizada como mercadoria, ou seja fonte de ganhos para o Estado, seja produzindo riqueza ou aumentando seu poderio militar. [...] Finalmente a criança

deixa de ser considerada um fardo para a família e a sociedade passa a apelar para as famílias conservarem seus filhos vivos (GONÇALVES, 2003, P. 25).

Paralelamente a tais acontecimentos, vai-se desenvolvendo cada vez mais nas relações sociais o estabelecimento de uma vida privada, no lugar da hegemonia da vida coletiva. Casey (1992) afirma que a privatização do espaço doméstico iniciou-se em Florença (visto influência da Renascença), e que esta mudança (separação entre público e privado, trabalho e espaço doméstico), foi resultado de um longo processo.

[...] a vida coletiva vai dando lugar a um espaço privado de vida. As casas modificam sua arquitetura para reservar aos indivíduos locais privados; os nomes se individualizam; roupas, guardanapos e lençóis ganham marcas, de modo a permitir sua identificação. A vida do trabalho sai da casa para a fábrica, modificando o caráter da vida pública. A casa torna-se lugar reservado à família que, em seu interior, divide espaços, de forma a permitir lugares mais individuais e privados (BOCK, 2001, p.19).

Interessante observar que a partir de tais mudanças, a casa enquanto o lugar privado da família passa a significar lugar de afeto, segurança e atenção, refúgio para as frustrações do trabalho, da vida pública. Surge aí o casamento “por amor”, pela livre escolha do parceiro, sendo ao menos em princípio, “um encontro de iguais e não uma relação patriarcal; é um laço emocional forjado e mantido com base em atração pessoal, sexualidade e emoção, e não por razões econômicas; e tem sido ativamente colocado pra funcionar pelo par conjugal” (CARVALHO, 2002, p. 8). Porém, não totalmente livre das conhecidas condições de poder masculino enquanto provedor e o submisso papel feminino de cuidado do lar.

Juntamente com a privatização da esfera privada, consequência, como vimos, da privatização da propriedade, forja-se toda uma subjetividade, todo um conjunto de idéias, costumes e valores que parecem, para quem está imerso neles, naturais e eternos (CARVALHO FILHO, 2000, p. 47).

Esta nova família associa a criança a alguém que precisa de proteção e formação, e a família enquanto a responsável por tais funções. Estes papéis levam então a novos sentimentos e atitudes parentais, sendo esta criança agora o centro das atenções. Passam a receber nomes próprios e a se contar a idade, e os pais passam a se importar em saber quantos e quais são os seus filhos. Mudam-se os lugares das crianças, os cômodos das casas, os móveis, as atividades pertinentes somente a elas, e as proibições (ÀRIES, 2009; BADINTER, 1985).

Assim, são ampliadas cada vez mais as responsabilidades maternas que, com a teoria da mãe "naturalmente devotada", acrescentaram a esta, além da função nutritícia, a responsável pela educação da prole. “Explicaram às mulheres que elas eram as guardiãs

naturais da moral e da religião e que da maneira como educavam os filhos dependia o destino da família e da sociedade. E o povoamento do céu!” (BADINTER, 1985, p. 255). É aí que começa a “valorização da mulher-mãe, a ‘rainha do lar’, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico” (MOURA e ARAÚJO, 2004, p. 47), sempre impulsionado por um discurso higienista médico e filosófico sobre tal “natureza” da mulher.

Porém, a mudança progressiva da autoridade paterna ao amor materno começa de maneira diversa e sobretudo lenta, sendo as mulheres mais desfavorecidas as últimas atingidas pela “nova moda”.

Subsistem grandes diferenças entre as atitudes das mães, que reagem de maneira muito diferente segundo sua classe social. Os recursos econômicos, mas também as ambições das mulheres, condicionam amplamente seu comportamento de mãe. Problema e necessidade para umas, imposição ou opção para outras, a chegada do filho à família é diferentemente vivida pelas mulheres (BADINTER, 1985, p. 226).

Portanto não vai existir um comportamento familiar e materno homogeneamente estabelecido entre os séculos XIII e XIX, visto o considerável número de crianças abandonadas e a mortalidade das crianças ainda confiadas a amas, especialmente nas classes mais pobres.

Se nas camadas altas houve a ênfase nos laços afetivos, nas camadas populares esses mesmos laços foram progressivamente desfeitos e substituídos pelas políticas sociais de intervenção. Nesses segmentos, as estratégias de intervenção ter-se-iam voltado muito mais para o “entrate de liberdades”, tais como o abandono de crianças (assumido ou não pelos pais), as uniões livres (concubinato) e as ações de mendicância e vagabundagem. Em tais famílias, observou-se um progressivo isolamento, operado pela redução de sua “extensividade com o campo social”, ou seja, pela desarticulação de antigas redes de relação e troca de favorecimentos. Uma vez isolada, tornou-se mais fácil ao complexo tutelar controlar a família em seus desvios (DONZELOT, 1986, p.47).

A escola foi outra instituição extremamente importante para as mudanças culturais na família, a partir do momento em que foi delegada a ela a maior responsabilidade pela educação formal das crianças e adolescentes, representando mudança nos papéis parentais. “A escola para todos no século XIX pôs fim ao mito da onisciência paterna, tornando evidente a incapacidade de certos pais para acompanhar os estudos dos filhos, ou mesmo de lhes explicar um dever em casa” (BADINTER, 1985, p. 290). O pai, por exemplo, começa a transformar sua imagem de “pai despótico para o pai mantenedor, responsável pelo conforto e sobrevivência da família” (TOURINHO, 2006, p. 11).

O papel materno da mulher e dos casais também começam a mudar, especialmente a partir de um discurso profissional, especializado, como de médicos, pedagogos, psiquiatras e psicólogos, que ocupando o lugar anteriormente ocupado pela família extensa, determinavam as funções e os papéis familiares (BADINTER, 1985; MOURA e ARAÚJO, 2004; TOURINHO, 2006).

No Brasil, o processo não se deu de forma tão diferente, visto que essa “família patriarcal” também foi transplantada para os trópicos, marcando nossa cultura até os dias atuais (CARVALHO FILHO, 2000).

Entre as principais características da família colonial, encontrava-se a valorização do poder paterno. A mulher e os filhos, assim como os demais membros da parentela, interessavam apenas enquanto elementos a serviço do patriarca, e viam na figura do homem não só o protetor, como o patrão, uma vez que a casa colonial funcionava como pequena unidade de produção, dependendo minimamente de outras instâncias para organizar a satisfação de suas necessidades de consumo (MOURA E ARAÚJO, 2004, p. 49).

A questão patriarcal no Brasil foi trabalhada especialmente nas obras clássicas “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, de 1933, e “Raízes do Brasil” de Sergio Buarque de Hollanda, de 1936, que abordam a questão da família patriarcal na época colonial, cujos valores acreditamos que ainda perduram na cultura brasileira. “Para ambos, o poder patriarcal firmou uma escala de valores que influenciou e influencia, ainda hoje, nossas relações em família e na sociedade” (GOLÇALVES, 2003, p. 178).

É sabido que a história da família ocidental, incluída aí a brasileira, não se configurou em uma forma única nem se transformou de forma linear. Salem (1980) afirma que estudos históricos mostram que a família brasileira era composta por núcleos menores que os formulados pelos autores citados. Porém, apesar das diversas críticas recebidas ao longo das últimas décadas, e mesmo já tendo entrado em colapso há algum tempo (PETRINI, 2003), não se pode negar a influência de tais raízes nas formas de pensar as relações de gênero no país.

Assim, conforme ocorrido na Europa, o desenvolvimento da família moderna como conhecemos também foi influenciado pelas transformações na sociedade e principalmente na burguesia no final do século XVIII, especialmente a partir da chegada da família e corte real, com a criação de um Estado Nacional e o desenvolvimento urbano, também num discurso higienista especializado, e por interesse do Estado. Foi quando

promoveu-se uma “reeuropeização” dos costumes coloniais pela transposição, para o Brasil, de hábitos relativos a uma cultura gestada na Europa. Aliados à mulher e à

criança, valorizando a “família amorosa”, durante o século XIX, os higienistas auxiliaram a família brasileira a assimilar novos valores, nuclearizando-se e urbanizando-se. (MOURA E ARAÚJO, 2004, p. 48).

Novamente a nova cultura não se deu de forma homogênea, atingindo primeiramente e mais intensamente as elites, e ficando de fora, inicialmente, as de menor poder econômico, que não deixou de ser atingida pelo discurso de como a família deveria funcionar, sendo o modelo nuclear burguês, com papéis assimétricos e bem estabelecidos, o modelo “padrão de família”, que perdura até os dias atuais, a despeito das grandes mudanças ocorridas na família ocidental nas últimas décadas.

3.2. A família contemporânea

Várias razões são creditadas para as mudanças ocorridas na família no século XX, para ir se configurando nos diferentes desenhos e valores das famílias que encontramos hoje. “Estão mudando o modo de entender e o modo de viver o amor e a sexualidade, a fecundidade e a procriação, o vínculo familiar, a paternidade e a maternidade, o relacionamento entre homem e mulher” (PETRINI, 2003, p. 60).

[...] tornam-se a cada dia mais visíveis questões como: o aumento da heterogeneidade das estruturas familiares por tipos e etapas do ciclo de vida familiar; a diversidade de arranjos e modalidades de manutenção dos vínculos de solidariedade e subsistência; a ampliação das possibilidades de convivência intergeracional, com o prolongamento da expectativa de vida; os desafios das novas modalidades de solidariedade intergeracional, com o desmonte dos sistemas previdenciários e a escassez de empregos entre as gerações mais jovens. São essas apenas algumas das questões que atravessam o universo familiar na contemporaneidade (MACEDO, 2008, P. 392).

Vitale (2002, p. 92) postula que a família hierárquica (com funções claramente definidos em termos de papéis, e posições por idade e sexo), passa a ser mais igualitária, onde “a identidade é idiossincrática, o homem e a mulher se percebem diferentes como pessoas, mas iguais como indivíduos”. Além de terem minimizados indicadores diferenciais de sexo e idade, e noções de certo e errado, “coexistem com esses ideais igualitários, uma moral mais complacente em termos de modelos de condutas sociais”. A autora (*ibid*) postula assim uma convivência próxima entre os modelos hierárquico e igualitário, como modelos orientadores de socialização.

Dentre as razões para as mudanças na família, destaca-se ao novo papel da mulher na sociedade, quando esta sai do domínio apenas do lar, para conquistar também o espaço

público. Inicialmente, o impulsionador para tal fator foram as guerras mundiais, que obrigaram a mulher a ocupar funções antes designadas apenas a homens. “Esse foi um caminho sem volta, uma vez que à necessidade inicial de assegurar o sustento da família somou-se e seguiu-se um desejo de satisfação pessoal” (TOURINHO, 2006, p. 20).

Outros fatores que podem ser apontados são, a força do movimento feminista a partir dos anos 60/70, que lutou pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, a invenção da pílula anticoncepcional, que permitiu à mulher ter controle sobre sua reprodutividade, o aumento da escolarização e a importância da mulher na economia através de sua força de trabalho, o enfraquecimento do poder da religião no controle da vida das pessoas, os discursos especializados, especialmente os “psi”, sobre a conduta humana, além do aumento da proteção social por parte do Estado, ganhando a família importância na política social (CARVALHO, 2002; CORTEZ E SOUZA, 2008; DE SOUZA ET AL 2000; MACEDO, 2008; PERELBERG E MILLER, 1994; ROMANELLI, 2002).

Tais mudanças, associadas a outras transformações, particularmente de ordem demográfica, e a aspectos relacionados à subjetividade das mulheres – bem traduzidos pelo ideário em torno da emancipação feminina –, permitem constatar ainda um elevado crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres (MACEDO, 2008, p. 392).

Cortez e Souza (2008) postulam ainda que todas estas conquistas permitem às mulheres se empoderarem para maior autonomia tanto no âmbito privado quanto no público.

O empoderamento implica, pois, no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público (inserção em cargos de poder/decisão, educação não sexista e serviços de saúde adequados) e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento de auto-estima e autonomia, reorganização do trabalho doméstico, etc.) (CORTEZ E SOUZA, 2008, P. 172).

A partir destas transformações, vão mudando os papéis e a relação de gênero e de poder e autoridade dentro da família. A mulher agora passa a ser co-provedora ou mesmo chefe de família com provisão exclusiva, e o homem ocidental vive uma “crise de identidade”, onde novos papéis lhes são prescritos, como: dividir as obrigações domésticas e ajuda a cuidar dos filhos; dar à família prioridade igual ao trabalho; discutir sentimentos pessoais com a parceira e outras pessoas; ter mais intimidade emocional com os filhos que seus antepassados; e assim por diante (PERELBERG E MILLER, 1994, P. 208).

Como tais papéis não são estanques, diferentes formas de vivenciar a paternidade podem coexistir, como

[...] tradicional, refere-se aos pais cujas atividades primárias centram-se ao redor do mundo do trabalho, tendo eles pouco a fazer em relação às atividades de cuidar de suas crianças. Moderno, vêem o desenvolvimento bem sucedido das crianças como um objetivo importante, especialmente nas áreas de desenvolvimento da identidade, do papel sexual, desempenho acadêmico e desenvolvimento moral. Emergente, participa mais igualmente com sua esposa das atividades de cuidados da criança. (DESSEN e LEWIS, 1998, p. 110)

Assim, de acordo com Romanelli (2002, p. 85), a clara hierarquia existente na família “tende a ser substituída, gradativamente, por vínculos de relativa igualdade entre marido e esposa, o que mina substancialmente a autoridade do marido e pai”, e conseqüentemente, mudanças também na posição da mulher enquanto esposa e mãe, o que demonstra ainda que gênero de fato é uma “categoria transversal, que se encontra na interface das inúmeras afiliações sociais de homens e mulheres” (GOLDANI, 2000, p.3).

Assim, a família e os papéis estabelecidos a esta vão se modificando ao longo da história a partir das injunções políticas, econômicas e culturais da sociedade. Apesar de tantas mudanças ocorridas na “instituição” família, o que nos leva a falar de “famílias”, e não de família, visto sua diversidade atual, ainda existe muito do modelo hierárquico patriarcal, mesmo quando somente no simbólico, no imaginário social, o que acaba muitas vezes por imputar na mulher um lugar menor e legitimador de violência, necessitando ainda de muitas mudanças nas idealizações e realidades à família.

3.3. Família e violência sexual

A família nem sempre se configura como um lugar de refúgio e proteção, idéia tão difundida na sociedade. Na realidade, para Guerra (2001, p. 96), a família talvez nunca tenha cumprido realmente esta missão protetiva, visto que, apesar de acreditar que hoje os meios disciplinares são menos coercitivos, ainda há violência nas famílias, nos mostrando que “[...] sua face não é sagrada, mas extremamente cruel”.

Desta forma, falar de violência sexual contra crianças e adolescentes é falar de toda uma rede de indivíduos envolvidos numa complexa teia relacional, independente desta ter ocorrido dentro ou fora dos domínios do lar. Segundo Narvaz e Koller (2004; 2009), há na relação abusiva, padrões transgeracionais de reprodução da violência de gênero que são legitimados na cultura, que mantém na família rígidas crenças acerca da distribuição de papéis, que se dão de formas desiguais, assimétricas e injustas. As autoras (*ibid*) acreditam ainda que em tais famílias não há uma relação verdadeira, visto não haver espaço para trocas

(de cuidados, entre outros) e responsabilidades recíprocas ou compartilhadas. Esta se configura no sistema sexista patriarcal vigente até hoje em nossa sociedade, que vai configurando a violência de gênero.

Trata-se de um modo universal, geográfico e histórico, de relacionamentos, nos quais a política sexual implica no fato de que os homens estabelecem as regras de poder e de controle social. No patriarcado, o projeto de dominação implantado identifica a mulher com a natureza. Uma e outra, no seu entender, deveriam ser submetidas pelo homem/macho [...]. Esta organização patriarcal estrutura a família pequeno-burguesa contemporânea e sua naturalização é herdada na constituição de famílias abusivas (NARVAZ E KOLLER, 2004, p. 151).

Esta cultura patriarcal justifica a incredulidade dos adultos quanto ao relato de vitimização sexual de crianças e adolescentes, visto que, “culturalmente em nossa sociedade lhes são negadas as liberdades de expressão, de consciência e de privacidade, como também de participar das decisões que afetam suas próprias vidas” (ELOY, 2010, p.1).

A vitimização sexual é portanto uma relação de poder, e o modo como se distribui o poder nessas famílias, segundo Azevedo e Guerra (1997), frequentemente é exercido da seguinte forma: despoticamente, concentrado na figura do pai (patriarca) ou seu representante; de forma discricionária com relação aos ditos mais “fracos” porque dependem daquele (a mulher e os filhos); e imprevisível, porque as leis do patriarca são feitas de forma absolutista e ele as transgride de acordo com seus interesses e desejos.

Furniss (1993) afirma que existem diferentes padrões de relacionamento nas famílias abusivas, com diferentes funções, operando como mecanismo tanto evitador quanto regulador de conflitos. Afirma ainda que há um rompimento em algumas áreas do funcionamento familiar, no que se refere fronteiras intergeracionais.

A inversão da hierarquia familiar, entre pais e filhos em algumas áreas, conduz a incongruências entre os diferentes níveis de funcionamento familiar, o que é desorientador e perturbador para a criança. No nível do cuidado prático, não parece haver diferença nos padrões da família com abuso sexual e as outras famílias. No nível sexual, a dependência estrutural da filha ou do filho, enquanto criança se opõe ao seu papel de parceiros pseudo-iguais no inadequado relacionamento sexual intergeracional com a pessoa que abusa. (FURNISS, 1993, p. 50)

O abuso sexual teria ainda uma doentia função em relação aos conflitos nas famílias. Para Furniss (2003), as ditas famílias organizadas (a família “perfeita” perante a sociedade) mantêm rígido rigor moral quanto à sexualidade, mas os pais têm um conflito sexual conjugal, e o abuso teria papel de evitador de conflitos. Nas chamadas famílias desorganizadas, onde

não há fronteiras claras entre os papéis de seus membros, ou a preocupação com a imagem familiar, os conflitos que levam a situações de violência e os abusos sexuais teriam função reguladora ou apaziguadora, a fim de diminuir as agressões.

Segundo Foward e Buck (apud MARTINS, 2010 p. 93), a violência sexual incestuosa, ao invés de ser a causa de uma ruptura familiar, é na verdade resultado desta, pois nesta, os membros familiares “estão muitas vezes emocionalmente isolados uns dos outros e há geralmente uma boa quantidade de tensão, um caos emocional, e uma confusão de limites individuais e papéis familiares, o que prepara a cena para o incesto”.

O incesto seria para Cohen (1997) justamente o sintoma de uma crise familiar, que teria a função (obviamente distorcida) de manter a família unida. A sua ocorrência estaria associada à ausência de uma estrutura familiar que limite a relação incestuosa e também à cumplicidade silenciosa, nem sempre consciente, dos outros membros da família. Pontua ainda que, na relação incestuosa, o outro se transforma em um instrumento de realização de seus desejos. Para o autor (*ibid*, p. 216), “quando ocorre um tipo de relação incestuosa devemos considerar que as funções familiares são alteradas: o pai passa a ser marido, e a filha deve também exercer a função de esposa e de mãe de suas irmãs”.

Azevedo e Guerra (1988) caracterizam as famílias incestuosas ou incestogênicas segundo alguns aspectos que possibilitariam a gênese e o desenvolvimento do abuso incestuoso. O primeiro desses aspectos seria a existência de uma confusão no nível das fronteiras intergeracionais e das identidades de seus membros, que pode ser ilustrada, pela transgressão da relação sexual pai/filha.

Outro aspecto, segundo Azevedo e Guerra, é a construção de uma fronteira organizacional pouco permeável ao exterior, ou seja, este tipo de família tem poucos contatos com amigos ou parentes mais distantes. Existe uma forte divisão entre o espaço doméstico e o profissional, e ao mesmo tempo, as relações intrafamiliares são rígidas e estruturadas pelo princípio da homeostase, fundadas em um “viver simbiótico”, que resultam em forte resistência a mudanças.

Um terceiro aspecto apontado é a forma de organização familiar estabelecida sobre um segredo que, às vezes, é conservado por várias gerações, onde a lei moral e social é transgredida no sistema das famílias incestuosas, mas não anulada, sendo substituída por uma lei familiar que se reduz e se resume ao respeito pelo segredo (AZEVEDO E GUERRA, 1988).

Assim, a maior marca da violência sexual contra crianças e adolescentes pode-se dizer ser o silêncio, o segredo. Para Gonçalves (2003, p. 162), este segredo vai existir na

medida em que a violência sexual é condenada pelas normas de uma sociedade, como a ocidental, produzindo um sentimento de estranheza e incredulidade, fazendo com que a família oculte tal segredo para não ser condenada pela sociedade. É um segredo mantido por toda a família.

Para Pizá (2007, p. 57), no abuso sexual intrafamiliar, todos estão envolvidos na preservação do segredo de família, perpetuando o silêncio por gerações, “sob o signo de uma aliança perversa e duradoura”, e especialmente o pai, figura uma autoridade perversa, que “derrota a função paterna como função normativa, colocando a lei no bolso e se dizendo a lei, somente pra exibir seus “privilégios íntimos” e exibir (os filhos) seus troféus”. Desta forma, “nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social” (ARAÚJO, 2002, p. 8)

Guerra (2001) afirma que há uma “aliança solidária” entre os cônjuges na família abusiva, onde a violência de um se dá também pela cumplicidade silenciosa do outro. “Muitas vezes, este mesmo parceiro não agressor separa-se da família e não toma as medidas de proteção necessárias em termos da vítima” (*ibid*, p. 52).

Scodelário (apud Martins, 2010, p. 128), confirma o segredo mantido pela família, apontando algumas razões para a manutenção do silêncio. Para a autora (*ibid*), o silêncio do cônjuge não agressor se dá

[...] por medo do agente da agressão; não querer romper o equilíbrio ou a unidade familiar mantida de forma precária; não querer lidar com perdas, já que tomar uma atitude pode implicar ter de perder o companheiro ou a filha. Já com respeito ao silêncio da criança, a mesma acredita que ninguém pode protegê-la apoiada muitas vezes em seu sentimento, por exemplo, de que a mãe sabe e não consegue fazer nada para interromper a agressão; temor de perder o afeto do agente da agressão; receio de que os outros não acreditem nela ou ainda a julguem culpada; medo de represálias; pode sofrer agressões ou ser retirada da família [...].

Furniss (1993) vai chamar de “Síndrome do segredo” a interação abusiva entre abusador e vítima que forja o silêncio desta. Nesta, as crianças e adolescentes geralmente vivem sob ameaças caso revele o abuso, como de sofrer agressões físicas ou ser morta pelo agressor. Sentem ainda medo de decepcionar a mãe, provocar a separação da família e a morte ou adoecimento de seus membros e ser culpada se ele for preso, e isto prejudicar a família, visto mensagens passadas pelo agressor que geram confusão e culpa.

Em muitos casos, as crianças foram ameaçadas de serem mandadas embora, de serem mortas pela pessoa que cometeu o abuso ou de que esta irá se matar, de que o casamento dos pais irá terminar e de que a revelação conduzirá a desintegração familiar. Essas ameaças à vida e à integridade da criança estão

implicitamente, e muitas vezes de modo claramente explícito, ligadas à atribuição de culpa e total responsabilidade por esses eventos à criança. [...] A ampla gama de ameaças, desde o aviso de que ninguém irá acreditar na criança de toda maneira, até a ameaça de morte, constitui um forte fator externo para que a criança não revele (FURNISS, 1993, p. 31).

Segundo Furniss (1993, p. 32), outras formas utilizadas pelo abusador para manter o segredo são os mecanismos de anulação do abuso pela própria interação, com a criação pelo abusador de um contexto que anula a realidade externa (como a escuridão e o silêncio), a produção de uma realidade própria, que “justifica” abuso (“todos os pais fazem isso”, “faço isso para o seu próprio bem, como forma de iniciá-la”), a transformação do abusador na representação de outro papel (“namorado”, “amigo especial”, “marido”), e pelos rituais de entrada e saída que visam a transformação do contexto e dos papéis, indicando que a interação abusiva vai iniciar ou terminar (determinadas horas do dia, gestos ou frases especiais, momentos oportunos).

Ribeiro *et al.* (2004) referencia ainda que, no ambiente doméstico, existem condições que facilitam situações de violência sexual, como os limites impostos pela privacidade que isolam a família do domínio público, proporcionando aos agressores, um local para o crime perfeito, praticado sem testemunhas ou encoberto pelo silêncio da vítima. Além disso, as autoras (*ibid*) afirmam que não é incomum a desqualificação do discurso das crianças quando revelam o abuso sexual, enfatizando que é muito raro uma criança mentir deliberadamente sobre o assunto, sendo mais fácil negá-lo por ameaças e seduções do agressor.

Para Ferencsi (apud CROMBERG, 2004, p. 179), esta relação entre a vítima e vitimizador, é baseada no medo, o que faz com que crianças (e adolescentes) se sintam

[...] física e moralmente sem defesa, sua personalidade ainda muito fraca para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos, deixam-nas mudas, e podem até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as automaticamente a se submeter a vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se completamente de si, e a se identificar totalmente com o agressor. Por identificação, digamos por introjeção do agressor, ele desaparece enquanto realidade exterior e torna-se intrapsíquico.

Segundo Furniss (1993), nas famílias incestuosas, muitas vezes a vítima não se sente emocionalmente compreendida nem adequadamente cuidada por nenhum dos pais. “Elas experienciam suas mães ou como emocionalmente rígidas e distantes, ou sentem que elas não iriam acreditar, nem protegê-las do abuso paterno” (*ibid*, p.53). Assim, as crianças que não se

sentem próximas à mãe, muitas vezes buscam na figura do abusador o cuidado emocional, mesmo tendo traído sua confiança ao lhe abusar sexualmente, mostrando que relacionamentos danosos podem ainda ser fortes e importantes. Tal fator é corroborado por Miller (2002), que afirma que muitas vezes, o abusador é a figura mais presente e mais amorosa de sua vida, o que dificulta a revelação.

Nas crianças que sofreram o abuso sexual, os sentimentos de ser especial, de rivalidade e triunfo podem chegar muito perto de uma extrema culpa, sentimentos de total desvalia e sentimentos de ser suja e não amada. A atuação e punição auto-destrutiva, ao repetir o padrão abusivo em outros relacionamentos, é frequentemente uma expressão do apego continuado, forte e destrutivo, em relação à pessoa que abusa (FURNISS, 1993, p.54).

Esta relação seria para Saffioti (1997) uma das maiores diferenças entre a violência extrafamiliar e a intrafamiliar, pois nesta última, há uma relação afetiva, e muitas vezes esse é o único tipo de “amor” possível por parte do pai, e essa sedução deixa consequências muito mais deletérias do que ser estuprada por outra pessoa, pois nesta última circunstância, “como a vítima não é dependente social e psicologicamente do estuprador, tem total liberdade para odiá-lo. O mesmo não se passa com a filha em relação ao pai” (*ibid*, p. 181).

A culpa alimentada pela vítima, especialmente pela incapacidade de opor resistência ao pai, visto o abuso de poder deste, é para Saffioti (1997), um dos maiores fatores para a manutenção do segredo. “A menina sente gigantesca responsabilidade na preservação a integridade da família. Este seu poder/dever funciona como um ato de expiação da culpa, que a mantém solitária e envergonhada” (*ibid*, p. 181).

Estes confusos afetos ambivalentes que expressam sentimentos e atitudes contraditórios, assumem na dinâmica psíquica do incesto “amor e ódio, desejo e temor, sim e não, coexistindo permanentemente sob a forma secreta e poderosa de dominação sexual” (PIZÁ e BARBOSA, 2004, p. 30). Tais afetos levam muitas vezes a respostas erotizadas nas crianças, que em muitos casos, deve-se ao fato de esta ser uma das únicas formas de contato físico que a criança e adolescente vivencia dentro de casa. Cuidado, orientação e proteção, são trocados por atitudes de posse e invasão ao corpo da criança e do adolescente.

Assim, a criança e a adolescente fica dividida entre o amor que sente pelo progenitor e o ódio diante da violência física e emocional exercida por este. Essa ambivalência afetiva, assume proporções que podem prejudicar o desenvolvimento de crianças e adolescentes vitimadas, tanto sexual, quanto social e moralmente.

Desta forma, o momento da revelação, em que o abuso sexual vem a tona, é extremamente delicado. Para Gabel (1997, p. 74),

durante a crise de revelação e, sobretudo, nos quadros de abuso sexual intrafamiliares subestima-se a ambivalência e a culpa da criança, da mesma forma como se ignora quase sempre a série de pressões familiares contra as quais é muito difícil lutar. A retratação, na maior parte dos casos, visa, portanto, restabelecer a aparente coesão familiar que precedia a descoberta. Nesse sentido é um verdadeiro sintoma de adaptação trágico, pensando bem, que deveria a priori reforçar as suspeitas de abuso e não ao contrário.

Assim, segundo Furniss (1993), nos casos de abuso intrafamiliar, diante da revelação, uma das atitudes típicas é, justamente, a negação, uma tentativa de não significá-lo. Essa atitude é especialmente comum nas famílias em que não foi a mãe quem tomou a iniciativa de denunciar o crime, mas uma pessoa estranha ao núcleo familiar. Muitas vezes, mesmo diante da admissão legal do abusador e diante de provas periciais, algumas mães continuam negando o fato. Por isso não é incomum após a revelação e denuncia da violência sexual intrafamiliar, que esta mãe queira “retirar a queixa” e não retornar com a filha vitimada para os tratamentos de saúde, por exemplo.

Uma variante da negação, para Furniss, é a percepção da criança abusada como bode expiatório: diante da revelação do abuso e de todas as consequências negativas sobre a família, como separação, prisão e vergonha pela exposição pública, os cuidadores não abusivos voltam sua agressividade sobre a criança e culpam-na por todos os males da família. O autor (*ibid*) destaca ainda que os mecanismo de defesa mais utilizados pela família incestuosa são a negação e a racionalização. Assim, o pai pode negar e racionalizar o contato sexual com sua filha, justificando que sua atitude para com esta última tem a finalidade de lhe proporcionar educação sexual. Esses mecanismos representam um fator de resistência no assessoramento e tratamento da família incestuosa.

Nesse sentido, a mãe rejeita a realidade do abuso por não suportar a idéia de perder a relação de dependência estabelecida com seu marido. A filha, ao negar a experiência incestuosa e conter seus afetos, tenta assegurar a fantasia de ter pais normais e preservar o equilíbrio da família.

[...] os ataques sexuais constantes dos pais à criança colocam mãe e filha numa situação de traição mútua. A filha trai a mãe tomando o lugar dela e tornando-se a ‘outra’. Isso confirma a imagem que a mãe tem de si mesma e da própria sexualidade como inaceitáveis, inadequadas ou monstruosas, negando também sua capacidade de cuidar da filha. A mãe trai a filha não atendendo seu pedido de proteção (PERELBERG e MILLER, 1994, p. 155).

Muitas vezes, para Furniss (1993, p. 52) “o desenvolvimento da confiança e proximidade emocional entre mãe e filha fica bloqueado por sentimentos de rejeição ou

culpa”. Tal fator impediria a mãe de detectar a violência e oferecer ajuda a criança. Por outro lado, a mãe protetiva, apesar de nem sempre conseguir impedir que o abuso sexual ocorra, quando este acontece, não tem continuidade, pois elas

[...] captam os sinais de abuso sexual por parte das crianças, que falam a respeito e são acreditadas. Ou elas reconhecem mudanças no processo familiar, quando os maridos e filhos começam a se comportar de modo estranho. Quando detectam indicadores de abuso sexual ou descobrem, em flagrante, elas levam a sério o que viram e ouvirem e agem de acordo com isso. Elas geralmente tomam medidas para proteger a criança e induzem uma revelação (FURNISS, 1993, p. 53).

Ferenczi (1992) pontua ainda que muitas vezes, algumas mães, ao ouvirem o relato de abuso sexual da filha, significam este como uma consequência do comportamento sedutor desta, tornando-se passivas ou mesmo cúmplices silenciosa do abuso, chamando tal atitude hipnose materna ou hipnose de insinuação.

Assim, esta relação com a mãe pode ser bastante complexa e patogênica para a adolescente em formação, pois, segundo Cromberg (2004, p. 35),

a ontogênese afetiva que se passa entre os corpos aponta que a mãe é uma estrutura afetiva, antes de ser uma estrutura de parentesco, ao passo que o pai nasce de uma vez, através da designação. O vínculo se tecerá em função das circunstâncias e do talento dos parceiros. Esta ontogênese diferencial, segundo os sexos e o poder separador da função paterna, explicam que a gestão da distância afetiva module os gestos e os comportamentos.

Devemos lembrar que, ao falar a mãe, não se pode tirar de foco a responsabilização do agressor, pois este caráter patriarcal presente tais relações, não são exclusivas das famílias incestuosas (MARTINS, 2010). Além disso, existem diferentes padrões de relacionamento e diferentes funções do abuso sexual, e cada caso deve ser visto pensado nos determinantes sócias, econômicos e culturais que a família está inserida, ressaltando que a violência sempre pode ser interrompida, sendo importante uma rede de apoio social a quem esta possa confiar para se tornar uma família mais saudável e protetiva.

É neste sentido que se faz necessário cada vez mais pesquisas sobre a temática, especialmente as de metodologia qualitativa com viés psicossocial, dentro de uma ética do cuidado, e sob a perspectiva daquelas que sofreram a violência, como o presente trabalho, cuja metodologia pontuaremos a seguir.

CAPÍTULO IV - PERCURSO METODOLÓGICO

4.1. Referencial Teórico-Metodológico

A pesquisa em Psicologia se constrói a partir de uma dialética permanente entre teoria, método e prática. Sendo a ação humana marcada pela variedade, multiplicidade, imprevisibilidade, e ao mesmo tempo pela intencionalidade e reflexão, com razões e motivos inseridos no contexto da ocorrência do fenômeno, faz-se necessário a elaboração de epistemologias e metodologias capazes de sustentar formas de produzir conhecimento nas ciências humanas e sociais.

Assim, os sentidos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos homens em suas interações sociais, objeto das ciências humanas e sociais, seriam impossíveis de serem construídas pelas vias tradicionais das ciências naturais, chamadas positivistas, monotéticas, cuja intenção é a busca de explicações causais, marcadas pelo controle, estabilidade, objetividade, generalizações e análises dedutivas, neutralidade, quantificações, e centradas nas possibilidades de reprodução do evento.

A psicologia dentro das ciências sociais vem então em busca de um novo paradigma da ciência, uma visão sistêmica que possibilite lidar com as necessidades dos homens, e dar conta de sua realidade. Neste novo paradigma, a visão da simplicidade é trocada pela da complexidade, a estabilidade pela instabilidade, e a objetividade pela intersubjetividade. Para Vasconcelos (2002, p. 97), dentro deste novo paradigma, as ciências humanas vêm resgatar a convicção de que há grande diferença entre o homem e a natureza, visto que

os fenômenos humanos são de natureza subjetiva, e não se deixam captar pela objetividade, como acontece com os fenômenos naturais; de que o cientista social não pode libertar-se dos valores que informam sua prática, não só cotidiana, como científica. Estabelece-se então definitivamente a ruptura entre ciências objetivas e ciências humanas, entre ciências na natureza e ciências do homem.

Desta forma, o conhecimento científico nas ciências psicológicas, a partir deste novo paradigma, busca superar os imperativos epistemológicos positivistas, visto que, segundo Günther (2006, p. 142), “o que se busca não é explicar a relação antecedente e consequente (nexos causais) e sim compreender uma realidade particular na sua complexidade (influência mútua dos atores sociais na construção de sua realidade)”. Faz-se necessário uma maneira diferente de fazer ciência pois, de acordo González-Rey (2002, p. 26), “o resgate do

individual e da dimensão construtiva do conhecimento adquire significação essencial no caso da psicologia”, considerando um dos principais objetos de estudo desta, a subjetividade.

A subjetividade, dentro deste novo modelo paradigmático, seria vista como um sistema aberto, abrangente e irregular, que impede sua codificação em categorias rígidas e imutáveis, ou em entidades objetivas suscetíveis de medição, manipulação e controle, como nas ciências tradicionais. Esta exige construções teóricas e metodológicas que permitam seguir as evidências complexas e indiretas do fenômeno nas expressões diferenciadas, contraditórias e em constante desenvolvimento do sujeito (GONZÁLEZ-REY, 2002).

É um sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação, sendo constituída tanto no sujeito individual, como nos diferentes espaços sociais em que este vive, sendo ambos constituintes da subjetividade, atravessada pelos discursos e produções de sentido que configuram sua organização (GONZÁLEZ-REY, 2005).

Assim, para a satisfação metodológica da presente pesquisa com adolescentes vitimadas sexualmente, entendendo a subjetividade enquanto individual e social, a abordagem qualitativa foi a que melhor possibilitou responder aos desafios do pesquisador, na busca de “formas diferentes de produção do conhecimento em psicologia que permitam a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana” (GONZÁLEZ-REY, 2002, p.29).

A pesquisa qualitativa, ou idiográfica, caracteriza-se pela busca de elucidação pelo caráter interativo do conhecimento dos processos complexos da subjetividade, ou seja, pelas relações entre pesquisador e pesquisado, aceitando os imprevistos e os utilizando para seu estudo. É também o desafio de interpretar e dar sentido às expressões do sujeito, sem cair no reducionismo do indivíduo. Enfim, é qualificar a singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento.

Para Bauer e Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais. Günther (2002, p. 202) enfatiza que “a concepção de objeto na pesquisa qualitativa deve ser sempre vista na sua historicidade, no que diz respeito ao processo desenvolvimental do indivíduo e no contexto dentro do qual o indivíduo se formou”.

Outra característica da metodologia qualitativa de investigação, é que esta visa detectar as regularidades contidas em um conjunto de elementos que, direta ou indiretamente, poderão adquirir uma significação para a teoria, seja porque ainda não foram integradas na construção teórica ou vêm a confirmar hipóteses teóricas específicas. Deste modo, essa forma

de pesquisa científica busca realizar uma integração teórica sobre as relações entre eventos ou processos.

Gonzalez Rey (2005) afirma que a pesquisa social apóia-se em dados sociais que são o resultado e são construídos nos processos de comunicação. A partir desse entendimento, destaca-se o estudo da implicação do sujeito pesquisador como um dos momentos significativos da pesquisa em Psicologia. Em vez de considerá-lo como independente da construção de seu sujeito objeto de estudo, entende-se que se deve incluí-lo como parte integrante do processo. Construir um conhecimento que exclua as emoções, opiniões e valores pessoais do pesquisador, significa construir um conhecimento defensivo que o desimplica do fenômeno estudado, estando assim incompleto, truncado (VIEIRA FILHO e TEIXEIRA, 2003).

A produção teórica na pesquisa faz o pesquisador comprometer-se de forma permanente, implicando sua reflexão constante sobre as outras informações que aparecem nesse processo. O pesquisador como sujeito não se expressa somente no campo cognitivo, sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo marcado por sua história, crenças representações, valores e todos aqueles aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva (GONZÁLEZ-REY, 2005, p. 36).

Barus-Michel (2004), também afirma que o conhecimento surge de uma co-construção entre o pesquisador e o sujeito pesquisado pelo fato de ambos serem da mesma natureza, devendo por isso o pesquisador estar em constante questionamento sobre si mesmo, visto sua subjetividade influenciar a relação e compreensão do fenômeno a ser investigado. A epistemologia qualitativa pode ser entendida então como “um processo de comunicação, um processo dialógico onde pesquisador converte-se em um núcleo gerador de pensamento que é parte inseparável do curso da pesquisa” (GONZÁLEZ-REY, 2005, p.34).

Deste modo, a pesquisa qualitativa, através da linguagem, parte de um posicionamento dialógico entre pesquisador e sujeito pesquisado, que se interferem mutuamente e continuamente, valorizando as subjetivações emergentes nesta relação, acreditando ser impossível uma ciência social sem a participação do pesquisador e com controle da subjetividade, ignorando a emoção, a individualização, a contradição, e o caráter interativo. Tais conhecimentos são então indissociáveis da experiência da qual saíram, e desta forma, deve haver a participação ativa dos atores sociais nas mudanças que lhe dizem respeito, permitindo ao sujeito aprender, ou compreender uma totalidade significativa, na qual ele está incluído (LEVY, 2001).

Tal entendimento se fez de extrema importância para o tema e o público da presente pesquisa pois, para González-Rey (2005), uma das características da pesquisa qualitativa é justamente a possibilidade de acesso a temas que são íntimos e sensíveis para as pessoas pesquisadas, como uma violência sexual, onde se necessita a criação de um vínculo com o pesquisador (que se fez através dessa relação dialógica) como condição mesma para o desenvolvimento da pesquisa, o que é permitido e instigado segundo os pressupostos da pesquisa qualitativa.

Pesquisar qualitativamente é ainda definir e redefinir o objeto, e apesar de visar a “descoberta da verdade”, nunca é uma imagem fiel da realidade, pois sempre está envolta de interesses específicos de classes, métodos e teorias. A teoria marxista pontua que as teorias são construídas historicamente e expressam interesses de classes. Portanto, sempre se priorizará aspectos em detrimento de outros, possuindo assim limitações lógicas e sociológicas e dependendo do posicionamento do pesquisador. Haveria assim uma reação dialética entre teoria e realidade.

Assim, tal metodologia considera a ciência enquanto um produto da subjetividade humana, que se dá em uma forma particular e dentro de um determinado sistema teórico. É neste sentido que os princípios teóricos dessa metodologia de pesquisa legitimam o conhecimento por construção. A partir deste entendimento sobre a pesquisa qualitativa, acreditamos ser o olhar da teoria sócio-histórica a que permitiu uma melhor apreensão do fenômeno que se tentou estudar.

A abordagem sócio-histórica surge como uma perspectiva crítica da psicologia que vem dar um novo olhar sobre o homem e sobre o fenômeno psicológico. Rompendo com o modelo tradicional positivista de entender tais questões, bem como de se buscar o conhecimento, caracterizado como compartimentado, objetivista e idealista, acredita na historicidade da experiência humana, refletida na condição social, econômica e cultural em que vivem os homens (BOCK *ET AL.*, 2009).

Esta postura crítica e auto-reflexiva da abordagem sócio-histórica, permite identificar estruturas condicionadoras de poder que acabam naturalizando fenômenos construídos sócio-historicamente, como a violência.

Segundo Bock *et al.* (2009), a abordagem sócio-histórica acredita que a conduta humana não é apenas o produto da evolução biológica, e que o fenômeno psicológico não pertence à natureza humana, e nem preexiste ao homem, mas é sim produto do desenvolvimento histórico e cultural, onde os sujeitos produzem e reproduzem a realidade social, sendo ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela.

Para Freitas (2002, p. 26), a pesquisa qualitativa sob o olhar da perspectiva sócio-histórica, busca valorizar os aspectos descritivos e as percepções pessoais de seus sujeitos e, devem focalizar o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e, por seu intermédio, compreender também o contexto. Adota-se, assim, uma perspectiva de totalidade que leva em conta todos os componentes da situação em suas interações e influências recíprocas.

Desta forma, a pesquisa em tal abordagem preocupa-se em compreender os eventos investigados, descrevendo-os, interpretando-os, e procurando as suas possíveis relações, integrando o individual com o social, e sendo este social o lugar em que o homem expressaria sua singularidade. O enfoque sócio-histórico ajuda o pesquisador a ter essa dimensão da relação do singular com a totalidade, do individual com o social, compreendendo que os sujeitos são construídos na atividade, nas relações sociais via linguagem.

Deste modo, Vygotsky, um dos fundadores do pensamento e movimento sócio-cultural, postula que os estudos que focalizam o ser humano não podem ser examinados fora da relação com o social e nem de uma forma estática. Propõe então que estes sejam estudados em seu processo de transformação e mudança, portanto, em seu aspecto histórico, sendo necessário ir à gênese do fenômeno, reconstruindo a história de sua origem e de seu desenvolvimento (FREITAS, 2002).

Gonzalez-Rey (2005, p. 5) também enfatiza o caráter construtivo interpretativo do conhecimento na pesquisa, compreendendo este como “produção, e não apropriação linear da realidade apresentada, pois o acesso ao real sempre vai ser parcial, limitado”. Desta forma, Freitas (2002, p. 23) acredita que, citando Luria e Bakhtin, outros pensadores sócio-históricos, a pesquisa em psicologia não pode ficar no limite da descrição, mas também não pode perder a riqueza desta, devendo a pesquisa avançar então para a explicação, onde conservando a concretude do fenômeno estudado, servirá de base às ciências humanas.

Assim, acreditando ser a pesquisa uma relação entre sujeitos, conforme os preceitos da pesquisa qualitativa, a abordagem sócio-histórica parte para uma perspectiva dialógica, onde investigador e investigado são dois sujeitos em interação, onde a compreensão do fenômeno se dá na inter-relação pesquisador/pesquisado, o que impossibilitaria a total neutralidade.

[...] o critério que se busca numa pesquisa não é a precisão do conhecimento, mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso também resulta que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo. O mesmo acontece com o pesquisado que, não sendo um

mero objeto, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa (FREITAS, 2002, p.25).

Tendo então como embasamento o materialismo histórico-dialético, a abordagem sócio-histórica busca superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas pregando a inseparabilidade do lógico, da base material, da dialética e do histórico, possibilitando assim a superação da dicotomia sujeito-objeto (AGUIAR E OZELLA, 2006, p.214). Tal perspectiva pontua sujeito e objeto com existência objetiva e real, e formam uma unidade de contrários, agindo um sobre o outro, numa ação que é social e histórica.

As categorias metodológicas da dialética, numa perspectiva materialista permitem o movimento da aparência para a essência; do empírico e abstrato para o concreto; do singular para o universal a fim de alcançar o particular; permitem tomar as totalidades como contraditórias. Aliadas à noção de que o sujeito ativo, em relação com o objeto, é histórico, tais categorias respondem à necessidade de conhecimento do diverso, das particularidades, do movimento, sem cair no relativismo e sem perder o sujeito, que, assim entendido, é necessariamente integral, pleno. Permitem ao mesmo tempo explicar e compreender (GONÇALVES, 2009, p.124).

Para Frigotto (apud FREITAS, 2009, p.10), a dialética materialista se explicita ao mesmo tempo como “uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação. Há pois, um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento novo e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação”.

Para se analisar estas determinações que estão inseridas nos processos dialéticos, constitutivos do sujeito, parte-se para o conceito que Aguiar e Ozella (2006) chamam de mediação, enquanto uma categoria que rompe as dicotomias externo-interno, objetivo-subjetivo, significado-sentido. Mediação seria uma instância que relaciona os objetos, processos e situações, sendo centro organizador objetivo entre singularidade e universalidade. O pesquisador então vai agir nessas mediações, nessas particularidades, buscando os sentidos mediados pela linguagem (instrumento fundamental da constituição do sujeito) e seus signos (instrumentos psicológicos de natureza social), que permite contato com o mundo exterior e consigo próprio, sendo a palavra, resultado do processo sócio-histórico da humanidade, seu principal meio.

Aguiar e Ozella (2006, p. 226) apontam que “ao apreender o significado da palavra, entendemos o movimento do pensamento”, e que esta relação pensamento-linguagem, passa pelos conceitos-chave da abordagem sócio-histórica de significado e sentido, enquanto dimensões diferentes, mas que se completam, um não existindo sem o outro.

Segundo Vygotsky (1998, p. 275),

[...] o sentido de uma palavra é a soma de todos os acontecimentos psicológicos que essa palavra desperta na nossa consciência. É um todo complexo, fluido, dinâmico que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado mais não é do que uma das zonas do sentido, a zona mais estável e precisa. Uma palavra extrai o seu sentido do contexto em que surge; quando o contexto muda o seu sentido muda também.

Para Gonçalves (2001), o sujeito constrói a realidade a partir da construção de significados, e assim se constitui e se movimenta. O significado é social e mais objetivo, sendo apropriado na atividade, o sentido seria mais móvel e variável, modificando-se de acordo com as situações, formado também pela experiência pessoal e social de cada indivíduo. O sentido, dinâmico, se refaz nos discursos, já as mudanças no significado, ocorrem de forma lenta e gradual.

Desta forma, a análise dos discursos das adolescentes sobre a família foram compreendidos dentro de um contexto social mais amplo, composto por contextos individuais, explicitando os significados mais duráveis e as diferenças de sentido desses discursos, sendo influenciados uns pelos outros. Sendo dinâmicos, estes geram novos sentidos a partir de situações específicas, possibilitando criar também novos significados.

Aguiar e Ozella (2006) consideram ainda que tal análise do pensamento implica fundamentalmente a revelação de motivos, necessidades e interesses que orientam o seu movimento. Os autores (*ibid*, p. 228) entendem necessidade enquanto

[...] um estado de carência do indivíduo que leva a sua ativação com vistas a sua satisfação, dependendo das suas condições de existência. [...] se constituem e se revelam a partir de um processo de configuração das relações sociais, processo esse que é único, singular, subjetivo e histórico ao mesmo tempo.

Tal processo se dá quando o sujeito significa algo do mundo social como possível de satisfazer suas necessidades, podendo assim ser vivido como algo que motivará o sujeito para a ação no sentido da satisfação das suas necessidades, modificando o mesmo, criando novas necessidades e novas formas de atividade. Os motivos então se constituem como tal a partir do momento em que o sujeito o configurar como possível de satisfazer as suas necessidades. “Ao se apreender o processo por meio do qual os motivos se configuram, avança-se na apropriação do processo de constituição dos sentidos, definidos como a melhor síntese do racional e do emocional” (AGUIAR E OZELLA, 2006, p. 228).

Desta forma, tal abordagem teórica e metodológica de pesquisa compreende

[...] uma psicologia comprometida socialmente, cujas pesquisas buscam a partir do momento em que propõe uma transformação e construção de uma verdade política e social pela censura aos campos científicos que apresentam uma tendência a-histórica, individualista e universalista, dando um novo significado e recolocando-os

nos contextos histórico e social ao propor uma psicologia histórica que não abstraia os sujeitos dos contextos sociais e políticos nos quais estão inseridos, combatendo o individualismo e partindo dos motivos e comportamentos através das relações dialéticas entre pessoas e comunidade (FURTADO, 2000, p. 223).

Assim, acreditamos que este olhar que considera a história do sujeito, tendo seu fenômeno construído socioculturalmente, dentro de uma perspectiva da alteridade, apontando para uma relação entre sujeitos (pesquisador-adolescentes) e a compreensão da subjetividade a partir deste encontro, foram de grande valia para obtenção dos resultados da presente pesquisa.

4.2. Local da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS. Este foi inaugurado em dezembro de 2006, e localiza-se na Maternidade Municipal Dr. Moura Tapajóz, em Manaus-AM.

A Maternidade Dr. Moura Tapajóz tem como missão “garantir os direitos reprodutivos da mulher da cidade de Manaus, de forma humanizada, usando todos os recursos científicos e tecnológicos existentes”. Esta busca desenvolver atendimentos de qualidade para a população, dando um novo olhar no que diz respeito ao atendimento à saúde da mulher no município de Manaus, considerando a ampliação dos produtos e serviços ofertados.

O SAVVIS vem atender a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da mulher, com atenção especial à violência sexual e doméstica, que prevê ações de ampliação e acessibilidade das mulheres e adolescentes aos serviços de saúde (BRASIL, 2005).

O Serviço possui uma sala própria e funciona atendendo medidas de emergência, acompanhamento, reabilitação e tratamento dos agravos da violência sexual. Conta com uma equipe multidisciplinar composta por médico ginecologista-obstetra, pediatra, clínico geral, perito e psiquiatra (voluntário), enfermeiras, técnicas de enfermagem, psicólogos, assistentes sociais, farmacêutico e técnicos administrativos. O Serviço realiza os exames necessários às vítimas de violência sexual, bem como a dispensação de medicamentos. Possui ainda um leito reservado em uma enfermaria da Maternidade para os casos de necessidade de internação, e é ainda autorizado a realizar o aborto ético previsto em lei para casos de gravidez decorrente de estupro, com idade gestacional de até 20 semanas.

O serviço de psicologia conta com quatro psicólogos que trabalham como diaristas durante a semana, e ficam de sobreaviso nos fins de semana, realizando a intervenção de crise

no momento da chegada da vítima ao Serviço, bem como acompanhamento ambulatorial e psicossocial necessário.

O SAVVIS faz parte de uma rede maior que atende vítimas de violência sexual no município de Manaus, formada por delegacias, casas abrigo, ONGs, e outros serviços de saúde, educação, psicossocial e jurídica, em vista a atender todas as demandas dos seus clientes.

4.3. Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com 10 (dez) adolescentes (entre 13 e 18 anos) vítimas de abuso sexual intrafamiliar (cuja violência ocorreu dentro do âmbito familiar) e extrafamiliar (cuja violência ocorreu fora do âmbito familiar), atendidas no Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS. Destas, 5 (cinco) adolescentes foram vítimas de violência sexual intrafamiliar (4 por figuras paternas e 1 pelo avô), e 5 (cinco) vítimas de violência sexual extrafamiliar (4 por conhecidos e 1 por desconhecido). Todas eram estudantes e possuíam diferentes configurações familiares.

4.4. Procedimentos metodológicos

4.4.1. Instrumentos para coleta de dados

Para Gonzalez Rey (2005), os instrumentos são o meio pelo qual vamos provocar a expressão do outro sujeito, de forma aberta e comprometida, privilegiando a expressão deste enquanto um processo, estimulando a produção de sentidos de informação, e não sendo mera via de produção de resultados. Os instrumentos formam um sistema no qual uns se relacionam com os outros, dando lugar a um sistema único de informação.

Para se alcançar os objetivos da pesquisa, foram utilizadas duas técnicas como instrumento para a coleta dos dados qualitativos: análise documental (anexo 1) e entrevista semi-estruturadas individual (anexo 2).

A análise documental se deu a partir dos dados da ficha de atendimento multidisciplinar que o serviço possui, onde os profissionais colocam os dados coletados nos atendimentos, pertinentes à sua área de atuação. Neste documento foram coletados os dados sócio-demográficos dos sujeitos estudados, como idade, escolaridade, configuração familiar (com quem reside, se pais juntos ou separados, família reconstituída, sustento da mesma),

situação sócio-econômica, bem como dados da violência, como relação com o abusador, tipo de violência sofrida, tempo em que sofreu a violência, agravos e sintomatologias apresentados, entre outros. Ao contemplar tais questões, o documento permitiu que se evitasse abordar na entrevista questões que esta já havia informado anteriormente ao Serviço, evitando-se assim a revitimização.

Para a presente pesquisa, utilizamos como principal instrumento para coleta de dados para alcance dos objetivos propostos, a entrevista individual semi-estruturada. Segundo Bauer e Gaskell (2002), esta é indicada quando o objetivo da pesquisa é explorar o indivíduo em profundidade, quando o tópico de refere e experiências particulares e/ou quando os entrevistados possuem características específicas, sendo ainda a mais indicada quando a investigação aborda assuntos delicados, difíceis de serem tratados em situação de grupo. Para Fraser e Gondim (2004), a escolha de tal modalidade de entrevista (individual), decorre ainda das características ou condições do entrevistado, visto oferecer maior flexibilidade para o agendamento de horário e de local de realização. Tais indicações correspondem com a natureza da presente pesquisa.

Para Minayo (2004), a entrevista é um instrumento que tem o privilégio de possibilitar a fala enquanto reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, transmitindo as representações de grupos em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. O comportamento social e individual obedece a modelos culturais interiorizados, e nas consciências individuais se expressam as consciências coletivas, que podem ser reveladas na entrevista. Para Günther (2006, p. 147), “a entrevista em pesquisa qualitativa visa a compreensão parcial de uma realidade multifacetada concernente a tempo e contexto sócio-histórico específicos”. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.

Embora as experiências possam parecer únicas aos indivíduos, para Fraser e Gondim (2004), as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais. Desta forma, sendo a entrevista uma interação social, está sujeita à mesma dinâmica das relações na sociedade, e sendo esta conflitiva, cada entrevista se expressará de uma forma diferenciada.

Souza (2006) acredita que a entrevista é social na medida em que o sujeito que se expressa, carrega outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social. Pontua então que a entrevista na pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico, marcada pela dimensão do social, não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas concebida como um produção de linguagem, portanto,

dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado.

A fala dos atores sociais permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante [...] (GUNTHER, 2006, p.140).

Desta forma, o roteiro de entrevista visando apreender as motivações, os significados, os valores e os pontos de vista dos atores sociais, previstos nos objetivos da pesquisa, deve conter poucas questões. Ela é uma “conversa com finalidade” (MINAYO, 1994), um guia que deve servir de facilitador para a abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação.

A entrevista deve ser um “guia”, e não nos devemos tornar escravos dele, como se o sucesso da pesquisa dependesse só disso. O entrevistador deve usar sua imaginação social científica para perceber quando temas considerados importantes e que não poderiam estar presentes em um planejamento ou expectativa anterior, aparecem na discussão. Isso deve levar à modificação do guia para subsequentes entrevistas (BAUER E GASKELL, 2002, p. 66).

Bauer e Gaskell (2002, p. 73) pontuam que as perguntas devem ser um “convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir”, devem dar voz à livre expressão do sujeito, obtendo esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes, com sondagens apropriadas e questionamentos específicos para aprofundamento dos aspectos relevantes aos objetivos da pesquisa. Este sistema conversacional, permite ao pesquisador deslocar-se do lugar central das perguntas para integrar-se em uma dinâmica de conversação que toma diversas formas e que é responsável por um tecido de informação o qual implique, com naturalidade e autenticidade, os participantes. Assim, esses participantes se sentem sujeitos do processo, facilitando a expressão de cada um por meio de suas necessidades e interesses, facilitando o emergir de sentidos subjetivos. (GONZALEZ REY, 2005).

Desta forma, considera-se que a relação intersubjetiva é condição para o aprofundamento das questões investigadas, visto que, segundo Günter (2004, p.146), “a abordagem qualitativa advoga que a realidade social não tem existência objetiva independente dos atores sociais, mas ao contrário, é construída nos processos de interações sociais”.

Assim, o pesquisador deve ter uma postura aberta e o roteiro ou o guia de entrevista deve ter certa flexibilidade, e as mudanças que se fizerem necessárias devem ser plenamente

documentadas, bem como as razões que levaram a isso. O tópico guia, além de ser um instrumento orientador para a entrevista, pode ser útil para a elaboração e antecipação de categorias de análise dos resultados (GÜNTHER, 2004).

As entrevistas devem ser consistentes e suficientemente amplas, de modo a evitar inferências desnecessárias ou inadequadas; elas devem ser recorrentes, isto é, a cada entrevista, após uma primeira leitura, o informante deverá ser consultado no sentido de eliminar dúvidas, aprofundar colocações e reflexões e permitir uma quase análise conjunta do processo utilizado pelo sujeito para a produção de sentidos e significados; mesmo considerando que uma boa entrevista possa contemplar material suficiente para uma análise, se houver condições, alguns outros instrumentos podem permitir aprimoramento e refinamento analítico. Para isso, recomenda-se um plano de observação no processo das entrevistas, tanto para captar indicadores não verbais como para complementar e parear discursos e ações que estejam nos objetivos da investigação (AGUIAR E OZELLA, 2006, p. 229).

Assim, a entrevista foi a principal técnica de coleta de dados utilizada na presente pesquisa, tendo favorecido ainda, conforme Günther (2006), uma relação intersubjetiva entre entrevistador e entrevistado, entre a pesquisadora e as adolescentes vitimadas, permitindo através desta interação, uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões destes atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais, no caso, as famílias das adolescentes. Além disso, possibilitou uma maior flexibilização na condução do processo de pesquisa e na avaliação de seus resultados, considerando o papel ativo do entrevistado na construção da interpretação da pesquisa.

4.4.2. Análise dos dados

Quando o sujeito fala de sua experiência, de sua visão de mundo, esta construção expressa um contexto social e histórico mais amplo, onde as narrativas produzidas são constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos, nos quais as biografias se enraízam. No presente trabalho, buscamos o que Bauer e Gaskell (2002) consideram o objetivo amplo da análise, que é procurar sentidos e compreensão, indo além da aceitação do valor aparente da fala que constitui os dados, procurando por temas com conteúdo comum e pelas funções destes temas.

A busca pela apreensão do processo constitutivo dos sentidos e seus elementos na pesquisa qualitativa, costuma produzir um imenso volume de descrições detalhadas, que precisam ser cuidadosamente organizadas e compreendidas para a análise sistemática dos dados, onde “através de um processo continuado, complexo e não-linear, no qual se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões e relações, os dados vão sendo trabalhados e seus significados desvendados” (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER apud FERREIRA 2002, p.71).

Esta análise teve de ser feita com muito cuidado pois, segundo Minayo (2003), com a “ilusão da transparência” que os dados por vezes apresentam, corre-se o perigo de uma falsa “compreensão espontânea”, como se o real que se mostra nitidamente ao observador, possa ser uma ilusão, prejudicando a fidedignidade da pesquisa. Este cuidado que se deve ter ao analisar os dados, é corroborado por Gonzalez Rey (2005, p. 116), que afirma que o sentido subjetivo que se busca nos sujeitos, não aparece de forma direta na expressão intencional do sujeito, mas sim

[...] indiretamente na qualidade da informação, no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas, na forma com que se utiliza a temporalidade, nas construções associadas a estados anímicos diferentes, nas manifestações gerais do sujeito em seus diversos tipos de expressão, etc.

Assim, fez-se importante muito cuidado para que um envolvimento intenso com métodos e técnicas, não apagasse os significados presentes nos dados, além do cuidado ao relacionar a teoria com os dados obtidos no trabalho de campo. Considerou-se ainda que, segundo Günther (2006), esta análise deve aludir a um processo de reflexão contínua sobre a implicação de seu comportamento enquanto pesquisador e a interação dinâmica entre este e seu objeto de estudo. Para Gonzalez Rey (2005), todas estas dimensões devem ser observadas pelo pesquisador, de forma simultânea, no curso do processo construtivo-interpretativo que deve caracterizar sua postura durante todo o desenvolvimento do momento empírico de uma pesquisa.

Desta forma, a análise dos dados da pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico em questão, especialmente no caso das entrevistas, se deu através de “núcleos de significação do discurso”, onde a análise do discurso das adolescentes é vista como um processo, não como objeto, pois, segundo Vygotsky (1998), a palavra é dinâmica, com uma multiplicidade de significados que estão inseridas em um contexto sócio-historicamente construído. Buscou-se assim uma análise explicativa, interpretativa, não meramente descritiva, para que se

buscassem essas dimensões dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, considerando a relação dialética do pesquisador com o material empírico na busca de zonas de sentido (GONZÁLEZ REY, 2005).

Assim, conforme postula Aguiar *et al.* (2009), por tal metodologia de análise, coube ao pesquisador ir em busca dos temas/conteúdos/questões centrais apresentados pelas adolescentes investigadas, sendo entendidos menos pela frequência e mais por ser aqueles que motivaram, geraram emoções e envolvimento.

Conforme Aguiar e Ozella (2006), na busca de tais núcleos de significação, algumas etapas foram necessárias. Primeiramente, após transcrição literal do material gravado, fez-se necessário uma leitura flutuante e organização do material, na procura de pré-indicadores dos núcleos, considerando que “a palavra com significado seja a primeira unidade que se destaca no momento ainda empírico da pesquisa” (*ibid*, p. 229). Na investigação de tais pré-indicadores, foi verificada sua importância para a compreensão do objetivo da presente investigação.

Em um segundo momento, buscou-se os indicadores e conteúdos temáticos a partir de “um processo de aglutinação dos pré-indicadores, seja pela similaridade, pela complementaridade ou pela contraposição, de modo que nos levem a menor diversidade” (AGUIAR E OZELLA, 2006, 230). Este caminhar nos levou na direção dos possíveis núcleos de significação.

Passou-se então, a partir da re-leitura do material, a um processo de articulação, que resultou na organização dos núcleos de significação a partir de sua nomeação, onde foi possível

[...] verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas (AGUIAR E OZELLA, 2006, 231).

Enfim, iniciou-se o processo de análise propriamente dito a partir da formação dos núcleos, onde avançamos do empírico para o interpretativo, considerando que toda a pesquisa se dá em um processo construtivo/interpretativo. Segundo Aguiar e Ozella (2006, p. 231), “a análise se inicia por um processo intranúcleo, avançando para uma articulação internúcleos”. Articulamos então as “questões/conteúdos contidos nos núcleos com o próprio discurso do sujeito, com sua história, buscando aí as determinações/contradições/relações” (AGUIAR, 2009, p. 137).

Cada núcleo de significação procurou expressar o ponto central de significação dos sentidos dos sujeitos, agregando questões relacionadas, e expressando questões orientadas pelos objetivos da presente pesquisa, sendo os organizadores da fala. Estes foram analisados em conjunto com suas relações, ultrapassando as aparências. Por fim, esta análise, a partir da integração dos núcleos, foi feita sempre com um olhar psicossocial, de acordo com os preceitos teórico-metodológicos da teoria sócio-histórica.

Desta forma, a partir da análise de tais núcleos de significação, acredita-se que alcançamos os objetivos propostos na pesquisa, compreendendo os sentidos e significados de família para as adolescentes estudadas, incluindo suas inter-relações, papéis, hierarquias, e as relações destas famílias com a violência sexual sofrida.

4.4.5. Procedimentos éticos para coleta de dados e realização da pesquisa

Foi necessária a utilização de alguns procedimentos éticos para o recrutamento dos sujeitos da pesquisa. No primeiro momento foi enviado ofício e projeto para a Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), para o Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas – UFAM (CEP-UFAM) (anexo 3), e para a Instituição onde foi realizada a pesquisa, devidamente assinados pela pesquisadora e por sua orientadora, explicando os objetivos do trabalho e solicitando a autorização para sua realização.

Após parecer positivo da COEP e da CEP-UFAM, buscou-se no banco de dados do Serviço, o contato com os prováveis sujeitos da pesquisa (10 adolescentes), tendo como critério de inclusão específico, serem adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 18 anos, vítimas de violência sexual (extra e intrafamiliar) que deram entrada no serviço entre 6 meses e 18 meses da data do contato com as mesmas para realização da pesquisa, e que deram continuidade ao tratamento em saúde (médico e psicológico) pelo tempo mínimo de 6 meses. Este critério justificou-se pelo fato de este ser considerado um tempo não tão recente da data de entrada no Serviço, o que significa já ter passado por algum acompanhamento especializado, e que desta forma diminui o risco de uma possível revitimização emocional ocasionada pela pesquisa, e nem tão distante do tempo de entrada, de modo que ainda pudéssemos captar estes sujeitos.

Para o recrutamento, houve um contato com os pais/responsáveis e com as adolescentes para permissão da utilização dos dados e efetivação da pesquisa. O contato foi feito de duas formas. Com algumas adolescentes, foi feito contato por telefone, onde se

agendou uma data que fosse melhor para a adolescente a ser entrevistada bem como seu responsável. Outras adolescentes foram recrutadas quando estavam indo ao serviço para consulta ou realização de exames, quando, estando dentro dos critérios de inclusão da pesquisa, foram abordadas sobre a pesquisa, junto aos seus responsáveis.

Foram explicados para os responsáveis e adolescentes todos os passos da pesquisa, incluindo seus objetivos gerais e específicos. No aceite para participação, deu-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 3). A entrevista foi realizada em sala privada (sala do Serviço de Psicologia da Maternidade Dr. Moura Tapajóz, que fica ao lado da sala do SAVVIS), e foi gravada, mediante autorização destes (adolescentes e responsáveis). Os responsáveis e adolescentes foram informados ainda que, caso fosse de interesse dos mesmos, poderiam ter acesso ao resultado da pesquisa.

A pesquisa não interferiu na rotina dos atendimentos da instituição, nem implicou na sujeição da adolescente a procedimentos de risco além dos presentes em uma entrevista, sendo ainda levada em consideração a vontade das mesmas e de seus responsáveis para autorizar ou não sua colaboração para realização da pesquisa.

Deve-se ressaltar ainda que o ambiente onde foi realizado a pesquisa (entrevista para coleta dos dados) com as adolescentes não era estranho às mesmas, visto que estas já possuíam um vínculo com a instituição, além do fato de a pesquisadora possuir ampla experiência com adolescentes, especialmente vítimas de violência sexual, conforme estabelece o artigo 2º da resolução CFP nº 016/2000, que dispõe sobre a realização de pesquisa em psicologia com seres humanos:

2º - A avaliação do risco na pesquisa com grupos vulneráveis ou em situação de risco (por exemplo, crianças e adolescentes em situação de rua, moradores de rua, habitantes de favelas e regiões periféricas das cidades, entre outros), deverá ser feita somente por pesquisadores e profissionais que conheçam bem a realidade dos participantes e tenham experiência de pesquisa e trabalho com esses grupos;

Ficou estabelecido ainda que, caso fosse observado que a entrevista em algum momento mobilizasse conteúdos emocionais prejudiciais, de risco, imediatamente esta seria interrompida e disponibilizado atendimento psicológico à mesma, ou pela pesquisadora, ou pelos outros psicólogos que compõem a equipe multidisciplinar do serviço, conforme o parágrafo 4º da citada resolução:

§ 4º - O pesquisador deverá garantir que dispõe dos meios, recursos e competências para lidar com as possíveis consequências de seus procedimentos e intervir, imediatamente, para limitar e remediar qualquer dano causado;

Ressaltamos que, visto cuidados tomados, nenhuma entrevista precisou ser interrompida por tais razões. Foram tomadas ainda as precauções necessárias para que as adolescentes envolvidas na pesquisa em questão não fossem identificadas: não foi utilizado o nome das adolescentes, datas e localizações que pudessem identificar as adolescentes também foram omitidas, bem como detalhes cuja omissão não comprometesse o objetivo deste estudo.

Os resultados e análise dos dados desta pesquisa, de acordo com a metodologia abordada neste capítulo serão abordados a seguir.

CAPÍTULO V – RULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

5.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ADOLESCENTES SUJEITOS DA PESQUISA

A presente pesquisa entrevistou 5 (cinco) adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar (50%), e 5 (cinco) adolescentes vítimas de violência sexual extrafamiliar (50%), totalizando 10 adolescentes vitimizadas (100%) que foram atendidas no Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS). O seguinte quadro apresenta um resumo dos dados sociais das adolescentes.

		Idade	Escolaridade	Autor da violência	Período em que sofreu a violência	Composição familiar
Vít. Violência Sexual Intrafamiliar	<i>Adolescente 1</i>	14	9º ano do ensino fundamental	Pai	2 anos (dos 12 aos 14 anos)	Mãe, padrasto, irmão (12 anos), irmã (3 anos), avó materna, 2 tios e primos
	<i>Adolescente 2</i>	15	1º ano do ensino médio	Padrinho	4 anos (dos 9 aos 13 anos)	Mãe, padrasto, irmão (2 anos), avós maternos, casal de tios e primo
	<i>Adolescente 3</i>	16	2º ano do ensino médio	Pai	5 anos (dos 11 aos 16 anos)	Mãe, irmã (12 anos), avós maternos, casal de tios, tia solteira, e primos
	<i>Adolescente 4</i>	17	2º ano do ensino médio	Padrasto	6 anos (dos 11 aos 17 anos)	Mãe e irmão (19 anos)
	<i>Adolescente 5</i>	17	1º ano do ensino médio	Avô	1 ano (dos 6 aos 7 anos)	Pai
Vít. Violência Sexual Extrafamiliar	<i>Adolescente 6</i>	14	6º ano do ensino fundamental	Conhecido	Episódio único aos 13 anos	Mãe, padrasto e irmãs (2 e 1 ano)
	<i>Adolescente 7</i>	15	7º ano do ensino fundamental	Vizinho	Episódio único aos 14 anos	Avó materna, 4 tias e 4 primos
	<i>Adolescente 8</i>	16	2º ano do ensino médio	Conhecido	2 anos (12 aos 14 anos)	Pais e irmão de 7 anos
	<i>Adolescente 9</i>	17	3º ano do ensino médio	Conhecido	Episódio único aos 17 anos	Mãe, padrasto, irmã de 14 anos
	<i>Adolescente 10</i>	18	1º ano do ensino superior	Desconhecido	Episódio único aos 18 anos	Avó paterna

As adolescentes entrevistadas tinham no momento da entrevista para a pesquisa entre 13 e 18 anos. Todas (100%) eram estudantes e, com exceção da *Adolescente 10* que estava cursando o primeiro ano do ensino superior, 90% estavam cursando o ensino fundamental ou médio. Somente a *Adolescente 8* tinha os pais ainda casados, residindo com estes e irmão. As *Adolescentes 1, 2, 3 e 7* residiam com a chamada família extensa, ou seja, com a presença de diversos parentes. A *Adolescente 3* passou a morar com estes após revelação e denúncia dos

abusos sexuais sofridos. A *Adolescente 4* mudou sua configuração familiar após denúncia da violência, pois seu padrasto, autor da violência, saiu de casa e esta passou a residir apenas com mãe e irmão. Os pais da *Adolescente 5* eram separados, e esta residia com o pai, mas passava os fins de semana com a mãe, que era recasada, e irmãs. As *Adolescentes 6 e 9* moravam com mãe, padrasto e irmãos. E por fim a *Adolescente 10* que sempre residiu com a avó, a quem representava como sua figura materna, tendo esta avó a criado desde que nasceu após falecimento da mãe biológica. Tinha pouco contato com o pai e irmãos.

Dentre as adolescentes que sofreram violência sexual intrafamiliar (*Adolescentes 1 a 5*), duas (20%) foram abusadas pelo pai (*Adolescentes 1 e 3*), uma (10%) pelo padrinho (*Adolescente 2*), que representava sua figura paterna, uma (10%) abusada pelo padrasto (*Adolescente 4*), e uma (10%) pelo avô (*Adolescente 5*). Todos estes casos foram abusos recorrentes, ou seja, que aconteceram várias vezes por vários anos. Somente a *Adolescente 5* não estava mais sofrendo abusos sexuais por parte do avô no momento da revelação da violência, visto terem ocorridos quando esta era criança. As outras adolescentes, tiveram a relação incestuosa interrompida após a revelação. Duas das adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar sofriam abusos desde que eram crianças, até o momento da revelação.

Das adolescentes que sofreram violência sexual extrafamiliar (*Adolescentes 6 a 10*), somente uma (10%) nunca havia tido contato com o acusado (*Adolescente 10*), tendo sido assaltada e estuprada. As outras adolescentes (40%) já conheciam, mesmo que há pouco tempo, o acusado. A situação das *Adolescentes 6 e 8* se enquadra na tipificação do Art. 217-A do Código Penal (acrescido pela lei no. 12.015/09) sobre estupro de vulnerável, pois apesar de terem relatado ter “consentido” a relação sexual no momento, tinham menos de 14 anos, e os acusados tinham 37 e 46 anos, respectivamente, portanto, tal relação constitui crime de estupro, além de posteriormente as adolescentes terem reconhecido terem sido “seduzidas”. Dentre as adolescentes que sofreram violência sexual extrafamiliar, a *Adolescente 8* foi a única que sofreu violência recorrente, tendo as outras sofrido apenas um episódio.

5.2. NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO DO SENTIDO

5.2.1. SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA

5.2.1.1. Visão de família enquanto valores

A família tem sido considerada na sociedade contemporânea enquanto um lugar sagrado, berço de proteção, refúgio, amor e compreensão, espaço primevo para o desenvolvimento e socialização dos indivíduos.

A visão sacralizada da família vem sendo historicamente imputada no imaginário social, presente nos discursos prontos divulgados pela mídia e corroborado por “especialistas”, levando à crença na existência de uma família padrão, calcada na harmonia e na ordem, especialmente do tipo nuclear, modelo que se enraizou na cultura ocidental, onde quase se acredita que esta forma e modelo é natural aos seres humanos, que sempre existiu.

Tal percepção demonstra a concepção que historicamente foi se construindo na sociedade sobre a importância da família para proteção e promoção de cuidados de seus membros, especialmente a partir do século XVIII, com o surgimento da família nuclear burguesa, que instituiu a privatização da família e a noção de infância, reforçada no século XIX onde, frente à ausência do Estado na provisão de tais cuidados, passa a ser pautada em princípios de afeto, intimidade, individualidade e proteção (ARIÈS, 2009; BADINTER, 1985; CASEY, 1992; POSTER, 1979).

A maioria das adolescentes, ao serem questionadas sobre sua visão de família, significaram estas a partir de valores como união, ajuda, apoio, base, força, compreensão, além de remeterem a sentimentos de amor, alegria e felicidade. Entendemos aqui os valores, conforme Carvalho Filho (2000, p. 17), enquanto “normas amplas, internalizadas e compartilhadas pelos membros de uma sociedade. São partes do processo social e, por isso, são construções geradas socialmente”. Assim, mais do que o suporte material, foi o suporte afetivo, permeados por estes valores, que se mostrou mais importante na visão das adolescentes entrevistadas.

“União entre a família, entre nós, amor” – *Adolescente 1*

“Por exemplo, tem um casal, tem filhos, e tem a sua família. Tios, irmãos, primos. Pra mim aquilo passa a ser uma família a partir do momento em que eles são unidos. [...] Apesar de tudo, dos erros, dos defeitos de cada um, mas é preciso haver aquela união, aquela paz. Às vezes é muito comum numa família verdadeira, se unir no

almoço de domingo. Quando tá todo mundo reunido, eu olho aquilo ali, pra mim eu vejo uma família entendeu? Mas além disso é cada um ajudar o outro, tipo um apoio quando um tá precisando ser ajudado.” - *Adolescente 2*

“Ai família é... pra mim é tudo, é o mais importante. Se não tivesse agora eu não ia aguentar, eu não ia nem ter chão. Porque é como falam né, a casa tem que ter estrutura, e a família pra mim, pra minha força, pra eu crescer eu preciso da minha família. Posso te dizer que é o início e o fim de tudo. É força é... , na hora de tá alegre fica alegre junto com a gente, na hora que a gente consegue alguma coisa alguma coisa vai e ajuda.” - *Adolescente 3*

“Família é... companheirismo, o pessoal da família ser tudo unido, dando apoio um pro outro. Porque tem família que um vai pra um lado outro vai pro outro né. Família pra mim é isso.” - *Adolescente 4*

“Pra mim significa primeiro união, felicidade bem estar. Enfim família ajuda a gente em varias coisas, se a gente não tiver a família, não dá pra seguir.” - *Adolescente 5*

“pra mim família e aquelas pessoas que se reúnem no fim de semana, pra churrascada, sai todo mundo junto, família é aquela que apóia, dá amor, carinho essas coisas . Família pra mim é isso.” - *Adolescente 7*

“[...] assim, um ajudando o outro... é aquela... lealdade, entendeu? Tem que ter primeiramente diálogo assim entre todos nós assim da família pra gente poder se entender direito, entendeu? Pra... dessa maneira se conhecer direito. Não invadir a privacidade de cada um mas aquela que, entendeu? Num relacionamento de pais e filhos que não tem essa intimidade, isso vai se tornando assim, os filhos no caso, que não tem esse relacionamento com os pais, eles acabam querendo assim, buscar uma coisa assim quase igual, assim na rua, não exatamente igual, mas eles vão procurar assim na rua, no caso amizades, influência entendeu? Meninos, meninas assim é...no caso dos meninos vão pro mundo das droga e no caso das meninas vão pro mundo da prostituição entendeu? Então família pra mim é, o fundamental da família é que se conheçam na verdade, entendeu? Então é isso.” - *Adolescente 8*

“Acho que família... é união... é pai, mãe e filhos unidos. Apesar da situação financeira, apesar das complicações que tem, porque é difícil, pai e mãe é muito complicado. Eles pensam de um jeito e a gente não aceita, ai a gente vai crescendo ai você já vai começando a entender a cabeça dos seus pais. Mas família, família é, é união, é amor, compreensão. É isso.” - *Adolescente 9*

“Acho que família é união, é pai e mãe, é apoio.” - *Adolescente 9*

“Família pra mim é assim, sem família a gente não é nada né, porque a família é a base da gente né. (...) todo mundo ao teu lado te ajudando, dando força. Pra mim é tudo, acho, família.” - *Adolescente 10*

As adolescentes apontam a importância da união, amor, apoio, compreensão e outros valores e sentimentos, entre os membros familiares para inclusive poderem ser chamados de família, a despeito dos defeitos, dificuldade e conflitos por estes apresentados, mas que apesar disso, podem, por exemplo, se reunir e confraternizar em um fim de semana.

Chama atenção a fala da *Adolescente 3*, que reflete sobre a importância da família especialmente no momento vivido após a revelação dos abusos sexuais vividos, significando esta enquanto a força e estrutura para sua sobrevivência. A *Adolescente 8* fala da importância do dialogo e intimidade com a família, especialmente as figuras parentais, para que os filhos não se envolvam em drogas ou prostituição, mostrando um pouco do contexto social em que

vive, ao morar em um bairro pobre e vulnerável de Manaus. A *Adolescente 9* refere que, apesar dos conflitos geracionais que podem acontecer, família seria esta baseada na união, amor e compreensão.

Para Carvalho (2002, p. 15), de fato tais expectativas estão impregnadas no imaginário coletivo:

A maior expectativa é de que ela (a família) produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades.

Observamos em tais concepções, a percepção de que “não só as relações no interior da família são concebidas como basicamente harmônicas, mas também de que ela é confundida o âmbito do incondicional” (SALEM, 1980, p. 120). Desta forma podemos considerar a visão de família apontada pelas adolescentes, como uma visão idealizada, construída sócio-historicamente em nossa sociedade, a partir do momento em que é vista e referida como perfeita e totalmente isenta de conflitos, diferente da própria família, da própria realidade, que na maioria das vezes foge desta imagem sagrada tão divulgada.

5.2.1.2. Família real diferente da família idealizada

Para Szymanski (apud Yunes *et al.*, 2001), existem dois significados que permeiam o ideário das pessoas a respeito de família: a pensada (ou idealizada) e a vivida (ou a real). A primeira seria aquela da tradição, reflexo do grupo social, trazido pelas instituições ou pela mídia, e a segunda seria aquela dos modos cotidianos e habituais de agir dos membros familiares. Muitas vezes tais concepções são diametralmente opostas, e a diferenciação significada a ambos estaria sujeita à capacidade de crítica das pessoas, das condições impostas pela vida e cultura, entre outros aspectos.

Foi observado que muitas descrições do que seria a família para as adolescentes investigadas, sugeriam a visão de uma família idealizada, bem diferente da realidade da própria família. Ao serem perguntadas se a sua família real era da forma que estas descreviam, muitas assumiram que não, exemplificando situações de brigas, conflitos e desentendimentos ao longo da entrevista, e a falta da tão citada união.

“É a família da parte da mamãe. Agora da família do papai é briga, é um bate na mulher do outro. É. Eles não podem beber, quando eles bebem começam na sexta e só vai parar na segunda de manhã. Aí eles arrumam confusão, e começam a bater um no outro. Por isso eu nunca fui de gostar da casa do papai.” – *Adolescente 1*

“Não. Não, não é. Às vezes é às vezes não é. Mas como toda família passa por problemas né, na minha também há, porque não tem uma família perfeita. Você vê ‘nossa que casal bonito’ mas quando tu vê lá dentro tu sabes a dificuldade, os problemas que eles tem. Entende? É o caso de uma doença, de alguma coisa, alguma contenda, algum desentendimento que um tem com outro. Não tem dinheiro não tem aquilo outro. E tipo minha tia e minha mãe não são unidas, mas convivem, vivem na mesma casa. É assim, eu olho assim e digo: ‘essa é a minha família’. O que eu posso fazer? Apesar de não ser uma coisa bem unida, todo mundo se fala... o resto, tudo bem.” – *Adolescente 2*

“Não mas eu queria que eles fossem assim...” – *Adolescente 7*

“[...] a minha família não é do jeito que eu gostaria que fosse, eu queria que todo dia eles me dessem bom dia com um abraço, mas não é assim, eu não sinto esse amor em casa.” – *Adolescente 9*

“Não (risos). A gente quer que seja mas, mas não é. Mas nem tudo é perdido né, sempre tem um, dois que tá lá com a gente com certeza. Minha família não é assim infelizmente mas a gente dá valor aqueles que tão lá com a gente né.” – *Adolescente 10*

Esta família real é então aquela permeada pelos conflitos diários que muitas vezes trazem dor ao serem pensadas. A *Adolescente 1* preserva a família materna com quem convive, e condena a família paterna, de quem sofreu a violência, enquanto diferente daquela que sonha e idealiza, relatando situações de brigas e agressividades, também relacionadas à bebida alcoólica, que pode realmente configurar um fator de risco para violência. A *Adolescente 2* assume que não há a família perfeita, ideal, e mesmo aquelas que aparentam, podem estar passando por problemas, como a sua. As *Adolescentes 7, 9 e 10*, falam do desejo de ter uma família mais próxima da idealizada, onde houvesse mais amor e união.

Esta necessidade observada, de sustentar uma parte boa destas famílias, surge como forma de preservar algo do idealizado, no que Salem (1980, p. 126) reflete a partir de dados semelhantes em sua pesquisa que, “a mera sensação de poder contar com os outros já parece ser por si só confortadora”.

Este desejo de afeto, proteção e união entre aqueles a quem estima é comum a todas as pessoas, mas acreditamos que há uma carência maior por parte destas adolescentes, pois estas tiveram seus direitos violados, foram vitimizadas sexualmente, agredidas, invadidas em sua intimidade.

Esse desejo fundamental, na ausência de expressões mais livres, reaparece sob a forma que lhe empresta a representação normativa idealizada. As aspirações legítimas de afeição e aconchego organizam-se, hoje, no modelo ideal da família burguesa, de tal modo que é esse ideal que povoa a imaginação de todos, mesmo

daqueles que tiveram experiências familiares desastrosas ou nem mesmo viveram a experiência da família. Parece que tendemos a reconstruir uma família boa, aquela que desejamos e não tivemos. No entanto a constatação da distância que separa a família real da família ideal aparece como uma fonte de desqualificação para os sujeitos e, por extensão, para o seguimento da sociedade ao qual pertencem (MELLO, 2002, p.59).

Concordamos enfim com Montavão e Costa (2009, p. 71), ao postularem que, nem sempre, esta visão de família idealizada, diferente da família real, é negativa, mas que esta visão pode ser considerada como um fator de proteção,

[...] à medida que ela é um estímulo para que se construa um novo modo de viver, mais próximo do ideal. Essa característica é importante para motivar o adolescente em relação ao futuro e para estimulá-lo a desenvolver seus recursos individuais, suas potencialidades e, principalmente, buscar oportunidades para que os seus sonhos se realizem, se concretizem.

Assim, pensando conforme Yunes *et al.* (2001, p. 49), que postulam que “a incorporação de novas crenças, expectativas e valores à cultura familiar irá depender do seu grau de abertura aos grupos de influência tais como amigos, grupos de trabalho e da comunidade”. A partir do momento que essas “idealizações” puderem ser trabalhadas de forma positiva, em projetos psicossociais, trabalhando-se a valorização e crescimento desse mundo familiar, possibilita-se promover a resiliência, ou seja, a capacidade para recuperar e manter um comportamento considerado adequado após a vivência danosa, e transformar esta experiência dolorida de violência sexual, mesmo que vivenciadas fora do lar, em algo transformador para suas vidas, e positivo para suas futuras famílias.

5.2.1.3. “O resto é parente” - Significado de família enquanto núcleo afetivo

A sociedade contemporânea tende a reconhecer como família aqueles com quem possuem laços afetivos, não necessariamente de sangue, especialmente após as mudanças de configuração que vem ocorrendo nas últimas décadas (como famílias reconstituídas, monoparentais, homoafetivas, etc). Assim, a noção de família “tende a ser um termo de significação afetiva, e a inclusão ou exclusão de um parente na família é uma forma de classificar as pessoas, [...] quando uma pessoa é reconhecida como parte da ‘família’ significa que a relação não é ‘neutra’” (SALEM, 1980, p. 121).

Hoje, no próprio Direito, a partir da Constituição de 1988, se reconhece a afetividade enquanto constituidor de família, sendo defendida por diversos civilistas (FACHIN, 1999; DIAS, 2010), que acreditam que é este afeto que cria os laços familiares, que este surge pela

convivência, pela reciprocidade de sentimentos, lastreada pela cooperação, respeito, cuidado, amizade, carinho, afinidade e atenção recíproca entre todos os seus membros (SIMÕES, 2007).

Assim, questionadas sobre quem eram as pessoas que consideravam como família, as adolescentes investigadas significaram uma visão de família enquanto pessoas do núcleo mais próximo, mais por afeto e afinidade do que por convivência, co-habitação, incluindo os seus parceiros afetivos. Diferenciaram estes dos outros familiares, que seriam considerados como “parentes”, e aparentemente não tendo tanto a importância como a “família”. A questão da coabitação, apesar de também estar incluída, não foi determinante para a percepção dos membros enquanto família, visto muitos membros que moravam com as adolescentes não terem sido citados enquanto família, por não terem um vínculo afetivo tão forte com estas, segundo o olhar destas.

“Minha família é minha vó, minha mãe, meus irmãos e meus tios.” – *Adolescente 1*

“Olha, quem eu considero família é a minha vó, apesar... assim quem convive comigo no caso, tipo meu avô, meu tio, minha tia também acho que são pessoas que quando eu preciso ajudam, se identifica comigo, a minha mãe né apesar... meu primo, que tá mais próximo. Tem uma outra tia também que não mora comigo, mas que quando eu preciso eu vou lá e ela me ajuda, conversa comigo, me aconselha, me ajuda, e pra mim família são esses tios, primo, mãe e vó... como grupo...” – *Adolescente2*

“Pra mim hoje, porque tem os parentes e tudo, mas pra mim hoje, quem convive comigo mesmo, minha mãe, minha irmã, e agora o O. (namorado) né, que ta fazendo muito parte né. [...] É quem ta mais perto de mim assim. Os outros fazem parte também da família, só que são pessoas que agora que tão convivendo comigo, antes eu não convivia.” – *Adolescente3*

“Minha mãe, meu pai, meu irmão, agora meu namorado chegou, vem logo na minha cabeça ele” - *Adolescente 4*

“Minha mãe, as minhas duas irmãs, meu pai, minha vó. É meu noivo também.” – *Adolescente5*

“É... é pai é mãe, é os mais próximos assim, os que me criam, os que me geraram assim, é o que é família [...] Pra mim minha família assim, é meu pai, minha mãe, meus irmãos, assim, família mais próxima. O resto não é tão família porque não é tão próximo assim. Mas continua sendo parte da minha família, mas não é tão tão família.” – *Adolescente 6*

“Minha vó, minha outra bisa, e o meu namorado. Só.” - *Adolescente7*

“Minha família pra mim é meu pai, minha mãe, meu irmão. Só, o resto é parente.” – *Adolescente 8*

“Antes, a alguns meses atrás, eu acreditava que família eram meus amigos, que família eram os meus avós os meus tios os meus primos, e depois de alguns acontecimentos eu vim perceber que família mesmo é pai e mãe (chora/pausa). As pessoas são muito cruéis.... as vezes machucam muito a gente, a gente confia em algumas pessoas e depois que precisa, ninguém pode... e hoje eu nem sei se eu posso dizer se as minhas irmãs sejam... porque acontecem coisas assim que não dá mais pra confiar não dá pra dizer, como pras minhas primas e minhas irmãs, e depois de eu ter chorado muitas vezes no colo das primas e das irmãs e acontecem coisas e , quando eu

precisei, eram meu pai e minha mãe que estavam lá. então precisam acontecer algumas coisas pra gente perceber isso. Então família é pai e mãe.” – *Adolescente 9*

“Meu noivo, minhas irmãs, e minha madrinha. Minha mãe (avó) também, mas não assim tão forte, mas porque é minha mãe (avó).” – *Adolescente 10*

As adolescentes fizeram referência como sendo família aqueles com quem possuíam mais proximidade afetiva, com quem podiam contar nos momentos de dificuldade, independente de conviverem na mesma casa, como a *Adolescente 1* que, apesar de conviver com o padrasto e com primos, não os incluiu como família, e igualmente a *Adolescente 3*, que apesar de morar com “parentes”, considera como família apenas aqueles com quem tem uma convivência mais próxima (mãe, irmã e namorado), bem como a *Adolescente 7* que mora com quase dez pessoas em sua casa, mas só considerou três como família. A *Adolescente 2* faz referência a pessoas com quem mora, mas deixa claro que estas pessoas que refere como família são porque sempre que precisa, a ajudam, inclusive uma tia que não mora com ela. A *Adolescente 6* cita que o “resto” (tios, etc.) não são “tão família” justamente por não serem próximos, por não ser forte este laço afetivo.

A *Adolescente 9* demonstra que sua visão em relação a pessoas que considera como sua família mudou após a violência sofrida, onde reconhece o apoio dos pais quando passou pela situação de violência, e a falta de apoio dos demais familiares e amigos que antes considerava como família.

Outra questão que chamou nossa atenção nos discursos das adolescentes investigadas, é que 5 (cinco) delas incluíram seus parceiros afetivos (noivos e namorados) como fazendo parte do que estas consideraram como família. DeAntoni e Koller (2000) acreditam que quando se amplia a visão de família para além do grupo intrafamiliar, se possibilita também a amplitude de uma rede de apoio, e desta forma, um fator de proteção maior, especialmente o suporte no caso de uma violência, como no caso das adolescentes investigadas. De fato, duas destas adolescentes revelaram a violência primeiro para o seu parceiro, e através destes, revelaram à família, podendo-se considerar estes enquanto vínculos positivos e protetivos.

Desta forma, observamos a partir dos dados que, a família pode apresentar “fronteiras fluidas, que se ampliam ou se restringem, de forma a garantir que sob essa categoria só estejam abarcados indivíduos com os quais se possam contar incondicionalmente” (SALEM, 1980, p. 120).

5.2.2. PAPÉIS FAMILIARES

Os papéis familiares se configuraram a partir de expectativas socialmente construídas e aprendidas, e atribuídas à família, tendo função estratégica na sociedade. Para Salem (1980), a definição que o ator dá de seu papel está sempre sujeito a provisoriedade, precariedade e revisões, especialmente entre os subgrupos o qual transita, referindo-se “de um lado, às expectativas de desempenho que recaem sobre um ator, pelo fato de ocupar uma determinada posição social [...]. Por outro lado, o conceito de papel refere-se também ao desempenho efetivo levado a cabo por um ator no exercício de sua função” (*ibid*, p. 26).

Sarti (2002) acredita que hoje, os papéis sexuais de gênero e as obrigações entre pais e filhos não estão mais tão claramente estabelecidos como antigamente.

Os sujeitos não estão mais subsumidos no todo. Com isso, a divisão sexual das funções, o exercício da autoridade, e todas as questões dos direitos e deveres na família, antes predeterminadas, hoje são objeto de constantes negociações, sendo passíveis de serem revistas à luz destas negociações (*ibid*, P.44).

Para Romanelli (2002), a delimitação das posições e papéis na família se daria de acordo com o gênero e a idade dos membros da família, fundamentada na divisão sexual e etária do trabalho. Assim, os papéis familiares vão estar estreitamente ligados ao que a sociedade espera para os sexos, o modo como homens e mulheres devem agir em relação aos outros, e ao que é transmitido e reforçado pela cultura através das gerações (PERELBERG e MILLER, 1994).

Assim, foi questionado às adolescentes qual era o papel da família e de cada membro desta a partir de sua visão. Não foi questionado sobre nenhum membro específico, de modo que estas tivessem a livre expressão sobre a significação dos papéis familiares. Quatro núcleos principais surgiram a partir da fala das adolescentes.

5.2.2.1. Papel do grupo familiar

Ao serem questionadas sobre o papel da família, algumas adolescentes responderam inicialmente sua visão sobre o papel da família em geral, ou das figuras parentais. A visão de tal papel foi semelhante ao figurado por estas no que consideraram como família idealizada, ou seja, permeada por valores, incluindo aqui a questão da importância do cuidado aos filhos, apoio e a ajuda entre os membros familiares. Os pais teriam ainda o papel de educar e perpetuar suas experiências, além de prover o lado afetivo, de amor e carinho.

“Assim cada um, o papel de cada um é cuidar. Exemplo: eu to com essa pessoa agora e eu não dou valor, se ela vai embora, eu reclamo, e se a partir do momento que eu tiver mais ela ao meu lado, eu vou sentir falta... então eu acho que o dever é ajudar, talvez cuidar... porque, não sei, porque se eu tenho uma pessoa do meu lado, nesse momento, e eu ajudo ela, eu sei que um dia ela pode me ajudar também... talvez seja isso.” – *Adolescente 2*

“Eu acho que um puxa o outro né, pra ajudar. Se eu não tenho... como é que eu posso falar... por exemplo, se eu não sei dar carinho, tem outra pessoa vem da carinho e eu não sei, se eu não sei uma coisa e vem o outro que tenha o que eu não tenho, ele me ajuda, o que ele sabe e eu não sei, ai vem um e ensina. Um ajuda o outro né, porque só um não consegue fazer tudo, então a mãe, o irmão, o avô também que pode se dizer que tem mais experiência, passa experiência pra mãe ou pra gente também. Um ajuda o outro, não tem específico, ‘minha mãe tem esse papel, minha irmã tem esse papel...’. Um ajuda o outro, pra mim é isso.” – *Adolescente 3*

“Ah, todo mundo ajuda. Um ajuda o outro”. – *Adolescente 4*

“Pra mim assim, família, pai, mãe é assim, é cuidar dos filhos, manter a ordem da casa é orientar os filhos essas coisas assim [...] É administrar a casa.” – *Adolescente 6*

“A função primeiramente dos pais né, é desde cedo educar, educar, passar a sua experiência, pros filhos né, como sempre vejo meus pais ensinaram, e muitas das vezes a gente mesmo prefere ir do lado... Errar. E deve, tentar consertar é... mas muitas vezes continua no mesmo erro, entendeu? Assim, passar as experiência deles e de outras pessoas que conviveram com eles entendeu? E educar dessa forma.” – *Adolescente 8*

“Acho que apoiar, ficar do lado é... conversar, ajudar a crescer né.” – *Adolescente 10*

Observou-se novamente uma visão de apoio e suporte enquanto função da família, sendo significado aqui para as *Adolescentes 2, 3 e 4*, a ajuda e o cuidado como uma forma de troca, de complementaridade entre os membros familiares, onde um ajudaria o outro no momento de necessidade, enfatizando a importância do grupo. Sobre esta questão, pontua Salem (1980, p. 126):

[...] a família é um todo indivisível no qual as fronteiras do eu se diluem em prol das fronteiras do grupo. Ela demanda o sacrifício e a autonegação de seus elementos enquanto pessoas independentes, expressos na solidariedade e assistência incondicionais: a ameaça de um equivale à ameaça de todos, e os projetos individuais devem se coadunar e mesmo se submeter aos propósitos e metas do grupo. [...] em nível de valores o grupo é sempre mais importante do que cada um de seus membros tomados isoladamente.

A *Adolescente 6* fala da visão que tem do papel das figuras parentais, onde refere a importância desses cuidados com os filhos e com a casa, não distinguindo a princípio que figura teria qual papel, no que para DeAntoni e Kooler (2000), se refere às mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, quando a mulher ganha mais espaço no mercado de trabalho e o homem gradativamente vai perdendo a autoridade exclusiva na família.

Outra função significada à família que foi observada na fala das adolescentes, foi o papel educacional, especialmente na fala da *Adolescente 8*, que atribui a estes a função de educar, ensinar e passar a experiência destes como aprendizado para os mais jovens.

Esta função educativa é abordada por Badinter (1985) e Ariès (2006), que postulam que com as mudanças ocorridas a partir do século XVIII, a sociedade passa, a partir de interesses econômicos, a dar valor à educação, aludindo à família a responsabilidade por cuidar e educar os filhos, especialmente a mulher, assumindo muitas vezes função professoral para com os filhos.

5.2.2.2. Papéis dos membros familiares

Foram feitas referências ao papel de oito membros que compõem a família, sendo estes o papel da mãe, pai, padrasto, irmãos, tios, avós (avó e avô), e incluindo ainda o próprio papel destas adolescentes dentro da família.

O papel da mãe

O papel da figura materna foi mudando ao longo dos séculos e especialmente nas últimas décadas. Para Tourinho (2006), o padrão de papel materno é idealizado através das gerações, onde as mulheres se identificam com padrões de comportamento das mulheres de sua família e de sua comunidade, modelados pelo discurso especializado (como de médicos, psicólogos, do próprio Estado). Assim, depositou-se no ideal da mãe perfeita, a responsabilidade pela unidade familiar e pela garantia ao homem de maior disponibilidade para outras obrigações sociais: “a mãe ideal conjugaria perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos” (*ibid*, P. 5).

Para Fleck e Wagner (2003), diversas mudanças ocorreram no papel feminino ao longo as últimas décadas na realidade brasileira.

O modelo da família tradicional de classe média brasileira, que consagrava uma divisão clara de papéis, em que geralmente o homem se envolvia com o trabalho remunerado, enquanto a mulher dedicava-se aos afazeres da vida familiar, incluindo a administração da casa e os cuidados com os filhos, passa a não ser mais tão comum em nossa realidade como no século XIX e início do século XX (*ibid*, p. 31).

O papel da figura materna foi citado pela maioria das adolescentes. A esta mãe foi referido o papel socialmente construído ao longo da história de cuidadora dos filhos e do lar, de provedora de amor e carinho, e muitas vezes até de provedora econômica.

“Ah, da mamãe é cuidar da gente essas coisas. [...] Da mamãe é na beira do fogão fazendo comida lavando roupa quando não é cuidado da minha irmã.” – *Adolescente 1*

“O papel mesmo, assim de mãe... olha da mãe é, tipo comigo, ela me teve né... é ter responsabilidade, cuidar, saber tipo... levar aquilo.” – *Adolescente 2*

“Da mãe... da minha mãe... agora ela ta tendo que fazer vários papéis né. É pai e mãe ao mesmo tempo. É... educação, é... ela dá é... assim, tudo pra dentro de casa ela põe né, que mais... é... puxa a orelha da gente de vez em quando. É... Vários papéis né... Vários papéis mas todos papéis importantes pra gente crescer né. Pra aprender alguma coisa. [...] A mãe seria mais importante porque ela tem bastantes... como é que fala bastantes... tudo ela tem, mais responsabilidade, mais tudo.” - *Adolescente 3*

“Ah a minha mãe ajuda todo mundo da família”- *Adolescente 4*

“Compreensão, me dar carinho e atenção.”- *Adolescente 5*

“Mãe tem sempre um apoio maior aos filhos porque ela que gerou, acho que ela fica mais próxima que o pai.” - *Adolescente 6*

“mãe é... os papel se inverteu na minha casa entendeu. A minha mãe era pra ser mais amiga dos filhos [...] claro ela tem que trabalhar né, mas era pra ela ser mais amiga entendeu, mais presente. Minha mãe sai de casa 5h e volta 7h da noite, ela quase não vê a gente entendeu, e eu acho que mãe não é isso, mãe é pra proteger é pra ficar mais perto. Mas eles não fazem muito papel de pai e mãe, minha mãe que é pai e mãe. Acho que mãe deve ser a que dá amor, a que dá carinho, que é amiga, mas na minha casa é o contrario, minha mãe é rude, não conversa, é a que sustenta que manda é a chefe de família. [...] O meu pai é mais amigo, minha mãe que acaba sendo pai e mãe.” – *Adolescente 9*

“Mãe acho que mãe tem que conversar com a gente, ensinar a gente o que é bom o que é ruim né, se a gente ta mal ela ta lá do nosso lado apoiando, conversando, dando conselho” - *Adolescente 10*

Badinter (1985) refere que desde o século XVIII incutiu-se na sociedade a visão de que entre as funções da mãe incluiria a de procriadora, lactante e educadora, aludindo que "o coração da mãe é um abismo insondável de ternura, de devotamento e de sacrifício" (*ibid*, p.168), onde enunciavam de forma normativa e imperativa, uma lista de deveres a que nenhuma mãe devia se furtar, pois acreditavam que “os sofrimentos da maternidade são o tributo pago pelas mulheres para ganhar o céu” (*ibid*, p. 278).

A *Adolescente 1* demonstra esta visão estereotipada dada à mulher na sociedade machista patriarcal, onde esta deve “esquentar a barriga na beira do fogão e esfriar no tanque”. Essas mães cuidadoras do lar devem ainda prover economicamente a casa, configurando a chamada “dupla jornada de trabalho”, no caso da *Adolescente 3*, função

adquirida com a ausência do pai após a denúncia da violência. A *Adolescente 4* não refere um papel específico a esta mãe, aludindo apenas que esta “ajuda todo mundo”. A *Adolescente 9* faz uma crítica a esta função que sua mãe exerce, referindo que esta deveria ser a que dá amor e carinho, e não o pai, que deveria trabalhar e sustentar a casa, pois, como na visão da *Adolescente 6*, sendo ela que gerou, deve estar mais próxima dos filhos, referindo ao que é postulado socialmente, onde caberia ao homem atividades instrumentais, e à mulher atividades expressivas e afetivas (SALEM, 1980).

Para Manzini-Covre (2002, p. 108), “tem-se também tradicionalmente colocado a mulher como guardiã da afetividade familiar: é ela que deve tomar conta da prole, ser a provedora do alimento e do espírito”. De fato, além das atividades de cuidado, esta mãe teria ainda o papel, segundo as adolescentes, de prover amor, carinho, conversar e aconselhar.

O que transparece dessas situações é a familiaridade materna com questões associadas às relações interpessoais e uma percepção aguçada e crítica acerca de tais relações. A apreensão de múltiplos aspectos do universo público permite às mães estabelecerem um diálogo com os filhos e oferecer-lhes referenciais para enfrentarem inúmeros problemas do cotidiano (ROMANELLI, 2002, p. 86).

Desta forma, Romanelli (2002) acredita que este papel referido à mãe, a despeito de esta trabalhar fora de casa ou não, se dá porque a mãe possui o conhecimento do universo público, mantendo conhecimento dos temas expostos pelos filhos, o que os leva a procurá-las, sendo estas consideradas então, interlocutoras privilegiadas de seus filhos.

Papel do Pai

Para Badinter (1985), na atualidade, designa-se ao pai um papel “menor” em relação aos filhos, em se comparando ao papel da mãe, visto esta que foi construída historicamente ao longo dos séculos, com as mudanças em relação ao entendimento de família, a partir de sua privatização.

Sobre este “declínio do papel paterno”, nos diz Badinter (1985, p. 281):

O aumento considerável das responsabilidades maternas, desde o fim do século XVIII, eclipsou progressivamente a imagem do pai. Sua importância e sua autoridade, tão grandes no século XVII, entram em declínio, pois, assumindo a liderança no seio do lar, a mãe se apoderou de muitas de suas funções. Aparentemente, ninguém se queixa, pois a maioria dos textos justifica totalmente essa situação: o primado da mãe e o recuo do pai.

Apesar das mudanças contemporâneas no papel do pai, que progressivamente se aproxima mais do papel antes referido à mãe em relação aos cuidados dos filhos, muito ainda se vê da imagem da figura do patriarca ocupando um lugar assimétrico em relação à mulher, e sendo ainda legitimado no ideário social de família.

Poucas adolescentes falaram sobre o papel do pai. Vale lembrar, que 4 (quatro) destas adolescentes foram abusadas por sua figura paterna, e outras não tiveram, ou tiveram pouco contato com este.

“[...] do pai, acompanhar... naquele momento saber segurar firme né, compreender”- *Adolescente 5*

“Então meu pai, eu acredito assim que deveria ser... pai é pra dar mais freio, [...] Lá em casa meu pai é mais amigo da gente do que minha mãe. [...] e o meu pai é só carinho abraça, brinca, dá amor, fala que ama, é o contrario [...]. Pai deve ser o chefe da família, o que manda, o que da lição que briga que da ordem, que castiga...” – *Adolescente 9*

A *Adolescente 5* pontua um papel afetivo ao pai, onde este deve acompanhar e compreender a filha. Apesar de a *Adolescente 9* também referir seu pai como dentro do modelo de “novo pai” apontado nas famílias contemporâneas, de maior igualdade com a mãe, não responsável apenas pelo provimento material, mas também pelo emocional, que dá carinho, amor e atenção, faz uma crítica a este papel, referindo que deveria ser a mãe a cumpri-lo, e não este.

Assim, foi observado pelo discurso das adolescentes uma construção subjetiva sobre o papel do pai enquanto uma visão patriarcal, em que este deveria exercer o papel de autoridade, de chefia, de limites, visão atribuída ao modelo hegemônico de família nuclear burguesa, onde a mãe significa amor incondicional, o lar, e o pai a autoridade, lei e mundo exterior, atribuindo “ao pai a condição de provedor financeiro do consumo doméstico e à mãe a responsabilidade pela socialização da prole e pela doação de afeto (ROMANELLI, 2002, p. 78) .

Papel dos Avós

Os avós constituem figuras importantes na estrutura familiar, estando presentes na maioria das famílias brasileiras (principalmente a avó), tendo seu papel referido como muito importante para os netos, especialmente nos processos de separação e divórcio dos pais, sendo fonte de apoio emocional e instrumental além de agentes socializadores, passando suas

experiências e valores (ARAÚJO E DIAS, 2002; DESSEN E BRAZ, 2000; DIAS, 2002; NAIFF *ET AL.*, 2007).

Os estudos sobre a importância do papel dos avós têm aumentado nas últimas décadas, e dentre os fatores que levaram a tal atenção a estes, Dias (2002) aponta

longevidade humana; a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho; o incremento de outras organizações familiares (como as famílias monoparentais, recasadas), que não a família nuclear intacta, e ainda situações especiais de gravidez na adolescência, uso de drogas, imaturidade ou instabilidade emocionais, doenças e morte dos pais, situações que levam os avós a serem figuras proeminentes na socialização e mesmo na criação dos netos. (DIAS, 2002, p. 34)

De fato, a figura dos avós, especialmente a avó, desempenha um forte papel nas famílias contemporâneas enquanto provedora de necessidade diversas, sobretudo a partir das mudanças nas configuração familiares ocorridas nas últimas décadas, nas instabilidades entre os casais, na necessidade de a mãe trabalhar fora e dificuldade em deixar a criança aos cuidados de outras pessoas, entre outros. Para Dessen e Braz (2000, p. 221) os avós refletem uma forte rede de apoio familiar, podendo auxiliar de diversas maneiras, como “(a) fornecendo apoio material ou financeiro, (b) executando tarefas domésticas, (c) cuidando dos filhos, (d) orientando e prestando informações e (e) oferecendo suporte emocional”.

A figura da avó foi citada por quase todas as adolescentes ao longo das entrevistas. As que falaram de seu papel atribuíram a esta um papel materno, de proteção, apoio, ajuda, compreensão, carinho e atenção. Especialmente frente à ausência de cuidados e atenção pela mãe, esta vó vem tomar este lugar de cuidado, educação, orientação.

“[...] da vovó ela protege bastante a gente, é ela que tá ali do nosso lado pra qualquer coisa. Por mais errada... é... ela ajuda.” – *Adolescente 1*

“Por exemplo a minha vó, tipo o papel dela, ela pegou os filhos dela, criou cada um com sacrifício, não foi fácil, entende?” – *Adolescente 2*

“Da minha vó também, da minha vó acho que a mesma coisa que a minha mãe (compreensão, carinho e atenção).” – *Adolescente 5*

“Minha vó fez o papel da minha mãe porque ela me considera filha dela, e eu também chamo ela de mãe.” – *Adolescente 7*

Assim, a avó é aquela vista como a que protege, que está do lado, criando os netos com sacrifício, fazendo muitas vezes um papel materno no que refere aos afetos e cuidados. Mesmo a *Adolescente 1* tendo referido ao longo da entrevista um relacionamento difícil com a figura de sua avó, assume que esta a ajuda. Apesar de a *Adolescente 10* não ter citado o papel

da avó, observamos que esta tem uma representação materna para a mesma, pois além de chamá-la de mãe foi quem a criou desde que nasceu, visto sua mãe ter morrido em seu parto.

Somente a *Adolescente 2* falou da figura do avô. Em seu caso, este era na realidade o marido da avó, e não seu avô consanguíneo, porém é considerado por esta como um avô, com quem mantinha uma boa relação. Lembramos ainda que uma das adolescentes estudadas (*Adolescente 5*), foi abusada pelo avô.

“E... do meu avô também, ele deu educação, entende, ele deu educação, ele se esforçou.” – *Adolescente 2*

Observamos que para a adolescente, o avô exerceu um papel paterno positivo, frente à ausência do pai biológico (esta nunca conheceu o pai biológico), e pelo fato de sua outra figura paterna, o padrinho, ter lhe abusado sexualmente.

O papel do avô na sociedade contemporânea é essencialmente maternal, o que contrasta com o papel masculino instrumental que ele tem desenvolvido ao longo da vida. Alguns fazem essa transição suavemente, mas outros a fazem com dificuldade. A cultura, porém, fornece apoio, incorporando “status” e respeito a esse papel, facilitando que os avôs possam desenvolver o lado mais maternal sem constrangimento (NYE & BERARDO apud DIAS, 2002, p. 35)

Desta forma, podemos constatar a importância do papel dos avós, especialmente das avós maternas para as adolescentes estudadas, e que “a contribuição dos avós aos netos é bastante rica e complexa, depende da relação estabelecida entre ambos e das características individuais.” (DIAS, 2002, p. 36).

Papel dos Irmãos

Irmãos costumam ser modelos de comportamento e socialização informais. Para Ferreira e Metel (1999), o modo como as crianças são socializadas difere entre as sociedades, refletindo as diversas expectativas que os pais vão ter em relação aos filhos. Em algumas sociedades, são enfatizadas a autonomia e privacidade entre os irmãos e em outras uma participação mais conjunta, incluindo aí as obrigações domésticas e comunitárias.

Para Lobato (apud NUNES e AIELLO, 2008, p. 42), na interação entre irmãos, “há maior similaridade de papéis, o que pode conduzir a conflitos, assim como à resolução deles, ao contrário do que ocorre nas interações adulto-criança (como no subsistema parental), nas quais o adulto tem vantagem de poder”.

Wagner et al (2002, p. 80), em pesquisa com adolescentes, afirma que irmãos mais velhos,

frequentemente, assumem o papel de ensinar e auxiliar no manejo de situações difíceis, pelo fato de já terem vivenciado anteriormente tais situações. Ainda que na adolescência haja uma tendência de aumento dos conflitos fraternos, também cria-se uma possibilidade de maior troca entre os irmãos.

Seis adolescentes que possuem irmãos em diferentes idades (mais velhos, mais novos, ou de idade aproximada), estabeleceram diferentes papéis e funções de acordo com o sexo e idade.

“Dos meus irmãos não tem o que falar porque ele só bagunça.” – *Adolescente 1*

“A irmã, quando a mãe tá meio assim, sabe como ela é, sabe o jeito, vem e ajuda, fala.” – *Adolescente 3*

“[...] das minhas irmãs, acho que a parceria né, compreensão pra gente se dá bem”- *Adolescente 5*

“Minhas irmãs não contam muito porque elas são muito menores. Uma tem 2 anos outra 1 ano e meio. Então eu faço papel de brincar com elas porque não dá pra conversar, essas coisas, porque elas são muito pequenas.” -

Adolescente 6

“Irmão é proteção, eu quero o melhor pros meus irmãos, eu não quero que nada aconteça com eles” –

Adolescente 9

“As minhas irmãs a mesma coisa afinal eu sou a caçula e as mais velhas então é tá comigo me apoiando né como elas sempre fizeram, conversando comigo até porque eu não tenho mãe, uma senhora de idade é minha mãe.” –

Adolescente 10

As *Adolescentes 1, 3 e 5*, possuem irmãos praticamente da mesma idade, porém, ao contrário da *Adolescente 1* que não refere nenhum papel específico a este, dizendo que este só “bagunça”, as *Adolescentes 3 e 5*, referem uma relação de mais cumplicidade, ajuda e compreensão. As *Adolescentes 6 e 9* são as filhas mais velhas, desta forma, referem o seus próprios papéis de irmãs, referindo este como de proteção aos mais novos, e no caso da *Adolescente 6*, mais voltados a atividades lúdicas, visto as irmãs serem ainda bastante pequenas. A *Adolescente 10*, ao contrário, é a irmã mais nova, e desta forma se coloca de forma contrário às outras adolescentes citadas, pois para ela são essas irmãs mais velhas que devem apoiá-la, conversando com a mesma, especialmente na ausência de uma figura materna que cumpra tal papel, visto que, como a mesma refere, sua mãe ser na realidade sua avó, de já bastante idade, e que pela grande diferença geracional prejudicaria esse tipo de relação.

Igualmente, DeAntoni e Koller, (2000), em pesquisa com meninas adolescentes, analisou que estas também sugerem que o papel do irmão mais velho seria de cuidado e proteção em relação aos irmãos menores, com quem teriam mais amizade, devido a

dificuldade em estabelecer diálogo com os seus irmãos menores, quando estes são crianças, visto diferença de interesses. As autoras (*ibid*) acreditam ainda existir uma relação de “pseudo poder” entre os irmãos mais velhos sobre os mais novos, que poderia levar estes a situações de brigas ou de submissão, a partir do momento que se dá pelo controle, cuidado e comando dos mais velhos sobre os novos, visto a hierarquia que privilegiaria a ordem de nascimento e que deveria ser respeitada, mas que nem sempre se concretiza nas situações cotidianas. Seria ainda como se os irmãos mais velhos repetissem o modelo dos papéis referidos a pai e mãe de cuidado, proteção, orientação e autoridade (ZAMBERLAN, CAMARGO E BIASOLI-ALVES, 1997).

Um outro fator importante referido por DeAntoni e Koller, (2000, p. 363) referente ao papel dos irmãos, que pôde ser analisado no caso das adolescentes, é o fator de proteção contra os riscos sociais, como de violência, especialmente quando “estiver relacionado à amizade e à cooperação nas relações com os irmãos, assim como o papel de filha, quando se relaciona à estruturação de determinadas atividades domésticas que visem o bem-estar da família”.

Papel dos Tios

O papel da figura dos tios (ou tias) é pouco explorado pela literatura, a despeito da importância que estes têm na constituição familiar. Apenas duas adolescentes fizeram referência ao papel de tio, alegando a este um papel paterno. Ressaltamos que nenhuma destas duas adolescentes relataram ter boa convivência com o pai, sendo este em um dos casos o agressor sexual da mesma. Então, o fato de estarem exercendo um papel de trabalho, sustento, educação e cuidado, socialmente identificados com o papel paterno, o papel destes tios se constituem de extrema importância para as adolescentes em questão.

“Meu tio, que é meu pai mesmo que eu acho, tá viajando. Aquele ali é o que sustenta a gente, trabalha, o meu outro tio só nos estudos mesmo, faz faculdade, e é isso” – *Adolescente 1*

“Sempre considerei meus tios como mais próximos, tavam me criando, me educando também, ajudando minha mãe, porque minha mãe era mãe solteira. [...] porque eles sempre tiveram muito carinho por mim, muito cuidado” – *Adolescente 6*

A *Adolescente 1* refere à figura de um tio o papel de pai, visto ser este o que trabalha e sustenta a casa, fazendo mais uma vez referência ao papel paterno estabelecido

culturalmente na sociedade patriarcal enquanto aquele da família nuclear burguesa, como o responsável pelo provimento do lar.

Para a *Adolescente 2*, os tios também cumpriram uma função paterna, visto não ter sido criada pelo seu pai biológico, e apenas há pouco tempo sua mãe casou-se novamente. Estes, além de ajudar na criação, também proporcionaram carinho e cuidado, uma visão paterna atribuída às mudanças sociais do papel do pai ainda em construção na sociedade.

De fato, a ausência física de um pai não implica sua ausência simbólica, pois este papel pode ser exercido por outras figuras masculinas (e muitas vezes até femininas), como tios e avôs, cuja presença assegura a identidade paterna (FONSECA apud DE ANTONI E KOLLER, 2000).

Papel do Padrasto

Tomé e Schermann (2004, p. 22) afirmam que hoje “as famílias sofrem uma composição diferenciada, cada uma com características, valores e crenças próprias, surgindo, nessa estruturação variada, a figura do padrasto”. Padrasto é considerado o homem que é casado ou mantém uma relação estável com uma mulher que possua filhos, em relação a este. Na sociedade atual, em que são comuns separações e divórcios, esta figura é cada vez mais presente nas famílias brasileiras. Pode-se dizer que este apresenta um papel importante e controverso, um figura nem sempre vista de forma positiva, sendo alegado a este, por exemplo, o segundo lugar na vitimização sexual intrafamiliar (COHEN, 2000).

Apesar de a maioria das adolescentes estudadas possuir um padrasto ou madrasta, nenhuma apontou este como pertencente ao que consideram família, conforme o primeiro núcleo de análise deste trabalho, e somente uma adolescente citou o papel do padrasto, referindo este como a figura representativa masculina, paterna. Ressaltamos que a mesma adolescente que chama este padrasto de pai, foi a que também referiu tal papel a um tio. Um fator a ser observado ainda é que, em um dos casos o padrasto foi o vitimizador da adolescente (*Adolescente 4*).

“(…) eu considero ele como pai porque ele é a figura masculina na minha casa. Eu tenho 2 irmãs também, então são 4 mulher e só ele como homem então eu considero ele como pai. Porque apesar de meu pai não tá morando aqui em Manaus, em outro lugar, então eu tenho ele como pai, mas quem faz papel de pai mesmo é meu padrasto ele que vive comigo.... educa... é como um pai pra mim.” – *Adolescente 6*

“Agora que ela tem meu padrasto e tudo mais, agora que ela casou com ele e ele é uma figura masculina pra mim, ele e meus tios.” - *Adolescente 6*

A *Adolescente 6* refere este como a “figura masculina” da sua casa atualmente, onde só há mulheres, e desta forma, pode ser considerado o pai, pois além da convivência, refere a este o papel de responsável pela educação (sem deixar de incluir novamente a figura dos tios). Desta forma, apesar da ausência do pai biológico, observamos que este espaço não ficou vazio, sendo ocupado por outros membros familiares.

Referência ao próprio papel

Apenas duas adolescentes fizeram referência ao próprio papel, porém de formas díspares. Enquanto uma se coloca em um papel igual ao de sua mãe, a outra se coloca realmente no papel de filha.

“O meu... ai... o meu ele é quase igual o da mamãe. Só que eu não faço comida nem lavo roupa. [...] mas pra facilitar a gente arruma a casa passa pano pra não deixar ela mais cansada do que ela já é. Eu que cuido da minha irmã desde que ela saiu da maternidade. É. Eu estudava só de manhã e de tarde quando a mamãe ia trabalhar eu era ali, se era pra levar pra vacinar era eu, ate hoje eu que levo pra passear, se é pra passear eu que passeio, eu só não gosto de limpar. Ai não é comigo não, mas de vez em quando a mamãe manda, ai eu vou, senão... é peia.” –

Adolescente 1

“No caso da gente, dos irmãos e dos filhos, ouvir, tentar ouvir porque, tem uma frase que eu já escutei, que “os sábios aprendem com os erros dos outros”, então a gente ouvindo é, as experiências contadas, pode ser que a gente possa aprender, e tenta fugir dessas ciladas que a vida trás pra gente e tentar correr delas, entendeu, por experiência das outras pessoas entendeu?” – ***Adolescente 8***

A *Adolescente 8* adota seu papel dentro do que é considerado o papel primário da família em relação aos filhos, tendo “os pais como responsáveis básicos da mediação e filtragem do mundo para acriança” (SALEM, 1980, p. 32). Desta forma, a adolescente estaria neste outro lado, que como filha, tem o papel de “aprendiz”, a que deve ouvir e aprender com a experiência dos mais velhos, para não cair nas “ciladas” da vida.

Já a *Adolescente 1* refere ter um papel complementar ao da sua mãe, que de forma a ajudá-la, assume diversas tarefas domésticas, inclusive os cuidados ditos “maternos” em relação a sua irmã mais nova.

Especialmente em famílias menos favorecidas economicamente, é comum os filhos, especialmente as meninas, exercerem as atividades ditas domésticas, de cuidado do lar. É um papel socialmente descrito e estereotipado às mulheres, um modelo construído sócio-historicamente, onde cabe à “rainha do lar” o espaço privado, e ao homem o público. Da

mesma forma o cuidado em relação à irmã mais nova é uma atividade característica das novas necessidades das famílias contemporâneas. A mulher nas relações sociais deve exercer a “dupla jornada de trabalho”, necessitando de terceiros para cuidar da prole menor, estando este filho mais velho muitas vezes ocupando este lugar, quando possível (FERREIRA E METTEL 1999; ZAMBERLAN, CAMARGO E BIASOLI-ALVES, 1997).

De Antoni e Koller (2000) acreditam que quando a adolescente assume tais papéis associados à mãe, de certa forma ela passa a ter um papel de importância na família, de pertencimento, de estabilidade e de afeto. Porém, ao mesmo tempo,

ao assumirem este papel, as meninas encontram dificuldades de mostrar à sua família que também necessitam ser cuidadas e protegidas. Sendo assim, parece que há um empobrecimento das relações familiares, pela rigidez nas atribuições e no comportamento, que são depositados no seu papel. Esta rigidez as impede de efetivarem uma maior quantidade e qualidade de trocas e de papéis no ambiente familiar e em outros ambientes (*ibid.*, p. 362).

Assim, ainda como na pesquisa de De Antoni e Koller (2000), não foram encontradas atribuições esperadas para as adolescentes, como estudar, relacionar-se e divertir-se com amigos, entre outras atividades sociais, mostrando que talvez esta rigidez a impeçam de realizar outros papéis.

5.2.2.3. Papéis exercidos diferentes dos idealizados

Nem sempre o papel que se espera ser exercido por uma pessoa é correspondido por esta. Salem (1980, p. 27) aponta que

[...] entre as expectativas de desempenho e a resposta acionada pela pessoa incumbida do papel, intervém a forma pela qual esta última internaliza, avalia, seleciona e interpreta as pressões que sobre ele recaem [...] não existe correspondência unívoca entre o mundo objetivamente real e as perspectivas das pessoas acerca desse mundo.

De fato, assim como ocorrido com a significação manifesta sobre o que seria família para as adolescentes, enquanto uma visão idealizada diferente da família real, assim se deu também em relação aos papéis significados, onde se pôde observar que os mesmos muitas vezes não refletiam o papel exercido pelas figuras familiares na realidade.

“Nem sempre, nem sempre. Porque às vezes, é muito difícil, principalmente pra minha mãe reconhecer. Porque pra elas os homens vem em primeiro lugar. (tom de voz bem baixo). Mas hoje eu não ligo muito. Mas é minha família, querendo ou não.” – *Adolescente 2*

“As vezes olhando pra ela, não parece que ela faz papel de mãe. Mas eu tenho, eu chamo ela de mãe pelo fato de muitos anos eu chamar ela assim. E questão financeira ela não me ajuda, só que como eu te falo, por exemplo, “ah eu preciso ir ao médico”, mana, ela não se mexe. Meus documentos até hoje eu ainda não tirei. Minha identidade eu tenho porque ela precisou (tom de voz bem baixo). Eu falo “infelizmente eu preciso da senhora”. é tudo assim. Mas meus documentos... aí ela põe a culpa pra cima de mim “ah é tu que não vai”. Mas eu estudo de manhã. Mas eu falo vamos um dia que dá. Mas...” – *Adolescente 2*

“Não, risos. Da minha mãe ela consegue. Quando a gente ta junta eu não tenho o que reclamar não. Mais ate que o meu pai porque eu moro com ele e ele só vem em casa a noite, e às vezes ele vem no almoço mas é difícil, eu só vejo ele a noite antes de dormir. É difícil. E eu fico só.” – *Adolescente 5*

“Então, essa minha função em casa era assim meio controversa, de um lado eu era uma pessoa com um, e uma outra totalmente deferente com outra. Então era assim, era meio chato.” – *Adolescente 8*

“Quem? Eles? Não. Eles não exercem, eles não exercem. Não são... raramente uma tia minha conversa, e quando conversa já é estressada vem brigando, ninguém exerce.” – *Adolescente 10*

A *Adolescente 5* lamenta o fato de o pai não ser tão presente, onde acaba por sentir-se só, visto que, apesar de a mãe corresponder o papel por ela esperado, só a vê nos fins de semana. A *Adolescente 8* faz uma auto-crítica ao seu papel, que considera controverso a partir do momento que se comporta de forma diferente com cada um do pai, o que de fato não é incomum dentro dos relacionamentos intrafamiliares. A *Adolescente 10* diz que, ao contrário do que pensa sobre o papel da família, que deve ser de apoio, ajuda e conversa, assume que a realidade não é bem assim, que esta é permeada por brigas e pouco diálogo.

A *Adolescente 2* assume que sua mãe não exerce o papel por ela idealizado de cuidado e responsabilidade, referindo que esta não faz o “papel de mãe” ao colocar os homens em primeiro lugar, nem lhe ajudar em suas necessidades, como financeiras, e sociais, como tirar seus documentos, por exemplo.

A idealização do que deve ser o papel materno é tão enraizada em nossa sociedade que muitas vezes acredita-se que este é natural, que sempre existiu. Badinter (1985) já afirmava que de fato o “amor materno”, entendido muitas vezes como um “instinto natural” é um mito, onde este foi sim construído historicamente a partir das mudanças sociais ocorridas na Europa do século XVIII. Tourinho (2006) concorda que de fato, não existe o dito “instinto materno” postulado na sociedade.

A representação do que se instituiu como papel feminino ideal leva muitas mulheres a assumirem seus filhos por pura obrigação e culpa, pautadas em um perfil materno surgido a partir do século XVIII. A imagem propagada dos sentimentos maternos inatos foi transmitida através das gerações (através de troca de experiências, histórias, contos) e mostra a dedicação que a mãe deve ter à prole, levada ao extremo de renúncia em prol da preservação e sobrevivência dos filhos,

exaltando-se as qualidades de uma “boa mãe”. Esse discurso moralizador, mesmo nos dias atuais, ainda cobra das mulheres amor e cuidados incondicionais com seus filhos (TOURINHO, 2006, p. 30).

Por fim, podemos dizer que tal atitude materna apresentada pela adolescente se configura como fator de risco para a ocorrência de violências. De Antoni *et al.* (2007), a partir de pesquisa com famílias abusivas, acreditam que uma das razões de as mães não atuarem de forma protetiva com os filhos se deva a sobrecarga de papéis que envolve o desempenho de diversas atividades, que se não forem bem administradas podem gerar angústia ou negligência, por exemplo, quando a mãe que trabalha, estuda, cuida dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, ou seja, quando as demandas são maiores que a capacidade de supri-las. Assim, a mãe pode vivenciar situações de estresse severos que a levam a ter baixa tolerância com as atividades diária, além de, para as autoras (*ibid*), a adolescência do filho também pode desencadear atos abusivos dos pais, por desconhecimento, incompreensão ou intolerância sobre as mudanças físicas e emocionais destes.

5.2.3. RELACIONAMENTOS INTRAFAMILIARES

Os relacionamentos sociais são construídos, trabalhados e repensados continuamente e cotidianamente. Assim são também as relações dentro da família. Cada família tem seu *modus operandi* de se relacionar, de se comunicar, se emocionar, onde as personalidades individuais e coletivas se misturam seguindo regras e ritos particulares. Para Petrini (2003, p. 72), os vínculos familiares

realizam uma relação na qual a pessoa entra com a totalidade de sua existência, de seu temperamento, de suas capacidades e limites, diferentemente do que acontece com quase todos os outros ambientes da vida, nos quais se estabelecem relações parciais, limitadas a capacidades específicas, correspondentes a funções determinadas.

Dentro dos relacionamentos intrafamiliares estão inclusos ainda os conceitos de afetividade, que seriam o conjunto de emoções mais positivas existentes nos relacionamentos interpessoais, e os conflitos, que seriam um conjunto de sentimentos mais negativos, muitas vezes geradores de estresse e agressividades dentro do ambiente familiar (TEODORO, 2006).

Para Romanelli (2002), a unidade doméstica enquanto grupo de convivência, é o mediador para a concretização de aspirações e interesse dos indivíduos, sendo então fonte de diversos conflitos.

A convivência familiar não é necessariamente harmoniosa, pautada que é pela emergência de anseios e de vontades individualizadas que, com frequência, colidem com aquilo que é qualificado como interesse coletivo. A necessidade de conciliar projetos individuais de cada um com o que é estabelecido como metas ou projetos coletivos permeia toda a vida doméstica, não estando diretamente referida às condições materiais de pobreza, embora essas possam ampliar as áreas de conflito. Os focos de tensão e de atrito resultam, portanto, de inevitáveis divergências entre o que é estabelecido como objetivo grupal e os desejos individuais. Além disso, como na família a expressão de aspirações, sentimentos e emoções é mais livre do que no domínio público, a cena doméstica é carregada de tensões (*ibid*, P. 76).

Assim, partindo do princípio de que cada família cria suas próprias demandas “produzidas por um complexo entrecruzamento entre o novo e o velho, o individual e o coletivo, o visível e o invisível” (PASSOS, 2005, p. 13), foi questionado das adolescentes como elas viam o relacionamento, vínculos, afetos e conflitos do seu grupo familiar, e como significavam sua relação com cada um destes a quem elas chamavam de família, surgindo assim três núcleos de significação principais dentro deste objetivo.

5.2.3.1. Relacionamento do grupo familiar

A partir da diferenciação social e espacial entre o público e o privado, e o recolhimento da então chamada família a este último lugar, possibilitou-se uma maior privacidade e ao mesmo tempo, maior troca entre os sujeitos familiares. Esta realidade familiar, conforme Petrini (2003, p. 62), se constrói a partir das relações de sexo e gênero,

ao redor do qual diferentes modelos se estruturam e se decompõem, em consequência de circunstâncias históricas e sociais, culturais e ideológicas diversas, dando origem ora a modelos nos quais prevalecem a cooperação, a reciprocidade, a solidariedade, a negociação, ora a modelos nos quais prevalecem a disputa, a competição, ou a indiferença, a estranheza e o conflito.

Assim foram significadas as famílias para as adolescentes a respeito dos inter-relacionamentos familiares. Cinco das adolescentes estudadas referiram suas famílias enquanto conflitivas, sendo identificados nestas, conflitos a respeito de questões geracionais, falta de diálogo, ciúmes, conflitos morais, estresse, além da presença de agressividades e naturalização da violência, entre outros fatores de risco para a ocorrência da violência doméstica.

“Todo dia tem que ter uma confusão lá em casa, é lei, é lei já isso’. É de lei, sempre tem que ter confusão, uma discussão. [...] Se a mamãe faz uma comida que ela não gosta ai daí já começa, a vovó já começa daí, em pouquinho de tempo ela já procura confusão. Ai na família em geral depois da confusão vai um pro lado e um pro outro e fica ali calado.[...] Tem a união mas assim, a briga é durante a manhã, uma discussãozinha de leve, a mamãe briga com a vovó, a vovó briga com a mamãe, mas pouco, a união é bem, ali, só a vovó mesmo, é a velhice, é sim, é a velhice. [...] a única que gosta de puxar confusão é a vovó. Só. É a que mais briga. Com a mamãe.

E qual o maior motivo das brigas? (Pesquisador)

A pequeninha. Porque ela mexe, quando não por causa de máquina. Tudo tudo tudo. A vovó se dá só com o tio S., só com o tio S. mesmo. Até o U. ela faz confusão. Todo mundo diz que é falta, que é falta de homem na vida dela. Porque sempre que ela tem namorado o tio S. sempre... desde que o tio S. botou ele pra correr ai nunca mais. [...] Ele é ciumento. Muito. Pra ele aceitar o marido da mamãe, até hoje ele não se dá muito bem. Ele vive apelidando o meu padrasto, com todo tipo de apelido. Ele não gosta. Ele é ciumento ciumento ciumento.” –

Adolescente 1

“Bem dizer que quase fui abortada, porque quando a vovó descobriu que a mamãe tava grávida do papai, ela trancou a porta, trancou tudo, e a mamãe apanhou, apanhou apanhou tanto da vovó, era de bicuda, que quase eu ia sendo abortada. Ai o tio S. chegou e perguntou o quê que era, e a vovó ali dando dando dando, e foi quando o tio S. chamou o pessoal, e arrombaram a porta e foi quando seguraram ela... Lá na minha família pelo menos nunca ninguém gostou da família do papai.” – ***Adolescente 1***

“Eles (mãe a padrasto) eu acho que formam um par perfeito porque o temperamento deles é igual, eles concordam com a maioria das coisas como educação de filho, educar, essas coisas, mas também tem hora que quando eles brigam é melhor sair de perto porque eles brigam um pouco feio, discutem bastante, falam, gritam, xingam um ao outro... – ***Adolescente 6***

“minha família é muito atrapalhada. [...] é uma bagunça só, um fala aqui, outro fala ali, e se mete na conversa do outro, e é muito ruim essas coisa, ficar falando dos outros, eu não gosto, mais minhas tias.

E quem se dá melhor com quem, quem briga mais com quem? (Pesquisador)

Aquela minha tia que veio comigo com uma outra tia que ela não gosta, e uma é crente e a outra também, virou agora, e não se dá muito bem, por causa do marido dessa e do outro. A tia L. a mais velha e a minha vó é a que briga mais, ela fala muito, gosta de falar que as filhas dela são as mais direitinhas que as doutras, mas não é não, olha a outra bem novinha já perdeu cedo (a virgindade), agora ela já calou mais a boca dela.” - ***Adolescente 7***

“minha mãe é submissa a ele (padrasto), ele é grosso. Minha mãe e meu padrasto brigam muito, minha mãe vive falando mal do meu pai, meu pai, como ele não tem muita moral mesmo, não fala nada.” – ***Adolescente 9***

“(Risos) A mesma coisa que comigo, assim vamos dizer praticamente, porque, é, todo mundo briga com todo mundo, todo mundo estressa, a minha tia que é a do meio, a mais velha tudo ela briga com todo mundo, tudo ela estressa, ninguém pode falar nada, então tipo, mas todo mundo se fala, todo mundo se trata bem entre aspas, só a minha tia mais nova que vive prum lado, ela falta muito, na briga ela vai logo embora não quer confusão. É assim, todo mundo briga com todo mundo.” – ***Adolescente 10***

Para Passos (2005, p. 11), “o novo e o velho estão sempre engendrados nas experiências de um sujeito ou de uma família, sem que necessariamente essa situação seja

visível”. Assim uma questão presente nos conflitos familiares abordados pelas adolescentes, foi a questão geracional. Na fala da *Adolescente 1*, vemos um conflito intergeracional na família, quando esta refere as brigas por conflitos de interesse entre avó, mãe e irmã menor, atribuindo a causa de tais contendas à velhice da avó. Petrini (2003, p. 70) afirma que

a cooperação entre os gêneros e entre as gerações convive com conflitos que, inevitavelmente, a própria convivência engendra. Quanto maior a proximidade entre as pessoas, quanto maior a liberdade com a qual se relacionam, tanto maiores serão as probabilidades que elas entrem em conflito.

De fato, existiam 3 gerações morando na casa da *Adolescente 1*, e há pouco tempo, quando a bisavó desta adolescente era viva, eram 4 gerações. Esta é uma realidade contemporânea, visto que atualmente, a longevidade do ser humano faz com que as gerações convivam mais, e com a proximidade, conforme o autor supracitado, aumentam os conflitos, pois cada uma desta geração viveu um contexto sócio-cultural distinto, onde nem sempre seus valores entram em acordo com a geração seguinte.

Outro fator observado dentre as causas de conflitos de interesses na família da *Adolescente 1*, e também trazida pela *Adolescente 2*, dizem respeito às atividades ditas domésticas, e o cuidado das crianças da casa, junto aos interesses particulares de cada indivíduo. A “sobrecarga” de trabalho é apontada por De Antoni e Koller (2007), a partir de pesquisa com famílias fisicamente abusivas, como indicador de risco. De fato, tais conflitos se dão ainda pois, segundo Sarti (2002), hoje, os papéis sexuais e as obrigações entre as gerações não estão mais tão claramente estabelecidos como era antigamente.

Outro sério fator de risco observado na família da *Adolescente 1*, a partir de sua fala, é a “naturalização” da violência, pois, a despeito das agressividades relatadas, onde a relação entre os membros da família parece ser baseada em brigas, com ausência de comunicação, tendo sido esta adolescente inclusive quase “abortada” da barriga da mãe pelas agressões sofridas pela avó, acaba por achar ser normal, já ser “de lei”, como algo já esperado de acontecer no cotidiano de sua família.

A *Adolescente 6* também demonstra esta naturalização, ao significar o relacionamento com as figuras parentais como baseado em agressividade, e acreditar que estes fazem o “par perfeito”, na realidade um par violento longe da perfeição, que se configuram um fator de risco para a adolescente e para as crianças da casa.

De fato, conforme Oliveira Filho *et al.* (2009, p. 257), “quando uma violência perdura por muito tempo, ou deixa de ser esporádica, há uma tendência a se tornar comum,

natural, porque as pessoas se acostumam, se adaptam, aprendem a conviver com aquilo que antes parecia horrível, inaceitável”.

Os conflitos referidos pela *Adolescente 7* se dão de uma forma diferente daqueles significados pelas outras adolescentes, onde as brigas se dão por “fofocas” entre os familiares, especialmente as tias, e também por desacordo de opiniões referentes a questões religiosas e valores morais, como a questão da virgindade, visto por uma tia ainda dentro dos padrões sexistas de gênero no que se refere à sexualidade de homens e mulheres.

A *Adolescente 9* faz referência a um conflito comum dentro do entendido culturalmente como família patriarcal, onde apesar de ter considerado a mãe enquanto a pessoa de maior poder dentro da hierarquia familiar (conforme analisado no núcleo de significação 5.2.4.), esta só se constitui quando relacionado ao pai, pessoa dentro do núcleo que considera como família. Quando a dinâmica se porta em relação ao padrasto, esta mãe passa a ocupar um lugar submisso, numa relação assimétrica que constitui o pilar da organização familiar dita patriarcal.

Por fim, a *Adolescente 10* também refere um inter-relacionamento familiar baseado em brigas, onde o diálogo se estabelece de forma superficial, conforme apontado pela mesma, onde se tratam “bem entre aspas”, sendo a causa maior do conflito as questões financeiras, a ser abordada mais adiante.

As demais adolescentes também referiram conflitos na família (visto ser quase impossível a inexistência total de conflitos dentro da família), mas aparentemente, estes se dão de forma mais amenizada, onde os conflitos são momentâneos, prevalecendo um relacionamento familiar mais afetuoso, mais positivo. Este tipo de relacionamento se faz de extrema importância no caso de vítimas de violência, especialmente a sexual, pois conforme Santos e Dell’Aglia (2008, p.598) “um relacionamento familiar intergeracional conturbado ou sem apoio aumentava a vulnerabilidade da criança em situações de abuso, podendo exacerbar os efeitos deste”. E de fato, muitos destes familiares se mostraram protetivos em relação à vitimização sexual das adolescentes.

“O relacionamento em geral? Olha eu penso assim, se tem uma discussão, houve um desentendimento, ficam com raiva ali na hora mas depois tá todo mundo se falando. Entendeu? Coisa de momento. Coisa que aconteceu. Depois falam “ah eu entendi mal, desculpa aí”. Entendeu? Às vezes já vai acusando sem saber... mas é tudo ali na hora depois já tá tudo normal. Minha família é bem louca (risos).” – *Adolescente 2*

“[...] se ele (avô) briga com meu tio, ele fica uns dois dias sem falar depois tá tudo normal. Lá em casa é assim, é uma coisa que acontece”. – *Adolescente 2*

“Ah com todos sempre foi boa né porque só de vez em quando que tem alguns desentendimentos né, as vezes a gente fica chateado com algumas palavras, as vezes abala a gente e fica um pouco pra baixo. Mas como eu disse não tem muito tempo né, a gente não tem tempo pra ficar bastante junto, mas só que o tempo que tem a gente aproveita.” - *Adolescente 3*

“A gente sempre foi quando uma briga, discute, a outra vem e fala, do erro, o que foi que aconteceu. Tenta consertar, a pessoa que sabe mais. A gente sempre foi assim, a gente foi educada de uma forma muito assim...aberta. Tudo que uma sente vai e fala, as vezes dá vergonha a outra vai e fala “ eu to sentindo isso mãe”, ai vem e erra nessa parte ai vem e conversa “você sabe porque que errou, sabe porque tá de castigo”, “eu to errada por causa disso” aí a gente fala “ não mãe, eu fiz isso por causa disso” , a gente explica tudo, a gente se relaciona muito bem.” - *Adolescente. 3*

“O vovô é meio chatinho. Ele é meio carrasco. A vovó é mais tranquila, mais quieta na dela, igual eu. A mamãe sempre fala isso. Os meus primos eles sempre um se desentende com outro, um querendo se mais que o outro. A minha tia também discute por causa de filho né. Mas não tem assim um com raiva do outro pra fazer isso e, não. Lá na minha família todo mundo é alegre. E quando tem um problema um não deixa de falar com o outro, de saber o que faz sofrer, por quê ta calado. Todo mundo sempre foi assim. Ai vem um chega com peixe, com frango assado, ai todo mundo bagunça, sempre foi assim. Sempre foi unido dessa forma. Quando é pra juntar a família, ai junta a família toda. Ai gente sempre foi assim, nunca teve ah eu não vou falar com esse, discussões sempre tem né, mas todo mundo é tranquilo.” - *Adolescente. 3*

“Bem. Agora que ele saiu. Era ele que causava intriga na família toda da mamãe. Agora que ele saiu ta bem.” - *Adolescente 4*

“Ai a minha família... acho que é complicado né. Tem aqueles momentos de... mas acho que a minha família é muito unida. (...) porque mesmo meu pai tando separado da minha mãe, um ajuda o outro né. se alguma coisa acontece o outro sabe, está disposto a ajuda, se a minha mãe descobre que eu to doente ela vem, ela se preocupa, se eu to trabalhando ou não, é assim.” – *Adolescente 5*

“Todos nós a gente junto assim é legal porque assim, (...) quando chega o fim de semana, a mamãe, a mamãe ela não gosta de ficar em casa, então o que ela faz? Ela conversa com o papai e a gente sai. Quase todo fim de semana a gente sai. E sai um pouco da rotina né. É legal isso, a família sair e tal, conversar tudinho ai, mas é só a gente, da família né, porque minhas outras tias, eu tenho um tio que mora perto de casa e ele só quer saber de trabalho e bola, então a minha tia fica muito mordida então toda discussão dela tem que botar a gente no meio, como uma coisa boa, dizendo pra ele, e sente um pouco de inveja da gente, ela diz “Eu admiro a M. (mãe da adolescente), porque apesar de todos os defeitos dela e tal saem no fim de semana, e vão se divertir, e é difícil a gente ver discussão entre eles, e tal”. Aí é a maior coisa, mas a gente assim, em conjunto, é muito bom assim a gente sair em família, a gente brinca ai esquece dos problemas, aí é muito bom a nossa relação. Também tem brigas, mas eles não são muito de brigar não. É difícil a gente ver eles brigando.” - *Adolescente 8*

As *Adolescentes 2 e 3*, referem que existem sim momentos de conflitos nas relações familiares, mas que os membros conseguem reconhecer o erro e chegam a pedir desculpas, a dialogar sobre o ocorrido, voltando a se estabelecer o equilíbrio familiar. No caso da *Adolescente 3*, esta refere uma cumplicidade especialmente no que considerou como família,

o seu núcleo afetivo mais próximo, no caso, ela, sua mãe e sua irmã. Porém, refere que esta relação de cumplicidade e diálogo está presente também em sua família extensa, com seus tios, primos e avós, a despeito dos conflitos existentes.

Assim, apesar de a educação de filhos ser considerada uma das tarefas familiares mais difíceis e passíveis e conflitos, hoje esta já se dá por “métodos menos coercitivos e autoritários e estratégias mais democráticas e cooperativas entre pais e filhos no que se refere à resolução dos conflitos” (WAGNER, 2005, p. 33). Este tipo de relacionamento referido pela adolescente, em que há uma relação aberta, baseada no diálogo, com exigências coerentes, pode ser chamado “estilo autoritativo”.

Pais autoritativos estabelecem regras para o comportamento de seus filhos que são consistentemente enfatizadas. Eles monitoram a sua conduta, corrigindo atitudes negativas e gratificando atitudes positivas. A disciplina é imposta de forma indutiva e a comunicação entre pais e filhos é clara e aberta, baseada no respeito mútuo. São pais que têm altas expectativas em relação ao comportamento dos filhos em termos de responsabilidade e maturidade. Além disso, são afetuosos na interação com eles, responsivos às suas necessidades e, frequentemente, solicitam sua opinião quando conveniente, encorajando a tomada de decisões e proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades (CECCONELLO, 2003, p. 48)

Assim, apesar de seu pai, quando convivia com este, não apresentar tal estilo de relação e educação, a relação baseada naquele núcleo afetivo a quem considera família, se dá de tal forma. Assim, uma questão observada no caso da *Adolescente 3*, e também no caso da *Adolescente 4*, é que os relacionamentos familiares melhoraram após a ausência de seu agressor sexual, visto que, conforme relato da *Adolescente 4*, a violência deste não era voltada somente à mesma, mas era a causa de conflito de todo o grupo familiar.

A *Adolescente 5* referiu que, mesmo sendo “complicado”, visto seus pais serem separados, estes conseguem manter um bom relacionamento em prol dos cuidados da filha adolescentes que estes têm em comum.

Por fim a adolescente 8, que apesar de referir posteriormente manter um relacionamento um pouco difícil com a mãe, o grupo familiar em sua visão funciona de forma positiva, onde apesar das brigas, estas não são constantes, e que há os momentos de cumplicidade e união familiar, pra “sair da rotina”, conversarem, se aproximarem, o que, não sem um certo orgulho por parte da mesma, causa “inveja” nos outros parentes.

5.2.3.2. Relacionamento com os membros familiares

Dentre os membros familiares com quem as adolescentes fizeram referência ao relacionamento, estão abarcados as figuras da mãe, pai, padrasto, avós, tios, primos e irmãos, a serem abordadas a seguir.

Relacionamento com a mãe

Um relacionamento afetivo, para que se dê de forma positiva, precisa de cuidado, de investimento, sendo desenvolvido na convivência a partir da bagagem que cada um trás emocionalmente. Assim é o relacionamento com a mãe. O dito “amor materno”, conforme Badinter (1985), não é um sentimento dado de antemão, inerente a mulher, mas é um amor conquistado, construído na cultura ao longo da história.

A relação estabelecida com a mãe demonstrou ser um dos relacionamentos mais significativos para a maioria das adolescentes estudadas. Todas fizeram referência à mesma ao ser questionado como seria o seu relacionamento com os membros de sua família. Quatro das adolescentes referiram um relacionamento considerado positivo com tal pessoa.

“Com a minha mãe a minha relação com a mamãe é tipo amigas, assim quando tem alguma coisa pra falar vai lá aconselha, a gente conversa dá conselho e tudo, mas ela também sabe fazer o papel de mãe dela, que é quando ela tem que ter responsabilidade nos ensinamentos ali. Minha relação é metade melhores amigas, metade mãe.” -

Adolescente 1

“Ah a minha relação com a mamãe sempre foi ótima, porque a gente sempre conversou tudo, tudo em geral, sempre teve proteção, então agora que a gente é mais unida. Sempre a gente teve mas agora é mais unida. A gente é muito junto muito junto, até uma coisa que uma pensa, parece que a outra sente também. A gente é assim, a gente tem isso... eu e ela a gente é assim.” - *Adolescente 3*

“[...] a mamãe sempre fui assim com ela... agora eu to mais amiga dela.” - *Adolescente 4*

“Com a minha mãe acho que o relacionamento com a minha mãe melhorou bastante. A gente é mais amiga, ela conversa mais, ela me entende, me compreende [...]” - *Adolescente 5*

Apesar de ter referido o relacionamento do grupo familiar enquanto conflitivo, a *Adolescente 1* significa um bom relacionamento com sua figura materna, uma relação de amizade, que conforme Salem (1980, p. 140), “indica o procedimento de anular, idealmente, as posições de hierarquia e poder dentro da família”, mas sem perder esse lugar de mãe na hierarquia familiar, quando esta refere o papel de “responsabilidade nos ensinamentos”.

Outro fator importante que pôde ser observado no caso da *Adolescente 1* é que, apesar de esta referir que sua mãe sofrer agressões por parte de sua avó, esta mãe não repetiu a experiência de violência com a filha adolescente, visto em nenhum momento esta ter referido agressões por parte desta, ao contrario, demonstram ter uma boa relação. De fato, De Antoni e Koller (2000) postulam que, quando o membro familiar tem consciência sobre a história de seus antecedentes, poderá ser um indicador de proteção, a partir do momento em que este passa a evitar os maus tratos, rompendo o ciclo de violência intergeracional.

Uma questão que chama a atenção nas últimas três falas (*Adolescentes 3, 4 e 5*), é a melhora no relacionamento com a figura materna após a revelação da violência. A *Adolescente 3* refere que antes já existia esta cumplicidade com a mãe, e que esta melhorou após a ausência do agressor sexual, do qual todas eram vítimas, fator que pode ter contribuído para a aproximação destas, por identificação, para que enquanto grupo, fossem mais fortes para enfrentar o agressor. As *Adolescentes 4 e 5* não tinham uma relação próxima antes da revelação do abuso, e agora referem que estão mais “amigas”.

A maioria das adolescentes, seis delas, referiu um relacionamento difícil ou conflituoso com suas figuras maternas, e dentre estas, todas as adolescentes vítimas de violência sexual extrafamiliar.

“Quando eu dizia, ‘mãe isso e aquilo’... até hoje eu tento conversar com ela. A gente conversa assim e olha e olha. Quando ela me vê assim muito calada, muito calada, muito no canto, ai eu chego e vou dormir, vou estudar, aí não falo com ninguém, e as vezes eu nem como direito. Ai eu não falo com ninguém, saio da mesa vou me embora, ai ela olha pra mim e pensa ‘ela tá muito estranha’, aí que ela vai conversar comigo, aí que ela vai querer saber o quê que aconteceu. Só quando já tá demais, aí pronto não posso ficar na minha porque lá vem algum problema. Quando eu quero conversar ela não quer. Ai eu nem conto mais, se ela ficar sabendo vai ficar sabendo por outro. Porque o que eu tenho que contar muitas vezes ela não quer me ouvir, porque ela nunca tem tempo ‘ah eu tenho que ver a obra, eu tenho que estudar’ e isso e aquilo, e tem que cuidar do B. (irmão). Então eu nem falo nada.” - **Adolescente 2**

“É difícil, ela nem parece fazer papel de mãe comigo. [...] eu chamo ela de mãe pelo fato de muitos anos eu chamar ela assim [...]. Pra minha mãe os homens vem em primeiro lugar (tom de voz bem baixo). Mas hoje eu não ligo muito. Mas é minha mãe querendo ou não.[...] eu tenho ter intimidade com ela mas tem vezes que não dá tempo, e até parece que eu não me quer como filha filha. Mas eu até me esforço [...] E também certos comportamentos dela, por exemplo, eu digo ‘mãe eu to precisando disso’, ela pode até ter mas ela não me ajuda, ela prefere olhar pro lado do meu irmão, ajudar ele ali, então, eu já nem faço tanta questão, eu já nem peço mas nada, é muito anos que eu não faço isso, não peço nada entende?” - **Adolescente 2**

“eu sou bem mais próxima da minha mãe que com meu padrasto [...] com meu padrasto e minha mãe é mais ou menos porque às vezes eles não aprovam alguma coisa que eu gosto, seja uma tarefa de casa, seja nota na escola,

eles dão bronca, essas coisa, a minha mãe tem uma tendência muito forte a ficar estressada assim, então se ela extrapolar... ela só sabe gritar, ela já me xinga pode ate me bater, - *Adolescente 6*

“A minha mãe eu não chamo ela de mãe, a verdadeira, só as vezes, que ela demora pra ir lá né, sei lá, eu considero minhas duas vós como minha mãe assim. [...] a minha mãe sei lá ela vai lá eu tomo bênção dela, dou abraço nela mas eu gosto mais das minhas duas vó. [...] É difícil... sei lá pra mim é difícil, eu vejo minhas amigas tudinho tem (pai e mãe) e eu não tenho, moram junto e eu não tenho aquela coisa de pai e mãe mesmo.” –

Adolescente 7

“Agora minha mãe não tem muita conversa comigo [...], porque a mamãe não era muito de falar sobre a vida passada dela, já meu pai eles sempre contam como ela era, entendeu. Ela não é muito de contar nada, na verdade ela nunca foi de falar nada sobre ela, eu soube pelas minhas próprias tias, pela minha avó também que falavam, e pelo meu pai também que já conhece ela a muito tempo, já desde os 13 anos eles namoram, ali ele contava pra mim. [...] Que ela era uma menina muito rebelde, fugia de casa. [...] Das minhas tias a que mais deu dor de cabeça pra minha vó foi a minha mãe e uma outra tia minha, então a mamãe, pelejou, ficou um tempão com o papai, o papai ate já apanhou da minha avó né [...] minha mãe, e minhas tias também, só apanhavam de fio elétrico, então meu pai foi se meter e também pegou, minha vó bateu de fio elétrico nele também. Ai ela era assim, travessa mesmo a minha mãe. Ai vejo assim que a maneira como ela foi eu não fui assim não. Eu fui muito respondona, eu respondo muito pra ela assim, mas chegar a fugir de casa assim, eu acho que não tinha essa coragem não.” – *Adolescente 8*

“E às vezes eu nem ligo muito pro que a mamãe pensa, entendeu? Porque eu sei que ela sofre, mas na minha frente, ela consegue assim meio que jogar pedra, a minha mãe é desse jeito, não só comigo mas com todos, ela gosta de chutar cachorro morto. Entendeu, ela fica assim meio que jogando piadinhas, fica como se ela não tivesse erro nenhum, então com meu pai com as minha tias, ela é desse mesmo jeito, com todos, entendeu? Então eu com ela não sou assim muito chegada, e não me preocupava muito com ela quando fazia assim alguma coisa de errado, me preocupava muito mais com ele, também não ouvia muito ela. (...) A nossa relação, e a minha relação com a mamãe era sempre, nunca era de uma filha, era sempre de uma irmã mais velha pra uma mais nova, sempre discutindo, entendeu? Nunca me pediu desculpas, a mamãe não é de pedir desculpas, de abraçar entendeu? A mamãe não tem aquele carinho todo, ela não gosta de beijo, ela é toda estranha, ela sempre foi assim, muito difícil a nossa relação. Não sei como eu consegui ainda conversas com ela, chegar com ela e conversar sobre esses assuntos, eu acho que tive muita é coragem.” - *Adolescente 8*

“Com minha mãe é complicado, não tem dialogo, ela não é amiga da gente, não conversa. (...) Mas eu entendo, minha mãe perdeu a mãe com 10 anos, então ela não aprendeu a relação de mãe e filha, ela não sabe dar amor, carinho. Dia desses eu dormi abraçada com ela, mas mesmo assim...” - *Adolescente 9*

“Com a mamãe, porque eu tenho 18 e ela já tem quase 80 anos, então é difícil a convivência.” – *Adolescente 10*

Observamos a partir da fala da *Adolescente 2*, que a mesma mantém uma relação distanciada com a mãe, com dificuldade no estabelecimento de diálogo, onde a mesma parece não fazer o “papel de mãe” segundo o que foi significado, de cuidado e responsabilidade (confirme analisado no núcleo de significação 3 sobre papéis familiares). Quando esta refere que a mãe prioriza “os homens” em sua vida, vemos o que Salem (1980) chama de “conflito

de papéis”, ou seja, a dificuldade de desempenhar o papel de mãe e companheira de um homem ao mesmo tempo, tendo de desempenhar “múltiplas lealdades”, o que acaba por ser gerador de conflito.

A *Adolescente 6* apresentou um relacionamento agressivo por parte de sua figura materna, onde a mãe, apesar de pelo relato da adolescente esta ser mais próxima que o padrasto, e mostrar preocupação com escola, com notas, esta se dá de uma forma violenta, onde refere que a mesma grita e pode chegar à agressão física, não estabelecendo diálogo. Tal relação nos remete ao que De Antoni e Kooler (2010, p. 25) chamam estilo autoritário, quando os pais “são rígidos e autocráticos e tendem a enfatizar a obediência por meio do respeito à autoridade e à ordem, utilizam de punição como forma de controle e não valorizam o diálogo, a autonomia e a opinião dos filhos”.

A *Adolescente 7* foi criada pela avó, a quem chama de mãe, e refere um relacionamento distanciado com sua mãe verdadeira, visto o pouco contato que tem com a mesma. Apesar de as avós figurarem uma maternagem positiva em relação à adolescente, esta sente falta da figura do “pai e mãe” juntos, modelo nuclear de família tão enraizado em nossa sociedade, e que apesar de tantas mudanças na contemporaneidade, ainda povoa o pensamento coletivo.

Apesar de a *Adolescente 8* referir um bom relacionamento do grupo familiar, esta também significa a relação da sua mãe enquanto distanciado, fechada, sem diálogo, sem carinho, a mãe que não perdoa e não esquece, que gosta de “chutar cachorro morto”, e onde a adolescente precisa saber por terceiros sua história de vida. A mesma consegue reconhecer a questão geracional, de repetição de comportamento, onde sua mãe não tinha bom relacionamento com a própria mãe, e esta acabou também não tendo bom relacionamento com a filha adolescente. Tal questão também é observada pela *Adolescente 9*, que refere que a causa de sua mãe se relacionar de tal forma se deve ao fato de esta ter perdido a mãe cedo, e pelo fato de não ter recebido carinho, também não sabe passar este afeto aos filhos. Por fim o conflito de gerações apresentado pela *Adolescente 10* que tem sua avó como figura materna.

Podemos considerar os relacionamentos apresentados pelas 6 últimas adolescentes, dentro do que Ceconello, De Antoni e Koller (2003), chamam de estilo negligente, visto estas mães não terem se apresentado nem afetivas nem coerentemente exigentes, e demonstrando distanciamento em relação ao comportamento do filho adolescente. Tal tipo de relacionamento pode ser considerado fator de vulnerabilidade, a partir do momento que não exerce seu papel de cuidadora (DEANTONI E KOLER, 2000; MARTINS, 2010). Não que estas mães tenham sido responsáveis pela vitimização sexual de seus filhos, mas as

consequências dos abusos podem ser sim amenizadas a partir de uma maior proximidade e responsividade por parte das mães.

Concordamos então com Badinter (1985, p. 366) ao postular que:

Ao se percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É "adicional".

Assim, o modo de uma mãe se relacionar com seu filho depende de sua própria história, e da história da sociedade em que vive, da cultura em que foi criada. O “mito” de um “instinto materno”, da “boa mãe”, permanece, segundo Martins (2010, p. 149), pela “expectativa social em relação ao papel protetor que toda mãe deve desempenhar em relação aos filhos, e é a partir dessa perspectiva social que passamos a considerá-lo falho quando uma mãe não consegue proteger seus filhos dessa violência”. Acreditamos portanto, que são mães que também precisam ser ouvidas e ajudadas em suas demandas.

Relacionamento com o pai

Nas últimas décadas têm aumentado cada vez mais o interesse em estudos sobre a importância do bom relacionamento do pai com os filhos, onde se foi constatando que este tem um lugar tão importante quanto o da mãe no desenvolvimento infantil. (BELTRAME E BOTOLLI, 1994; SILVA E PICCINI, 2007).

O pai que permeou o imaginário social era aquele autoritário, rigoroso, responsável pelo provimento material da família, com distanciamento afetivo dos filhos, pois esse era o lugar da mãe, visão consolidada a partir da instituição da família nuclear burguesa, que estabelecia rígidos papéis para homens e mulheres. Este lugar do pai no relacionamento com os filhos tem mudado nas últimas décadas, a partir de mudanças sociais como a entrada da mulher no mercado de trabalho, e necessidade de divisão de tarefas, e assim, vem mudando a representação social que se tem deste personagem, que passa a ser cada vez mais participativo nos cuidados e educação dos filhos, e também a mudança nos afetos, onde passa a ser

permitido uma maior proximidade afetiva/emocional entre pais e filhos (ARIÈS, 2009; BADINTER, 1985; BELTRAME E BOTTOLI, 1994; TOURINHO, 2006; WAGNER ET AL 2005).

Este “novo pai” é caracterizado por Bustamante e Trad (2005, p. 1866), como aquele que tem a “oportunidade para expressar sentimentos, participando ativamente no cuidado dos filhos, e tendo relação igualitária e fluida com a parceira, o que se expressa na divisão de tarefas”. Porém, para os autores (*ibid*, p. 1866), este acaba por se situar num difícil lugar, pois além de tais expectativas, este não perdeu o seu papel de provedor econômico ativo do lar, e ainda representa a lei e autoridade, visto as “multiplicidade de formas de exercer a paternidade, vinculadas a diversos processos sociais e culturais”.

[...] contrariamente a La leyenda del macho, la paternidad es una dimensión fundamental en la vida de los varones y que su práctica asume muchas variedades de acuerdo con factores relacionados al momento del ciclo vital, el tipo de estructura familiar, las condiciones materiales y las culturas regionales” (FULLER apud BUSTAMANTE E TRAD, 2005, p. 1866).

Assim, conforme a maternidade, a paternidade também vai estar relacionada às mudanças referidas aos papéis de gênero dentro dos condicionantes sociais, históricos e culturais. Além disso, a partir dos avanços tecnológicos, a paternidade hoje em dia é ainda uma questão de escolha, sendo inclusive a parentalidade e a conjugalidade exercícios separados na atualidade (BELTRAME E BOTOLLI, 1994).

Foi observado que a maioria das adolescentes não tem convivência ou relacionamento próximo com o pai, ou mantêm um relacionamento conflituoso. Lembramos ainda que quatro adolescentes foram abusadas por sua figura paterna (*Adolescentes 1 e 3* pelo pai biológico, e *Adolescentes 2 e 4* pelo seu representante), cuja relação será abordada posteriormente neste trabalho. Somente 4 adolescentes fizeram referência ao pai ao serem questionadas.

“Com o papai não tem (relacionamento), agora que eu to chegando mais com ele assim” - **Adolescente 4**

“com meu pai não com meu pai é mais difícil a gente quase não fala, eu não conto nada pra ele. Lógico que por ele ser homem fica mais difícil assim...” - **Adolescente 5**

“Bem eu assim, sou mais com o meu pai, eu ouço muito ele, e às vezes quando eu faço alguma coisa de errado, eu paro e penso o que tava fazendo e tal, e depois vêm as consequências e tal e, eu penso mais nele assim, porque ele sempre foi a pessoa que sempre teve do meu lado, entendeu?” - **Adolescente 8**

“[...] meu pai sempre foi muito carinhoso, muito acolhedor, muito protetor. [...] sempre foi muito brincalhão, é o que diz que ama a gente, é carinhoso, é assim, brinca muito. Parece mais uma mãe.” - **Adolescente 9**

A *Adolescente 4* demonstra que após a revelação da violência sexual sofrida pelo padrasto, e o conseqüente afastamento deste, esta pôde se aproximar mais de seu pai, com quem não mantinha um relacionamento. De fato, esta é uma realidade comum aos filhos de pais separados, em que quando muito estes cumprem as obrigações legais de provimento econômico, afastando-se do convívio com os filhos, e representando um papel secundário na vida destes.

Outra característica deste “novo pai” é vista na fala das *Adolescentes 8 e 9*, que referem um relacionamento de proximidade, afeto, diálogo, e compreensão, onde para a *Adolescente 8*, corresponde ainda um modelo a ser seguido, pessoa a quem escuta os conselhos e pelo qual define seu comportamento.

A despeito da *Adolescente 9* ter significado tais características ao pai, outro aspecto observado na fala das adolescentes é a significação sobre a divisão sexual dos papéis familiares, onde esta refere o vínculo estabelecido com o pai como concernente à figura da mãe, assim como *Adolescente 5* que, apesar de morar com o pai, refere ter um relacionamento de pouco diálogo com este por este ser homem. Visões estas que corroboram a divisão dos papéis sexuais em que cabe à mãe o privado e ao pai o público.

A *Adolescente 6* não conviveu com seu pai, que mora em outra cidade, e a *Adolescente 7* nunca conheceu seu pai. A *Adolescente 10* não fez referência ao seu relacionamento com o pai ao ser questionada, mas foi observado que esta possui um relacionamento distanciado e conflituoso com este.

A importância do pai na vida da adolescente é inegável. Saffiotti (2001) refere ainda que o “estabelecimento da filiação encontra seu correspondente na cidadania. Ter um pai significa ter um nome; ser cidadão significa ser titular de direitos. Para se desfrutar de direitos é necessário ter um nome” (*ibid*, p. 150). Desta forma, a ausência física de um pai, pode constituir uma ausência subjetiva, uma ausência social.

Siva e Piccini (2007) referem que o bom envolvimento paterno, aquele que inclui uma boa interação, referente aos cuidados e compartilhamento de atividades, e a disponibilidade e responsabilidade, ainda é minoria no nosso país, mas que existe sim, hoje, “um maior desejo de participação por parte dos pais, na criação de seus filhos, acompanhado de uma nova capacidade de paternagem, cujas características são mais associadas a figura materna” (*ibid*, p. 563).

Relacionamento com o padrasto

Dentre as adolescentes entrevistadas, quatro conviviam com a figura do padrasto (*Adolescentes 1, 2, 6 e 9*). Das adolescentes que sofreram violência sexual intrafamiliar, uma foi abusada por seu padrasto, e no momento da entrevista não convivia mais com o mesmo, pois após a revelação e denúncia formal da violência sexual, este saiu de casa. Poucas falaram sobre este e o vínculo mantido com esta a pessoa chamada também de “novo pai” (TOMÉ E SCHERMANN, 2004), e as que fizeram referência a tal relação, esta foi considerada como distanciada ou conflituosa.

“Eu também não falo muito com ele (padrasto).

Você o considera da família? (Pesquisador)

Considerar eu considero, mas é porque ele passa bem dizer o dia dormindo porque ele trabalha de noite [...] eu não falo muito com ele não. Ele também é calado. [...] Não considero muito ele da família não.” - *Adolescente 1*

“[...], eu não considero, eu não quero olhar pro B., que é o novo namorado dela, ter ele como padrasto, entende? Eu não quero isso. Eu não aceito ele entende?” - *Adolescente 2*

“Com meu padrasto e minha mãe é mais ou menos porque às vezes eles não aprovam alguma coisa que eu gosto, seja uma tarefa de casa, seja nota na escola, eles dão bronca, essas coisa [...] meu padrasto. Ele não me bate porque eu não sou filha dele então eu acho que ele não tem esse direito, mas ele faz praticamente a mesma coisa que a minha mãe, e as vezes ate fala palavras assim que eu não gosto, então não sei como é que ele faz isso comigo porque ele não é meu pai. Então é mais ou menos, não é ótima perfeita. É regular.” - *Adolescente 6*

“Meu padrasto é ausente nunca esta em casa, trabalha no interior e só vem no fim de semana. Ele também não conversa nem com os filhos.” - *Adolescente 9*

As *Adolescentes 1 e 2*, apesar de morarem na mesma casa com os padrastos, significaram seu relacionamento com estes enquanto distanciados e sem diálogos. A primeira refere não falar com o seu padrasto, e também não considerar o mesmo como pertencente à família. A segunda referiu nem mesmo considerar este como padrasto, chamando o mesmo de “namorado” da mãe, apesar de estes já conviverem maritalmente. Faz-se importante aqui enfatizar que a adolescente, em outro momento, referiu que a mãe já teve vários namorados, já tendo sido aliciada por um deles. Pode-se inferir que a dificuldade de as adolescentes estabelecerem um relacionamento com os padrastos, deve-se ao fato de as mesmas terem sido abusadas por suas figuras parentais, o que acaba muitas vezes por ter como consequência um distanciamento de representantes do sexo masculino, especialmente aquelas que remetem ao papel paterno.

A *Adolescente 6*, apesar de em outro momento significar a função de seu padrasto enquanto um papel paterno, refere um relacionamento conflituoso com este, com presença de uma agressividade que esta não legitima a este pelo fato de não ser seu “pai”. Observamos

ainda que a adolescente aparenta estar em processo de formação de um relacionamento com o mesmo, visto sua mãe estar a pouco tempo com este, e daí a ambivalência de afetos e dificuldade de aceitá-lo neste lugar de pai. A *Adolescente 9* refere também não ter um relacionamento próximo com seu padrasto, mas faz uma ressalva que este não é próximo nem mesmo de suas próprias filhas.

Relacionamento com os avós

Para Dias (2002, p. 34), muitas são as variáveis que influenciam o relacionamento entre avós e netos, tais como “idade, gênero, mediação dos pais, distância geográfica, trabalho e saúde do avós, nível socioeducacional da família, ocorrência de eventos destrutivos (separação, crises doenças), entre outros”.

Foi observado que a figura da avó foi considerada como uma das mais significativas para as adolescentes estudadas, sendo apontada por 5 (cinco) delas. Lembramos que a *Adolescente 10* considera a avó como mãe, visto sua mãe verdadeira ter falecido quando ainda criança, e tendo esta avó a criado como filha, sendo portanto tal relação analisada dentro deste núcleo de significação.

“[...] com a minha vó minha relação não é muito boa não, acho que ela não gosta muito de mim não. Não sei ela vive implicando comigo.

Por quê? (Pesquisador)

Não sei, ela não pode me ver e já começa a falar. Que ela arruma casa, que faz isso, e nem faz. Bem dizer de manhã ela fica na rua, e só vem no horário dela de trabalhar que é meio dia e pouco assim. Mas a partir da hora que ela acorda já é falando. Ainda bem que quando ela acorda eu já não estou lá. Ai eu tô no curso e quando eu chego ela já olha pra minha cara e ‘é porque só eu que não sei o que...’, fica implicando” - ***Adolescente 1***

“[...] já com a minha vó é melhor. Eu sei que tudo que eu preciso eu ganho dela. Questão de roupa, alimentação, tudo. É ela que me ajuda. [...] Só minha vó. É vó isso, vó aquilo. [...] A intimidade que a minha vó tem comigo, é maior que a com meus primos, entendeu? Tem dois primos lá, pra mim eu sou a neta querida. Entende? Eu sou a neta querida.” - ***Adolescente 2***

“Com a minha vó eu tenho até mais liberdade que com a minha mãe.” - ***Adolescente 5***

“Eu me dou muito bem, eu gosto muito dela (avó), deus me livre eu dou minha vida por ela, pelas duas.” - ***Adolescente 7***

“Minha vó mesmo eu considero muito, eu gosto muito dela, minha paixão e tal” - ***Adolescente 8***

Jonhson (apud DIAS 2002, p. 35) refere que a avó “rejeitou a função de autoridade por uma imagem calorosa, amigável e que atende às necessidades do papel com prazer,

porque sabe que na maioria das vezes, as responsabilidades com os netos são temporárias e interminantes”. De fato assim pareceu ser a relação da maioria das adolescentes com a figura da avó, uma relação afetuosa, com exceção da *Adolescente 1*, que foi a única que referiu um relacionamento conflituoso com a avó, já abordada também em outros núcleos. Esta refere ausência de diálogo, agressão, e queixas constantes relacionadas especialmente ao trabalho doméstico.

As *Adolescentes 2, 5 e 8* significaram uma relação de muita proximidade, intimidade e afeto, significando muitas vezes uma relação melhor que a estabelecida com a mãe, tendo estas avós estabelecido uma verdadeira relação materna com as adolescentes.

Somente uma adolescente fez alusão ao relacionamento com a figura do avô, sendo a mesma que fez referência ao papel deste.

“Com o meu avô é uma coisa mais divertida. Ele não manda em mim eu não mando dele. Ele é como se fosse um amigo, um colega meu. Ele bagunça muito, meu deus do céu. É a alegria da casa. Bagunça muito. E tipo assim, se eu preciso conversar de alguma coisa, eu falo com ele. Conto pra ele, ele vai e ouve, as vezes até bagunça comigo, com ele é diferente.” – *Adolescente 2*

A adolescente significa sua relação com o avô de forma mais igualitária, sem hierarquia, como um “amigo”. Refere ser este uma pessoa com quem pode ter mais proximidade, uma relação leve, de amizade e cumplicidade, relação esta que pode se configurar como bastante positiva para a adolescente.

Relacionamento com tios

A presença de tios na rede familiar pode se configurar de extrema importância para crianças e adolescentes, a partir do momento em que configuram uma “rede de parentesco fundamental para as estratégias familiares, tanto em termos de ajuda econômica, quanto no que diz respeito aos arranjos cotidianos” (BRISCHINI, 2000, p. 75). Foi observado que tios são figuras relativamente presentes na vida das adolescentes. Cinco adolescentes fizeram referência a tais membros familiares, cujos vínculos foram significados tanto de forma positiva, quanto conflituosa.

“O meu tio eu já nem falo muito com ele, porque por mais que a gente more de baixo do mesmo teto, o quarto é bem do lado, é só quando eu tenho dificuldades nas minhas tarefas. É o tio U. Com o tio S. eu já nem falo muito, por causa das viagens dele. – *Adolescente 1*

“Meu tio que mora comigo, também. Se eu pedir um dinheiro pra interar um curso, que ta faltando e eu conversar com ele, ele me ajuda. Tipo se eu quero sair, eu peço até permissão dele. Eu peço, apesar dele não dizer isso mas eu peço. ‘Olha eu vou ali. Eu posso ir em tal canto?’. Porque eu não consigo sair de casa e não pedir. Eu não consigo, eu tenho que pedir, eu tenho que falar. Eu sei que tem uma autoridade maior, então eu tento pedir. – *Adolescente 2*

“As minhas tias sempre me trataram assim como uma mãe (risos).” – *Adolescente 4*

“Bem, mas com muitas brigas também porque tem algumas tias assim que não gostam assim do meu jeito, porque eu respondo mesmo quando eu falo, eu não gosto que ninguém fale nada a minha mãe (vó). [...] Eu tenho uma tia que mora lá perto que gosta de ficar falando e eu não gosto. Ai eu falo alto mesmo ‘má rapaz’ tô nem aí, respondo e elas não gostam dessas coisas.” – *Adolescente 7*

“Eu tento falar com todos eles mas, eles não tem relacionamento. Tem um relacionamento assim como tia com uma madrinha que sempre ta lá em casa. Minhas tias raramente vão lá em casa então eu não tenho contato. É difícil em vários aspectos assim, só quando eu vou, mas pra ficar brigando eu prefiro ficar em casa.” – *Adolescente 10*

A *Adolescente 1* refere um relacionamento distanciado com os tios, onde um, apesar de dividir o mesmo teto e dormir no quarto ao lado, parece ser mais voltado aos seus interesses individuais, a quem a adolescente só recorre quando precisa de ajuda para as tarefas escolares. Seu outro tio, apesar de anteriormente ter referido a este um papel paterno, visto ser o maior provedor do lar (novamente a visão patriarcal), refere a relação com o mesmo atualmente como distanciado, com quem quase não fala, pelo próprio distanciamento físico deste, que trabalha viajando. A *Adolescente 10* referiu um tipo de relacionamento similar com os tios e tias, porém referindo ainda agressões, com relacionamento distanciado e também conflituoso, assim como a *Adolescente 7* que, apesar da proximidade, também existem conflitos, onde esta parece não respeitar uma hierarquia de geração, “respondendo” às mesmas, especialmente quando em defesa de sua avó, a quem considera mãe.

As *Adolescentes 2 e 4* referiram os tios enquanto figuras parentais. A *Adolescente 2*, talvez por não ter conhecido o pai, seu padrinho que era sua figura paterna lhe abusou sexualmente, e sua mãe não tem uma relação estável, longa, com nenhum homem, tem esse tio como uma figura masculina mais estável, e desta forma elege este como uma pessoa de autoridade maior, a quem deve satisfação, além do fato de este também se colocar neste lugar ao ajudá-la em suas necessidades. A *Adolescente 4* também refere que as tias sempre a trataram como se fossem sua mãe, relação esta que pode ter sido positiva para a adolescente, visto esta ter referido nunca ter tipo muita proximidade afetiva com a própria mãe, cuja relação só melhorou após revelação da violência sexual sofrida.

Relacionamento com os irmãos e primos

Para Dessen (1997), o estabelecimento de uma boa relação entre irmãos é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, bem como para o processo de integração geral da família. Nunes e Aiello (2008, p. 42) corroboram afirmando que o relacionamento entre irmãos é considerado o mais duradouro dos relacionamentos familiares, cuja fraternidade representa fonte de apoio, companheirismo, cooperativismo e ajuda, mesmo quando existem conflitos, competições ou agressões, visto que “algumas das primeiras noções sobre divisão de materiais, competição, rivalidade, e compromisso são aprendidas durante as negociações com os irmãos”.

O relacionamento entre irmãos pode variar ainda segundo o ciclo evolutivo da família, onde na adolescência, segundo Wagner *et al.* (2002), com o amadurecimento, passam a ser mais positivos e menos conflitivos.

Todas as adolescentes entrevistadas possuíam irmãos, tendo 7 (sete) delas feito referência a estes. Significaram tais relacionamentos tanto harmoniosos, quanto conflituosos. Não foi significado relações de poder entre aqueles com diferenças de idade, dos mais velhos sobre os mais novos.

“Com meus irmãos, com o K., que é o de 12 anos, a gente vive brigando. Ele vem implicar comigo, aí eu não gosto. A pequeninha é minha paixão, eu que cuido dela, desde que ela nasceu.” – ***Adolescente 1***

“Com minha irmã também... é mais ou menos né porque com o gênio dela que ela tem as vezes não dá porque... assim... Eu sou do tipo de pessoa que eu apanho calada, eu não sou de falar muito, e ela já é daquelas que detona, fala tudo e eu sou mais quieta, então é meio ruim né, a gente tem mais desentendimento... mas eu sou... não é 100% né mas tá bom.” – ***Adolescente 3***

“O meu irmão a gente sempre brigou, desde pequena (risos), mas agora a gente tá unido também, tudo ele conta pra mim eu conto pra ele – ***Adolescente 4***

“Com as minhas irmãs, é normal também, a gente brinca, a gente se diverte como irmãs, a gente conversa conta segredo uma pra outra”. – ***Adolescente 5***

“Bom, com as minhas irmãs é tranquila” - ***Adolescente 6***

“Minha irmã tem ciúme, acha que minha mãe só liga pra mim e pro meu irmão mais novo.” – ***Adolescente 9***

“Minhas irmãs muito pouco porque elas moram com meu pai e é longe. Agora que eu tenho mais contato porque eu tenho ido lá, mas a gente não tem muito contato”. – ***Adolescente 10***

As *Adolescentes 1 e 3* têm irmãos de idade aproximada e referem relacionamento conflituoso com os mesmos. A *Adolescente 3* descreve desentendimentos devido diferença de personalidades, esta sendo uma pessoa mais calada, e a irmã de uma personalidade mais

agressiva. Já com relação à *Adolescente 1*, creditamos a relação conflituosa pela diferença sexual e de gênero (possui um irmão), e desta forma diferença de interesses. Porém, com sua irmã menor, refere um relacionamento diferente, um relacionamento maternal, à qual dedica cuidados desde seu nascimento.

As *Adolescentes 5 e 6*, referiram relações harmoniosas, de afinidade, cumplicidade e amizade, sem presença de conflitos. A *Adolescente 9* referiu uma relação de ciúmes por parte dos irmãos em relação a ela, sentimento não incomum entre irmãos, e a *Adolescente 10* referiu um relacionamento mais distanciado, visto terem sido criadas separadas e não manterem muito contato, apesar de após a violência sofrida, referir uma maior aproximação. Este fator foi observado também na *Adolescente 4* que, apesar de referir que sempre brigou com o irmão, considera que após a revelação da violência estão mais unidos e mais cúmplices.

Duas adolescentes falaram da relação com os primos, e esta foi significada semelhante a mantida com os irmãos, enquanto igualitária, e não hierárquica.

“Às vezes só tem meu primo eu falo ‘olha eu vou ali’. Pra ele eu não peço, eu aviso ‘olha eu vou ali’. Ele fala ‘ih mana eu não tenho nada com a tua vida não’ (risos). Mas eu sempre vou avisar pra onde eu vou...” -

Adolescente 2

“São 10 primos(...) Me dou com tudinho, eu conto tudo pra elas, elas contam tudo pra mim e não sai nada dali.”

- *Adolescente 7*

A *Adolescente 2* deixa claro que, apesar de dar satisfações ao primo quando vai sair, por exemplo, esta não pede, só avisa, visto este ocupar o mesmo lugar que esta na hierarquia familiar. A *Adolescente 7* não fala de irmãos, mas mantém uma relação de amizade e cumplicidade com os primos, assim como a referida por algumas adolescentes em relação aos irmãos.

A relação com os primos puderam assim ser consideradas relações fraternas, pois, assim como os irmãos, “as experiências compartilhadas no relacionamento fraterno são consideradas as primeiras e mais intensas entre iguais, pois, diferentemente do subsistema parental, espera-se que as relações se estabeleçam no mesmo nível hierárquico” (WAGNER ET AL., 2002, p. 76).

5.2.3.3. A questão econômica enquanto motivo de conflitos

Conflitos por questões econômicas e financeiras fazem parte da história de todas as sociedades, desta forma não podendo ser diferente na instituição família. A própria família como conhecemos hoje se concebeu por razões econômicas.

Assim, se a família é, conforme Perelberg e Miller (1994), afetada e influenciada pela sociedade a qual faz parte, refletindo a ordem social desta que mantém sua estrutura, a questão socioeconômica refletida na família vai influenciar diretamente as relações internas. Bruschini (2000), ao falar sobre a função econômica da família, postula que

[...] é importante considerar que a família é também uma unidade de consumo. Ela não produz agora o que o grupo precisa para sobreviver, mas compra no mercado o necessário para cada um dos seus membros. A família passa então a ser um grupo que compartilha um orçamento, com entradas em dinheiro e saídas em gastos. Nesse sentido, a família é também uma soma de rendimentos. (BRUSCHINI, 2000, p. 65)

Desta forma, entendendo que vivemos em uma sociedade capitalista que valoriza a capacidade de adquirir recursos materiais, sendo esta capacidade reconhecida enquanto necessária para a própria sobrevivência, tal questão pode, em alguns casos, como desemprego e dificuldades financeiras, configurar fator de risco para conflitos e violências.

O apelo do consumo atinge todas as classes sociais, independentemente do fato de se ter ou não suporte financeiro para sustentá-lo. A lógica da sociedade de consumo é perversa: cria necessidades sem distinção quanto ao poder aquisitivo do consumidor, estabelecendo o que é sentido como necessário para a garantia da própria identidade social e a possibilidade real de se atingir tal padrão (TEIXEIRA, 2003, p. 125).

Assim, tal questão chamou atenção a partir da fala das adolescentes estudadas, sendo abordada com demandas diferenciadas a partir da subjetividade de cada família referida, enquanto causa de conflitos familiares.

“[...] tinha um amigo de um namorado da minha mãe, e o celular dele de R\$800 sumiu, e uma vez um cordão meu sumiu, e o dinheiro de um colega meu sumiu, R\$ 100, e se descobriu que foi o meu primo, e então a titia não aceitou que tinha sido ele, e como mãe defendeu o filho. E a mamãe acusou, disse que foi ele mesmo e pronto. E não foi pago, o dinheiro até hoje sumiu, e não se tem notícia desses objetos. E através disso e outros motivos [...]. Só sei que mana, sumiu dinheiro, pra mim já era, não adianta acusar que foi fulano, que foi sicrano, já era. Só sei que lá em casa sempre tem briga por causa de dinheiro.” – *Adolescente 2*

“[...] assim, mas realmente as brigas não são sobre eu ou minhas irmãs, são sobre dinheiro, praticamente acho que 99% das brigas são sobre dinheiro.” - *Adolescente 6*

“minha mãe vive falando mal do meu pai. Meu pai, como ele não tem muita moral mesmo, não fala nada. Minha mãe que sustenta, ela diz que meu pai só é pai nisso, que não adianta, que “amor não enche barriga”. –

Adolescente 9

“Eles brigam muito porque, não sei, dinheiro né. Eu lembro que desde que a gente conseguiu o dinheiro que a gente tem agora a gente começou a brigar. Porque ela diz que ele roubou, que é ladrão aí, desde aí começou toda a confusão, ai eles brigam mais. Só que toda a família briga por isso” – *Adolescente 10*

“Foi depois que a gente teve dinheiro, porque antes de ganhar o dinheiro todo mundo era unido. Todo mundo, era todo mundo um na casa do outro, era todo mundo mais feliz, era todo mundo conversando com todo mundo, era todo mundo falando com todo mundo. Depois que a mamãe vendeu os terrenos e conseguiu o dinheiro que isso começou, que todo mundo briga com todo mundo [...] Faz 5 anos. Antes todo mundo era unido, todo mundo conversava, não tinha um com mais coisa do que ninguém, e depois que isso aconteceu, essa minha tia acusou meu pai de ter roubado, de ter ficado com o dinheiro, de ser ladrão. Venderam um terreno no caso que meu pai morava desde que casou com a minha mãe. Já fazia uns vinte anos que meu pai morava lá e acabou que meu pai não queria vender. E minhas 5 tias queriam vender e ele não, ai daí começou a confusão. Ai essa minha tia começou a fazer confusão, ai tudo tudo e venderam. Ai foi quando o dinheiro veio. Ai disseram que ele tinha ficado com o dinheiro, aí começou a briga comigo, ficaram achando que um tinha ganhado mais... ai foi quando tudo começou.” – *Adolescente 10*

As *Adolescentes 2 e 4* referem que a maior causa de conflitos familiares se dá pela questão do dinheiro, apesar de a primeira referir não se importar tanto com tais questões, é diferente entre seus familiares, assim como a *Adolescente 4*, ao referir que a maior parte das brigas entre suas figuras parentais não são em relação aos filhos, mas sim sobre dinheiro.

A *Adolescente 9* mostra mais uma vez a questão da cultura patriarcal de desvalorização do homem que não representa autoridade e poder econômico, onde por melhor e mais amoroso que seja o pai, “amor não enche barriga”.

Por fim a *Adolescente 10*, que refere à causa dos conflitos a partir do momento em que a família ganhou dinheiro. Ao contrário das outras adolescentes não foi a “falta”, mas o “excesso” de dinheiro que causou as brigas. Não podemos afirmar, porém, que tal família era totalmente isenta de brigas e conflitos e que estes só começaram com o ganho do dinheiro, este pode ter sido sim, fator desencadeador de algo que já existia.

Sarti (2002) refere que, a partir de uma análise instrumentalista, a organização da vida material se concebe como a razão da constituição familiar, o que de fato poderá causar conflitos. Porém, não podemos ter uma visão reducionista de tal fato, pois devemos analisar os aspectos simbólicos da aliança familiar. Segundo a autora (*ibid*), não seriam os fatores financeiros ou de sobrevivência que justificam a família, mas sim a dimensão simbólica, que é independente em relação à dimensão material.

Assim, a partir de tal visão, considerando a fala da *Adolescente 2*, podemos alegar que não foi o roubo em si, o prejuízo material que significou o conflito, mas sim sua dimensão simbólica, o sentimento subjetivo ao fato, por exemplo, o sentir-se lesado e não apoiado pela família. Assim como na fala da *Adolescente 10*, que a partir da divisão dos bens materiais recebidos na herança, aqueles que ficaram com a maior parte do dinheiro, acabam por, conforme é muitas vezes entendido em nossa sociedade, simbolizar ter mais poder dentro da hierarquia familiar, porém não sendo aceito pelos demais membros que se sentiram lesados. Assim, seria o valor simbólico das representações que um familiar tem do outro, que causa os conflitos familiares, e não o dinheiro em si.

5.2.4. HIERARQUIA FAMILIAR

A hierarquia é considerada uma dimensão básica para a compreensão das relações familiares, estando associada a conceituações diversas como “autoridade, dominância, poder de decisão ou a soma de influência exercida por um membro da família sobre outros” (PELISOLI *ET AL.*, 2007, p. 258).

Para Perelberg e Miller (1994), toda sociedade contém fontes múltiplas de poder e autoridade, cujas bases são valorizadas de modos distintos por membros diferentes da família e em ambientes diferentes. Para as autoras, a autoridade estaria ligada à idéia da legitimidade, ao direito de tomar decisões específicas e de exigir obediência, e o poder na possibilidade de impor a vontade ao comportamento das outras pessoas, podendo ser exercido inclusive de uma posição subalterna.

As relações de autoridade e poder também se constituem como elementos ordenadores da cena doméstica, definindo para marido e esposa, para pais e filhos posições hierárquicas, direitos e deveres específicos, porém desiguais. A sociabilidade doméstica ancora-se, ainda, nas relações afetivas cujo conteúdo e modalidades de expressão se diversificam conforme o gênero e a idade dos seus componentes e de acordo com as relações existentes entre eles (ROMANELLI, 2002, p. 74).

Assim, Romanelli (2002) postula que a autoridade hoje em dia, em comparação com o passado, não é absoluta e total, podendo ser questionada, criticada, negada ou rejeitada, além de possuir certa fluidez, a partir do momento em que esta “concretiza-se nas relações com outros membros da unidade doméstica, e sua força pode ser reduzida à medida que a

posição dos filhos na estrutura da família seja alterada, em função das trajetórias individuais desses e do genitor” (*ibid*, p. 85).

Por isso Romanelli acredita que, apesar de autoridade supor comando e obediência em uma ordem hierárquica, esta exclui a coerção e a persuasão, fundando-se em experiências comuns, porém incontestáveis e aceitas por todos para preservar as posições hierárquicas estabelecidas pela tradição no grupo. “A autoridade não se assenta na razão comum, tampouco no poder de quem manda, mas supõe uma hierarquia cuja legitimidade os envolvidos reconhecem, e na qual encontram um lugar predeterminado e fixo” (ARENDDT apud ROMANELLI, 2002, p. 80).

A partir de tal entendimento, consideramos em nosso trabalho a chefia familiar, ou pessoa de referência (MACEDO, 2008) na hierarquia familiar, não necessariamente como aquela responsável pela provisão econômica do lar (apesar de muitas vezes estar atrelada a essa), mas como uma questão de autoridade, poderio, liderança, influência, responsabilidade com os cuidados com a família, afetividade, ou simplesmente pessoas que tinham mais importância para as adolescentes estudadas.

Dois núcleos principais surgiram ao se investigar como se davam a hierarquia familiar a partir da visão das adolescentes. Ressaltamos que nos casos de abuso sexual intrafamiliar de duas adolescentes (*Adolescentes 3 e 4*) houve uma mudança na configuração familiar após a denúncia de abuso, onde os agressores, que antes eram os chefes de família na hierarquia, no momento da pesquisa não faziam mais parte do núcleo familiar, estando este lugar no momento ocupado por terceiros (a mãe no caso da *Adolescente 3* e um tio no caso da *Adolescente 4*), sendo esta nova configuração hierárquica a considerada pelas adolescentes.

5.2.4.1. Presença feminina nas lideranças/chefias familiares

Mello (2002, p. 57) pontua que “as mulheres permanecem como o solo onde se enraíza a família”. Desta forma, foi observada uma grande presença feminina na liderança/chefia familiar na percepção das adolescentes sobre sua hierarquia familiar, visto sete delas terem referido mulheres enquanto as pessoas que consideravam com maior autoridade, e/ou que tinham mais poder dentro de casa, especialmente a mãe e a avó.

Um fator a ser destacado, é que tal percepção de uma mulher ser considerada a chefe de família não está relacionada aqui à ausência da figura masculina na casa, bem como a manutenção desta, apesar de muitas destas mulheres contribuírem ou serem responsável pelo

provimento familiar, exercendo assim a chamada “dupla jornada” de trabalho, no domínio público e privado de suas vidas.

Há um consenso entre autores (MACEDO, 2008; PERELBERG E MILLER, 1994; ROMANELLI, 2002; SOUZA E BALDWIN, 2000) que apontam as mudanças sócio-econômicas, especialmente nas décadas de 80 e 90, como decisivas para a mudança das configurações familiares, com o aumento do número de mulheres chefiando famílias. Dentro de um processo multideterminado, diversos fatores econômicos, sócio-culturais e comportamentais contribuíram para tal questão, como o planejamento familiar (e a consequente diminuição da taxa de natalidade), a luta feminista pela igualdade de direitos e emancipação feminina, aumento da escolarização e a maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Uma questão importante a ser abordada a respeito de tais chefias familiares femininas, e observada em nossos dados, é sobre as discussões a respeito da “feminização da pobreza” (relação entre famílias chefiadas por mulheres e empobrecimento). Concordamos com Macedo (2008) que discorda desta relação e vê essa chefia feminina como algo positivo para a família, especialmente ao que se refere aos objetivos dos rendimentos, pois segundo a autora, mais que os homens, as mulheres investem a maior parte de seus ganhos no domicílio, com a família, o que traria “efeitos altamente positivos para fatores como melhoria dos níveis nutricionais, dos cuidados de saúde e de educação dos membros da família” (*ibid*, p. 399).

A partir de pesquisa com famílias populares, Mello (2002) pontua que na família, quando falta a mãe, assume seu papel uma avó, tia, vizinha ou irmã, e em todas essas situações, a família não está desorganizada, mas organizada de maneira diferente, segundo as necessidades que lhe são peculiares. Tal questão foi observada também na presente pesquisa onde três adolescentes citaram a avó como pessoa de maior autoridade na família.

“A vovó. Ela e o tio R.. [...] A vovó, o tio R., a mamãe, o meu padrasto, o T. (tio), ai vem eu e o A. (irmão) e a minha irmã.” – *Adolescente 1*

“Eu vejo mais como autoridade minha vó, e minha mãe querendo ou não. Meu tio de vez em quando. [...] É mais minha vó, antes era minha mãe, mas agora baixou [...] Porque eu passei a não olhar tanto como eu olhava antes a mamãe sabe. As vezes olhando pra ela, não parece que ela faz papel de mãe. Mas eu tenho, eu chamo ela de mãe pelo fato de muitos anos eu chamar ela assim. É questão financeira ela não me ajuda, [...] só que como eu te falo, por exemplo, ‘ah eu preciso ir ao médico’, mana, ela não se mexe. Meus documentos até hoje eu ainda não tirei. Minha identidade eu tenho porque ela precisou (*fala em tom de voz bem baixo*). Eu falo ‘infelizmente eu preciso da senhora’. É tudo assim. Mas meus documentos... aí ela põe a culpa pra cima de mim ‘ah é tu que não vai’. Mas eu estudo de manhã. Mas eu falo ‘vamos um dia que dá’. Mas... é tudo minha vó mesmo” – *Adolescente 2*

“Ixi... é a minha vó. Aquela ali quando fala todo mundo fica calado, ninguém responde.” – *Adolescente 7*

“Minha tia. [...] mas não é bem ela que manda porque por exemplo a minha tia mais nova tem a vida dela e na vida dela ninguém manda. Mas em relação a minha mãe (vó), ela que é a chefe da família porque ela ainda tá viva e ela é a mãe deles todos, ela é a minha vó mas ela que manda nas minhas tias. Mas quem manda é essa tia porque é essa minha tia que cuida do dinheiro dela, essa minha tia que paga as contas, que vai no banco, regula o dinheiro dela e tal, então quem manda, é essa minha tia.” – *Adolescente 10*

Observamos na fala da *Adolescente 1* que, além de a mulher estar presente no topo da hierarquia familiar, esta se dá ainda de forma geracional, do mais velho para o mais novo, onde a avó lidera a chefia familiar, seguida de tios e figuras parentais, e enfim ela e os irmãos mais novos. A *Adolescente 2* refere que a vó está no lugar que deveria ser de sua mãe, mas que essa agora “baixou”, como se tivesse perdido o “posto” por faltar com os cuidados necessários a esta, não suprimindo suas necessidades financeiras, e não ajudá-la quando precisa, como levar ao médico ou tirar documentos, legitimando o lugar da avó.

Para a *Adolescente 10*, os poderes de certa forma ficam divididos entre a tia e a avó, onde esta vó (a quem chama de mãe visto tê-la criado) possui uma autoridade simbólica por ser a matriarca da família e ter seus poderes socialmente estabelecidos, e a tia pela questão financeira e regulação da vida familiar, e portando tem seu lugar de poder na hierarquia familiar.

“Ah... é a mamãe né, mas minha irmã que fala que o homem da casa agora é eu (risos).

E como é isso? (Pesquisador)

Ela falou que eu sempre tive, meio autoridade né. Porque sempre foi assim: ‘mãe é isso aqui mãe... Não mãe, é isso. Por favor, faz isso. Não é assim mãe Faz isso mãe, faz assim...’, então ela fala que agora eu que sou o homem da casa, que eu sempre fui a fortuna, a sempre de falar o certo, aí ela bagunça né ‘agora o homem da casa é a H. (a adolescente)’.” – *Adolescente 3*

“Quem manda mais é a mamãe(...) Ela manda mais. Nem meu padrasto nem meu pai mandam tanto quanto ela. Se ela fala alguma coisa tá dito.” - *Adolescente 5*

“Minha mãe... deveria ser meu pai, eles são separados né. Depois da minha mãe a irmã mais velha (risos)” – *Adolescente 9*

Três adolescentes referiram a mãe como figura de maior autoridade, sendo que duas destas (*Adolescentes 3 e 9*), que são as filhas mais velhas, se incluíram nessa hierarquia familiar como detentoras de um poder, vindo logo após o da mãe, ou, no caso da *Adolescente 3*, que de certa forma “determina” para a mãe como as coisas devem ser, onde apesar de ter sofrido anos submissa a um agressor violento, sua relação com a mãe se dá de forma

diferente, muda completamente seu papel na hierarquia familiar, sendo facilitada com a ausência deste agressor do lar.

De fato, Salem (1980, p. 151) postula os filhos mais velhos, especialmente com o passar do tempo, passa a ter um certo poder dentro da hierarquia familiar, visto que “à medida que o filho vai-se convertendo num adulto, ele adquire mais poder sobre sua própria vida e isso implica na perda relativa da autoridade dos pais sobre os jovens”.

É necessário considerar que a natureza e o conteúdo de tais relações é determinada pelo gênero e idade dos filhos. Eles podem negociar com os pais a realização de aspirações individuais que normalmente não seriam aceitas pelos genitores. Em situações extremas podem tentar impor sua vontade contra as decisões parentais. Em um ou outro caso, estarão exercitando o seu poder e questionando a autoridade ou mesmo o poder paterno (ROMANELLI, 2002, p. 85).

Na fala da *Adolescente 5*, vemos um poder materno legitimado pelos demais membros familiares, aparentemente de forma despótica, sem diálogo, visto que o que esta determina “está dito”.

Chama atenção ainda a fala da *Adolescente 9* que, apesar de significar a mãe como a pessoa de referência, considera que o pai é quem deveria ser este chefe de família, demonstrando a visão patriarcal de gênero que ainda impera na sociedade.

Ainda sobre a mãe enquanto chefe de família, chama a atenção a hierarquia familiar pontuada pela *Adolescente 4* que, mesmo com o afastamento da figura do abusador do lar, a mãe não ocupou este lugar de liderança familiar ocupado pelo acusado, mas sim um irmão desta, que não convive com a adolescente, que passou a ser chefe na hierarquia familiar.

“O meu tio, o irmão da mamãe. Tudo é ele, tudo a opinião que a família toda precisa é tudo fala com ele, que ele, e muito assim... ele é só calado, mas quando ele fala, precisa ver.

Como é a hierarquia na família? (Pesquisador)

Ai vem o marido da minha tia, que ele é muito... Tudo o que o pessoal precisa também é ele. Quando é pra organizar alguma coisa tudo é ele assim também. Ai um ajuda o outro.

E a sua mãe? (Pesquisador)

A mamãe também ela tá no meio. Preciso a mamãe ta lá.

E como era antes com seu padrasto em casa? (Pesquisador)

Ele também ajudava muito, mas... era competição com meu tio. Ele não gostava do titio também por isso porque o pessoal da família tudo era o titio, tudo era o titio. Ai ele ficava querendo ser assim também... mas ele era, mas o titio é mais. Agora...” – *Adolescente 4*

Conforme o exposto, com a ausência do padrasto, esse tio passa a ser a referência da adolescente, sendo que sua mãe só é citada a partir do questionamento do entrevistador,

observando que esta ocupa ainda um lugar menor, aparecendo quando se precisa da mesma. Visto que a autoridade do homem não se restringe somente às crianças, aos filhos, mas também à mulher, reproduz-se a concepção hierárquica que privilegia a posição masculina em detrimento da feminina. O mesmo pode-se dizer da fala da *Adolescente 3*, quando a irmã refere-se à adolescente como o “homem da casa” (termo este carregado de preconceitos históricos), e não a mãe.

Assim, vemos que apesar de a mulher ter conquistado muitos espaços, ainda permanece aquele lugar submisso determinado historicamente às mulheres, especialmente para aquelas que vivem anos sob a tutela de um déspota patriarcal, como foi o caso das famílias em questão (*Adolescentes 3 e 4*), que foi crucial para a ocorrência das violências.

5.2.4.2. Poderes igualitários entre o casal parental na hierarquia familiar

Para Saffioti (2001, p. 123), “casais são capazes, embora raramente, de construir uma relação par, igualitária, sem hierarquia. Isto ocorre raramente, uma vez que esta convivência democrática entre homens e mulheres contraria todo o contexto social no qual acontece”. Esta igualdade ou divisão de poderes entre o casal parental foi significado por duas adolescentes investigadas.

“Os dois. (...) Minha mãe e meu padrasto” – *Adolescente 6*

“Ai... eu digo assim que fica o papai e a mamãe no mesmo patamar. Porque, assim, tá certo que na família o homem é a cabeça, mas assim, eu creio que é os dois pra resolver alguma coisa em casa, porque o papai quer uma coisa ele não resolve sozinho, ele chega com a mamãe e conversa ‘M. eu to pretendendo fazer isso’, então ele pede assim, ele pergunta dela o que ela acha e tal, e a mamãe do mesmo jeito, ela não resolve nada sem falar com ele.” – *Adolescente 8*

Tal divisão de responsabilidades entre as figuras parentais é cada vez mais comum com as mudanças familiares da sociedade contemporânea. De fato, Romanelli (2002) acredita que, com a participação da mulher no mercado de trabalho (e de fato estas duas mães citadas trabalhavam) e a perda do status de provedor financeiro principal do consumo doméstico, faz com que a hierarquia existente na família passe a “ser substituída, gradativamente, por vínculos de relativa igualdade entre marido e esposa, o que mina substancialmente a autoridade do marido e pai” (*ibid*, p. 85). Assim, com a conseqüente perda dos suportes da autoridade de chefe de família do homem, ocorrem mudanças na posição de esposa e mãe, com esta mulher aumentando o seu status dentro da família.

[...] o fato de mulheres, em particular as esposas, tornarem-se produtoras de rendimentos e parceiras importantes na formação do orçamento familiar, conferem-lhes nova posição na estrutura doméstica e tanto altera os vínculos que as unem ao marido e aos filhos, quanto contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho. Nessas circunstâncias, parte dos afazeres domésticos são redistribuídos entre esposa e marido, cabendo a este dividir com a mulher tarefas que eram realizadas exclusivamente por elas (ROMANELLI, 2002, p. 77).

Outra “vantagem” que a mulher apresenta ao ocupar hoje tal lugar, para Romanelli, é que sua autoridade está legitimada na afetividade, que atuaria enquanto elemento mediador nas relações de autoridade entre a mãe e seus filhos.

Apesar de tal elevação de status da mulher na família, vemos mais uma vez impregnado no imaginário social que, apesar de estes poderes hoje estarem divididos, ainda é visto, como na fala da *Adolescente 8*, que o homem é quem deveria sim ser a autoridade maior no lar, o “cabeça” da família, um poder ainda legitimado na cultura numa construção de visões assimétricas de gênero.

5.2.5. FAMÍLIA E VIOLÊNCIA SEXUAL

A situação de violência envolvendo crianças e adolescentes se dá em uma dinâmica complexa, envolvendo muito mais que a díade vítima-autor da violência, mas existindo toda uma família de alguma forma envolvida. Para Santos e Dell’Aglío (2008), os abusos se estabelecem como consequência de um ciclo evolutivo de conflitos e agressões em que os limites e papéis familiares encontram-se fragilizados e invertidos, e no caso do abuso incestuoso, pode ser considerado ainda como um sintoma da crise familiar (COHEN, 2000).

Vão expressar ainda dinâmicas baseadas no medo e no segredo, e muitas vezes, com uma certa convivência familiar. Assim como a desintegração familiar, a revelação pode ainda mudar toda uma dinâmica familiar para melhor, proporcionando união e proximidade entre seus membros.

Estas questões foram investigadas nas adolescentes estudadas, e analisadas a seguir.

5.2.5.1. Relação da família com a ocorrência da violência sexual

Visto a literatura especializada (BUTLER, 1979; FURNISS, 2003; SANDERSON, 2005) apontar que, de alguma forma a família está envolvida em relação à violência sexual da criança ou adolescente, mais especificamente a figura da mãe, foi questionado às adolescentes

se elas acreditavam que de alguma forma, a família, ou algum membro desta tinha alguma participação ou influência na ocorrência dos abusos sexuais, como estas significavam a relação da família com os abusos sexuais sofridos.

Foi constatado que 8 (oito) das adolescentes estudadas de alguma forma relacionavam a família à violência sexual sofrida. Observou-se a partir da fala destas que, os familiares, especialmente daquelas vítimas do abuso intrafamiliar, de alguma forma já “desconfiavam” do que estava acontecendo, mas nunca chegaram a questionar ou investigar se algo mais grave estava acontecendo com as mesmas, de modo a impedir as ocorrências abusivas.

Furniss (1993, p. 30) fala que de alguma forma a família, especialmente a mãe, sempre suspeita do que acontece com a criança (e acrescentamos aqui também o adolescente), que estes sempre tentam de alguma forma expressar o que lhes acontece:

Eu ainda não vi casos de prolongado abuso sexual da criança dentro do contexto familiar em que a criança não tenha tentado comunicar o abuso a alguém dentro ou fora da família. Nós frequentemente encontramos crianças que dizem ter tentado contar às suas mães, a outros membros da família ou a pessoas de fora, apenas para não serem acreditadas, serem chamadas de mentirosas e serem castigadas pela revelação [...].

De fato, Habigzang *et al.* (2005), apuraram em sua pesquisa para mapeamento de fatores de risco para abuso sexual intrafamiliar, a partir de processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul que, em 61,7% dos casos, alguém da família informou que já sabia da situação de violência e não denunciou, e que destes casos, as mães eram as pessoas que tinham conhecimento anterior da violência (55,2%). Foi o que observamos nas seguintes falas:

“Se bem que quando eles descobriram não acharam muito... como é que eu posso dizer... não acharam muito estranho, porque eles já desconfiavam de alguma coisa. Porque como eu disse da minha tia, que ele tentou estuprar ela também, só que ninguém acreditou nela quando ela falou aquilo. A única pessoa que acreditou nela foi a minha bisavó que já morreu. Foi a única dali. De lá..., nunca, nunca ninguém gostou dele. Mas todo mundo já desconfiava por causa do ciúme dele. Todo mundo falava que o ciúme dele não era ciúme de pai, era ciúme de homem. Entendeu? Que desejava.” – *Adolescente 1*

“Sempre eles falavam muito quando a gente (a adolescente e os irmãos) ia lá pra casa do papai. Sempre eles falavam não vai, não vai, não vai. Mas a gente ia mesmo porque ele ligava e ameaçava e era aquela coisa. E a gente ia também porque a vovó expulsava a gente de lá quando ela tava com raiva. Só por causa disso.” – *Adolescente 1*

“É tipo assim, mais por falta de atenção pelo lado da minha mãe. Entende? Pela falta de atenção dela comigo. Naquela época, se eu pedia alguma coisa ela falava ‘ah, pede do fulano (o agressor)’, e aquilo doía sabe, e por esse fato que eu tinha muita raiva da minha mãe. Eu sabia que ela desconfiava de alguma coisa. E também

quando eu cheguei a contar pra ela do meu padrasto (que tinha passado a mão em seu corpo, e tentado agarrá-la), ela me bateu muito. Então eu pensava ‘não adianta falar que ela não acredita’. Então influenciou sim - *Adolescente 2*

“[...] Todo mundo via que o ciúme dele, era ciúme de homem, não era de pai. [...]. Ah era difícil... toda vez ele fazia isso, a mamãe via como ele era comigo. Ela falava pra ele parar com isso né, mas não tinha jeito.” –

Adolescente 4

Observamos que no caso da *Adolescente 1*, havia um histórico de violência sexual na família perpetrado pelo mesmo abusador da adolescente, mas que não teve o crédito dos familiares. Além disso, havia um conturbado relacionamento com a avó (já abordado anteriormente), com quem morava e que por vezes a expulsava de casa e, sem ter para onde ir, recorria à casa do pai, que morava próximo, mostrando que tais conflitos podem ter se configurado enquanto fatores de risco para a ocorrência ou manutenção dos abusos.

O descrédito familiar aconteceu também com a *Adolescente 2*, onde já tendo passado por uma experiência com um dos namorados da mãe, não teve o apoio desta que ainda lhe agrediu fisicamente. Além disso, refere que esta não lhe dava atenção e, “empurrava” suas responsabilidades de mãe ao acusado e, de certa forma, “empurrava” a adolescente para este, mesmo a adolescente acreditando esta mãe “desconfiava” de algo.

Santos e Dell’Aglia (2008, p. 599) acreditam que,

principalmente em situações de abuso sexual intrafamiliar, as mães estão envolvidas de alguma forma, ou por expor suas crianças a companheiros molestadores, ou por não oferecer cuidados básicos em relação a seus filhos, ou ainda por passar juntamente pela situação estressora do abuso.

Correia (2009) corrobora postulando que, o vínculo com a mãe é de extrema importância para o barramento de uma violência, até mesmo antes que ela ocorra, e no caso da adolescente em questão, foi observado um frágil vínculo mãe-filha.

Na fala das *Adolescentes 1 e 4*, foi constatado ainda um comportamento não esperado por parte de um pai, um “ciúme de homem” que era do conhecimento da família. Contudo, apesar de tal fato, no caso da *Adolescente 1*, estes apenas falavam para esta não ir à casa do vitimizador, porém nunca realmente impedindo tal fato ou explicando o porquê, e no caso da *Adolescente 4*, a mãe apenas chamava a atenção do acusado para tal comportamento, mas nunca conversando com a filha abertamente sobre a questão.

É sabido que a violência sexual ainda é um tabu na sociedade, algo que não se imagina ou admite acontecer na própria família, e quando acontece, deve ser mantido em segredo, gerando muitas vezes culpa e vergonha nos envolvidos. Para Gabel (1997), isso se

deve à forma de organização familiar estabelecida sobre um segredo que, às vezes, é conservado por várias gerações: “No sistema das famílias incestuosas, a lei moral e social é transgredida, mas não anulada, e é substituída por uma lei familiar que se reduz e se resume ao respeito pelo segredo” (*ibid*, p. 178).

Outro fator que pode explicar tais comportamentos de “cegueira” familiar, é a estrutura patriarcal e moralista da nossa sociedade, onde tal problemática revelada poderia ser considerado uma “mancha” na família.

[...] herdamos um traço característico da sociedade portuguesa, em que a família e a honra são questões centrais e intrinsecamente relacionadas; a perda da honra, do homem como da mulher, mancham não apenas sua reputação como a de toda a sua família; a desonra da mulher é ainda mais grave porque esta, ao contrario do homem, não se reabilita (ARAGÃO apud GONÇALVES, 2003, p. 180).

Assim, poderia ser menos doloroso para a família manter a violência em segredo e preservar o “nome” da família, do que acreditar que estes não eram perfeitos, que a situação “desonrosa” também poderia estar sob seu teto.

“Não sei, a mamãe facilitou porque ela deixava eu com ele, sozinha né. Ela ia trabalhar. Em vez de ele ir trabalhar ela que ia com meu irmão e ele ficava dentro de casa. Mas ela também não imaginava né. Me criou eu ia fazer 2 anos. Ela nunca imaginou que isso ia acontecer” - *Adolescente 4*

A fala da *Adolescente 4* mostra uma questão complexa: a necessidade contemporânea de as mães se ausentarem para trabalhar, e ter de entregar os cuidados da filha a terceiros, e no caso da adolescente, ao seu próprio algoz, o padrasto. Schmickler *et al.* (2006) acreditam que o trabalho feminino que exige a ausência das mães, do lar, por grande parte do dia e até mesmo da noite, e a renúncia aos cuidados dos filhos, entregando-os aos familiares por um curto período, ou definitivamente, devido a excessiva carga-horária de trabalho destas mães, podem ser considerados fatores de risco para ocorrência de abuso sexual incestuoso.

Tal situação nos leva a uma discussão e uma crítica a respeito da culpabilização da mulher, visto que muitas vezes não há opção, a mulher tem que trabalhar e confiar os cuidados naquele que está mais próximo, devido ainda à falta de suporte do Estado para tais situações. Porém, acreditamos que o fator crucial nesta questão foi a própria dinâmica agressiva do acusado com a vítima que ocasionou e perpetuou os abusos e o segredo sobre o mesmo, e também a falta de diálogo já relatado por esta adolescente com sua mãe, que facilitaria a interrupção da violência, pois vínculos positivos entre mãe e filha constituem fatores de proteção para a não vitimização sexual ou sua interrupção.

A participação da família em relação às adolescentes que sofreram violência sexual extrafamiliar se deu de uma forma diferente das vítimas de abuso intrafamiliar. Com exceção da *Adolescente 8*, todas vivenciaram uma situação única, pontual de abuso sexual. Porém, todas referiram alguma influência familiar para os episódios de violência.

“Não sei, acho que eles podiam ter evitado [...] Porque eles podiam ter um pouquinho mais de cuidado, saber onde é que eu tô, perceber com quem eu tô andando, essas coisas assim. Às vezes que acontece alguma coisa que ela vai lá e fica de olho... porque ela é assim, às vezes ela relaxa um pouco e confia demais em mim, acho que ela devia ter só um pouquinho mais de cuidado mesmo. Ligar um pouco mais, essas coisas, não exagerado, mas só um pouquinho mais.” – *Adolescente 6*

“Querida que elas mudassem o jeito delas, não ser irônica. Acho muito chato porque eu vejo tanta família tudo feliz e a minha é diferente, é briga briga, e eu não gosto. Eu não me sinto bem à vontade. Porque meu tio assim, ele tem 18 anos, e ele se dá pro lado de drogas, aí a polícia já invadiu duas vezes lá em casa e minha vó passou mal, essa que eu chamo de mãe, que ela tem problema de coração, ela ficou nervosa porque meu irmão roubou uma bolsa junto com ele de uma mulher na praça aí quando deu uns dois dias a polícia foi lá né que os pessoal falaram ‘é ali que ele mora’, era umas meia noite quando invadiram a casa, aí arrombaram a porta procurando a bolsa e eles fugiram, então a minha vó passou mal. É muito negócio de droga e fica muito pesado... Acho que foi por isso que aconteceu aquilo comigo, por causa desse negócio de drogas. Porque meu tio ele conhecia esse homem, e eles viviam fumando junto também, senão eu acho que isso nem tivesse acontecido.” – *Adolescente 7*

“[...] naquela época, eles brigavam muito, muito, porque o papai chegou a trair a mamãe, com a própria amiga dela. [...] Então a mamãe ela é assim, alguém faz uma coisa errada ela fica martelando aquilo, tocando no assunto o tempo todo, já tinha passado um bom tempo, e ela ficava... Como eu te falei, ela é de chutar cachorro morto, e não podia passar alguma coisa na televisão assim, parecida com esse caso, que ela ficava fazendo piadinha entendeu e eles viviam brigando e esqueciam um pouco de mim. [...] aí naquele tempo acho que eu precisava um pouco deles, do carinho, da atenção deles, aí, sei lá, acho que eu depois que eu conheci ele (o agressor), eu acho que eu fui envolvida por aquilo, mais por causa disso que eu tava sentindo falta, tudo aquilo, de carinho, de atenção, então eu acho que de certa forma eu acho que eles influenciaram sim.” – *Adolescente 8*

“[...] eu acho que as vezes a gente procura na rua o que não tem em casa, tipo carinho, afeto. E não é a primeira vez que eu pego carona, mas meu pai sempre falou pra eu não pegar carona.” – *Adolescente 9*

“Com certeza, como todo mundo diz, [...] eu acho que se eu tivesse carro, se minha família ajudasse, conversasse com a mamãe “dá um carro pra N., dá um carro pra ela, ela só anda a pé e parará”, com certeza não tinha acontecido isso. Eu tenho raiva assim porque, eu acho que eles tem parte de culpa, porque se fosse assim com certeza isso nunca teria acontecido. Eu já tenho 18 anos mas ninguém deixa eu tirar a carteira e nem pegar no carro. Eles dizem que o primeiro poste que eu ver eu vou bater o carro. Aí ninguém me apóia. Então eu acho que se eu tivesse feito isso, isso não tinha acontecido. Com certeza.” – *Adolescente 10*

Foi observado na fala de todas as adolescentes vítimas de violência sexual extrafamiliar que, para estas, os conflitos familiares ou a falta de atenção, cuidado, vigilância, e até de carinho no ambiente doméstico, especialmente de suas figuras parentais, onde só

havia brigas, ou onde a mãe só dava atenção quando algo acontecia, contribuiu para que estas acabassem por se envolver com pessoas que se mostraram perigosas, na busca deste afeto fora de casa.

No caso da *Adolescente 7*, esta relata que não só o contexto familiar, mas também o social contribuíram como fatores de risco para a ocorrência dos abusos, visto ser descrito por esta como um ambiente envolto por crimes e drogas, onde o próprio tio andava com o agressor, com quem mantinha um relacionamento baseado em atividades ilegais.

A *Adolescente 10* apresenta uma resposta diferente, e apesar de remeter à ausência de um transporte próprio fornecido pela família como causa da ocorrência do abuso, é sabido que a violência sexual pode ocorrer em qualquer contexto, e que não seria o “carro” que evitaria alguém de ser vítima de um crime sexual, mas que no caso este representaria mais uma visão materialista contemporânea que permeia o pensamento da adolescente, camuflando o que na realidade seria um conflito familiar, uma falta de diálogo entre a adolescente com sua família.

As *Adolescentes 3 e 5* foram as únicas que não referiram nenhuma influência ou participação da família na ocorrência dos abusos sexuais. Acreditamos que tal negativa se deva principalmente a uma necessidade de preservar uma boa imagem familiar, especialmente no momento em que foram realizadas as entrevistas, em que ambas adolescentes relataram estar vivenciando um bom momento familiar, de apoio e afetividade.

5.2.5.2. O medo e o segredo na dinâmica do abuso sexual

A violência sexual expressa relações de poder baseados no medo e no segredo, especialmente a ocasionada no âmbito familiar. Os casos de abuso sexual intrafamiliar entre as adolescentes estudadas foram perpetrados por pessoas a quem depositavam confiança e exerciam poder e autoridade sobre elas, como figuras paternas. Todas estas sofreram abusos recorrentes, que aconteceram mais de uma vez, e que demoraram muito tempo para serem revelados. A relação assimétrica de poder, de geração, e de gênero, incluindo aspectos socioeconômicos e históricos pautados na cultura patriarcal ainda muito vigente, foi decisiva para a ocorrência dos abusos sexuais sofridos por estas meninas, transformando estes em segredos difíceis de serem quebrados.

Venturini *et al.* (2004, p. 21) afirmam que esta “sujeição” por tempo indefinido aos maus-tratos na família se deve à “sacralidade dessa instituição e à autoridade que os pais exercem sobre seus filhos, impondo-lhes um pacto de silêncio e, por vezes, de cumplicidade”.

Furniss (1993) justifica, através da chamada “Síndrome do Segredo”, a relação entre a criança (ou adolescente) com a figura paterna, que fomentaria anos de segredo e dominação. Estas seriam relações mantidas através de diversos mecanismos, como ameaças, subornos, utilização de mensagens que provocam confusão e culpa em relação à responsabilização do ato, e muitas vezes se aproveitando de sua posição perante a sociedade.

Foi observado então que, os abusos sexuais intrafamiliares ocorreram em relações baseadas no abuso de poder, exercido despoticamente e concentrado na figura paterna (o patriarca), e extremante discricionário com relação aos que dele dependiam. Em alguns casos, havia ainda uma representação de gênero baseada na crença do homem poderoso, superior e dono da família, e da mulher destituída de poder e de competência, além de dependente, psicológica e materialmente deste homem.

“Ele sempre foi ignorante, bruto, nunca ninguém gostou na nossa família dele [...] aí teve uma vez que a titia tava de resguardo ainda e ela chorou tanto porque papai me pegou lá e quase que ele me dava uma surra ali mesmo no meio da rua. [...] O ultimo aniversário da vovó (paterna) eu mal consegui passar lá com ela, porque eu fui lá com ela, ai o papai foi lá e quase que ele me tira dali a força e discutiu com a vovó, a vovó passou mal, foi a maior coisa. Eu chegava na casa da minha tia não dava nem 5 minutos ele já tava ligando. Ele falava ‘te dou 5 minutos pra te chegar aqui em casa senão vou te buscar do meu jeito’. Então eu ia né, por causa das ameaças. [...] Ai quando ele via que eu não ia pra lá, ele pegava a moto do meu padrinho, e ia lá e ‘eu não disse que não era pra ti ir pra lá’ e ficava gritando comigo no meio da rua. Ai depois quando eu passava na rua todo mundo ficava olhando, coisa que eu nunca gostei. Por causa disso eu nem saia mais de casa. [...] Todo mundo falava que o ciúme dele não era ciúme de pai, era ciúme de homem. Entendeu? Que desejava.”- *Adolescente 1*

“Não, antes eu nem saia de casa. [...] eu chegava da escola e ali mesmo eu ficava. Eu só saía mesmo se fosse com a mamãe, ali grudada nela. Porque ela era a única que podia me defender se ele ligasse porque ele não tira graça com mamãe, nem com a vovó. Só uma vez que ele quis me tirar a força lá de casa, ele abriu a porta pra querer entrar lá, aí a mamãe até aumentou o muro lá de casa pra ele não poder entrar lá.” – *Adolescente 1*

“Porque você não contou sobre os abusos antes? (Pesquisador)

Eu acho que era medo da reação dela. Eu penso também no meu irmão que é muito apegado ao papai. É muito apegado a ele. Ai eu penso que a mamãe ia querer matar o papai ali na hora. Ai aquele negócio, ficava uma parte de mim dizendo conta, chega tava querendo sair já, e outra parte dizendo que não. Só que eu preferi contar porque aquilo ali já tava na minha mente. [...]. Ai tinha as ameaça dele, que a escola é bem na frente né. Ele cansou de brigar comigo na frente do pessoal.” – *Adolescente 1*

“[...] quando ele ia lá em casa eu falava ‘olha acabou isso e isso, tu podia comprar pra mim’. Ai ele ficava assim calado né, aí olhava fixamente pra mim e falava ‘tá, depois a gente compra, eu compro pra ti’, entendeu? Mas quando a gente tava a sós, ele dizia ‘tu já sabe’. Aquilo doía profundamente na minha alma, porque eu sabia que ele ia tocar em mim novamente, e aquilo doía sabe, e por esse fato que eu tinha muita raiva da minha mãe. Eu sabia que ela desconfiava de alguma coisa sim. E também quando eu cheguei a contar pra ela do meu padrasto (que este tinha passado a mão em seu corpo), ela me bateu muito. Então eu pensava ‘não adianta falar que ela

não acreditar’. Aí eu passei aqueles 4 anos tentando me acostumar a conviver com aquilo. As pessoas falavam ‘porque tu não falou, porque tu ficou calada?’, mas pelo fato de que eu olhava assim ‘pô ela não vai acreditar, não sei se ela vai compreender, eu sei que o negócio vai ficar pesado então eu vou me acostumar a conviver com aquilo’. E eu ficava naquilo mana, fiquei 4 anos calada, o que não era fácil, entende? Tinha momentos, quando eu ia estudar, tudo eu tentava não pensar naquilo, porque a partir do momento que eu pensava, era uma depressão. Depressão demais, por isso que eu fiquei calada e tentava conviver com aquilo.” – *Adolescente 2*

“Quando ele estava em casa, nem falar a gente não podia. Quando ele chegava a gente já fechava, já não falava mais nada, ficava com medo de falar alguma palavra e ele não gostar e vir ... a gente sempre se sentia melhor só do que com ele. Tinha que fazer as coisas rápido, tinha que deixar tudo ok, porque se não ele dava ‘ralho’ e tudo mais. Sempre a gente acordava cedo pra fazer as coisas, limpar a casa, fazer almoço, deixar as tarefas prontas. Sempre foi assim, na obrigação, ‘tem que fazer senão vai acontecer isso...’. Sempre foi assim, a gente mesmo falava uma pra outra que quando ele chegava em casa parece que tinha acabado até o nosso humor. A gente passava um dia de alegria, e quando ele chegava a noite, era tipo uma flor, passava o dia bela, chegava a noite murchava. Sempre, a vida toda assim. [...] Antes a gente não tinha a liberdade que a gente tem. Antes sair era só com ele, não podia falar com ninguém, não podia olhar que, se ficava olhando ele já fazia cara feia e ‘não olha, quer que eu faça besteira aqui onde a gente tá?’ aí eu já ficava com medo. Tudo medo de fazer alguma coisa e ele machucar alguém e machucar a gente também. Sempre com medo de tudo. A gente tinha um lado nosso, que por fora sorri e por dentro sangrando, doendo tudo. A gente por fora sorrindo mas com olho inchado de tanto chorar e como se nada tivesse acontecido. E pior é, foi você tá feito duas faces né, por dentro tá de uma forma e por fora mostrar pra todo mundo eu era uma família feliz. Que isso era o que ele queria que a gente mostrasse na, que a gente era uma família feliz, e a gente não era.” – *Adolescente 3*

“E era chantagista. ‘Se não fizer isso, vai ser isso’. Demais, assim dentro de casa se a gente falasse uma palavra, ‘quero ver botar esse carro logo no poste a mato todo mundo, pelo menos acaba logo com isso’. Era sempre com medo, a gente saía só sempre com medo. Tudo com medo. A gente fazia tudo com medo assim. Só não tomava banho com medo porque a porta tava trancada porque senão.. pra comer, se discutia. quando ele bebia pra gente qualquer hora podia acontecer alguma coisa. Quando ele bebia era a pior hora pra gente. Nem dormir a gente não dormia quando ele bebia, com medo de tudo, entendeu? Sempre foi assim.” – *Adolescente 3*

“Aconteceu varias vezes, era sempre que dava. E tudo sempre com uma desculpa. Eu já sabia quando ia acontecer. Porque era uma desculpa pra cima da outra. Por exemplo, quando eu tinha que ir ao médico ‘pode deixar que eu vou deixar ela no médico e vou pro trabalho’ e não era assim. Ele ia, esperava acabar o médico e aí... eu já sabia que ia acontecer, eu já sabia quando era desculpa, como pra comprar comida, e não tinha como eu dizer ‘não eu não vou’, porque eu tinha que explicar porque eu não ia. Não tinha condições de eu falar, eu tava sofrendo só e eu não queria passar o meu sofrimento pra nenhuma delas (mãe e irmã). Eu não estava mais aguentando, então eu tentei mostrar pra elas o que tava acontecendo por telefone, ele ligava e falava as coisas, aí eu botava no viva-voz, pra elas escutarem, pra elas não falarem que a culpa foi minha, que foi eu que fiz tudo, então quando tocava o telefone, eu já botava no viva-voz.” – *Adolescente 3*

“Eu sou do tipo de pessoa que eu apanho calada, eu não sou de falar muito.” – *Adolescente 3*

“Antes eu tinha até medo de pisar na rua. Se alguém vinha falar comigo eu já ficava de olho assim se ele... se alguém tivesse visto e contasse pra ele, hum era a maior coisa. Todo mundo via que o ciúme dele, era ciúme de homem, não era de pai.” – *Adolescente 4*

“Eu sempre tinha vontade de falar, mas não tinha coragem. Tinha medo, porque ele era valente, sempre foi valente, e eu não podia nem olhar pro lado que ele já perguntava o quê que eu tava olhando. No bar assim, se eu tava rindo muito ele já mandava eu parar de rir lá no balcão. Era a maior coisa. (...) ele vivia dizendo que ia fazer uma besteira, aí ele tinha uma arma né, aí eu não sabia o que ele podia fazer, tinha medo. Porque ele é doido mesmo.” – *Adolescente 4*

“Era assim, eu ia dormir cedo, e fechava logo a porta do meu quarto. Ele mandava eu deixar a porta do meu quarto aberta toda noite, mas eu não deixava não. Eu ia dormir logo quando tava todo mundo acordado. Eu ficava agoniada quando tava só eu e ele assim, e eu rezava pra aparecer alguém, e não aparecia. Ele não entrava de um tempo pra cá, porque eu comecei a trancar a porta do meu quarto. Mas antes eu deixava aberta porque ele que mandava né. Ai eu acordava e ele tava lá atrás de mim. Ai eu fingia que tava dormindo, aí ele ficava mexendo comigo... (silêncio)” – *Adolescente 4*

“Foi por temer, por eu ter medo eu preferi me fechar e ficar só pra mim. Se eu tivesse contado, talvez ele fosse fazer a cabeça de alguém, e as pessoas não fossem acreditar em mim, e piorar a situação e ficar a culpa em cima de mim. Por tudo isso. Aí eu tinha medo. Tinha medo da reação da minha mãe e principalmente da minha vó, porque eu gosto muito da minha vó, dela, ela me criou desde pequena e ia magoar ela. Ele me ameaçava que não era pra mim dizer.” – *Adolescente 5*

Em todas as falas das adolescentes que sofreram a violência intrafamiliar, foi observado que o segredo sobre os abusos se dera devido às agressividades e ameaças dos autores da violência, inclusive de morte, o que gerava um grande medo das consequências caso o segredo viesse à tona. As *Adolescentes 1, 3 e 4* relataram situações em que estes demonstraram ser agressivos com as mesmas e com os familiares. Assim, foi observado que estas também tinham uma relação baseada no medo com o agressor, especialmente a *Adolescente 3*, onde, apesar da violência sexual ser voltada somente a esta, a violência física e psicológica eram voltadas também à sua mãe e irmã, onde este se mostrava extremamente autoritário, numa relação de domínio e submissão do mais forte sobre o mais fraco.

Consideramos em tal discurso o uso de poder que Azevedo e Guerra (1997) afirmam ser exercido, amiúde, despoticamente: concentrado na figura do pai (patriarca) ou seu representante; discricionário com relação aos ditos mais “fracos” porque dependem daquele (a mulher e os filhos); imprevisível porque as leis do patriarca são feitas de forma absolutista e ele as transgride de acordo com seus interesses e desejos.

Para Antoni e Kooler (2010) estes pais autoritários, rígidos e autocráticos, buscam a obediência por imposição do respeito à autoridade e à ordem, utilizando de punição como forma de controle, e em nenhum momento valorizam o diálogo, a autonomia ou a opinião dos filhos. Assim resumem tal relação Ceconello *et al.* (2003, p. 48):

O estilo autoritário resulta da combinação entre altos níveis de controle e baixa responsividade. Pais autoritários são rígidos e autocráticos. Eles impõem altos

níveis de exigência, estabelecendo regras estritas, independentemente de qualquer participação da criança. Tendem a enfatizar a obediência através do respeito à autoridade e à ordem. Frequentemente utilizam a punição como forma de controle do comportamento. “Não valorizam o diálogo e a autonomia, reagindo com rejeição e baixa responsividade aos questionamentos e opiniões da criança”.

Tal tipo de relação, baseada no abuso de poder, é considerada ainda prejudicial ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente quando incluída também a violência sexual. Para Hoffman (apud CECCONELLO *ET AL.*, 2003), estas coerções, com uso indiscriminado da força e poder com privação de privilégios ou ameaças, compelem a criança a adequar seu comportamento às reações punitivas destes pais, provocando emoções intensas, como hostilidade, medo e ansiedade, interferindo na capacidade da criança para ajustar seu comportamento à situação.

Outro fator que ajudou na manutenção do segredo foi o medo da não credibilidade da família. Furniss (1993) refere que o medo de não serem acreditadas, de serem chamadas de mentirosas e serem castigadas pela revelação, mantém o segredo. Estes sentimentos foram observados nas adolescentes, tendo inclusive a *Adolescente 3* tentado “provar” para a família que não era culpada, ao mostrar o que seu agressor falava a ela ao telefone.

Outra questão observada foi o medo da desintegração familiar, da reação agressiva que a mãe poderia ter, como no caso da *Adolescente 1*, e o medo de magoar familiares ou perder o amor daqueles por quem mantinham afeto, como a *Adolescente 5* em relação à sua avó. Observa-se ainda na fala da *Adolescente 1*, que esta temia pelo seu irmão, visto que aparentemente a relação do pai com o mesmo era diferente, e este acabar por ser privado desta relação.

Correia (2009) corrobora tal questão ao afirmar que são as mensagens passadas pelo abusador que geram esta ambiguidade de sentimentos e a sensação de culpa ou conivência. Para a autora (*ibid*), o medo das consequências da revelação, como os conflitos familiares que poderiam ser gerados, o medo da perda de afetos, a reação agressiva do abusador, junto ao medo de não ter a credibilidade de terceiros, de pessoas que deveriam lhe proteger, como suas mães, sufocaria reações de recusa, levando-as a submissão.

Foi certificado assim que, a partir da fala das adolescentes, em um certo momento de suas vidas, estas chegaram a achar que teriam que “aprender a conviver” com tais situações abusivas, momentos de falta de esperança de que um dia o sofrimento chegasse ao fim. Furniss (1993, p. 35) fala desta situação, postulando que na interação abusiva, com as

constantes ameaças, a vítima tenta “adaptar-se” a esta realidade, chamando essa tentativa de “sobrevivência psíquica” de “acomodação”.

A acomodação ao abuso e a criação da pseudonormalidade são o resultado da impossível tarefa psicológica de integrar a experiência, O segredo e o desamparo e a possível imprevisibilidade e ameaça à vida são constantemente reforçados em renovadas invasões a autonomia e à integridade física e mental da criança [...] (*ibid.*, p.. 35).

Foward e Buck (apud MARTINS, 2010) vêm por isso classificar o abuso sexual incestuoso como tão poderoso e devastador, pior do que outras violências sexuais, pois vai se inserir na constelação das emoções e dos conflitos familiares, onde a vítima seria obrigada a aprender a conviver com tal relação incestuosa, abalando totalmente seu mundo, pois este agressor estaria sempre ali, como um horror contínuo para a vítima.

Outra questão observada nas falas, e constantemente abordado na literatura especializada, é a questão do isolamento em que as adolescentes eram obrigadas a conviver, especialmente pela relação possessiva e “ciumenta” dos abusadores. As *Adolescentes 1, 3 e 4* referem que não podiam ter contatos e trocas sociais, que viviam fechadas, com medo, sem voz, sem vez, tendo que ter “duas faces” para não desagradá-los.

[...] o isolamento social da família é um importante fator a precipitar a ocorrência de eventos violentos. O distanciamento da vida comunitária, argumenta-se, sujeita a família a múltiplas condições de stress, na medida em que torna escassas as atividades de lazer, bem como reduz a possibilidade de auxílio e apoio em momentos difíceis do convívio familiar (GONÇALVES, 2003, p. 113).

Correia (2009) acredita ainda que tais atitudes prejudicam uma característica básica da adolescência que é o desprendimento do pai, e a escolha de figuras de identificação fora da família a partir das trocas sociais, negada a partir do momento em que este pai toma para si a filha como se fosse sua propriedade exclusiva, numa atitude despótica, de autoridade absoluta para manutenção do poder e domínio sobre o que esta considerava seu “objeto pessoal”.

Esta possessividade paterna pode estar relacionada ao perigo da revelação do segredo, pelo risco de as pessoas desconfiarem, ou pelo fato de a filha, ao ter contato com outras pessoas, estabelecer vínculos de proximidade e, confiando nestes, contar-lhes sobre o relacionamento incestuoso (CORREIA, 2009).

Ainda em tal dinâmica relacional, foi ressaltado nas falas das adolescentes, o contexto em que a violência ocorria, onde os abusadores sempre se aproveitavam de alguma situação em que estavam sozinhos, como a ida ao médico ou às compras, a hora de dormir, quando ia para a casa deste (como no caso da *Adolescente 1*, visto os pais serem separados),

ou como relatou a *Adolescente 5* em sua entrevista inicial, quando ia ajudar o avô no roçado, situações estas as quais não tinham como escapar.

Observamos ainda na fala da *Adolescente 4* a questão do uso de bebidas alcoólicas que, segundo Schmickler (2006), juntamente com o relacionamentos baseado no poder e no medo, são fatores de risco para abuso-vitimização.

Por fim, um outro ponto identificado no caso das adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, e explicitada na fala da *Adolescente 3*, é quando esta relata ser do tipo que “apanha calada”. A literatura aponta (FURNISS, 1993; GABEL, 1997; SANDERSOM, 2005) que crianças e adolescentes mais introvertidos, podem ser considerados mais vulneráveis para o abuso sexual, e apesar de somente a *Adolescente 3* ter se referido assim, foi observado que todas as adolescentes vítimas da violência sexual intrafamiliar apresentavam comportamento tímido e introvertido.

Em relação às adolescentes vítimas de violência sexual extrafamiliar, a dinâmica com os abusadores se deu de forma diferente, mas também o medo estava envolvido na situação, visto as ameaças e uso de armas. Somente a *Adolescente 10* nunca havia visto o seu agressor. No caso da *Adolescente 7* tratava-se de um vizinho, e a *Adolescente 9* um rapaz que havia conhecido há pouco tempo, e desta forma, o medo se deu também pelo fator surpresa da violência não esperada na relação.

“Eu acho que ele já tava de olho em mim.[...] Fiquei com medo né, ele tava armado, eu não podia reagir.” –

Adolescente 7

“[...] ele mudou de repente, parece que virou outra pessoa. Eu fiquei com muito medo, parece que eu morri ali.”

– *Adolescente 9*

“Eu tive muito medo.” – *Adolescente 10*

No caso das *Adolescentes 6 e 8*, a relação com os acusados se deu de uma forma diferente. É inegável a importância da sexualidade, onde em nossa cultura as experiências sexuais costumam começar na adolescência, expressando os mais diversos tipos de intimidade e relações. O problema se dá a partir do momento em que uma das partes está em desvantagem em relação a este outro. No caso das adolescentes citadas, além de a “relação sexual” não ter se dado por iniciativa própria, foi com pessoas em fases de desenvolvimento bem diferentes (duas adolescentes contra dois adultos de idade bem superior, 37 e 46), com relações de poder extremamente desiguais, assimétricas.

“Eu me arrependo [...]. Ele ficava me provocando, me desafiando, mas eu não devia ter aceitado né. Eu na verdade eu não queria, mas quando eu vi... [...] e a minha prima ficava dizendo pra eu ir com ele. Ela que me fez vestir a camisola. [...] agora ele sumiu. Nunca mais eu vi ele.” - *Adolescente 6*

“Hoje eu vejo que ele se aproveitou sim de mim, mas também eu era muito boba naquela época”- *Adolescente 8*

Ressaltamos ainda que em nossa legislação é crime manter conjunção carnal ou praticar qualquer outro ato libidinoso com menores de 14 anos, fato conhecido pelos acusados que pediram segredo às adolescentes. O lugar de vitimização na “relação” passou a ser reconhecido pelas mesmas, mas não sem culpa, visto esta ser uma estratégia utilizada pelos abusadores, usar do poder e da sedução para que estas acreditem que elas é que “quiseram” manter a relação. A *Adolescente 6* diz ainda ter sido “desafiada” pela prima, a mando do acusado, e a *Adolescente 8* contou em sua entrevista inicial no SAVVIS, que a primeira vitimização sexual por parte do acusado se deu quando este disse que iam “passear”, e quando esta percebeu, estavam entrando em um motel, e que esta “não tinha como escapar” de tal situação. Tal sentimento de culpa se dá ainda pelo fato de que nossa sociedade, além de ser permissiva com certos tipos de relações abusivas, pelo fato de ainda ter resquícios preconceituosos do “machismo” patriarcal, acaba por culpabilizar a mulher vítima de violência, acusando-a de seduzir o homem.

5.2.5.3. A revelação da violência sexual

O momento da revelação do abuso sexual é extremamente mobilizador de emoções, muitas vezes ocasionando crises e mudanças nas relações e estruturas familiares, devendo assim ser pautada na escuta acolhedora, afetuosa e apoiadora por parte da família. Para Alvin (2001, p.73), o adolescente tem vergonha e medo de represálias, pois para a vítima, “nada é pior que abrir-se com alguém que a priori, duvida dela”.

[...] durante a crise de revelação e, sobretudo, nos quadros de abuso sexual intrafamiliares subestima-se a ambivalência e a culpa da criança, da mesma forma como se ignora quase sempre a série de pressões familiares contra as quais é muito difícil lutar. A retratação, na maior parte dos casos, visa, portanto, restabelecer a aparente coesão familiar que precedia a descoberta. Nesse sentido é um verdadeiro sintoma de adaptação trágico, pensando bem, que deveria a priori reforçar as suspeitas de abuso e não ao contrário (GABEL, 1997, p. 74).

Desta forma, as adolescentes temiam ainda os conflitos familiares que poderiam ocasionar a partir da revelação do segredo, especialmente pelas mensagens passadas pelo agressor, que geram medo, confusão mental e culpa na vítima.

Foi questionado das adolescentes como foi o momento da revelação, se a família de alguma forma havia influenciado na interrupção dos abusos sexuais. Apenas 4 (quatro) adolescentes (*Adolescentes 1, 3, 7, 9*) tiveram coragem de contar diretamente para a mãe e/ou familiares que estavam sofrendo ou haviam sofrido violência sexual. A revelação dos abusos para as mães e familiares das outras adolescentes se deu por terceiros. O pai da *Adolescente 3* e padrasto da *Adolescente 4* foram afastados do convívio familiar (as outras adolescentes não conviviam com os abusadores), após denúncia na delegacia. Todos foram denunciados à justiça, por iniciativa da própria família, com a ajuda de terceiros, ou do próprio SAVVIS.

“Quando descobriram? Meu tio queria a cabeça do papai. É um tio meu que ta sempre defendendo a gente. Por mais que ele seja meio “tantan” das idéias mas ... quando ele descobriu ele foi lá em casa e queria saber a história todinha. Tanto que eu tava dormindo e ele foi lá com os colegas dele e queria a cabeça do papai ele. [...] Minha mãe acreditou em mim sim.” – *Adolescente 1*

“Depois quando elas vieram perguntar de mim eu tive que falar. Eu falei e elas sabiam que era verdade o que eu tava falando porque elas tinham provas do que ele falava pra mim pelo telefone. Porque se eu tivesse falado, e eu não tivesse provas, elas não tinham acreditado em mim, principalmente a minha irmã, não tinha. Porque ela sempre foi muito junta com ele aí ela ia pensar que eu tava mentindo. E eu mostrei mais pra ela, pra ela saber que tava acontecendo isso, e ela, ela não ficou contra mim. Ela falou pra mim que, que não eu não tinha culpa de nada. [...] E eu tinha certeza que ela não ia dizer isso se eu não tivesse botado provas pra ela.

E depois que você contou pra sua mãe, ele continuou fazendo? (Pesquisador)

Pior, fazendo sofrer as três. Assim, ‘tu só vai ter isso, no dia que tu fizer isso’, ‘tu só vai ter paz, quando tu voltar ao normal, como era’. ‘Se você me der tudo que eu quero, eu vou dar paz pra você, aí eu vou dar tudo pra você’.

E voltar ao normal era... (Pesquisador)

Fazer tudo que ele queria. Mas eu não tava mais aguentando, não dava mais, a vida era meu deus do céu. Tinha horas que eu me sentia suja, imunda, e tinha horas, quando acabava tudo eu ia pro banheiro e ficava meu deus, ajoelhada rezando ‘meu deus do céu, por que eu?’ não aguentava mais aquela vida, eu falava ‘por que meu deus do céu, o quê que eu fiz pra merecer isso? Será que vai ser pra sempre meu deus? Como eu vou sair disso?’. Eu passava horas e horas rezando pra deus pedindo pra fazer alguma coisa, eu chorava, toda vez era isso, toda vez era isso. Era muito sofrimento, muito.

E pra terminar, pra cessarem os abusos, você acha que a sua família influenciou? De que forma? (Pesquisador)

Quando ele foi obrigado a sair de casa eles (tios e avós) me ajudaram, eles falaram que ele que foi o culpado, porque, se eu não contei nem pra minha mãe nem pra minha irmã, como que eu ia contar pra eles? Eles iam se meter e ia acontecer alguma coisa com eles. Eu não queria contar e colocar todo mundo em risco, só que eu precisei contar, chegou um tempo que eu tinha que contar, e quando eu contei, elas passaram a sofrer comigo. E ele tinha arma, e a gente tinha medo porque ele tinha muito conhecimento dentro da polícia. O pessoal do ‘bope’ andava com ele, a polícia armada andava com ele, e a gente tinha medo assim de repente ele pegar mandar matar todo mundo, e ele falava que o dia que a gente fugisse, ele ia na casa da vovó e ia matando todo mundo um por

um até eles falar onde a gente tava. E eu ia deixar acontecer isso? Não ia, eu não ia deixar acontecer isso. Ia ser uma desgraça maior na família, todo mundo morto. Não dava.” – *Adolescente 3*

“Bem minha família ficaram toda revoltada quando ficou sabendo. Queriam logo matar ele. A mamãe que ficou assim. Meio assim, ela tava meio com pena dele, do que ia acontecer com ele na penitenciária. Mas influenciaram muito pra mamãe fazer a denuncia também, foram eles que deram força pra ela porque se fosse só por ela, eu acho que ela não ia conseguir. Tanto que foi o titio que foi com ela. O titio tava irado com ele.

Por que tua achas assim, que ela não ia conseguir? (Pesquisador)

“Não ela ia conseguir sim, mas naquele momento eu acho que não. Ela tava chorando muito ela. Não conseguia nem falar.” - *Adolescente 4*

“Assim, a partir do momento que ela tomou a decisão de denunciar ele, aí qual foi o interesse deles? Foi de me proteger né, caso aconteça alguma coisa mais grave, então eles influenciaram sim, então se nada disso tivesse acontecido eu acho que até hoje eu estaria com ele, não sei, mas, e mesmo se eu não tivesse, eu acho que eu buscava outras coisas assim, do tipo, entendeu? Então eu acho que eles influenciaram de eu ter dado um freio nisso. Influenciaram sim.” – *Adolescente 8*

Miller (2002) afirma que a revelação do incesto permite apoio e proteção de várias fontes, conectando aos outros e rompendo o silêncio e sofrimento. *A Adolescente 1* revela ter tido o apoio e credibilidade de familiares, especialmente de sua mãe. *A Adolescente 3*, apesar do apoio da mãe e da irmã, refere ter tido que mostrar “provas” para estas com medo que não acreditassem em sua palavra, sendo que a mãe da *Adolescente 3* não fez a denúncia de imediato após saber dos abusos sofridos pela filha. Refere ainda que os abusos sexuais não se interromperam após a revelação para a família, mas sim que pioraram as agressões e ameaças, relatando o sofrimento que vivenciou e o temor pela segurança da família que só cessaram após intervenção policial.

A Adolescente 4 refere a revolta da família extensa (tios) ao saberem dos abusos sexuais, e de certa forma, a decepção pela reação da mãe, que parece não ter acreditado ou apoiado a adolescente num primeiro momento, ficando com “pena” do esposo que violentou sua filha, configurando o que Santos e Dell’Aglia (2008) chamam de ambivalência ou inconsistência, onde a mãe dá crédito a relação, mas não apóia ou protege.

Essa atitude é observada especialmente nas famílias em que não foi a mãe quem tomou a iniciativa de denunciar o crime, mas uma terceira pessoa, estranha ao núcleo familiar. Muitas vezes, mesmo diante da admissão legal do abusador e diante de provas periciais, algumas mães continuam negando o fato. Nesse sentido, a mãe rejeitaria a realidade do abuso por não tolerar a idéia de perder a relação de dependência estabelecida com seu marido (FURNISS, 1993).

Ainda em relação à atitude das mães das *Adolescentes 3 e 4*, Martins (2010) refere esta enquanto decorrentes da hierarquia de gênero vigente em nossa sociedade, onde muitas vezes a mulher não consegue enfrentar os parceiros e se interpor aos comportamentos violentos, em uma postura de submissão e resignação da mulher diante do homem, onde muitas vezes a permanência com estes se deve a uma dependência emocional e/ou econômica.

Com relação à *Adolescente 8*, apesar dos relatos de relacionamento conflituoso com a mãe, refere que esta, junto ao seu pai, foram protetivos em relação a ela, fazendo a denúncia do acusado, e influenciando esta a romper com a relação abusiva e desigual que vivia com o acusado.

De fato, a credibilidade e o apoio parental, especialmente materno, são de extrema importância para que a vítima de violência possa lidar com a experiência abusiva, e para a diminuição da sintomatologia que esta possa apresentar, funcionando como um mediador ou amortecedor frente aos eventos estressores (SANTOS E DELL'AGLIO, 2008, p. 598).

A *Adolescente 2* refere que a grande responsável pela interrupção dos abusos sexuais sofridos foi uma pessoa da igreja que frequentava, a quem confiou o segredo e que acabou por relatar à mãe da adolescente os abusos sexuais a ela confessados, além de levá-las à delegacia para fazer a denúncia.

“[...] e quando eu ia pra igreja, aí tinha essa mulher que veio falar comigo, aí eu fiquei assim... ‘não não dá mais não. Eu preciso sair disso, eu preciso contar pra alguém’. Foi quando eu contei pra ela. Mas depois de um tempo, depois de um tempo que eu tive confiança, que eu contasse pra alguém que realmente ia me ajudar, eu contei. Contei pra essa mulher, ela tinha filhos, era casada e tal, e eu contei. Foi aí que eu falei e acabou entendeu. Eu falei, e ela contou, eu pensei ‘minha mãe já sabe’, e ele ainda chegou a ir lá na escola aquele tempo. E eu disse que não vai ser como era antes, eu vou mudar. [...] Aí ela contou. Aí a partir do momento que eu tive essa oportunidade eu pensei ‘eu não vou perder ela’. Aí pronto, foi isso. Aí acabou.” – *Adolescente 2*

“Foi por um acaso, eu não pretendia contar isso pra ninguém não, mas como a minha irmã veio contar isso pra mamãe, aí... no início foi difícil. Mas depois achei melhor, todo mundo apoiou” – *Adolescente 5*

Vimos no caso da *Adolescente 2* que a igreja serviu como uma rede de apoio para a revelação do abuso sexual, permitindo a revelação e interrupção dos abusos. Uma rede de apoio de faz de extrema importância frente a situações de violência, pois uma rede social e afetiva proporciona um ambiente acolhedor e mediador frente à situação estressora, se configurando em um fator de proteção para a criança e adolescente vitimizados (CECCONELLO ET AL, 2003; MARTINS, 2010; SANTOS E DELL'AGLIO, 2008; SCHMICKLER, 2006).

Foi observado em 3 (três) casos de abuso sexual extrafamiliar, que as adolescentes receberam pouco suporte familiar no momento em que os abusos sexuais foram revelados, e ainda sofreram a culpabilização pelos abusos por parte da família.

“Bom, nisso a minha mãe ficou bem revoltada, foi a primeira atitude dela, me brigou, me xingou de um monte de coisas, ela e ele (padrasto). Disse que era um direito que ela tinha de me castigar, se ela soubesse que eu tinha voltado com ele. Assim... com o tempo foi passando mais, mas ela lembra, qualquer coisa que ela vê ela quer tirar uma lição, na TV, uma reportagem sobre aquilo ela quer tirar alguma coisa dali pra falar, tocar no assunto sobre o que aconteceu, ela já começa a falar da história... que não era pra ter acontecido, essas coisas. Aí passou os meses ela conversou comigo, todos os dois, falaram comigo, que não era pra fazer isso, que as coisas não iam ficar assim... foi isso, mas agora já ta bem mais tranquilo... ‘que não aconteça de novo’.” – *Adolescente 6*

“Acho importante assim que eles me apoiassem, evitassem falar... do que aconteceu perto de mim.... eu sei que errei também, eu sou culpada do que aconteceu, mas que eles ajudassem mais a esquecer, e não ficar me xingando, falando coisas que eu não gosto. Falar coisas mais calmas, que me alegrem, queria que eles me ajudassem mais, tivessem mais ao meu lado. – *Adolescente 6*

“Algumas falaram ‘bem feito pra ela, quem manda ficar usando aquelas roupas imorais’, jogavam na minha cara, mas eu falei, eu não vou ligar mais não. Assim, algumas falaram isso, outras me deram mais apoio, aí as outras falaram isso né, que era bem feito pra mim, que eu usava roupa imoral, a minha vó disse que não porque meus shorts são aqui (mostra na perna o comprimento do short), só às vezes em casa que eu usava mais curto. Aí falaram essas coisas, aí eu não gostei.” – *Adolescente 7*

“Todo mundo me brigou. A culpa foi minha no caso. [...] Quando ele contou pra ela (tia), ela, começou a brigar com ele (namorado ao contar), tipo ‘eu não acredito é mais um problema que essa menina trás.’ [...] Me disse ‘Você só trás problema pra família’. O meu pai falou que eu já tinha vivido 18 anos sem ele e que o problema era meu e ele não tinha nada a ver com isso.” – *Adolescente 10*

Essa falta de apoio familiar e atitudes de culpabilização da vítima, podem levar ao que Furniss (1993, p. 24) chama de dano secundário no processo familiar.

A falta de crença na criança e a negação por parte das pessoas que cometeram o abuso sexual da criança, podem levar ao dano secundário na criança, o que também pode acontecer se os pais irmãos e outros membros da família usarem a criança como bode expiatório, castigando-a e acusando-a por todos os problemas familiares, como resultado da revelação.

Tais atitudes se configuram ainda por uma visão sexista e preconceituosa em relação à mulher em nossa sociedade, acusando-a de sedutora e a julgando pelas vestimentas, o que leva a própria vítima adolescente, como ao caso da *Adolescente 6*, a se sentir culpada pelo ocorrido.

5.2.5.4. Sentimentos em relação ao ocorrido e apoio familiar

Uma experiência de violência sexual, especialmente quando ocorre no âmbito familiar, pode deixar marcas e sequelas em suas vítimas. A literatura especializada afirma ainda que muitas vezes a vítima de abuso sexual, especialmente a intrafamiliar, teme que a situação familiar piore após a revelação do abuso, e que não tenha o apoio e suporte que necessita destes familiares, piorando seu estado psicológico após a revelação, o que realmente pode acontecer em muitos casos. Foi questionado então às adolescentes como elas estavam se sentindo naquele momento em relação ao que tinha ocorrido a elas, já tendo passado um tempo após a revelação, e como a família tinha influenciado para tal estado.

Um aspecto observado na maioria das adolescentes entrevistadas foi um sentimento de grande alívio após ter revelado o sufocante segredo, especialmente para aquelas que tiveram o suporte da família após a revelação.

“Tô me sentindo bem aliviada porque ai agora... por mais que o pessoal venha perguntar mas eu saio entendeu? Não tem ninguém ali pra ta me ameaçando nem nada. Tô bem mais alegre do que antes. Agora que tô tendo alegria e tudo. Vou pra casa da minha prima, vou pra casa da minha tia. Assim. - *Adolescente 1*

“[...] Eles tentam me poupar de fazer perguntas essas coisas. Mas eles tão agindo naturalmente comigo. Eles podem saber, mas pra mim é uma coisa assim, eles pegam e conversam comigo e tudo. Mas normal.” - *Adolescente 1*

“Em relação a isso, eu me sinto... de uma forma que até eu pensava que não fosse conseguir. Entende? Eu vejo o mundo de uma outra forma, e outra maneira, eu tive que amadurecer com essas coisas, e apesar disso eu consigo compreender muitas coisa hoje em dia. Entende? Apesar das coisas ruins, eu procurei ver de um outro lado dessa situação, de outra forma pra que eu não sofresse tanto, eu procurei ver de outra forma. Tentar extrair algo de bom, porque se eu ficar vendo só pelo lado ruim ‘ah foi isso, foi assim’, eu procuro ver o lado bom, procuro ver as outras coisas. Eu procurei ver assim pra que não doesse tanto, entende? Procurei esquecer, e amenizou. Hoje eu toco no assunto e não dói mas tanto quanto antes, entendeu?” - *Adolescente 2*

“Minha vó foi a que mais atenção naquele tempo. A minha mãe não ficou do meu lado, mas a minha vó continua mana, até hoje. Eu vejo que eu tenho a atenção dela, eu vejo que eu tenho o carinho dela, entende? Então isso me ajuda muito... passaram a me compreender mais. Me ajudando assim.” - *Adolescente 2*

“Uma criança ela é protegida não porque ela tem dinheiro, mas porque ela é amada. Eu fiquei pensando, isso fez co que eu extraísse isso, e eu ficava pensando, se eu fui protegida, se eu tive tal livramento, não porque eu tinha direito, mas porque eu tinha o amor de deus, o amor dos meus familiares, da minha avó. Então aquele amor fez com que eu tivesse uma proteção, né? Então eu vejo que eu nunca estou só, eu vejo quem me apóia, eu eu não to só, né? O maior de tudo é o amor.” - *Adolescente 2*

“Mudou muita coisa né, a gente saber que aquela pessoa não vai ta ali, chegar e acabar com tudo a qualquer hora. Nem amizade a gente não tinha. Até falar com as pessoas assim né, tem horas que, por exemplo, eu não podia falar com nenhum menino, eu não podia falar, e tem hora que eu falo e fico assim... tem horas que eu tô na

escola e penso que ele vai tá lá. Eu tento botar na minha cabeça que isso passou, que não vai voltar. A gente tá se acostumando a isso né, aí então isso acontece, de vez em quando. Algumas coisas que a gente vê, tipo discussão na rua, a gente fica lembrando, que a gente passava por essas mesmas coisas, constrangimentos, acontecia a mesma coisa com a gente. Aí a gente para e pensa, hoje mudou muitas coisas, tanto pro bem, quanto pro ruim. Porque a gente tinha tudo na mão, e agora não. Agora a gente ta aprendendo a conseguir tudo, por a gente mesmo. Sempre foi assim, a gente nunca se esforçou, por exemplo vai ter um trabalho desse, precisa de dinheiro, ele dava o dinheiro a gente fazia o trabalho, não tinha esse negócio de gasto de dinheiro. A gente gastava gastava e não tinha controle. Agora tem que ter controle, tem que saber quanto é, tem que manejar. Agora a gente tem que conviver com isso né, coisa que antes a gente não tinha. Tudo sempre foi na mão, sempre foi tudo de luxo, e agora a gente ta aprendendo a ser humilde né. Mas mudou pra melhor né. Só que tem hora que a gente lembra das coisas, se abate um pouco, mas em compensação minha vida hoje ta melhor do que antes.” - *Adolescente 3*

“Bem melhor, com certeza, mais aliviada. Eu não tenho mais aquele medo de nada. Antes eu tinha até medo de pisar na rua. Se alguém vinha falar comigo eu já ficava de olho assim se ele... se alguém tivesse visto e contasse pra ele, hum era a maior coisa.” - *Adolescente 4*

“Ta passando. Eu esqueço, pra mim nem existe mais ele. Aos poucos.” - *Adolescente 4*

“Todo mundo me apoiando, não deixando eu pensar mais nisso, todo mundo brinca comigo, da apoio, leva pra passear, pra esquecer.” - *Adolescente 4*

“Família influencia muito também. Tem umas meninas que se perdem também né porque não tem o apoio da família, família é muito importante né. A mulher do papai ela é pastora agora, ela veio falar comigo, ai ela disse que ela atende umas jovens a que já aconteceram isso com elas. Ela disse que tem uma lá que ficou tão revoltada, tão revoltada com os homens que virou lésbica. Ai ela pediu pra pelo amor de Deus pra isso não acontecer comigo. Ai eu falei pra ela que não se preocupasse não. Que todo mundo tava me apoiando e que eu tinha raiva mas não tinha ódio no coração. Eu falei pra ela. Ai ela disse que era pra eu procurar uma igreja, ai eu falei pra ela que eu tava indo pra igreja”. - *Adolescente 4*

“Tô me sentindo melhor, tirei um peso das costas, é um alívio, sem a consciência pesada de poder magoar alguém, porque todo mundo já sabe mesmo né.” - *Adolescente 5*

“E a minha vó graças a Deus ela me apoiou, não ficou magoada comigo.” - *Adolescente 5*

“Me ajudam conversando comigo, me dizendo que eu tinha feito o certo, que faria bem pra mim... assim. [...] A família é uma ajuda que a gente tem a mais pra ter força pra enfrentar aquilo e esquecer, esquecer definitivamente e ser feliz.” - *Adolescente 5*

“Ai eu tô é ótima já, graças a deus. As pessoas perguntam eu passo é direto, nem ligo mais, nem penso mais nisso.” - *Adolescente 7*

“Pra mim foi minha vó que me deu mais força, que conversa mais comigo, essa que eu chamo de mãe. Ai sei lá, acho que por isso que eu mudei mais, porque eu vivia chorando, si lá agora nem *coiso* mais, nem ligo mais. Mais pela minha vó.” - *Adolescente 7*

“Bem mais leve, porque no tempo que eu ficava com ele, eu carregava um peso.” - *Adolescente 8*

“Acho que nas conversas também, porque logo no inicio eu não gostei de ela ter denunciado. E antes, todas as vezes que a gente tinha algum problema ela mandava pra casa da minha avó. Então aconteceu que eu achei que ela ia me mandar pra lá de novo e tal, só que ai isso não aconteceu, ela resolveu agir de outra forma, entendeu? Então por isso que assim, como é que eu posso dizer... eu acho que ficou mais fácil assim pra ela resolver tudo

isso. Entendeu? Então eu acho que dessa forma ficou bem melhor pra eu ter acordado e resolver tudo isso. Eu acho que também, eu acho que se ela não tivesse feito tudo isso, se ela tivesse feito o que eu tinha pensado, voltar pra casa da minha avó, aí ia acontecer tudo de novo, ia atrás dele, ia prolongar mais, aí quem sabe hoje, sei lá, poderia até ter acontecido coisa pior comigo e, no caso dos meus estudos, tanto que quando eu tava com ele eu não tinha muito interesse nos estudos, entendeu? Então eu era meio paradinha. E quem sabe um ano desses eu repetia, pudesse repetir. Ai ia ser um atraso na minha vida né. Ai fica meio complicado isso.” - *Adolescente 8*

Ficou claro pelo depoimento das adolescentes que o apoio da família, o amor recebido por esta, foi crucial para o sentimento de alívio e bem estar em relação ao ocorrido. Além disso, a atitude protetiva da família, que ocasionou no afastamento do acusado da vida das adolescentes, proporcionou a liberdade que tanto almejavam, visto que 5 (cinco) adolescentes (*Adolescentes 1, 2, 3, 4 e 8*), tiveram a interrupção dos abusos sexuais após a revelação.

A *Adolescente 3* ainda apresentava no momento da pesquisa alguns comportamentos de quando o agressor convivia com a mesma, nas situações de privação de sua liberdade, e encontrava-se em um processo de se “acostumar” com a nova vida que levava, livre dos abusos e do seu agressor. Consegue reconhecer ainda o preço que a família está tendo que pagar a partir do afastamento do acusado, mas reconhece que sua vida está bem melhor agora.

A *Adolescente 5* mostrou o alívio de continuar com o amor e apoio da avó, a quem temia magoar caso o segredo fosse revelado. A avó esteve presente inclusive na fala de 3 adolescentes como figuras cruciais para a recuperação do trauma sofrido.

Martins (2010) acredita que realmente nem todas as vítimas de violência sexual necessariamente saem com sequelas negativas da experiência abusiva, podendo desenvolver a resiliência, especialmente quando tem o suporte familiar enquanto espaço de proteção e afeto para o adolescente, um fator crucial para que esta ocorra. Assim, a postura familiar relatada por essas adolescentes pode ter contribuído para que desenvolvessem a resiliência.

“Eu me sinto um pouco mais aliviada, porque já tem um pouco de tempo que passou. [...] Mas eu tô um pouco mais calma, não lembro tão constantemente do que aconteceu, to tentando me distrair com as coisas, me alegrar...” - *Adolescente 6*

“[...] Eu continuo um pouco triste... às vezes fico meio chorando quando minha mãe fala alguma coisa que me magoa me magoa porque ... eu to mais sensível depois que aconteceu então qualquer coisa que eu vejo assim que me lembra, que me magoa eu choro. [...] eles estão tentando fazer com que eu esqueça, por mais que as vezes minha mãe me lembre, não sei qual é a dela, eu to tentando esquecer... então eu fico um pouco confusa né, mas pra mim eu quero esquecer, não quero mais lembrar de nada. – *Adolescente 6*

A fala da *Adolescente 6* mostra que a mesma ainda apresenta sentimentos confusos e ambivalentes, ora referindo-se como bem, ora referindo-se como ainda triste. Novamente vemos a influência da família para tais sentimentos, que onde a mãe, que segundo a mesma a culpabilizou pelo ocorrido, tenta fazer a mesma esquecer o ocorrido, mas constantemente a lembra falando coisas que a magoam. A mesma não referiu suporte de outros familiares.

Duas adolescentes vítimas de violência sexual extrafamiliar disseram ainda não estar se sentindo bem em relação ao ocorrido, ainda manifestando sentimentos negativos e sintomatologias decorrente da experiência de violência sexual.

“Eu perdi minha inocência, o meu eu, eu mudei muito, sinto que nunca mais vou voltar a ser quem eu era. Eu sinto um vazio, não consigo mais ver a inocência do olhar de uma criança. Eu nunca tive ódio de ninguém agora eu tenho muito ódio dessa pessoa. Eu não consigo dizer eu te amo, não sinto isso, não consigo acreditar quando dizem isso, acho que eu vou sempre me decepcionar. Eu perdi o amor pela vida, eu penso em parecer forte pela minha família, porque eu sempre quis que meu pai tivesse orgulho de mim, ele fala que se orgulha de mim e eu não quero decepcionar, eu quero ser a melhor, eu quero mostrar pra ele, mas mesmo que eu faça faculdade, isso sempre vai ta lá” – *Adolescente 9*

“Me sinto mal. Não como antes né, claro, mas eu me sinto mal. Ainda tenho muitos pesadelos, as vezes eu não consigo nem me tocar, nem que o meu noivo me toque... ainda to um pouco mal.”- *Adolescente 10*

“Não, eles não tão nem aí, eu não tenho apoio.[...] Só ajudam pra piorar. Não que meu noivo não seja importante, porque ele é a base de tudo assim pra mim no apoio, hoje em dia né. Mas seria importante porque não teria mais os conflitos que tem entre eu e ele. Tipo, mas a convivência faria com que amenizasse um pouco a situação porque afinal, muita discussão, muita confusão, muito problema, porque o que essa minha tia fez, de falar que eu tinha mentido, ter jogado na minha cara, e ter falado um monte de besteira pro meu noivo e ter me batido, isso só piorou a minha situação. Acho que se o pessoal viesse conversar comigo, saber o que aconteceu... acho que ia melhorar bastante.” - *Adolescente 10*

A *Adolescente 9* revela ter mudado após a experiência abusiva e ainda carregar as marcas do episódio violento, mostrando além disso uma grande desesperança em relação ao futuro. Não refere a família como responsável por estes sentimentos, mas que pela família esta tenta “parecer melhor”, especialmente pelo vínculo referido à figura paterna.

Santos e Dell’aglio (2008) acreditam que a estabilidade do funcionamento familiar afeta a sintomatologia psicológica sofrida pela vítima de violência. A *Adolescente 10* refere a família como responsável por ainda não ter se recuperado da violência sofrida, e que a relação intrafamiliar conflitiva vivenciada contribui para a permanência neste estado, onde o apoio do noivo não é suficiente para a sua recuperação.

5.2.5.5. “Agora a gente pode ser feliz” – A melhora dos relacionamentos familiares após a revelação do abuso sexual

A revelação de uma situação de abuso sexual muitas vezes envolve mudanças na estrutura e dinâmica familiar, nem sempre positivas, com quebra de confiança entre os membros e conflitos intrafamiliares (tanto para vítimas de abuso intra, como extrafamiliar). Com relação às adolescentes estudadas, foi significado uma mudança sim em seus relacionamentos familiares, mas de uma forma positiva. Seis adolescentes relataram melhora do relacionamento familiar após a revelação do abuso sexual.

“Os problemas as vezes fazem aproximar, traz união. [...] Aconteceu ali aquele negocio todo e fez com que eu criasse mais intimidade com a minha família, fez com que eu me aproximasse mais, fez com que a gente se conhecesse mais, então as vezes o problema ele ajuda, querendo ou não. Por que isso, extrair uma coisa boa, faz com que a gente aprenda. É vivendo e aprendendo.” – *Adolescente 2*

“Agora tá bem melhor, nós estamos bem. Agora que eu tenho mais atividade, porque antes eu não podia ter atividade como eu tenho. [...] Porque antes eu era proibida até disso também. Até disso eu era. E agora que eu to tendo isso. Antes ele não deixava a gente se aproximar da família, da família da mamãe. E agora não, não tem mais isso. [...] Porque essa convivência com a família, com as pessoas, eu não tinha.” – *Adolescente 3*

“Agora não, agora a gente vive assim, como, não vai ter mais né (os abusos), não tem mais a gente pode ser feliz agora, pode fazer coisas que antes a gente não fazia”. – *Adolescente 3*

“Agora tão se unindo (os familiares). Antes não era assim. Tudo por causa dele. O pessoal da família não gostava dele. Ele falava demais, aí o pessoal se afastava. Agora ta tudo unido, tudo de novo.(...) Agora que ele saiu estão se relacionando bem. Era ele que causava intriga na família toda da mamãe. Agora que ele saiu ta bem. – *Adolescente 4*

“Eu falo mais com ele (pai) agora, antes eu só tomava a benção, pegava o dinheiro e voltava pra casa. Agora não, eu converso com ele, ele me pergunta as coisas, pergunta como ta no colégio...” – *Adolescente 4*

“Acho que o relacionamento com a minha mãe melhorou bastante. A gente é mais amiga, ela conversa mais, ela me entende, me compreende. Eu acho que agora a mamãe passou a me compreender mais, me liga mais, e acho que eu mudei também. [...] Eu como sempre era esquentada e ninguém me entendia, eu gritava e não adiantava falar nada, e depois que a mamãe soube da verdade, de tudo que tinha acontecido comigo, ela veio me compreender mais né, por causa disso, que muda, que não era fase, que muda a forma de pensar.

Então você acha que você também acabou mudando? (Pesquisador)

Com certeza, depois do desabafo.” – *Adolescente 5*

“Sim, agora eles tão tendo mais cuidado comigo assim, eu me mudei de onde eu morava depois do que aconteceu, era no São José, então foi bom pra mim ter me afastado ... mesmo longe eles tão com bastante cuidado, eles tão ... essas coisas... tanto que ate minha mãe quebrou meu celular ela , eu não vou ter tão cedo celular, mas eles estão tendo bastante cuidado.” – *Adolescente 6*

“agora acho que minha família esta bem melhor, assim, a gente conversa bastante, mas antes eu tinha mais intimidade com meu pai, mas agora depois de tudo eles aprenderam a me ouvir e eu também busquei entender o lado deles também, entendeu, é assim, a minha família.” – *Adolescente 8*

“Bom, de antes pra cá mudou muita coisa, mas ainda de vez em quando tem uma briguinha eu com ela, mas com meu pai continua o mesmo, mesmo eu fazendo um monte de coisa errada, eu vejo ele muito triste, porque ele sofre calado, mas diante de todos os meus erros ele continua o mesmo comigo, conversa bastante. Teve um tempo que eu cheguei a falar contigo que não tinha aquela conversa e tal mas depois até que a gente conversa bastante. Logo nessa época de inscrição (de vestibular) ele conversava comigo sempre, me dava bastante apoio, aí eu digo pra ele os meus planos e tal e ele conversa comigo me dá a maior força entendeu? Então ele que me dá aquele empurrão, então eu acho que era isso que eu precisava também entendeu, pra eu conseguir enfrentar, me mexer, então conversar com ele, ele que me incentiva, que me dá todo apoio. Então é isso, ele não mudou quase nada comigo, continua o mesmo. Já a mamãe, tá, normal, a gente conversa, agora eu tenho mais assim, mais liberdade pra chegar com ela e conversar ‘mãe eu quero conversar’ e a gente conversa. Eu acho que ela fica assim do jeito que ela era antes quando ela chega estressada do trabalho e tal. Trabalha o dia todo e estuda a noite chega em casa cheia, entendeu, mas é com todo mundo não é só comigo.” – *Adolescente 8*

“Melhorou um pouquinho depois do que aconteceu, bem pouquinho. Ela (mãe) já conversa mais, escuta mais. Dia desses até dormi com ela (risos)” – *Adolescente 9*

Observou-se a partir da fala da *Adolescente 2*, que a revelação da vitimização sexual significou uma maior proximidade e união sua com seus membros familiares, proporcionando ainda o que esta chama de “aprendizado”. Outro fator observado, foi que o afastamento do abusador, que mantinha os relacionamentos baseado no uso despótico de seu poder, do convívio familiar após a revelação, possibilitou uma convivência familiar com maior liberdade, como no caso da *Adolescente 3*, e uma melhora dos relacionamentos familiares também sob a visão da *Adolescente 4*, que significava à figura do abusador a causa dos conflitos familiares que aconteciam, pois este causava a desunião, e que a partir da ausência deste, a família pôde se unir novamente. Além disso, acredita que a revelação proporcionou uma maior proximidade com seu pai, que passou de um relacionamento superficial, a um maior interesse deste pela vida da adolescente.

Foi observada pela fala das *Adolescentes 5, 6, 8 e 9*, uma melhora no relacionamento com suas mães a partir da revelação dos abusos. A *Adolescente 5* refere que sua mãe passou a lhe compreender e ter uma relação de mais “amizade” e proximidade. A revelação foi ainda uma libertação para a própria adolescente, que diz ter mudado após o desabafo, mostrando que a mudança e aproximação afetiva se deram de ambas as partes.

Chama atenção o relato da *Adolescente 6* que refere uma atitude agressiva da mãe, como quebrar seu celular, como significando de cuidado e proteção, onde apesar de muitas

vezes ter referido o comportamento desta como agressivo, parece agora ver esta “agressividade” de forma diferente, por uma necessidade de limites.

A *Adolescente 8* pareceu inclusive surpresa com a melhora do relacionamento com a mãe, da qual esperava uma atitude diferente da que esta tomou com a descoberta da vitimização da adolescente, e o quanto esta foi importante para a sua própria mudança. E por fim a *Adolescente 9* que revela que, mesmo que “um pouquinho”, sua relação com a mãe tem melhorado.

Não podemos afirmar com certeza o que foi preponderante para essa mudança familiar, e pra mudança dos comportamentos maternos. Uma hipótese pode ser a reparação pelo sentimento de culpa por vezes apresentado por mãe de crianças e adolescente que sofreram abuso sexual, pelo fato de não ter conseguido protegê-los (SANTOS E DELLAGLIO, 2008). Outro fator pode ser a importância da influência da rede de apoio a qual tiveram acesso, como um serviço que trabalha em rede e com equipe multiprofissional, que estende seus atendimentos aos familiares, conforme postulado por Martins (2010), sobre a importância dos recursos externos adequados para o enfrentamento satisfatório dos eventos estressores da vida.

CONCLUSÃO

A violência sexual é um crime extremamente perverso, e quando acometido contra meninas adolescentes, se transverte de preconceitos e julgamentos construídos socialmente, tendo a família grande relevância em sua dinâmica. Este trabalho buscou então compreender como essas adolescentes significavam sua família, identificando ainda como se configuravam os papéis familiares, as inter-relações e os conflitos, e como se estruturava a hierarquia nestas famílias.

Abordamos ainda a influência da família em relação à violência sexual sofrida pelas adolescentes, onde através do olhar destas, identificamos a participação da família na ocorrência e interrupção dos abusos, a relação estabelecida entre a vítima e o autor da violência, a forma que se deu a revelação dos abusos e se a família teve influência neste momento. Buscamos saber, além disso, o modo como a adolescente estava se sentindo após a revelação dos abusos para a família e se esta família contribuiu para a recuperação desta adolescente ou para sua revitimização, e, através da fala destas, identificamos ainda como a revelação do abuso sexual resultou em melhoras nos relacionamentos familiares.

Consideramos importante iniciar este trabalho pontuando o lugar, a linha de pensamento que embasaria nossas análises do fenômeno investigado, ou seja, o viés sócio-histórico, e assim, iniciamos com um referencial teórico acerca da adolescência, da violência, e da família, traçando um percurso histórico para o entendimento destas construções sócio-culturais.

Identificamos em nossa investigação que as composições familiares das adolescentes investigadas se configuraram bastante diversas, como costuma ser a família brasileira, havendo em dois casos mudança nos arranjos familiares após a denúncia de abuso pela figura paterna. A partir da percepção das adolescentes, observamos que as famílias estavam permeadas por valores do velho e do novo, da família patriarcal nuclear burguesa, com divisões rígidas e assimétricas de papéis e lugares, e da família contemporânea, com mais igualdade entre os gêneros. Observamos ainda que na ocorrência da violência existia uma série de fatores envolvidos, como o contexto sócio-familiar, relações de gênero e poder, questões individuais e de relacionamento, não estando a ocorrência da violência centrada apenas na díade vítima-vitimizador, e que além do abuso sexual, outros tipos de violência envolviam suas vidas.

Observamos que a família sagrada, perfeita, berço de amor e proteção não existe, sendo de fato um mito, mas que este permeia o pensamento das adolescentes investigadas.

Estas significaram a família enquanto um lugar permeado por valores construídos socialmente para tal instituição, como união, felicidade, ajuda, apoio, além de significar amor, alegria e felicidade. Referimos tais significações enquanto uma visão idealizada de família, visto que na maioria das vezes não corresponderam com a realidade em que viviam, conforme relato das adolescentes.

Outra significação dada à família pelas adolescentes, é que os membros que foram considerados por elas enquanto família, se configuraram como aqueles que tinham maior proximidade afetiva, mesmo que conflituosa, em relação a elas, incluindo aí seus parceiros afetivos. A constituição familiar foi vista assim de forma fluida, indo além domínios do lar, o que consideramos ser positivo uma vez que nos permite ampliar e fortalecer esta que pode ser considerada uma rede de apoio positiva, na medida que se fazem importantes para proteção e interrupção de eventos violentos.

Os papéis familiares foram aludidos pelas adolescentes em consonância aos valores que indicaram à família, onde estes teriam a função de cuidados e afetos em relação aos membros familiares, e mais especificamente aos filhos, no caso, às adolescentes. Muitas significações aos papéis se encontravam ainda dentro de um pensamento da cultura patriarcal, com divisão assimétrica de poderes, que coloca a mulher em um lugar inferior ao homem. Em relação aos papéis dos membros familiares, foram indicadas oito figuras, sendo o papel da mãe o que teve maior referência (abordado por nove adolescentes), onde esta concentrou todos os papéis estabelecidos à família (cuidados, ajuda, amor, carinho, compreensão). Além disso, foi demonstrada em relação a esta uma visão estereotipada construída historicamente que coloca a mulher como a responsável pelo domínio do lar, voltada ao mundo privado.

O papel do pai foi pouco abordado, especialmente pelo fato de as adolescentes investigadas não terem esta figura como muito presente, ou até mesmo em alguns casos terem sido abusadas por estes, sendo referido aos mesmos tanto uma visão mais moderna da paternidade, com papéis mais igualitários ao da mãe, quando a do pai da cultura patriarcal, responsável pelo sustento e autoridade do lar. Este papel paterno, no entanto, não esteve ausente, sendo este referido a outras pessoas na família, como ao padrasto, tios e avô. A avó demonstrou representar um importante papel na vida das adolescentes, cumprindo muitas vezes um papel materno, especialmente para aquelas adolescentes que mantinham relacionamento frágil ou conflituoso com suas mães. O papel dos irmãos variou de acordo com o sexo e idade, representando tanto um papel de cuidado em relação aos mais novos, quando de cumplicidade, ajuda e compreensão.

O papel das próprias adolescentes foi abordado por apenas duas meninas, em que uma se colocou na mesma função referida à mãe, de cuidado da casa e da irmã mais nova, e outra se colocou no lugar de filha, que deve aprender e receber os cuidados por parte dos pais, dos mais velhos. Sentimos falta aqui de atribuições mais voltadas aos adolescentes, de descoberta da vida, de estudar, brincar, conhecer, se divertir, conforme apontado por De Antoni e Koller (2000). Acreditamos ser este um ponto a ser trabalhado em novos estudos para maior aprofundamento da questão. Novamente identificamos que muitos dos papéis estabelecidos à família se configuraram como idealizados, dentro do modelo de “família ideal” que foi construído sócio-historicamente, pois na realidade, muitas vezes os papéis significados não corresponderam ao que realmente era exercido pela família destas.

Acreditando não existir família sem conflitos, estes foram referidos nos relacionamentos familiares subjetivados pelas adolescentes estudadas. Cinco das adolescentes referiram suas famílias como mais conflitivas que harmoniosas, e outras cinco significaram os inter-relacionamentos também com conflitos, porém, apesar destes, existia a presença de diálogo, cumplicidade e afeto, que amenizavam as tensões. Os conflitos identificados mostraram a dificuldade do exercício da alteridade na família, e se deram a respeito das diferenças geracionais, divisão das atividades domésticas, ciúmes, conflitos morais, estresse, além da presença de estilo autoritário de educação, agressividades e naturalização da violência, entre outros fatores de risco para a ocorrência da violência doméstica. Uma questão que chamou atenção, por estar presente no discurso de várias adolescentes, foram as brigas na família a respeito de questões financeiras, merecendo assim um núcleo para ser discutido tal questão, em que identificamos ainda a falta de diálogo e as relações de poder envolvidas nestes conflitos.

Observamos que muitos desses conflitos apresentados não são privilégios de famílias em que ocorreu a violência sexual com um de seus membros, mas pode estar presente na casa de qualquer brasileiro. Porém, acreditamos que estes, em conjunto com os estilos e padrões de comportamento da cultura patriarcal, que corrobora o mito da superioridade masculina em relação à mulher, junto ao domínio e poder do adulto sobre a criança e o adolescente, sustentada ainda pelo silêncio da família, conforme identificado em alguns casos, ajudaram a impulsionar o crime sexual (MARTINS, 2010).

Ainda neste núcleo de significação, novamente a mãe apareceu como o vínculo mais significativo para as adolescentes, onde conflitivo ou harmonioso, de cumplicidade ou distanciada, tiveram muita influência na vida das adolescentes, especialmente no que se refere às violências sofridas, sendo figuras preponderantes para a proteção contra abusos sexuais.

Outro relacionamento bastante significativo para as adolescentes foi com a avó, onde referiram uma relação de grande afeto, proximidade, carinho, intimidade, muitas vezes mais próximas que o vínculo estabelecido com a mãe.

O relacionamento com as figuras paternas foram referidas como distanciadas ou ausentes, e apesar de referenciar um pai no estilo mais “contemporâneo”, mais próximo afetivamente da filha, foi identificado pensamento típico do sistema sexista patriarcal, com divisões rígidas e estereotipadas de papéis. Não houve relato de bom relacionamento com o padrasto, e os tios foram considerados personagens importantes na significação das adolescentes investigadas. A relação com irmãos e primos foi referida com maior igualdade hierárquica, dependendo ainda do sexo e idade para a configuração do relacionamento.

A compreensão dos relacionamentos familiares se faz de extrema importância quando trabalhamos com crianças e adolescentes, especialmente aqueles envolvidos em violência, pois ao identificar quais são e onde estão os conflitos que devem ser trabalhados, que vínculos precisam ser fortalecidos, podemos estabelecer alianças e atuar de forma mais acurada em relação à dinâmica familiar da vítima de violência.

O estudo das hierarquias familiares também se fez imprescindível para compreendermos a dinâmica familiar da violência, e a partir dos dados desta pesquisa, em que essas meninas elegeram mulheres como pessoas de referência familiar, nos leva a questionar o que fazer para empoderarmos mais estas mulheres, para que se vá dissolvendo o padrão de violência de gênero, que se dá pelo desequilíbrio de poder, e as famílias se tornem mais protetivas. De fato essas mulheres têm voz, mas são caladas muitas vezes pela cultura patriarcal na construção social dos papéis de gênero que só dá espaço ao homem.

Quando voltamos o olhar para a família em relação às vitimizações ocorridas, observamos que de fato, segundo a percepção dessas adolescentes, de alguma forma esta família estava envolvida, ou por conivência, visto relatos de que seus familiares, especialmente a mãe, sabiam ou desconfiavam dos abusos sexuais, ou pela ausência de cuidados, que levaram algumas meninas (como no caso das vítimas de violência sexual extrafamiliar) ao envolvimento com pessoas que acabaram por abusar sexualmente destas. Devemos olhar com cuidado para esta questão, para não simplesmente condenar uma mãe ou uma família como responsável, e tirar o foco do principal culpado na vitimização sexual que é o próprio autor da violência (que também precisa de cuidados, além da punição), mas sim compreender dificuldades e complexidades dentro da família para que esta possa ser fortalecida e se tornar mais protetiva em relação aos filhos.

Já na relação entre a vítima e o autor da violência, observamos que esta foi marcada pelo medo, especialmente devido às ameaças de morte e agressão perpetradas por estes abusadores, levando a um imobilismo e passividade em relação aos abusos, especialmente nos casos de abuso intrafamiliar, em que também estavam presentes o isolamento social e o medo da reação e da perda do afeto de familiares. Nos casos de abuso extrafamiliar, o medo também esteve presente, no entanto, os casos foram mais pontuais, e apenas uma adolescente teve abuso recorrente, onde também foi identificada aí uma submissão em relação ao autor da violência e o conseqüente sentimento de culpa.

Outro dado identificado neste trabalho foi que as adolescentes investigadas que tiveram a família ao seu lado no momento e após a revelação da vitimização sexual, que não a julgaram ou culpabilizaram, mas sim que lhes deram apoio no momento de dificuldade, ajudaram-nas a se sentissem mais aliviadas de ter se “livrado” do peso que carregavam e se recuperassem mais rápido.

Por fim, outro dado que gostaríamos de ressaltar, foi a constatação de que, após a revelação dos abusos sexuais, muitas adolescentes referiram melhora nos relacionamentos familiares. Acreditamos que a revelação do abuso sexual permitiu uma relação mais clara, aberta e transparente, dissipando a nuvem negra do segredo que encobria as relações. Além disso, ao contrário do que acontece em muitos casos de abuso intrafamiliar, em que a vítima é que deixa o lar, em dois casos investigados o vitimizador é que recebeu a punição, tendo que sair de casa, vigorando a paz e união ao ambiente familiar.

Quando falamos dessas mudanças, podemos inferir estes como fruto também de um novo olhar que se reflete na Saúde, ao se formarem serviços com equipes interdisciplinares, que abordam psicossocialmente o fenômeno, onde crianças e adolescentes e familiares são alvo de atenção, sendo acolhidos, ouvidos, orientados e não julgados.

Este trabalho nos mostrou que para atuar junto à temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, é preciso se despir de crenças e juízos de valores morais estigmatizantes e naturalizantes que envolvem o fenômeno, com o objetivo de permitir um olhar mais atencioso e cuidadoso para o contexto sócio-familiar das vítimas, pois para que a família seja um espaço de cuidado, ela também precisa ser cuidada, e isso deve ser garantido na sociedade. Desta forma, tentamos compreender as subjetivações das adolescentes dadas às suas famílias com um olhar mais amplo para as vicissitudes sócio-familiares, olhando a interação destas famílias dentro de uma cultura e sociedade maiores.

Acreditamos assim que a abordagem qualitativa, a partir dos preceitos da psicologia sócio-histórica, foi a escolha mais acertada para se alcançar os objetivos propostos, fazendo-

se necessário mais pesquisas sob a ótica dos sujeitos que mais têm a falar sobre a questão, que foram as que sofreram a violência, acreditando que “estas são angulares para a percepção de aspectos subjetivos que só investigações desta natureza permitem perceber” (SCHMICKLER *et al.*, 2006), sempre pautados por uma ética do cuidado para a não revitimização e com aberturas e articulações teóricas, interdisciplinares e interinstitucionais.

O desafio metodológico do trabalho se constituiu em apresentar a universalidade do fenômeno e as particularidades dos sujeitos, aceitando e compreendendo as contraditoriedades de seus discursos, expondo suas subjetividades. Observamos assim que, apesar das particularidades de cada caso, encontramos dados semelhantes ao de pesquisas e literaturas de contextos diferentes dos investigados por esta pesquisa, que pode ser de grande valia para que os achados aqui abram portas para novas investigações.

Acreditamos assim que os conhecimentos aqui adquiridos possam servir de subsídio para uma maior compreensão do fenômeno, onde, além do enriquecimento teórico, possa viabilizar políticas públicas e ações práticas de suporte familiar, mais próximas de sua realidade sócio-familiar, pois a despeito dos avanços adquiridos pelo ECA, a realidade vivida pelo seu público alvo ainda é muito distante da preconizada por este estatuto, e acreditamos que quanto mais este fenômeno da violência for desvelado e desmistificado, mais fácil de ser prevenido e combatido.

Muitos desafios ainda precisam ser alcançados na temática da violência sexual. As políticas e investimentos públicos precisam surgir com um maior diálogo entre saúde e justiça, além de intervenções mais amplas, voltadas menos para o individual e mais para o psicossocial, visando acima de tudo, a garantia da proteção integral, da saúde, da cidadania e dos direitos humanos. Para isso, deve-se considerar que, sendo a violência um fenômeno social, e não natural, é passível de ser combatida, e que também não se pode ter uma visão estereotipada ou culpabilizadora da família, mas sim entendendo-a enquanto uma instituição sócio-historicamente construída e que não pode ser responsabilizada sozinha, assim como a adolescência, que está sempre em construção, e que não é necessariamente o trauma (possível) da violência que definirá o que a pessoa será para o resto da vida, mas que esta pessoa está em constante crescimento, mudança, aprendizado, com a possibilidade de re-significar suas experiências.

Assim, apesar de este constituir-se num tema de difícil abordagem, o promotor de saúde, especialmente das áreas psicossociais, deve enfrentar tais desafios, procurando desvendar os pontos controversos ou ainda obscuros da temática. Deve, portanto, ampliar a visão que se tem a respeito deste fenômeno, considerando sempre os aspectos sócio-culturais

envolvidos, possibilitando criar mais esperanças sobre a possibilidade de sua prevenção, iluminando a sombra de violência que cobre nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABRÁPIA. *Abuso Sexual. Mitos e realidade*. Petrópolis: Autores e Agentes e Associados, 2002.
- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- AGUIAR, W. M. J.; BOCK A. M. B.; & OZELLA S. *A Orientação Profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica*. IN: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; Furtado, O. (Orgs.) *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2009.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira e OZELLA, Sergio. *Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos*. *Psicol. cienc. prof.*, jun. 2006, vol.26, no.2, p.222-245.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. *A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico*. IN: BOCK, M. G. M. GONÇALVES & O. FURTADO (Orgs.) *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALVIN, Patrick. *Adolescentes vítimas de abusos sexuais*. IN: Gabel, M. *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- ARAÚJO, C. O. *Sistema Único de Saúde e o enfrentamento ao abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes*. 2005. Disponível em: <<http://www.caminhos.ufms.br/publicacoes>>. Acesso em: 10 jan. 2008.
- ARAÚJO, M. F. *Violência e abuso sexual na família*. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 7, n. 2, Dec. 2002 .
- ARIÈS, P. - *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- ARAÚJO, Mayeve Rochane Gerônimo Leite; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. *Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais*. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 7, n. 1, Jan. 2002 .
- ASSIS, Simone G. *et al.* *Violência e representação social na adolescência no Brasil*. *Rev Panam Salud Publica*, Jul 2004, vol.16, no.1, p.43-51.
- AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V.N.A. *Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca, 1988.
- AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: iglu, 2000.

- AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A.(orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1997.
- BARUS-MICHEL, J. *O sujeito social*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2004.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Ed. Vozes, 2002
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília:Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Violência intra-familiar: orientações para prática em serviço*. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde, 2001.
- BRASIL. LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
- BRASIL. *RESOLUÇÃO CFP Nº 016/2000 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000*. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. *Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX*. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 16, n. 3, dez. 2000 .
- BENINCÁ, C. R. S. e GOMES, W. B. Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. *Estudos de Psicologia*. 3 (2), p.177-205, 1998.
- BRAGA, Maria da Graça Reis; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida. *Família: maternidade e procriação assistida*. Psicol. estud., Maringá, v. 10, n. 1, Apr. 2005 .
- BUSTAMANTE, Vânia; TRAD. Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, dez. 2005.
- BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, Cristiane. *Retratos do envolvimento paterno na atualidade* Barbarói revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia / Universidade de Santa Cruz do Sul. -N. 1 (Mar. 1994) Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1994.
- BOCK, M. G. M., GONÇALVES & O. FURTADO (Orgs.) *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BUTLER, S. *A Conspiração do Silêncio. O Trauma do Incesto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BRUSCHINI, C. *Teoria crítica da família*. IN: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000

- BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. Cad. CEDES, Campinas, v. 24, n. 62, Apr. 2004.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 11, n. 1, June 2007.
- COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, jun. 2005.
- CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. *Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 45-54, 2003.
- CARVALHO FILHO, Benedito José de. *Marcas de Família, Travessias no Tempo*. São Paulo: Editora Anablume, 2000.
- COHEN, C. *O Incesto*. IN: Azevedo e Guerra. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. Cortez, São Paulo, 2000.
- CORREIA, R. F. *Aspectos Psicológicos e Relações Parentais em Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual Atendidas em um Serviço de Saúde de Manaus*. 2009. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Especialização em psicologia clínica institucional., Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.
- CANEVACCI, M. (org.) *Dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARVALHO, M. C. B. *O lugar da família na política social*. IN: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- COHEN, C. *O incesto*. In: AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A.(orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. *Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal*. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2008, Vol. 24 n. 2, pp. 171-180.
- CASEY, J. *A história da Família*. São Paulo: Ática, 1992.
- COSTA, A.R. e VITALE, M. A. F. (orgs). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.
- CROMBERG, R. U. *Cena incestuosa: Abuso e violência sexual*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo* / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009.
- COSTA, Liana Fortunato, PENSO, Maria Aparecida, RUFINI, Beatriz Rossatto *et al.* *Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica*. Arq. bras. psicol., dic. 2007, vol.59, no.2, p.245-255.
- DADOUN, Roger. *A violência. Ensaio acerca do "homo violens"*. Coleção enfoques filosofia. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G.. *Violência: um problema global de saúde pública*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2006.
- DIAS, Berenice. *Direito de Família e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2010.
- DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 5, n. 2, Dec. 2000.
- DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. *Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano*. Temas em Psicologia - Vol. 18, no 1, 2010.
- DE ANTONI, Clarissa; BARONE, Luciana Rodriguez; KOLLER, Sílvia Helena. *Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas*. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 23, n. 2, June 2007.
- DESSEN, Maria Auxiliadora. *Desenvolvimento familiar: transição de um sistema triádico para poliádico*. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 5, n. 3, dez. 1997 .
- DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. *Rede Social de Apoio Durante Transições Familiares Decorrentes do Nascimento de Filhos*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 16 n. 3, Set-Dez, 2000.
- DESSEN, M. A.; LEWIS, C. Como Estudar a "Família" e o "Pai"? *Paidéia*. FFCLRP, Rib. Preto, Fev/ Ago, p. 105-121, 1998.
- DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. *A construção social dos papéis sexuais femininos*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 13, n. 3, 2000.
- DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. *A influência dos avós nas dimensões familiar e social*. *Revista Symposium*, Recife, v. 6, n. 1/2, Jan-Dez/2002.
- DONZELOT, Jacques; *A Polícia das Famílias* – Trad. M. T. da Costas Albuquerque - 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

- DREZZET, Jefferson. *Contribuição ao estudo do abuso sexual contra a adolescente: uma perspectiva de saúde sexual e reprodutiva e de violação de direitos humanos*. São Paulo: Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CERCA, 2000.
- ELOY, Consuelo Biacchi. *Abuso sexual: a credibilidade do testemunho da criança no contexto judiciário*. Disponível em http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/132_CONSUELO_BIANCCHI_ELOY.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2010.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ECA – *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- FERREIRA, Ana Lucia. *O atendimento a crianças vítimas de abuso sexual: avaliação de um serviço público*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2002.
- FACHIN, Luiz Edson. *Comentários ao novo código civil: do direito de família; do direito pessoal; das relações de parentesco*. 1. ed. Coordenador Sálvio de Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. 18, 317 p.
- FERREIRA, Eleonora Arnaud Pereira; METTEL, Thereza Pontual de Lemos. *Interação entre irmãos em situação de cuidados formais*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1999 .
- FERES-CARNEIRO, Terezinha. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2005.
- FERENCZI, S. *A confusão de línguas entre os adultos e as crianças*. In: FERENCZI, S. *Obras Completas - Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. *A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar*. *Psicol. estud*;8(n.esp):31-38, 2003.
- FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa*. *Paidéia* (Ribeirão Preto) [online]. 2004, vol.14, n.28.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa*. *Cad. Pesqui.* [online]. 2002, n.116
- FREITAS, Maria Teresa. *A pesquisa na perspectiva sócio-histórica: um diálogo entre paradigmas*. 2003b. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/outrostextos/semariateresaassuncaoofreitas.rtf>. Acesso em 05 de novembro de 2009.

- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998
- FREUD, Anna. *O Tratamento Psicanalítico de Crianças*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1971.
- FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FURNISS, T. *O abuso sexual da criança – uma abordagem multiprofissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FURTADO, O. (2000). *Psicologia e compromisso social: base epistemológica de uma psicologia crítica*. Londrina: PSI-Revista Psicol.Soc.Instit. v.2.n-2, p217-229, dez.
- GABEL, M. (org), *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- GIL, Maria José e LUCAS, Patrícia. *A maternidade na adolescência num contexto de abuso sexual na família*. *Aná. Psicológica*, set. 1998, vol.16, no.3, p.385-392
- GOLDANI, A. N. *Famílias e Gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades*. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambu, v.1, p. 1-20, 2000.
- GONÇALVES, H.S. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003
- GONÇALVES, M.G.M. *Fundamentos metodológicos da psicologia sócio-histórica*. In: Bock, A. M. B. et all (org.) *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009.
- GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa em psicologia. Caminhos e desafios*. Thompson Pioneira: São Paulo, 2002.
- GONZÁLEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa e subjetividade. Os processos de construção da informação*. Thompson Pioneira: São Paulo, 2005.
- GROSSMAN, Eloisa. *A adolescência através dos tempos*. *Adolesc. Latinoam.* [online]. jul./set. 1998, vol.1, no.2
- GUERRA, V. N.de A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 4. ed. São Paulo: Cortez,. 2001.
- GUNTHER, Hartmut. *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?* *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 22, n. 2, Aug. 2006 .
- GUTIERREZ, Denise Machado Duran. *Subjetividade e cultura no Amazonas: desafios à psicologia no admirável mundo verde. Subjetividades amazônicas, identidade familiar e gênero*. *Revista Psicologia para a América Latina*. Disponível em <http://psicolatina.org/08/amazonicas.html>. Acesso em 5 de dezembro de 2009
- GUTIERREZ, Denise Machado Duran, MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Família, redes sociais e saúde: O imbricamento necessário*. *Revista Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em

www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST34/Gutierrez-Minayo_34.pdf. Acesso em 5 de dezembro de 2009.

HABIGZANG, L. F. et al. *Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005.

HÉRITIER, F. 1989 - "Família" (pp. 81-95) In Enciclopédia Einaudi. N. 20. Parentesco. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

KOLLER, S., NARVAZ, M. G. *Famílias, gêneros e violências: Desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero*. Disponível em www.msmedia.com/ceprua/artigos/cap_narvaz.doc. Acesso em 10 de novembro de 2009.

LACRI. <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/index2.htm>. Acesso em 25 de junho de 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edusp, 1976.

LEVY, André. *Ciências Clínicas e organizações sociais – sentido e crise do sentido*. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

LISBOA, C. S. M., & KOLLER, S. H. *Considerações éticas na pesquisa e intervenção sobre violência doméstica*. In C. HUTZ (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp.186-212). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MATERNDADE DR. MOURA TAPAJÓZ. *Relatório de produtividades do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual - SAVVIS*. Manaus: Secretaria Municipal de Saúde, 2010.

MACEDO, Márcia dos Santos. *Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza*. Caderno CRH - Vol. 21, Nº 53, 2008.

MACHADO, Andrea. *Novas configurações familiares. Abuso sexual e discriminação de papéis na família*. IN: Agostinha, M. L. e SANCHEZ, M. T. (orgs.). *Família: conflitos, reflexões e intervenções*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

MANZINI-COVRE. A família, o “feminino”, a cidadania e a subjetividade. In: CARVALHO, M. C. B.. (org.) *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

MARTINS, M. R. *Jovens mulheres vitimizadas: Abuso sexual, sofrimento e resiliência*. Curitiba: Juruá, 2010.

MELLO, S. L. *Família: perspectiva teórica e observação factual*, In: Carvalho (org.), *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ, 2002.

- MILLER, D. *Incesto: o centro da escuridão*. In: IMBER-BLACK, E. (org.) *Os segredos na família e na Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MICHAUS, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 2001.
- MINAYO, M. C. S. (org). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2012.
- MILLER, D. *Incesto: o centro da escuridão*. In: IMBER-BLACK, E. (org.) *Os segredos na família e na Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- MONTAVÃO, Thaís Angélica Garcia; COSTA, Nina Rosa do Amaral. *A Concepção de Família na ótica de adolescentes de Classe Popular*. Investigação, Vol. 9, No 1, 2009.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. *Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva*. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, Nov. 1997.
- MOURA, Solange M. S. R. de & ARAÚJO, M. de F.. *A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos*. Psicologia ciência e profissão, 2004, 24 (1).
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. *Famílias, gênero e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero*. IN: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R. de; JAEGER, F. P. (Org.). *Violência, Gênero e políticas Públicas - Coleção gênero e contemporaneidade*. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- NAIFF, Luciene Alves Miguez; Caldeira, Paula; Pena, Alexandra; Diniz, Cristiane. *Criar, cuidar, proteger, manter, amar: a família atual e seus desafios no contexto de pobreza*. Em Debate 05 (2007) Rev. do Depto. de Serviço Social. PUC - Rio.
- NUNES, Célia Cristina; AIELLO, Ana Lúcia Rossito. *Interação entre irmãos: deficiência mental, idade e apoio social da família*. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre, v. 21, n. 1, 2008 .
- OSÓRIO, L. C. *Adolescente Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de. *Desmistificando a concepção de adolescência*. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 133, Apr. 2008 .
- OZELLA, Sergio. *Adolescência: Uma perspectiva crítica*. IN: *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller*. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

- PERELBERG, R. J. & MILLER, A. C. (Orgs.) *Os sexos e o poder nas famílias*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- PASSOS, M. C. *Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família*. In: FERES-CARNEIRO, T. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2005.
- PELISOLI, Cátula; TEODORO, Maycoln; DELL'AGLIO, Débora. *A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: Estudo de caso*. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Brasília, DF, 59.2, 10 12 2007.
- PETRINI, João Carlos. *Pós-modernidade e família: um itinerário de compreensão*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- PIZÁ, G., BARBOSA, G.F. *A violência silenciosa do incesto*. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Rio de Janeiro: Clínica Psicanalítica da violência, 2004.
- PIAGET, J. *A Tomada de Consciência*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- POSTER, M. *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- RIBEIRO, M. A; FERRIANI, M. das G. C.; REIS, J. N. *Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(2):456-464, mar- a b r, 2004.
- ROMANELLI, G. *Autoridade e poder na família*. In: CARVALHO, M. C. B. (org.) *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- ROCHA, M. L. *Contexto do adolescente*. IN: *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller*. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- ROUYER, M. *As crianças vítimas, consequências a curto e médio prazo*. In: GABEL, M. (org) *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus, 1997.
- SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. *Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência*. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 25, n. 4, Dec. 2008.
- SANTOS, Aline Tosta dos. *Famílias chefiadas por mulheres: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero*. Fazendo Genero, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B.. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cad. Pagu, Campinas, n. 16, 2001.
- SALEM, Tania. *O velho e o novo. Um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980.

- SARTI, C. A. *Família e individualidade: um problema moderno*. In: CARVALHO, M. C. B. (org.) *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- SCHMICKLER, C. M.; MATOS, Moanna ; BORBA, Fernanda Ely. *A participação materna no rompimento do abuso sexual intrafamiliar: fatores de risco e de proteção*. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - Crise contemporânea, Emancipação Política, Emancipação Humana. Recife/PE: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2006.
- SILVA, Milena da Rosa; PICCININI, Cesar Augusto. *Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo*. *Estud. psicol. (Campinas)*, dic. 2007, vol.24, no.4, p.561-573. ISSN 0103-166X.
- SAFFIOTI, H. *O fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual*. IN: MADEIRA, Felícia Reicher (org). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil* . Rio de Janeiro; Rosa dos Tempos; 1997.
- SANDERSON, Christiane. *Abuso Sexual em Crianças. Fortalecendo Pais e Professores Para Proteger Crianças de Abusos Sexuais*. São Paulo: M. Books, 2005.
- SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. *Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas*. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 25, n. 1, Mar. 2009.
- SIMÕES, Thiago Felipe Vargas. *Família afetiva - O afeto como formador de família*. 2007. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=336>. Acesso em 13 de novembro de 2010.
- SOUZA, L. *Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência*. In: L. de Souza e Z. A. Trindade (orgs.) *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- SOUSA, Sônia M. Gomes. *O estudo da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de documentos de domínio público*. *Psicol. Am. Lat.*, fev. 2006, no.5.
- SZYMANSKI, H. *Teorias e "Teorias" de Famílias*. In: CARVALHO, M. C. B. (org.) *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- TOURINHO, J. G. (2006) *A mãe perfeita: idealização e realidade*. IGT na Rede 3 (5). Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.htm?id=24>. Acesso em 25 de junho de 2010.
- TOME, Graciella Leus; SCHERMANN, Lígia. *Padrasto, o novo pai: nova postura paternal*. *Aletheia*, Canoas, n. 19, jun. 2004.

- TEODORO, Maycoln Leôni Martins. *Afetividade e Conflito em Díades Familiares: Avaliação com o Familiograma*. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology . Vol. 40, Num. 3 – 2006.
- TEIXEIRA, L. C. *Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída*. IN: Osório. Adolescências construídas. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.
- VENTURINI, Fabiola Perri; BAZON, Marina Rezende; BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. *Família e violência na ótica de crianças e adolescentes vitimizados*. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2004.
- VITALE, M.A.F. *Socialização e família: uma análise intergeracional*. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência*. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- VIEIRA FILHO, Nilson, TEIXEIRA, Valeria. *Observação clínica: estudo da implicação psicoafetiva Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, n. 1, p. 23-29, jan./jun. 2003.
- VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WAGNER, Adriana *et al.* A comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 7, n. 1, June 2002.
- WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Report of the consultation on child abuse prevention*. Geneva: WHO, 1999
- YUNES ET AL., *Família vivida e família pensada na percepção de crianças em situação de rua*. Revista Paidéia. Vol. 11 - Nº 21, 2001.
- ZAMBERLAN, M. A. T., Camargo, F., & BIASOLI-ALVES, Z. M. M. *Interações na família: Revisões empíricas*. In M. A. T. ZAMBERLAN & Z. M. M. BIASOLI- ALVES, *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção* (pp. 39-57). Londrina: UEL, (1997).
- ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. *Violência extra e intramuros*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 16, n. 45, Feb. 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – Ficha SAVVIS (prontuário multidisciplinar)

ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista

ANEXO 3 – Parecer CEP

ANEXO 4 – TCLE